

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

ANA FLÁVIA BRAUN VIEIRA

UMA INTELLECTUAL NOS CAMPOS E NOS PINHAIS: HELLÊ VELLOZO
FERNANDES E AS “ESCOLINHAS DO MATO” DE MONTE ALEGRE – PR (1945-1964)

PONTA GROSSA
2026

ANA FLÁVIA BRAUN VIEIRA

UMA INTELLECTUAL NOS CAMPOS E NOS PINHAIS: HELLÊ VELLOZO
FERNANDES E AS “ESCOLINHAS DO MATO” DE MONTE ALEGRE – PR (1945-1964)

Tese apresentada para obtenção do título de
Doutora em Educação no Programa de Pós-
Graduação em Educação da Universidade
Estadual de Ponta Grossa.

Linha de pesquisa: História e Política
Educacionais.

Orientador: Prof. Dr. Oriomar Skalinski Junior

PONTA GROSSA
2026

Vieira, Ana Flávia Braun

V658 Uma intelectual nos campos e nos pinhais: Hellê Vellozo Fernandes e as "escolinhas do mato" de Monte Alegre - PR (1945-1964) / Ana Flávia Braun Vieira. Ponta Grossa, 2026.
262 f.

Tese (Doutorado em Educação - Área de Concentração: Educação),
Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Oriomar Skalinski Junior.

1. História da educação - Paraná. 2. Fernandes, Hellê Vellozo, 1925-2008. 3. Mulheres na educação - Paraná. 4. Educação rural - Paraná. 5. Telêmaco Borba (PR) - Educação. I. Skalinski Junior, Oriomar. II. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Educação. III.T.

CDD: 370.92



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
Av. General Carlos Cavalcanti, 4748 - Bairro Uvaranas - CEP 84030-900 - Ponta Grossa - PR - <https://uepg.br>

TERMO

ANA FLÁVIA BRAUN VIEIRA

UMA INTELLECTUAL NOS CAMPOS E NOS PINHAIS: HELLÊ VELLOZO FERNANDES E AS “ESCOLINHAS DO MATO” DE MONTE ALEGRE – PR (1945-1964)

Ponta Grossa, 06 de abril de 2026.

Tese apresentada para obtenção do grau de Doutora no Curso de Pós-Graduação em Educação, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Prof. Dr. Oriomar Skalinski Junior - UEPG - Orientador

Prof^ª Dr^ª Evelyn de Almeida Orlando - UERJ

Prof^ª Dr^ª Simone Burioli - UEL

Prof^ª Dr^ª Maria Julieta Batista de Almeida Weber - UEPG

Prof. Dr. Nívio de Campos - UEPG



Documento assinado eletronicamente por **ORiomar Skalinski Junior, Professor(a)**, em 07/04/2026, às 15:17, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Julieta Batista de Almeida Weber, Professor(a)**, em 07/04/2026, às 15:38, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Nívio de Campos, Professor(a)**, em 07/04/2026, às 18:50, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Burioli, Usuário Externo**, em 08/04/2026, às 14:19, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Evelyn de Almeida Orlando, Usuário Externo**, em 08/04/2026, às 20:22, conforme Resolução UEPG CA 114/2018 e art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.uepg.br/autenticidade> informando o código verificador **3057145** e o código CRC **178A5491**.

A todas aquelas que vieram antes de mim
e a todas aquelas que virão depois de nós.

AGRADECIMENTOS

A Marcos Vinícius Barszcz e aos meus pais, pelo apoio constante e pela compreensão diante das ausências impostas pelo trabalho intelectual ao longo do doutorado; e aos meus gatinhos, cuja presença cotidiana tornou esse período mais leve.

Ao professor Oriomar Skalinski Junior, pela orientação atenta e pelo rigor intelectual, que possibilitaram o amadurecimento desta pesquisa.

Às professoras Evelyn de Almeida Orlando, Maria Julieta Batista de Almeida Weber e Simone Burioli, e ao professor Nevio de Campos, pela leitura criteriosa e pelas contribuições que qualificaram o desenvolvimento da tese.

Ao grupo de pesquisa História, Intelectuais e Educação no Brasil e no Contexto Internacional, ao Programa de Pós-Graduação em Educação e à Universidade Estadual de Ponta Grossa, pelos espaços de formação, debate e interlocução acadêmica, fundamentais para minha trajetória intelectual.

À Academia Feminina de Letras do Paraná, ao Arquivo Público do Paraná, à Biblioteca Pública do Paraná, ao Centro de Documentação e Memória Klabin e ao Centro de Letras do Paraná, pela preservação e pelo acesso às fontes que tornaram possível esta investigação.

À Caroline Guebert, Mariana Bruno Pinto, Juliana Bellafronte Silva, Jaine Floriano e Michelle Barreto Justus, pela amizade e pelas trocas sobre a vida e sobre a tese.

A todas as pessoas que, de maneira direta ou indireta, contribuíram para a construção desta pesquisa.

De que adianta toda a propalada inteligência de nossa gente, se é o costume que impera, com a força de sua ancestralidade? Mas a escolinha está lá, enfrentando sua missão difícil. Superando-a, não no curto espaço de tempo da vida de uma geração – mas sendo iniciada... O que já é muita coisa! (Hél, 1966a, p. 2).

RESUMO

VIEIRA, A. F. B. **Uma intelectual nos campos e nos pinhais: Hellê Vellozo Fernandes e as “escolinhas do mato” de Monte Alegre – PR (1945-1964)**. Orientador: Oriomar Skalinski Junior. Ponta Grossa, 2026. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2026.

Esta tese analisou a trajetória intelectual de Hellê Vellozo Fernandes (1925-2008), com destaque para sua atuação como coordenadora das “escolinhas do mato” da Fazenda Monte Alegre, entre os anos de 1945 e 1964. Para tanto, foram caracterizados os aspectos familiares e escolares que contribuíram para a formação de seu habitus, identificadas as posições por ela ocupadas no campo intelectual curitibano e em Monte Alegre e analisadas as especificidades da mediação por ela realizada na coordenação escolar. Com base na produção escrita de Hellê – nos jornais *O Tibagi* e *Diário do Paraná*, especialmente na série de crônicas *Nos campos e nos pinhais* (1963-1974) – e em documentos institucionais, interpretados a partir dos conceitos de habitus, capitais, campo e *illusio*, de Pierre Bourdieu, bem como das discussões sobre intelectuais mediadoras/es sistematizadas por Gomes e Hansen, a análise de sua trajetória foi realizada em três etapas: origens sociais e culturais (habitus), posição no campo intelectual (disposições incorporadas) e interpretação da agência (análise de fontes). A pesquisa demonstrou que o protagonismo de Hellê Vellozo Fernandes esteve ligado aos capitais incorporados na família, na escola e em redes de sociabilidade, bem como às posições ocupadas no campo intelectual curitibano e em Monte Alegre. Ao converter suas experiências com os “caboclos” de Pinheiral em capital simbólico, obteve prestígio e inserção entre os notáveis do campo intelectual curitibano, sobretudo por meio de endossos masculinos. No interior, no contexto do projeto urbano-industrial da Klabin, atuou como representante do poder local na coordenação da escolarização nas vilas rurais. Entre interior e capital, Hellê tensionou os limites impostos às mulheres sem rompê-los, criando respostas próprias, como a fundação da Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil e a organização de um modelo de escolarização adaptado às condições dos acampamentos. Seu trabalho voluntário nas escolas da Klabin foi orientado por uma *illusio* que sustentava sua atuação como agente de transformação cultural. Na coordenação das “escolinhas do mato”, apropriou-se de referenciais da educação rural, adaptando-os às condições precárias e às relações de poder locais. Marcadas pelo imprevisto, tais escolas operaram sob uma pedagogia da contingência, articulando alfabetização e higienismo para a civilização dos residentes nas vilas rurais de Monte Alegre. Nesse contexto, Hellê Vellozo Fernandes atuou como mediadora pedagógica e cultural, sendo sua atuação atravessada por ambiguidades: ao mesmo tempo em que registrou a precariedade dos acampamentos, produziu representações moralizantes sobre os “caboclos”. Além de propor um percurso teórico-metodológico que se apresenta como possibilidade para a pesquisa sobre intelectuais mulheres na História da Educação, esta tese contribui para visibilizar trajetórias como a de Hellê Vellozo Fernandes e, de modo indireto, a da população dos pinhais de Monte Alegre, evidenciando que a mediação dessas mulheres se constituiu não apenas por práticas pedagógicas, mas também por formas de intervenção cultural e de construção de suas próprias identidades como intelectuais.

Palavras-chave: História da Educação; História Intelectual; Mediação Intelectual; Educação Rural; Telêmaco Borba;

ABSTRACT

VIEIRA, A. F. B. **An intellectual in the fields and pine forests: Hellê Vellozo Fernandes and the “escolinhas do mato” of Monte Alegre – Paraná, Brazil (1945-1964).** Advisor: Prof. Dr. Oriomar Skalinski Junior. Ponta Grossa, 2026. Thesis (Doctorate in Education) – Postgraduate Program in Education, State University of Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2026.

This thesis analyzes the intellectual trajectory of Hellê Vellozo Fernandes (1925-2008), highlighting her role as coordinator of the “escolinhas do mato” at Fazenda Monte Alegre between 1945 and 1964. To this end, the family and educational aspects that contributed to the formation of her *habitus* were characterized, the positions she occupied in the intellectual field of Curitiba and Monte Alegre were identified, and the specificities of the mediation she performed in school coordination were analyzed. Based on Hellê’s written production – published in the newspapers *O Tibagi* and *Diário do Paraná*, especially the series of chronicles *Nos campos e nos pinhais* (1963-1974) – and on institutional documents, interpreted through the concepts of *habitus*, capital, field and *illusio*, by Pierre Bourdieu, as well as the discussions on mediating intellectuals systematized by Gomes and Hansen, the analysis of her trajectory was structured in three stages: social and cultural origins (*habitus*), position in the intellectual field (incorporated dispositions), and interpretation of agency (source analysis). The research demonstrated that Hellê Vellozo Fernandes’ protagonism was linked to the capital incorporated in her family, school, and social networks, as well as to the positions she occupied in the intellectual field of Curitiba and Monte Alegre. By converting her experiences with the “caboclos” (people of mixed Indigenous and European ancestry) of *Pinheiral* into symbolic capital, she gained prestige and recognition among the notable intellectuality figures, mainly through male endorsements. In the countryside, within the context of Klabin’s urban-industrial project, she acted as a representative of local power in coordinating schooling in rural villages. Between the countryside and the capital, Hellê challenged the limits imposed on women without breaking them, creating her own responses, such as founding of the Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil and the organizing a model of schooling adapted to the conditions of the encampments. Her voluntary work in Klabin’s schools was guided by an *illusio* that sustained her role as an agent of cultural transformation. In coordinating the “escolinhas do mato”, she appropriated references from rural education, adapting them to precarious conditions and local power relations. Marked by improvisation, these schools operated under a pedagogy of contingency, articulating literacy and hygienist practices for the civilization of the residents in the rural villages of Monte Alegre. In this context, Hellê Vellozo Fernandes acted as a pedagogical and cultural mediator, and her work was marked by ambiguities: while she documented the precarious conditions of the encampments, she also produced moralizing representations of the “caboclos”. Beyond proposing a theoretical and methodological approach that presents itself as a possibility for research on women intellectuals in the History of Education, this thesis contributes to making visible trajectories such as that of Hellê Vellozo Fernandes and, indirectly, that of the population of the pine forests of Monte Alegre, demonstrating that the mediation of these women was constituted not only by pedagogical practices, but also by forms of cultural intervention and the construction of their own identities as intellectuals.

Keywords: History of Education; Intellectual History; Intellectual Mediation; Rural Education; Telêmaco Borba.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 1	– Sede do Instituto Neo-Pitagórico em Curitiba - Templo das Musas (19--)	49
IMAGEM 2	– Reunião no Instituto Neo-Pitagórico (19--)	53
IMAGEM 3	– Dario Vellozo e neta em biblioteca (19--)	55
IMAGEM 4	– Escolástica de Moraes Vellozo em pose para foto (19--)	59
IMAGEM 5	– Hellê Vellozo Fernandes em trajes de festa (19--)	68
QUADRO 1	– Médias de Hellê Vellozo no Ginásio Paranaense (1937-1941)	78
QUADRO 2	– Disciplinas da Escola de Professores (1938)	82
IMAGEM 6	– Hellê Vellozo Fernandes e Nancy Reagan (19--)	123
IMAGEM 7	– Solenidade de posse de Hellê Vellozo Fernandes na Academia Paranaense de Letras (1997)	130
QUADRO 3	– Periodicidade de <i>Comentário da Semana</i> ao longo dos anos (1948-1964)	147
QUADRO 4	– Sociabilidade intelectual de Hellê Vellozo Fernandes em <i>O Tibagi</i> (1948-1964)	150
QUADRO 5	– Publicações de <i>O Tibagi</i> sobre educação (1948-1964)	172
IMAGEM 8	– Alunas/os e professora de alguma das primeiras escolas rurais de Monte Alegre (195?)	217

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 O CAMINHO QUE LEVOU HELLÊ VELLOZO FERNANDES À MONTE ALEGRE	29
1.1 ORIGENS FAMILIARES E DISPOSIÇÕES INCORPORADAS.....	31
1.2 FORMAÇÃO ESCOLAR E DISPOSIÇÕES DESENVOLVIDAS	60
2 AS POSIÇÕES QUE HELLÊ VELLOZO FERNANDES OCUPOU EM CURITIBA E EM MONTE ALEGRE.....	80
2.1 REDES DE SOCIABILIDADE NO CAMPO INTELECTUAL CURITIBANO	83
2.2 PROTAGONISMO EM MONTE ALEGRE	123
3 A COORDENAÇÃO QUE HELLÊ VELLOZO FERNANDES PRATICOU NAS “ESCOLINHAS DO MATO”	157
3.1 IDEIAS SOBRE EDUCAÇÃO EM CIRCULAÇÃO EM MONTE ALEGRE	159
3.2 ATUAÇÃO NAS “ESCOLINHAS DO MATO”: MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA E CULTURAL	180
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	212
REFERÊNCIAS.....	220
APÊNDICE A – MEMORIAL.....	245
APÊNDICE B - FONTES.....	251
ANEXO A – MONTE ALEGRE NO MAPA DO PARANÁ (1939)	262

INTRODUÇÃO

A trajetória intelectual de Hellê Vellozo Fernandes (1925-2008), com destaque para seu papel como coordenadora das “escolinhas do mato” da Fazenda Monte Alegre¹, constitui o objeto central desta tese. Ao mudar-se de Curitiba para a localidade, Hellê Vellozo Fernandes passou imediatamente a atuar na vida pública local. Suas origens familiares e escolares, bem como seu posicionamento no campo intelectual curitibano e no contexto de Monte Alegre, favoreceram sua inserção e atuação naquela sociedade em processo de formação. Desempenhando os papéis de professora, coordenadora escolar e escritora (de livros e jornais²), contribuiu para a educação local ao atuar como mediadora dos debates sobre a educação rural, adaptando-os às particularidades da Fazenda Monte Alegre.

Em 1945, recém-chegada à localidade em ocasião de seu matrimônio com Paulo Rios Fernandes, indicado para trabalhar como médico no local, poucas eram as atividades ali disponíveis às moças e senhoras – isso porque, nesse período, Monte Alegre ainda estava em fase de construção. Até os anos 1930, a região conhecida como “sertões do Tibagi” era representada como inabitada (Fernandes, 1974)³. Foram as políticas de substituição de importações e de ocupação do interior do país, desenvolvidas durante o governo do presidente Getúlio Vargas e do interventor paranaense Manoel Ribas, articuladas aos interesses

¹ Atual município de Telêmaco Borba – PR, até 1964 pertencente à Tibagi. De acordo com Coraiola (2003), os conjuntos habitacionais da Fazenda Monte Alegre eram divididos em dois grupos: vilas industriais e vilas rurais. As áreas urbanas foram projetadas sob a concepção de cidades-empresas, organizadas com vistas à maior produtividade do trabalho (Willer, 1997; Piquet, 1998). Já as regiões rurais, integrantes do chamado Setor Florestal, eram habitadas por famílias de operários florestais que atuavam no corte e no plantio de pinheiros destinados à produção na fábrica de papel ali instalada. Parcela dessas vilas rurais eram denominadas de “acampamentos”, pois eram montados e desmontados conforme as necessidades fabris. Nessas localidades, distantes dos núcleos urbanos de Monte Alegre, funcionavam as “escolinhas do mato”. Destaca-se que, embora localizadas em áreas rurais, essas vilas não se caracterizavam pela lógica da agricultura familiar, mas por uma relação direta com a atividade industrial de base florestal.

² Hellê Vellozo Fernandes assinou a maior parte de sua produção literária e jornalística com o pseudônimo “Hél”. As referências aos seus escritos seguiram a nomenclatura por ela adotada nas publicações originais. No entanto, ao longo desta tese, as menções a ela e a outras mulheres, sempre que possível, foram realizadas por seus nomes completos, com o intuito de fortalecer na memória coletiva o protagonismo intelectual feminino por meio da valorização de seus nomes próprios.

³ O conceito de região não deve ser compreendido como uma simples delimitação geográfica ou administrativa, mas como uma categoria socialmente construída, conforme problematizado por Bourdieu (2012). Com base no autor, entende-se que as fronteiras regionais resultam de disputas simbólicas e classificatórias, nas quais certos agentes detêm maior poder de nomeação e de imposição de princípios de divisão do mundo social. Assim, a definição do que pertence ou não a uma região, e por extensão a uma identidade, implica um ato de autoridade simbólica que produz efeitos de realidade. Logo, ela deve ser compreendida como produto de relações de poder e de processos de classificação interessados, e não como dado natural. É nesse sentido que a Fazenda Monte Alegre e seu entorno são compreendidas como “região”: um espaço socialmente produzido a partir do arbitrário dominante – daí os indígenas e remanescentes dos processos de colonização terem sido excluídos das narrativas oficiais que construíram a ideia de esvaziamento dos “sertões do Tibagi” (Vieira, 2015).

empresariais da família Klabin, que estimularam o desenvolvimento urbano-industrial naquele território (Couto, 2017)⁴.

A união destes interesses resultou na instalação de uma fábrica de papel e celulose no interior do Paraná⁵. Localizada na Fazenda Monte Alegre (Anexo A), para viabilizar seu funcionamento foram construídos diversos núcleos residenciais e ofertados equipamentos como hospitais, espaços para lazer e escolas (Piquet, 2008). Tal infraestrutura urbana era uma novidade para muitos residentes – até então jamais experimentada pela maior parte dos operários da fábrica, oriundos dos sítios e pequenas cidades da região. Em contrapartida, era muito distante da vida social e cultural agitada da capital paranaense e outros centros. Ao rememorar sua mudança para Monte Alegre, Hellê Vellozo Fernandes destacou esse contraste: “[...] fiquei desesperada porque não tinha o que fazer, eu não estava acostumada a não fazer coisa nenhuma, e contrariando determinadas determinações, desculpe o pleonasmo, eu fui ser professora primária, e fiz questão de ser alfabetizadora” (HVF - Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993, p. 3)⁶.

Embora não dependesse economicamente de seu próprio trabalho, ao chegar na cidade-empresa, Hellê Vellozo Fernandes passou a atuar em uma escola primária, que funcionava em um barracão cedido pela Klabin⁷. Como eram poucas as professoras na região, ela foi uma das primeiras normalistas formadas a trabalhar no local. Em pouco tempo, deixou as salas de aula do primário para atuar por 12 anos como coordenadora de 33 escolas abertas e mantidas pelos industriais. A oferta de escolas, tanto nas vilas urbanas quanto nas rurais de Monte Alegre, respondia à legislação vigente. A Constituição Federal de 1946, em seu artigo 168, inciso III, determinava que “[...] as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes” (Brasil, 1946a)⁸. Por essa razão, como destacaram Carneiro e Jorge (2006, p. 1),

⁴ Para saber mais sobre as relações políticas e econômicas dos Klabin, conferir Margalho (2008, 2013).

⁵ Sobre a importância de Monte Alegre, Maurício Mendonça publicou nos Anais do II Congresso Brasileiro de História Econômica: “este empreendimento marca uma linha divisória no desenvolvimento da indústria de papel e de celulose no Brasil. Em primeiro lugar, porque trata-se do primeiro projeto de uma fábrica de papel integrada em larga escala, utilizando recursos florestais nacionais. Em segundo lugar, porque é o primeiro projeto onde aparece uma relação explícita entre o Estado e a iniciativa privada, através de uma política pública deliberada de apoio ao desenvolvimento do setor” (Cony; Lamarão, 2001, p. 139-140).

⁶ Em 1993, o Centro de Documentação e Memória Klabin realizou entrevista oral com Hellê Vellozo Fernandes e Paulo Rios Fernandes sobre a Monte Alegre antiga. Para distinguir o relato da intelectual do de seu esposo, foram adotadas as iniciais dos mesmos nas referências das citações, sendo HVF para ela e PRF para ele.

⁷ Com o desenvolvimento da infraestrutura urbana de Monte Alegre, outras instituições de ensino foram criadas. Hellê Vellozo Fernandes também lecionou no Grupo Escolar Manoel Ribas e regeu a cadeira de Português na Escola Comercial Getúlio Vargas e nos Cursos de Aperfeiçoamento para funcionários do Setor Florestal da Klabin (Galeno, 1979).

⁸ Lembrando que, com a promulgação da Constituição de 1934, o ensino primário tornou-se obrigatório no Brasil.

“[...] a formação escolar se tornou necessária não só aos pequenos grupos de crianças e jovens oriundos de famílias da elite dirigente das ‘Indústrias Klabin de Celulose do Paraná S/A’, mas aos filhos do proletariado”. Portanto, o desenvolvimento das chamadas “escolinhas do mato” — denominação utilizada por Hellê Vellozo Fernandes em suas crônicas — constituiu, ao mesmo tempo, resposta à exigência legal e expressão de um processo civilizador em curso.

Desde o início da Primeira República, “[...] o ideário da sociedade brasileira, guiada pelos ideais republicanos, passava pela generalização da escolarização, de modo a reformar a sociedade pela via da formação das pessoas, visando transformar o Brasil em uma nação à altura das mais progressistas do século” (Ferreira; Vechia, 2023, p. 228). Às escolas foram atribuídas inúmeras funções, como formação patriótica e regeneração social (Santi; Schelbauer; Castanha, 2022). No que se refere ao meio rural, os principais debates defendiam “[...] uma escola rural integrada às condições locais, que promovesse a fixação do homem no campo” (Ivashita; Schelbauer, 2017, p. 569). Essas instituições eram concebidas como espaços para a expansão da alfabetização, em um período em que a participação política era vedada aos analfabetos, ao mesmo tempo em que buscavam combater o êxodo rural (Souza, 2023). Além disso, as escolas rurais foram concebidas como espaço privilegiado para a difusão de “[...] hábitos urbanos refinados, normas de boa conduta e hábitos de higiene para que pudessem ser inseridas nas atividades produtivas” (Ferreira; Vechia, 2023, p. 239). Entendia-se que “[...] o projeto civilizatório e de modernização da sociedade aconteceria via educação” (Ivashita; Schelbauer, 2017, p. 567).

Em Monte Alegre essa concepção foi materializada em investimentos no desenvolvimento de diversas instituições escolares. Considerando as vilas urbanas e rurais, as publicações do jornal *O Tibagi* entre os anos de 1948 e 1964 evidenciaram que a localidade contava com 1 creche, 2 jardins da infância, 2 grupos escolares (que também ofereciam cursos noturnos para adultos) e 1 Escola Comercial (que funcionou entre 1955 e 1957). Havia também as Escolas Isoladas de Miranda, da Colônia Holandesa, da Pedreira, de Olaria e de Mauá. Nesse contexto, ainda que as “escolinhas do mato” coordenadas por Hellê Vellozo Fernandes funcionassem como Escolas Isoladas – cuja principal característica era a existência de uma turma multisseriada e uma única docente, geralmente sem formação específica, encarregada pelo processo de ensino (Aksenén; Miguel, 2015) –, “[...] as escolas de mato não eram do Estado, as escolas de mato eram todas pagas pela Klabin, porque o governo não ia... Nós tínhamos 33 escolas de mato” (HVF – Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993, p. 49). Possivelmente por essas instituições espalhadas Fazenda Monte Alegre adentro serem

particulares da Klabin, ganharam uma denominação atrelada às relações laborais locais para expressar sua dinâmica própria em relação às escolas rurais estatais.

Como coordenadora das “escolinhas do mato”, Hellê Vellozo Fernandes teve um papel fundamental: ao mediar os debates sobre a educação rural⁹ em circulação e articulá-los às especificidades de Monte Alegre, Hellê Vellozo Fernandes desenvolveu um modelo de ensino próprio, destinado às filhas e filhos dos lenhadores e plantadoras/es de pinheiro que viviam nas vilas rurais da Klabin. Orientando as professoras leigas, Hellê Vellozo Fernandes reforçou certos conhecimentos pedagógicos, normas de conduta e visões de mundo, que produziram sentidos às práticas dessas docentes. No entanto, suas expectativas pedagógicas e a realidade das escolas se chocavam constantemente: várias das ideias sobre como a escola rural deveria funcionar aprendidas com o professor Erasmo Pilotto, na Escola de Professores de Curitiba e para além dela, não puderam ser implementadas em Monte Alegre por uma série de dificuldades.

A esse respeito, em crônica publicada em 1964 no jornal *Diário do Paraná*, Hellê Vellozo Fernandes narrou a história de uma escola “muito triste” sob sua supervisão. Situada no meio da floresta de pinheiros, a escola do acampamento chamado Lagoinha era improvisada em uma antiga moradia, por isso, abrigava dois enormes fogões de tijolos no centro e as carteiras das/os alunas/os ficavam espremidas de ambos os lados. De acordo com Hellê Vellozo Fernandes, “As crianças, encardidas como tudo ali, pertenciam à classe mais miserável de Pinheiral¹⁰”. Seus pais, analfabetos, se sentiam suficientemente instruídos para desafiar e até ameaçar a professora, exigindo que suas/seus filhas/os decorassem a cartilha já na primeira semana de aula – o que, segundo eles, era tudo o que precisavam para aprender a ler (Hél, 1964a, p. 3, segundo caderno)¹¹.

Tratando de sua “missão sem fim”, Hellê Vellozo Fernandes destacou as dificuldades de acesso àquela escola no meio do pinhal. Como os acampamentos eram situados próximos às fontes de água, eram comuns epidemias. Nessas condições, “[...] nos trinta ou quarenta ranchos do acampamento fechavam-se as portas e janelas, o ar dentro ficava viciado, enfumaçado pelos

⁹ A expressão educação rural refere-se, sobretudo, à tradição histórica de escolarização voltada a populações do meio rural como parte de um processo civilizador atrelado às necessidades econômicas dominantes. Já a educação do campo é uma modalidade de ensino, igualmente voltada às populações rurais, que preza por adaptações curriculares e metodológicas, garantindo acesso, permanência e respeito à diversidade cultural (Brasil, 1996).

¹⁰ A *Pinheiral* das crônicas de Hellê Vellozo Fernandes refere-se à Fazenda Monte Alegre, cujas paisagens e contexto foram cenário de diversas de suas produções a partir de 1945. Em referências à Klabin, utilizava a expressão *Companhia*.

¹¹ Essa passagem permite inferir que, dadas as relações de poder em Monte Alegre, os pais se viam obrigados a matricular as filhas e filhos na escola, até pelas sanções previstas em lei. No entanto, tinham pressa na conclusão do curso, já que muitas crianças ajudavam no sustento da família.

cigarros fétidos. A gripe, o sarampo ou a varicela derrubava toda a criançada” (Hél, 1964a, p. 3, segundo caderno). Em uma de suas visitas a esse acampamento e sua “escolinha do mato”, Hellê Vellozo Fernandes contraiu coqueluche, levando meses para sua plena recuperação. Em suas palavras, “nossa vontade, ao sair de jipe pelas plantações [de pinheiro], era passar ao largo. Mas, invariavelmente, o senso do dever leva-nos mais vezes à Lagoinha” (Hél, 1964a, p. 3, segundo caderno).

Para grande parte das famílias das vilas rurais de Monte Alegre, uma criança que completava seus 9, 10 anos de idade representava uma oportunidade de aumentar a renda familiar ao trabalhar no corte de lenha, por exemplo. Por isso, segundo o entendimento de Hellê Vellozo Fernandes, apenas a expectativa em receber algo em troca, como leite, cobertores de feltro¹² ou agasalhos, levava “[...] aquela gente a fazer-nos o favor de mandar os filhos à escola” (Hél, 1964a, p. 3, segundo caderno). Nesse contexto, as adversidades para manter as crianças na escola eram enormes. A evasão era frequente diante do trabalho infantil, fundamental nos acampamentos da Klabin para a sobrevivência das famílias. Assim, dado o curto ciclo de escolarização das/os estudantes, o preparo e o acompanhamento das professoras se tornavam tarefas fundamentais para garantir o mínimo de continuidade e eficácia no ensino. Uma vez que as docentes das “escolinhas do mato” não tinham formação, elas recebiam treinamentos em cursinhos intensivos, durante as férias, e orientações de Hellê Vellozo Fernandes ao longo do ano. Sobre o preparo das professoras leigas, ela relatou:

Era o seguinte, nos acampamentos de mato a mulher mais instruída tinha 2º ano primário, sabia ler, escrever e contar, ou no máximo o 4º ano primário, o 4º ano era raro, esta mulher era a nossa professora. Então como é que nós dávamos as noções para elas? Durante as férias elas eram reunidas no [Setor] Florestal e tinham aulas sobre o programa que elas tinham que dar, e depois então elas iam repetir o programa para os alunos, inclusive já no método de alfabetização imposto por nós. Eu digo por nós, porque a gente impunha mesmo. Bom, aqui em Curitiba tinha um professor, um pedagogo, que foi o maior pedagogo, o maior professor do Paraná, em nível de Professora Normalista, porque ele achava que o primário é a base da vida do indivíduo, chamado Erasmo Pilotto, e ele era Secretário de Educação nesse tempo, então eu vim aqui e disse: - “Professor Erasmo, como é que nós vamos fazer lá? Nós temos uma professora de 2º ano”. Aí então trocando ideias com ele: - “Vocês façam assim, façam dessa maneira” (HVF - Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993, p. 51).

Em diálogo com o professor Erasmo Pilotto, Hellê Vellozo Fernandes na coordenação das escolas espalhadas pela Fazenda Monte Alegre adotou a seguinte estratégia: a prioridade

¹² Feltro era o nome dado ao material utilizado na fábrica de papel como esteira transportadora de massa de celulose. Quando perdia sua capacidade de uso industrial, era retirado das máquinas, cortado e doado aos moradores dos acampamentos para serem utilizados como cobertores nas frias manhãs de inverno nos pinhais (Hél, 1970).

era ensinar a ler, escrever e contar – ficando as lições de História e Geografia em segundo plano. Ademais, ao visitar cada escola, ela aproveitava a ocasião para realizar correções às professoras ou mesmo lecionar em seus lugares. Segundo ela, apesar das dificuldades, “[...] no fim do ano nós dávamos 1.000 crianças alfabetizadas quando estávamos organizadas no mato” (HVF - Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993, p. 52).

As crianças dos acampamentos eram as mais carentes de Monte Alegre, dada a situação cultural e laboral de seus pais – trabalhadores não especializados e terceirizados da Klabin. Por essa razão, a atuação de Hellê Vellozo Fernandes também perpassou ações de assistência social destinadas a essa população. Integrante do Departamento Feminino de Assistência Social de Monte Alegre¹³, ao lado de “[...] esposas de engenheiros, de altos funcionários, de médicos”, trabalhou em socorro dos necessitados (HVF - Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993, p. 44). Entre as principais atividades realizadas pelo Departamento Feminino de Assistência Social de Monte Alegre, destaca-se o cadastro das mulheres grávidas para posterior atendimento da parturiente pelo serviço médico local e a distribuição de leite e enxoval às mães. O material preparado pelas senhoras da elite montealegrense e destinado às puérperas foi entregue por Hellê Vellozo Fernandes às mulheres residentes do Setor Florestal por aproximadamente 18 anos. Além disso, nessas visitas, ela aproveitava para abordar questões de higiene e alimentação, ensinando às mães sobre como deveriam ser os cuidados para com as/os filhas/os (Vieira, 2020).

Paralelamente a essas atividades, também em 1948, Hellê Vellozo Fernandes participou da fundação do jornal *O Tibagi* e nele atuou como redatora social por mais de 30 anos. O semanário, de propriedade de Horácio Klabin, era o único veículo de imprensa em circulação na cidade-empresa e “[...] constitui[u], para a grande maioria dos operários alfabetizados a primeira leitura regular desde que deixaram os bancos da escola primária” (Fernandes, 1974, p. 126). Em sua crônica *Comentário da Semana*, relatou suas experiências na educação e assistência social dos acampamentos, entre outros assuntos. Pertencente à elite local, a partir desta posição – decorrente também das suas relações sociais e institucionais para além de Monte Alegre – Hellê Vellozo Fernandes registrou em suas crônicas parte dos processos de mediação por ela realizados como coordenadora das “escolinhas do mato”.

Segundo Helena Kolody (1974), “durante 25 anos, Hellê participou intensamente da vivência da cidade, desde os seus primórdios, dedicando-lhes os melhores anos de sua vida. É enorme seu acervo de serviços, [que] com dedicação e competência” realizou de maneira

¹³ O Departamento Feminino de Assistência Social de Monte Alegre foi fundado em 1948 com apoio direto de Horácio Klabin, diretor-administrativo de Monte Alegre.

voluntária¹⁴. Nesse período, no entanto, a atuação de Hellê Vellozo Fernandes não ficou restrita apenas à Monte Alegre. Enquanto residiu na cidade-empresa, foram frequentes suas viagens à Curitiba (HVF – Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993). Além de rever familiares, essas visitas estiveram atreladas à sua participação em diversas instituições da capital, tais como o Centro de Letras do Paraná, a Academia Feminina de Letras do Paraná e a Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil, entre outras.

Por sua intervenção pública, tanto na capital paranaense quanto no interior, Hellê Vellozo Fernandes é entendida nessa tese como uma intelectual. De acordo com Gomes e Hansen (2016, p. 10), intelectuais são pessoas engajadas na “[...] produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social”. Suas tomadas de posição não são resultado de uma agência completamente autônoma, mas guardam estreitas relações com as condições de produção que as tornaram possíveis – isso porque a agência de uma/um intelectual ocorre em conexão com “[...] outros atores sociais e organizações, intelectuais ou não, e tendo intenções e projetos no entrelaçamento entre o cultural e o político” (Gomes; Hansen, 2016, p. 12).

Além das/dos intelectuais conhecidas/os pela criação ou produção, há aquelas/es que se ocupam de divulgar determinado bem cultural. Nesse sentido, para compreender as dinâmicas da produção de significados sobre o mundo social, faz-se necessário observar também os fenômenos de mediação, que não são apenas transmissões de mensagens, pois “[...] sempre envolvem mudanças em seus sentidos” (Gomes; Hansen, 2016, p. 13). Essa perspectiva permite reconhecer formas de atuação intelectual frequentemente invisibilizadas, como as protagonizadas por mulheres em contextos educacionais e culturais fora dos grandes centros, cujas práticas de mediação, apesar de fundamentais, raramente foram interpretadas como produção intelectual legítima.

No caso de Hellê Vellozo Fernandes, seu protagonismo no campo intelectual ocorreu em diferentes frentes, variando seu posicionamento e forma de atuação¹⁵. Na literatura e no jornalismo, pode ser considerada como produtora de bens simbólicos, posto que criava – com relativa autonomia – discursos próprios, abordando temas que considerava de interesse público. Na educação, seu papel foi o de mediadora – especialmente no processo de implementação e

¹⁴ Em entrevista para o Centro de Documentação e Memória Klabin (1993, p. 60), ao ser questionada se Hellê Vellozo Fernandes ganhou por seu trabalho em Monte Alegre, ela respondeu: “não, era tudo voluntário. Tanto é que isso me criou um problema muito grande de aposentadoria”, em referência à dificuldade de comprovar seu tempo de serviço ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

¹⁵ Segundo Gomes e Hansen (2016, p. 22), um mesmo agente possui “[...] numerosas possibilidades de funções que pode exercer ao mesmo tempo e através do tempo”.

coordenação das escolas nas vilas rurais de Monte Alegre. Ainda que não existam documentos oficiais registrando esse processo, Hellê Vellozo Fernandes, por meio de crônicas publicadas no jornal *Diário do Paraná* (Curitiba), registrou suas percepções e colocou em circulação representações¹⁶ sobre tais escolas e seu público-alvo. Tais fontes evidenciaram aquilo que Gomes e Hansen (2016, p. 18) afirmaram sobre as intelectuais mediadoras produzirem elas mesmas “[...] novos significados, ao se apropriar de textos, ideias, saberes e conhecimentos, que são reconhecidos como preexistentes”. Hellê Vellozo Fernandes, ao mediar os debates sobre educação rural e adaptá-los ao contexto dos acampamentos da Klabin, acabou desenvolvendo uma proposta educacional singular: as “escolinhas do mato”.

Apesar de, até o momento, não terem sido identificadas publicações acadêmicas dedicadas especificamente ao protagonismo intelectual de Hellê Vellozo Fernandes¹⁷, é importante destacar que uma dimensão de sua atuação já havia sido investigada em estudo anterior, no qual foi analisado o papel do jornal *O Tibagi* como um dos elementos centrais do processo civilizador de Monte Alegre (Vieira, 2020). Naquele momento, ainda que Hellê Vellozo Fernandes figurasse como uma das principais agentes no periódico e fosse uma participante ativa da vida cultural local, a sua atuação foi concebida como parte de um projeto jornalístico mais amplo, e não como objeto de uma análise centrada em suas ações. A presente tese, ao deslocar o foco para as “escolinhas do mato”, acabou investigando outra frente de sua intervenção no mesmo processo civilizador: sua atuação na coordenação escolar e seu papel mediador.

Dimensionada sob esse aspecto de seu protagonismo, diversas questões permaneciam em aberto: quais disposições motivaram suas ações na esfera educacional? Qual era seu posicionamento no campo intelectual curitibano e em Monte Alegre? Quais foram as características da mediação realizada na coordenação das “escolinhas do mato”? Considerando tais questões, o objetivo desta tese foi analisar a trajetória intelectual de Hellê Vellozo Fernandes, destacando seu papel como coordenadora das “escolinhas do mato” da Fazenda Monte Alegre, entre os anos de 1945 e 1964. Para atingir esse objetivo, três objetivos específicos foram estabelecidos, a saber: 1) caracterizar os aspectos familiares e escolares que contribuíram para a formação do *habitus* de Hellê Vellozo Fernandes; 2) identificar as posições

¹⁶ Bourdieu (2012) concebeu as representações como sistemas de classificação e nomeação do mundo social que, ao serem reconhecidos como legítimos, produzem efeitos de realidade. Elas não se reduzem a imagens ou ideias; constituem atos simbólicos dotados de eficácia social, uma vez que organizam percepções, naturalizam hierarquias e contribuem para a manutenção e legitimação das estruturas de poder.

¹⁷ Afirmção pautada em consulta nas bases de dados Google Scholar, Portal de Periódicos CAPES/MEC, Redalyc, Researchgate e Scielo realizada no dia 06 jun. 2024.

por ela ocupadas no campo intelectual curitibano e em Monte Alegre 3) analisar as especificidades da mediação por ela realizada na coordenação das “escolinhas do mato”.

O levantamento de fontes foi um desafio para a escrita desta tese, sobretudo pela ausência de informações sobre Hellê Vellozo Fernandes, cujo conhecimento prévio se restringia a seus livros e a alguns verbetes dispersos em páginas na internet relacionadas à literatura paranaense. No que diz respeito a sua família, apenas o avô Dario possuía estudos sistemáticos apresentando facetas de sua atuação pública¹⁸, além de Kamita (2004) como referência sobre a avó Escolástica. Na ausência de fontes acerca de seus pais, Porthos e Prudência, a consulta aos jornais de época via Hemeroteca Digital foi fundamental. Buscando ampliar as informações acerca da família de Hellê Vellozo Fernandes, recorreu-se à Biblioteca Pública do Paraná, que disponibilizou recortes de jornais contendo textos e entrevistas, bem como perfis e poesias de sua avó e de suas irmãs mais velhas. Além disso, no Arquivo Público do Paraná foram encontrados os boletins do período em que Hellê Vellozo Fernandes cursou o Ginásio Paranaense – que demonstraram que ela foi a primeira aluna da turma, indicando um privilégio cultural e uma distinção intelectual precoce.

Em relação ao posicionamento de Hellê Vellozo Fernandes no campo intelectual curitibano, de igual maneira, não havia informações substanciais. Assim, os elementos pré-textuais de suas obras e repercussão na imprensa paranaense foram adotados como fontes¹⁹, e permitiram identificar suas redes de sociabilidade e posicionamento entre a intelectualidade da capital paranaense. Buscando ampliar o conhecimento acerca de seu protagonismo, foi também estabelecido contato com a Academia Feminina de Letras do Paraná, que forneceu um currículo completo de Hellê Vellozo Fernandes e fotografias da autora. Em relação à sua atuação em Monte Alegre, as edições do jornal *O Tibagi* entre 1948 e 1964 e o livro *Monte Alegre, Cidade-papel*, de Hellê Vellozo Fernandes, foram as principais fontes utilizadas.

Foram ainda adotadas como fontes a legislação educacional de meados do século XX e as publicações de Erasmo Pilotto a esse respeito. Para conhecer a concepção de educação em circulação em Monte Alegre, foram mobilizadas todas as publicações de *O Tibagi* e os textos de Hellê Vellozo Fernandes nele publicados sobre o assunto, entre os anos de 1948 e 1964. Especificamente sobre a mediação por ela realizada nas “escolinhas do mato” de Monte Alegre, as principais fontes foram as crônicas *Nos campos e nos pinhais*, publicadas no jornal *Diário*

¹⁸ Entre os estudos sobre aspectos variados da ação intelectual de Dario Vellozo é possível destacar Schafrath e Miguel (2012), Bega (2013), Gonçalves Junior (2017), Mello (2024).

¹⁹ Consulta realizada na Hemeroteca Digital a partir do nome das obras.

do *Paraná* entre 1963 e 1974²⁰. Como fontes complementares, foi utilizada uma entrevista concedida por Hellê Vellozo Fernandes ao Centro de Documentação e Memória Klabin, além de fotografias antigas de Monte Alegre presentes no livro de Coraiola (2003).

Dada sua longa trajetória, a análise de sua atuação como coordenadora das “escolinhas do mato” abrangeu os anos de 1945 a 1964 – da chegada da intelectual na localidade ao momento em que foi desligada de seu trabalho voluntário. Com o surgimento de Telêmaco Borba, foram sendo encerradas as atividades educacionais prestadas pela empresa. Segundo Hellê Vellozo Fernandes, no início dos anos 1960, “[...] o Estado já tinha condições, Monte Alegre tinha progredido, já não havia aquela necessidade da Klabin despende tanto, quando já havia possibilidades” (HVF – Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993, p. 55). Além disto, nos anos 1950, seus filhos mudaram-se de Monte Alegre para a capital paranaense, a fim de dar continuidade aos estudos. Por essa razão, ela se considerava uma “caixeira viajante”, pelas constantes idas e vindas de Monte Alegre à Curitiba. No entanto, no ano de 1964, às vésperas de sua filha iniciar a faculdade, acabou voltando a residir na capital sob a seguinte justificativa: “[...] a gente temia muito droga na universidade, e passeatas [...] então a gente vinha imbuído daquilo: como será lá sozinha, vai sair de um internato, como é que vai ser? Aí eu fiz [vestibular para jornalismo], passei” (HVF – Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993, p. 58).

Um dos desafios enfrentados na realização dessa tese esteve relacionado a tradições da historiografia da Educação, cujo referencial tende a contemplar as mulheres sobretudo por suas ações (Vieira; Burioli, 2025). Pouco crédito costumava ser dado à “[...] autoria de suas ideias e suas obras, o que significava um duro golpe ao seu reconhecimento como intelectuais” (Orlando, 2021, p. 56). De acordo com Orlando (2021, p. 54), “[...] nos trabalhos sobre mulheres, elas raramente figuram como intelectuais e nos trabalhos sobre intelectuais raramente versam sobre mulheres”. Além disso, “[...] as trajetórias privilegiadas são aquelas relacionadas às pautas mais progressistas” (Orlando, 2021, p. 54). Apesar disto, nos últimos anos, tem crescido o número de estudos que abordam as mulheres como intelectuais, incluindo aquelas alinhadas a projetos conservadores, como demonstram os trabalhos de Martins (2023, 2016).

Segundo levantamento realizado por Vieira e Skalinski Junior (2024) sobre história/trajetória intelectual de mulheres na área de Educação, trata-se de uma temática cujo

²⁰ Enquanto atuou na coordenação das “escolinhas do mato”, Hellê Vellozo Fernandes publicou algumas poucas crônicas em *O Tibagi*, intituladas Nos campos e nos pinhais. Mais tarde, essas e outras inéditas vieram a público no *Diário do Paraná*. Em 1970, parte desse material foi reunida, editada e organizada no livro *Nos campos e nos pinhais*, do qual as crônicas não veiculadas no Diário do Paraná foram incorporadas à análise.

interesse vem crescendo desde as primeiras décadas do século XXI, como o número e a frequência de publicações em revistas acadêmicas, sobretudo de Qualis A1, indicaram. Diversos estudos recentes – entre eles os de Orlando (2017), Fialho; Sá (2018), Galvêncio; Espindola; Costa (2018), Bueno; Cordeiro (2019), Gomes (2019), Oliveira; Martiniak (2019), Skrusinski; Orlando (2019), Galvêncio; Costa (2020), Bueno; Mello (2022), Pinto (2022), Prado; Hai (2022) e Tomé; Campos (2023) – abordaram o protagonismo das mulheres na produção intelectual e educativa, demonstrando que elas não se limitaram a papéis domésticos e secundários na sociedade. Essas pesquisas, no entanto, concentraram-se principalmente em mulheres que atuaram nas primeiras décadas do século XX (Vieira, Skalinski Junior, 2024), indicando a necessidade de ampliar a abrangência temporal das investigações para contemplar mulheres como Hellê Vellozo Fernandes, cujo protagonismo ocorreu de 1940 em diante.

É possivelmente pelas lacunas historiográficas apontadas que, mesmo tendo sido laureada por suas obras literárias, ter escrito antologia didática para o ensino de literatura financiada pelo governo do Paraná e fundado a Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil (AJEB), a trajetória de Hellê Vellozo Fernandes – neta de Dario Vellozo, frequentadora da elite intelectual curitibana e com uma trajetória marcada pelo prestígio social e pelo reconhecimento institucional – permanecia, até o momento, ausente de análises. Entre outros fatores, acredita-se que a ausência de estudos sobre esta e outras intelectuais de seu tempo é decorrente de uma lacuna própria da História das Mulheres: é “[...] notável o silêncio historiográfico sobre as mulheres que ideologicamente se alinharam ao conservadorismo político e social” (Martins, 2016, p. 3). Uma vez que as pesquisas sobre história das mulheres, iniciadas no Brasil na década de 1970, comprometidas com o feminismo e assumindo uma postura crítica à história oficial, voltaram-se ao estudo das mulheres excluídas das narrativas históricas tradicionais, deixando de fora aquelas cujos posicionamentos eram compreendidos como ambíguos. Por esta razão, ainda hoje faz-se necessário ampliar o saber acerca do protagonismo de mulheres que, por exemplo, “[...] partilhavam do conservadorismo como um estilo de pensamento e orientador de comportamentos” (Martins, 2016, p. 3)²¹.

Nesta tese, o termo conservadorismo é compreendido como um conjunto de ideias e atitudes políticas e sociais orientadas para a “[...] manutenção do sistema político existente e dos seus modos de funcionamento”, constituindo-se como uma posição alternativa e,

²¹ É importante destacar que nem todas as mulheres pertencentes às elites podem ser tomadas, por suposto, como conservadoras (Martins, 2023). No entanto, faz-se necessário considerar a tendência existente entre os agentes com maior capital (econômico, social, cultural ou simbólico) de preservar a estrutura de dominação que os favorecem.

frequentemente, reativa a forças inovadoras (Bonazzi, 1998, p. 242). De acordo com Bonazzi (1998), não se trata de uma doutrina sistemática ou homogênea, mas de uma orientação que adquire significado em relação a projetos considerados progressistas, assumindo, portanto, um caráter histórico, relacional e situado. Tal compreensão permite afastar leituras normativas ou anacrônicas do conservadorismo, entendendo-o como um modo de pensar e agir que se manifesta de forma variável, de acordo com os contextos sociais, as posições ocupadas pelos agentes e as disputas simbólicas em curso. Assim, o conservadorismo funciona como categoria analítica, que permite compreender disposições, valores e limites da atuação intelectual em contextos específicos.

Duarte (2023) apresentou uma classificação sobre as diferentes manifestações do pensamento conservador: o conservadorismo nostálgico se caracteriza pela valorização idealizada do passado, que serve de referência para a crítica do presente e para a defesa de correções baseadas em experiências históricas pregressas; o conservadorismo moral defende valores e crenças tradicionais relacionados ao comportamento e à conduta, manifestando-se na resistência à mudança nos papéis sociais e nas relações humanas; o conservadorismo político visa a preservação da ordem e da estabilidade social por meio da manutenção das instituições políticas, associando-se à defesa da hierarquia e à rejeição de rupturas e processos revolucionários; e o conservadorismo econômico busca a proteção dos mecanismos de mercado entendidos como naturais e autorregulatórios, rejeitando propostas de igualdade social e reafirmando a associação entre propriedade e liberdade. Em todos eles, “[...] medo ou receio do novo/desconhecido, desconfiança em relação à mudança e à ação puramente humana, apreço por normas morais, hierarquias, instituições e comportamentos tradicionais” são pressupostos básicos (Duarte, 2023, p. 124).

Ainda que tenha dialogado com elementos conservadores de seu tempo, Hellê Vellozo Fernandes era uma mulher cujos posicionamentos e práticas foram marcados por ambiguidades. Sua atuação em diferentes frentes – literária, jornalística e educacional – foi caracterizada pelo tensionamento de certos limites socialmente impostos às mulheres de sua época, sem que isso implicasse uma ruptura com as expectativas associadas à sua origem social, formação intelectual e pertencimento de classe²². Essa postura – que combinou expressões de ampliação

²² Segundo a sociologia de Pierre Bourdieu, as classes sociais devem ser entendidas como “[...] conjuntos de agentes situados em posições próximas no espaço social, que se distinguem de outras classes, situadas em posições relativamente distintas” (Sallum Jr; Bertoncello, 2017, p. 119). A posição ocupada produz um *habitus*, que “[...] organiza a relação dos agentes com o mundo social, fornecendo-lhes um sentido prático” (Seidl, 2017, p. 189).

da presença feminina no espaço público com valores tradicionais – foi expressa em nota publicada no *Diário do Paraná* em ocasião do dia da mulher no ano de 1978:

Hoje é o Dia Internacional da Mulher e, segundo Hellê Vellozo Fernandes, presidente da Associação das Jornalistas e Escritoras Brasileiras da coordenadoria do Paraná, este é o momento da mulher, mas pela cooperação e não pela concorrência. "Somos femininas e não feministas ridículas", afirma ela, para quem, no Brasil, o ideal das feministas é válido, mas o método de aplicação é que é errado: "passeatas e antagonismos não surtem efeito no Brasil, onde isso fica ridículo" (*Diário do Paraná*, 1978, p. 18).

Hellê Vellozo Fernandes não rejeitava completamente os ideais de emancipação feminina, mas os enquadrava dentro de referenciais conservadores, nos quais a ampliação dos espaços de atuação feminina deveria ocorrer sem desestabilizar hierarquias sociais, políticas e culturais, cultivadas pelas elites intelectuais e econômicas de Curitiba e de Monte Alegre. Seu posicionamento ambíguo em relação às transformações sociais ajuda a compreender, ao menos em parte, os motivos pelos quais sua trajetória até o momento não havia despertado o interesse das/dos pesquisadoras/es. Nesse sentido, a ausência de estudos sobre Hellê Vellozo Fernandes não pode ser compreendida como sinal de sua irrelevância no campo intelectual, mas como resultado de filtros valorativos que operam na classificação dos agentes considerados dignos de memória e de análise na História Intelectual, da Educação e das Mulheres.

Outro fator que possivelmente contribuiu para esse silenciamento foram os tons regionais presentes em sua obra literária, mas, principalmente, o fato de que parcela das atividades intelectuais realizadas por Hellê Vellozo Fernandes ocorreu no interior do Paraná, junto às populações rurais. De acordo com Silva (2017), os processos educacionais ocorridos no meio rural têm recebido pouca atenção na historiografia da educação. Ainda que existam estudos específicos tendo as escolas rurais Brasil afora como tema, nas pesquisas de Ávila (2013, p. 17) foram identificadas lacunas historiográficas quanto "[...] ao papel desempenhado pelo ensino primário rural na escolarização brasileira na primeira metade do século XX". Segundo a autora, há ausências "[...] quanto ao lugar que essa modalidade educativa deveria ocupar na história da educação brasileira" (Ávila, 2013, p. 17).

Diante do exposto, esta tese justifica-se por sua contribuição à historiografia da Educação. Ao destacar o protagonismo intelectual feminino na mediação de ideias educacionais, foi possível conhecer aspectos empíricos da educação rural em Monte Alegre, até então inexplorados. O estudo das chamadas "escolinhas do mato", marcadas pela precariedade material dos acampamentos e pelas disputas simbólicas em torno do que era considerado adequado para o ensino dos filhos e filhas dos operários florestais da Klabin, permitiu visibilizar

outras histórias e outras escolas – marcadas pela pobreza e muito distantes daquele exemplo nacional almejado pelos idealizadores da fábrica de papel em Monte Alegre (Couto, 2017). Assim, os achados dessa pesquisa extrapolam o campo da História da Educação, trazendo também novas informações para a História Intelectual, História das Mulheres e História Regional.

A opção pelo estudo da trajetória de Hellê Vellozo Fernandes não surgiu por acaso; está diretamente relacionada como pesquisas previamente realizadas (vide memorial). No mestrado em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa, a análise do discurso fundador de Telêmaco Borba (Vieira, 2015) possibilitou o contato aprofundado com o livro *Monte Alegre, Cidade-Papel*, escrito por Hellê Vellozo Fernandes entre 1970 e 1973. Nesta obra, ela abordou processo de construção da cidade-empresa, perpassando acontecimentos cotidianos considerados notáveis. De caráter histórico, o livro foi organizado a partir de “[...] pesquisa cuidadosa em arquivos, o levantamento de documentos e a realização de entrevistas [...] [que] deram base concreta aos fatos que presenciamos durante um quarto de século” (Fernandes, 1974, p. 5). A partir deste material, a intelectual descreveu “[...] a história da implantação de uma indústria nos sertões do Tibagi (Paraná) e dos homens que lá, com seu trabalho, tornaram possível a existência da *cidade-papel*” (Fernandes, 1974, p. 6). Nas entrelinhas da história da empresa, as pessoas e a necessidade de adequá-las às demandas urbano-industriais foram presentes e permitiram conhecer aspectos do protagonismo de Hellê Vellozo Fernandes na localidade.

No doutorado em Ciências Sociais Aplicadas na Universidade Estadual de Ponta Grossa, o estudo do processo civilizador dos trabalhadores urbanos, por meio de narrativas de caráter pedagógico publicadas no jornal *O Tibagi*, demandou a análise das crônicas de Hellê Vellozo Fernandes (Vieira, 2020). Isso porque, em sua coluna semanal *Comentário da Semana*, ela abordava aspectos diversos da vida social local, atuando – se interpretada agora sob o referencial desta tese – como mediadora simbólica dos padrões de comportamento considerados desejáveis naquele contexto. Suas crônicas incidiam sobre temas como a juventude, a educação das crianças, os papéis atribuídos às mulheres, os costumes cotidianos e os desafios da convivência em um ambiente marcado pela rápida urbanização e pela imposição de códigos de civilização entendidos como necessários para o bom funcionamento da cidade e da fábrica, entre outros assuntos. Essas publicações regulares demonstraram como as transformações comportamentais exigidas dos trabalhadores e de suas famílias eram pressionadas por múltiplos dispositivos normativos, entre eles o jornalismo, com destaque para a própria escrita de Hellê

Vellozo Fernandes. Ao realizar tais pesquisas, foi possível conhecer um pouco mais sobre sua história, tão fundamental para Monte Alegre.

Sobre a atuação da intelectual, um antigo morador local afirmou:

A Dona Hellê escrevia de tudo, escrevia de tudo. E o João Marenda também. Havia os comentários de futebol... A Dona Hellê não. A Dona Hellê era mais... Mais assim... É... Era voltada para... Ela escrevia diversos temas, entende? Mas era voltado mais para poesia, contos... Era uma mulher muito inteligente, né? E... Se você ler o jornal... O livro dela, por ali você vê²³.

Reconhecida sua importância entre a população de Monte Alegre/Telêmaco Borba, mas tendo seu protagonismo invisibilizado na História, a trajetória de Hellê Vellozo Fernandes gerou o interesse em compreender como ela encontrou formas de atuar publicamente, descobrindo espaços de “[...] satisfação moral e grande utilidade social” (Guebert, 2018, p. 58) – em um momento histórico sobre o qual ensinaram que as mulheres, especialmente as das classes dominantes, estavam confinadas ao espaço doméstico. Pesquisar sobre essa e outras intelectuais é, portanto, desconstruir sistematicamente essa imagem de mulher passiva e ausente da esfera pública. Todas as mulheres foram e são protagonistas da história – o que faltava/falta, na sociedade e no campo científico, era/é repertório intelectual para superar certos preconceitos que impediam/impedem de perceber isso. É preciso tornar evidente: todas as histórias importam. Por isso, é fundamental estudar mulheres oriundas de diferentes condições econômicas, culturais e sociais – inclusive as de elite, especialmente quando sua intervenção pública afetou os destinos de uma cidade. Quando o protagonismo das antepassadas é visibilizado, inclusive por meio da pesquisa acadêmica, ampliam-se as possibilidades de ação e reconhecimento intelectual no presente a partir da valorização das mulheres de gerações anteriores. Ao serem percebidas como agentes históricos, capazes de pensar, criar e agir em seu tempo, alargam-se as possibilidades para que, no presente, as mulheres também sejam reconhecidas com voz e valor próprios, cuja produção seja legitimada como atividade intelectual.

Inserida no âmbito das discussões da História Intelectual – que se dedica a compreender “[...] os agentes, as práticas, os processos e os produtos classificáveis como intelectuais” (Wasserman, 2015, p. 63)²⁴ –, esta tese parte da premissa de que a análise da produção de uma

²³ VIEIRA, A. F. B. Entrevista concedida por Seu J. em 24 jan. 2014. Esta entrevista faz parte da pesquisa *Para além do papel: análise do discurso fundador da história, memória e identidade da cidade de Telêmaco Borba*, aprovada em 2014 pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sob o número 31378914.7.0000.0105.

²⁴ Inicialmente, a História Intelectual esteve relacionada ao estudo das elites, sobretudo pela pertença dos intelectuais (em sua maioria homens) a esses grupos. Mais tarde, em consequência de transformações na História em relação aos seus objetos de estudo e da ampliação dos grupos de intelectuais possibilitada pela expansão da

intelectual deve ser realizada em contexto, considerando-a simultaneamente produto e produtora desse mesmo contexto. Ainda que perspectivas tradicionais da História tenham atrelado as mulheres ao espaço privado, muitas delas buscaram promover transformações e conquistar novos espaços de atuação (Zomer, 2011). Tais possibilidades, no entanto, variaram de acordo com o período histórico, localização espacial e o grupo social ao qual pertenciam – algumas delas agindo dentro das expectativas de gênero vigentes; outras, questionando os limites que lhes eram impostos (Perosa, 2008).

Entende-se que esses distintos níveis de engajamento decorrem de diferentes *habitus* e capitais, conforme as posições ocupadas por essas mulheres no espaço social e os recursos simbólicos de que dispunham. Nesse sentido, para compreender as especificidades da mediação realizada por Hellê Vellozo Fernandes como coordenadora das “escolinhas do mato”, foi analisada sua trajetória intelectual²⁵. Para tanto, foram mobilizados os conceitos da sociologia de Pierre Bourdieu, como *habitus*, capitais, campo e *illusio*²⁶. Além disso, foram consideradas as discussões sobre intelectuais mediadoras, especialmente aquelas sistematizadas por Gomes e Hansen (2016). Metodologicamente, a pesquisa foi orientada pelo referencial de Pierre Bourdieu. Assim, para entender como a história pessoal de Hellê Vellozo Fernandes (disposições subjetivas incorporadas sob a forma de *habitus*) em contexto (condições objetivas) configurou sua trajetória intelectual e suas ações em Monte Alegre, três foram as etapas de análise: origens sociais e culturais (*habitus*), posição no campo intelectual (disposições adquiridas) e análise da agência (interpretação das fontes)²⁷.

O *habitus* refere-se ao conjunto de disposições incorporadas desde a infância, que orientam percepções, atitudes, comportamentos e práticas. Tais disposições são adquiridas

escolarização, as pesquisas passaram a contemplar o estudo das “massas” e dos grupos silenciados historicamente (Sirinelli, 2003). Foi a partir desse momento que a história intelectual de mulheres passou a ser investigada.

²⁵ Visando evitar a “ilusão biográfica”, nesta tese foi adotada a noção de trajetória para o estudo da vida e obra de Hellê Vellozo Fernandes, já que esta que remete a uma “[...] série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo) num espaço que é ele próprio um devir, estando sujeito a incessantes transformações”. Entende-se, dessa maneira, que os elementos que compõem uma biografia “[...] se definem como colocações e deslocamentos no espaço social [...] [de acordo com] as diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado” (Bourdieu, 2006a, p. 189-190).

²⁶ O conceito de *illusio*, desenvolvido por Bourdieu, não deve ser confundido com seu parônimo na língua portuguesa (“ilusão”). Longe de remeter a engano ou falsa percepção da realidade, o termo designa o investimento prático e a crença incorporada de que o jogo social em questão “vale a pena”. Trata-se da adesão às regras, hierarquias e recompensas próprias de um campo específico, que torna possível o engajamento das/os agentes nas disputas simbólicas que ali são travadas. Nesta tese, embora mantida a referência conceitual, o termo foi utilizado de maneira ampliada, já que, no caso aqui analisado, a crença na legitimidade da intervenção intelectual (e docente) não se constituiu apenas no ingresso ao campo intelectual, mas como disposição incorporada desde a infância e reforçada na escola. Mobilizada para expressar a “[...] adesão ao conjunto de dogmas implícitos, crenças fundamentais [...] que [...] determina o que é importante, as apostas em jogo, ou o que deve ser negligenciado” (Aguiar, 2017, p. 232), a *illusio* foi aqui compreendida como crença incorporada que orienta a percepção e ação das/os agentes em relação às apostas consideradas legítimas.

²⁷ Proposta metodológica pautada em Pierre Bourdieu, sistematizada em Campos (2022) e adaptada a esta tese.

principalmente no ambiente familiar e reforçadas na escola (Bourdieu, 2015b). Configuram-se como a base fundamental das estruturas cognitivas dos agentes, servindo como um referente para ações. Já as disposições adquiridas posteriormente, são incorporadas através de outras experiências de socialização. Aprendizagens de novas disposições se estendem por toda a vida e podem ocorrer por meio do trabalho, da participação em associações sociais e culturais, entre outros. Conforme descrito a seguir, cada etapa de análise da trajetória intelectual de Hellê Vellozo Fernandes correspondeu a um capítulo da tese.

No capítulo *O caminho que levou Hellê Vellozo Fernandes à Monte Alegre* foi caracterizado seus capitais sociais e culturais herdados, bem como a educação recebida e as disposições desenvolvidas no decorrer de sua formação. Em *Origens familiares e disposições incorporadas* foram estudadas as bases sociais e culturais de Hellê Vellozo Fernandes. Considerando que “[...] os primeiros anos de vida de um indivíduo são de importância decisiva sobre seu modo de perceber o mundo e de se relacionar com ele” (Perosa, 2008, p. 4), buscou-se identificar elementos dos processos educacionais vivenciados por Hellê Vellozo Fernandes em família. Além das experiências no círculo familiar e social mais próximo, a escola é também uma das instituições encarregadas pela transmissão dos saberes socialmente reconhecidos como importantes aos dominantes nas relações de poder. Mais do que isso, as escolas podem ser responsáveis por reforçar o *habitus* da própria classe dominante (Bourdieu, 2015b) e, com isso, uma certa representação de qual deve ser o papel das elites no ordenamento social. Assim, em *Formação escolar e disposições desenvolvidas* foi abordada a educação recebida por Hellê Vellozo Fernandes no Ginásio Paranaense e, principalmente, na Escola de Professores de Curitiba, contextualizando-a em relação às etapas da Escola Nova no Paraná e as políticas do Estado Novo no Brasil. Essas experiências, em articulação com o capital cultural herdado, contribuíram para que Hellê Vellozo Fernandes incorporasse a *illusio* sobre a necessidade de intervenção intelectual na realidade social. Essa crença, nutrida desde a infância em família, foi reforçada pela educação formal, que a preparou para atuar em uma missão civilizatória que ela abraçaria em Monte Alegre.

No segundo capítulo, intitulado *As posições que Hellê Vellozo Fernandes ocupou em Curitiba e em Monte Alegre*, foi estudado como o prestígio na capital legitimou suas ações no interior e, por sua vez, a experiência em Monte Alegre se configurou como um capital único que a diferenciou das demais intelectuais curitibanas. Em *Redes de sociabilidade no campo intelectual curitibano*, por meio da interpretação dos elementos pré-textuais de suas obras e repercussão na imprensa, entende-se que Hellê Vellozo Fernandes empregou diversas estratégias, mobilizando os capitais herdados de sua família e os adquiridos em sua formação,

para conquistar uma posição de destaque em um campo intelectual que era predominantemente masculino. Essa notoriedade esteve diretamente ligada à Monte Alegre, posto que Hellê Vellozo Fernandes, por razões práticas, transformou suas experiências na localidade em conteúdo literário. Já em *Protagonismo em Monte Alegre* foi abordada sua agência em diferentes frentes de ação na Fazenda Monte Alegre²⁸. Seu trabalho no jornal *O Tibagi*, na assistência social e na coordenação das “escolinhas do mato” demonstraram como ela utilizou seu capital simbólico, conquistado principalmente entre a intelectualidade curitibana, para ocupar uma posição de destaque na organização da sociedade local. De maneira relacional, a experiência em Monte Alegre validou seu reconhecimento em Curitiba, ao passo que serviu para a diferenciar das demais intelectuais de seu tempo.

No terceiro capítulo, intitulado *A mediação que Hellê Vellozo praticou na coordenação das “escolinhas do mato”*, foi analisada a especificidade de sua atuação como mediadora dos debates sobre educação rural no contexto de Monte Alegre, contrastando as formulações oficiais – especialmente aquelas defendidas por Erasmo Pilotto – com aquilo que foi efetivamente praticado segundo as crônicas de Hellê Vellozo Fernandes. Em *Ideias sobre educação em circulação em Monte Alegre*, foi realizado o estudo do projeto educacional de Monte Alegre por meio do “jornal da empresa” (Cunha, 1982) e das publicações de Hellê em *O Tibagi*, situando suas tomadas de posição em relação ao poder local e a pretensão de “civilizar”²⁹ a população rural. Já em *Atuação nas “escolinhas do mato”: mediações pedagógicas e culturais* foi analisada a série de crônicas *Nos campos e nos pinhais*, publicada no *Diário do Paraná* entre 1963 e 1974, identificando as particularidades da mediação por ela praticada nas áreas rurais da Fazenda Monte Alegre. Do total de 107 publicações (excluídas as repetições), 23 trataram diretamente de sua experiência na coordenação escolar, constituindo o conjunto documental da análise. Considerando que tanto os referenciais educacionais em circulação quanto as fontes produzidas no período apresentavam a escola rural como espaço privilegiado de transformação do *habitus* “caboclo”, foi adotado o referencial de Norbert Elias para interpretar as “escolinhas do mato” como parte de um processo civilizador em curso. Embora inspiradas em ideias pedagógicas vigentes, diante do contexto de privação dos acampamentos

²⁸ Para a historicização de Monte Alegre e seu ambiente cultural, foram utilizadas as principais referências bibliográficas relacionadas à localidade, a saber: Cunha (1982), Willer (1997), Cony; Laramão (2001), Coraiola (2003), Marcovitch (2005), Carvalho (2006), Teixeira (2015) e Vieira (2019, 2020). Especificamente sobre a temática educacional, existe um único artigo apresentando o panorama da educação formal local entre os anos de 1946 e 2000 (Carneiro; Jorge, 2006). Para além desses referenciais, a produção literária de Hellê Vellozo Fernandes é um dos poucos registros históricos que se tem da Monte Alegre antiga.

²⁹ O uso da expressão “civilizada” (assim como de suas variações de gênero e número) entre aspas faz referência ao caráter histórico e relacional do termo, cujos sentidos são definidos por relações de poder.

da Klabin, essas instituições funcionaram segundo uma pedagogia da contingência, sendo o trabalho de Hellê Vellozo Fernandes na coordenação escolar caracterizado por mediações de caráter pedagógico e cultural.

1 O CAMINHO QUE LEVOU HELLÊ VELLOZO FERNANDES À MONTE ALEGRE

*Sou sedenta de luz e ávida de espaço!
Desintegro-me no Caos e quero o Infinito!
Embriagada de sonho, feliz no meu anseio, livre o meu
espírito, cantante o meu coração, elanço minha alma às
Alturas para tontear-me na amplidão do Cosmos e fruir
do céu límpido a essência divina!
... E volvo à Terra, poeirenta e maltratada, e diluo-me na
dor para esplender na alegria.
O meu peito se alarga ante a humildade e a miséria;
solução diante da bruteza e sorrio à bondade.
Quando a dor me rasga os sentimentos, fujo outra vez
para o Eter e vou embeber-me no prana das regiões
supernas.
E que desejo nesse vôo, nessa luta e nessa existência?
Saber amar e apenas ser HUMANA! (Hél, 1945, p. 13).*

Para compreender quem foi Hellê Vellozo Fernandes, nada mais apropriado do que começar este capítulo pela voz da autora³⁰ em seus primeiros escritos. A epígrafe que o inicia corresponde ao poema de abertura de *Camafeus*, publicado em 1945, seu livro de estreia. Intitulado *Eu*, seus versos não constituem apenas uma expressão sensível da juventude, mas uma primeira apresentação pública de si, por meio da qual Hellê Vellozo Fernandes construiu uma imagem autoral e projetar um espaço de possíveis no campo intelectual. O teor deste poema, para além do explicitamente expresso, representa também uma escrita de si, que oferece indícios sobre como ela se via no mundo e como queria se fazer perceber, buscando estabelecer a “sua” verdade (Gomes, 2004). A jovem Hellê Vellozo Fernandes se colocou como alguém que ansiava por expandir seus horizontes e superar limites – expressando que, embora fosse uma mulher da elite, inserida em um espaço social privilegiado, ansiava por transcendência, tanto no sentido espiritual quanto no sentido do alargamento de suas possibilidades existenciais e intelectuais. Pela linguagem utilizada, carregada de um idealismo, que revelava a busca de algo que ia além do tangível, ela expressou disposições incorporadas decorrentes de uma formação que valorizava a dimensão filosófica e esotérica, integrante do *habitus* de sua família.

³⁰ Ao longo de toda a tese foi conferido espaço à voz autoral de Hellê Vellozo Fernandes. Tal opção dialoga com os estudos de Silva e Moreira (2016) sobre escrita de si e escrita feminina, compreendidas não como simples registros factuais, mas como formas narrativas por meio das quais as autoras construíram representações de si, reelaboraram experiências vividas e produziram sentidos sobre suas trajetórias. No caso de Hellê Vellozo Fernandes, suas crônicas e escritos operaram no limite entre experiência, memória e elaboração narrativa, constituindo uma escrita que permite acessar os acontecimentos por ela narrados, mas principalmente suas disposições, afinidades intelectuais e mesmo tensões que atravessaram sua história e atuação intelectual. Assim, a citação de trechos de sua produção escrita (em livros e em jornais) foi uma escolha metodológica deliberada, visando possibilitar o contato direto com seu estilo de escrita e abrir caminhos para a formulação de outros problemas e interpretações para além daqueles aqui propostos, ampliando as possibilidades analíticas sobre Hellê Vellozo Fernandes – e sobre outras intelectuais – na História da Educação.

Seu propósito existencial não foi representado associado ao desejo de grandeza ou poder, mas ligado ao amor e à humildade³¹. Os valores praticados por Hellê Vellozo Fernandes apareceram ligados a um senso de elevação moral e responsabilidade social. Seu *Eu* era consciente das dificuldades e sofrimentos do mundo, por isso ela demonstrava-se empática diante da dor alheia. Tais características, já cultivadas em ambiente familiar, foram também reforçadas na formação de Hellê Vellozo Fernandes no Instituto de Educação de Curitiba (Escola de Professores), que preparava docentes aptas à intervenção moral e cultural – cabendo às docentes não apenas ensinar as primeiras letras, mas contribuir para a transformação civilizatória da sociedade paranaense (Pilotto, 1973). O desejo de “saber amar e ser apenas HUMANA!” era, portanto, consonante com o *habitus* familiar e escolar de Hellê Vellozo Fernandes, a partir do qual, ao longo de sua trajetória e do desenvolvimento de novas disposições, ela constituiu uma identidade para si e sua escrita³².

Conforme Bourdieu (2015a, p. 191) o *habitus* pode ser compreendido como um “[...] sistema das disposições socialmente construídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes”. Isso implica reconhecer que Hellê Vellozo Fernandes dispunha de autonomia relativa em suas ideias e escolhas, uma vez que sua atuação e seus escritos se relacionavam tanto às disposições incorporadas na família quanto àquelas adquiridas na escola e nas instituições às quais esteve vinculada. No entanto, não se tratava de uma reprodução mecânica, mas de um conjunto de “[...] disposições [que] orientam as escolhas que os produtores culturais fazem num ‘espaço de possíveis’ estruturado, referindo-se à sua própria história” (Sapiro, 2020a, p. 10 *apud* Campos, 2022, p. 5)³³.

³¹ A ênfase dada por Hellê Vellozo a valores como o amor e a humildade, associados ao desejo de contribuir socialmente, pode ser interpretada em relação ao que Bourdieu (2006b) chamou de *denegação econômica* — ou seja, a negação explícita de interesses materiais como motivação para a ação. No campo intelectual, essa postura está de acordo com a lógica dominante segundo a qual o engajamento deve parecer movido por vocação, por um ideal de serviço público ou por dedicação desinteressada à coletividade. Tal negação do interesse constitui uma estratégia de acumulação de capital simbólico, cujo valor está ancorado justamente na aparência de desinteresse. O fato de Hellê Vellozo adotar essa postura já em sua primeira obra demonstra que ela internalizara precocemente as “regras do jogo” do campo intelectual curitibano. A esse respeito, Bourdieu (2004, p. 27) escreveu: “entre as vantagens sociais daqueles que nasceram num campo, está precisamente o fato de ter, por uma espécie de ciência infusa, o domínio das leis imanentes do campo, leis não escritas que são inscritas na realidade em estado de tendências e de ter [...] o sentido do jogo”.

³² De acordo com Gomes (2004, p. 16), “[...] o indivíduo/autor não é nem ‘anterior’ ao texto, uma ‘essência’ refletida por um ‘objeto’ de sua vontade, nem ‘posterior’ ao texto, um efeito, uma invenção do discurso que constrói. Defende-se que a escrita de si, é, ao mesmo tempo, constitutiva da identidade de seu autor e do texto, que se criam, simultaneamente, através dessa modalidade de ‘produção do eu’”.

³³ Nas palavras de Bourdieu (2012, p. 70), trata-se do “[...] encontro entre uma trajetória e um campo, entre uma pulsão expressiva e um espaço de possíveis”.

Enquanto uma matriz geradora de condutas práticas em situação, o *habitus* varia segundo as posições dos agentes e grupos – definidas de acordo com interesses específicos. Cada classe ou fração de classe possui um conjunto de regras de conduta e modos de ver o mundo (sistemas de classificação) associado às suas disposições culturais, sociais e econômicas, incorporadas e reproduzidas por aqueles que a compõe (Bourdieu, 2011a). Nesse sentido, partindo do pressuposto que existe uma estreita relação entre os espaços sociais ocupados, as disposições desenvolvidas e as tomadas de posição, a análise da trajetória intelectual de Hellê Vellozo Fernandes, especialmente de sua atuação na coordenação das “escolinhas do mato” em Monte Alegre, exigiu o retorno à sua história de vida pregressa, buscando conhecer o volume e as características de seus capitais em contexto. Assim, considerando que o sucesso de um agente se relaciona ao “[...] capital cultural previamente investido pela família” e desenvolvido ao longo da vida (Bourdieu, 2015b, p. 82), este capítulo buscou identificar as disposições incorporadas e adquiridas que contribuíram para que Hellê Vellozo Fernandes ocupasse uma posição de destaque no campo intelectual curitibano e em Monte Alegre.

1.1 ORIGENS FAMILIARES E DISPOSIÇÕES INCORPORADAS

Nascida em 13 de outubro de 1925, em Curitiba (PR), Hellê Moritz Vellozo pertenceu a uma família de grande tradição intelectual (Germiniani, 2011). Segundo Valfrido Pilotto (1966), seu interesse pelo ensino e pela escrita teve raízes familiares: foi neta de Dario Vellozo (1869–1937) e filha do professor Porthos Moraes de Castro Vellozo (1895–1966) e de D. Prudência Araújo Moritz Vellozo (1900-1987) – nomes de destaque no Paraná pela atuação no magistério e nas letras. Herdeira de uma nobreza cultural, Hellê Vellozo Fernandes dispunha tanto de facilidade para assimilar a cultura quanto de propensão em adquiri-la (Bourdieu; Passeron, 2018). Assim, além de crescer em um ambiente que valorizava seu desenvolvimento intelectual (Fernandes, 1945) e lhe conferia reconhecimento social, sua formação escolar no Ginásio Paranaense (Seção Feminina) e na Escola de Professores sancionou seu “dom natural” para a docência e literatura. Tanto as disposições herdadas informalmente quanto as adquiridas por meio da educação formal contribuíram para que Hellê Vellozo Fernandes incorporasse um conjunto de capitais que lhe permitiram atuar em diferentes espaços sociais – culminando em seu reconhecimento público como uma das maiores escritoras paranaenses (Diário do Paraná, 1967b).

À época de seu nascimento, em 1925, a cidade de Curitiba contava com uma população de aproximadamente 90 mil habitantes e estava em franca expansão. Desde o início do século XX, a capital paranaense demonstrava sinais de modernização: ruas pavimentadas, novas construções e edificações, bem como algumas fábricas. O centro urbano passava por um processo de higienização, que incluiu “[...] irrigação, limpeza pública, água e esgotos; implementava a arborização e instalava iluminação pública; criava, inclusive, uma guarda civil” (Trindade; Andreazza, 2001, p. 66). Como signos da modernidade, a tecnologia fez-se presente: telégrafos, telefones, automóveis e bondes se espalhavam pela cidade. De acordo com Trindade e Andreazza (2001, p. 66), “todas essas transformações eram conduzidas sob a influência progressiva de uma elite econômica ligada à exploração do mate e da madeira”, que detinha força política no Paraná e pretendia tornar Curitiba referência para o estado.

Nesse contexto, com o crescimento da população, decorrente de processos migratórios, os governantes buscavam, por meio da repressão e da educação, difundir “[...] padrões de comportamento adequados a um novo convívio urbano” (Trindade; Andreazza, 2001, p. 72). O espaço público tornou-se espaço de trabalho e lazer. Praças e parques foram criados/revitalizados; surgiram cafés, salas de espetáculo, agências bancárias, lojas de tecidos. Homens e mulheres circulavam pelas ruas de Curitiba, em um momento em que a distinção entre o público e o privado se tornava menos nítida. Embora Hellê Vellozo Fernandes tenha nascido quando as desigualdades de gênero eram maiores, inúmeras foram as mulheres que encontraram na atuação pública significado existencial. Para isso, os clubes e agremiações (de benemerência e recreio) foram fundamentais. Dentre os clubes locais, Teixeira e Andreazza (2001) elencaram o Clube Curitibano como um dos mais notáveis do estado. Neste espaço, as elites³⁴ se reuniam em seus elegantes salões para bailes, jantares e apresentações musicais.

Os divertimentos públicos das primeiras décadas do século XX opunham-se “[...] a formas ‘tradicionais’ de lazer, como o fandango, que tenderam a isolar-se em cidades menores. Delineia-se, definitivamente, a clivagem urbano-rural, criando-se a alteridade que permitiu a emergência do ‘caipira’” (Trindade; Andreazza, 2001, p. 74)³⁵. Para Trindade e Andreazza

³⁴ A utilização da expressão elites, no plural, remete à concepção de Pierre Bourdieu, que as compreendia de maneira multidimensional, “[...] levando em consideração a diversidade de recursos que as caracterizam, o que conduz a uma nítida distinção entre as diferentes frações da elite: elites culturais, elites econômicas, etc.” (Lebaron, 2017, p. 167). Assim, ainda que a família de Hellê Vellozo Fernandes frequentasse o Clube Curitibano, eles eram integrantes da fração dominada da classe dominante, pertencentes a uma elite de elevado capital cultural, e mesmo simbólico, mas detentora de menor volume de capital econômico.

³⁵ Existem diversas nomenclaturas utilizadas em referência às populações rurais do Brasil, cada uma com conotações históricas, culturais e geográficas específicas. “Sertanejo” é um termo mais amplo e remete aos habitantes das regiões interioranas do Brasil, identificados como pessoas resilientes e adaptadas às difíceis condições de vida e trabalho em ambientes adversos. A expressão “caipira” refere-se principalmente aos habitantes do interior do sudeste brasileiro, inicialmente classificados como “rústicos”, “do mato”, posteriormente

(2001), a visão negativa dos cidadãos sobre os “caboclos”³⁶ do interior foi reforçada pelas representações criadas por Monteiro Lobato com o personagem Jeca Tatu. A modernização almejada perpassou, então, a instrução da população, sobretudo a residente nos espaços rurais, por meio da implantação de Escolas Isoladas nestas regiões. Os debates em torno da educação pública mobilizaram uma legião de intelectuais. Sobre o campo intelectual curitibano no início do século XX, Trindade e Andreazza (2001, p. 84) destacaram a presença de

[...] republicanos idealistas, católicos conservadores, maçons e espíritas, feministas e antifeministas, que disputavam o predomínio do pensamento em todo o Estado, envolvendo-se em um constante confronto de ideias. A maçonaria e o neopitagorismo contribuíram com seus princípios éticos e morais, irmanados ao livre-pensamento, ao ocultismo e ao simbolismo. Ao mesmo tempo, o anticlericalismo terçava armas com a reação católica.

No discurso da maioria desses grupos de intelectuais, estavam presentes manifestações de sentimento patriótico, que continuaram a se materializar sob novas formas culturais. Na primeira metade do século XX, desenvolveu-se entre a intelectualidade um movimento regionalista que ficou conhecido como Paranismo, o qual valorizava elementos tidos como representativos da identidade paranaense (Nunes; Ribeiro, 2025). Com a ascensão de Getúlio Vargas à Presidência da República, em um governo autoritário e centralizador, a exaltação de valores regionais foi gradualmente cedendo espaço para expressões nacionalistas e, mais tarde, de caráter folclórico. Esse espaço social de efervescência intelectual constituiu o cenário que ambientou a formação do *habitus* de Hellê Vellozo Fernandes, favorecendo sua precoce produção e engajamento público.

Ela teve seus primeiros textos publicados por volta dos 15 anos, quando passou a contribuir, por intermédio de Rodrigo Junior (João Baptista Carvalho de Oliveira), com os principais periódicos da capital paranaense. Embora demonstrasse desde cedo afinidade com as letras, apenas isso não teria sido suficiente. Sua inserção no campo intelectual curitibano dependeu, ao menos inicialmente, de credenciais familiares. A esse respeito, é possível citar a crônica *A arca de Deolinda*, publicada em 15 de fevereiro de 1949 no *O Dia*, em cuja apresentação o jornal a descreveu nos seguintes termos: “[...] filha do dr. Porthos Veloso e neta do sábio professor Dario Veloso. É autora do livro *Camafeus – contos e impressões*, publicado

valorizados como parte de uma identidade regional ligada ao interior paulista e arredores. Já a palavra “caboclo”, que remonta ao período colonial e possui forte dimensão étnico-racial, era utilizada para designar as pessoas de ascendência indígena e europeia, em outras palavras, mestiços. Em suas crônicas, Hellê Vellozo Fernandes adotou a expressão “caboclo” para se referir aos trabalhadores dos acampamentos da Klabin e suas famílias.

³⁶ Em toda a tese – excetuando citações – a expressão “caboclo” e suas variantes foram grafadas entre aspas por se tratar de uma categoria social e simbólica historicamente construída. Trata-se de um vocabulário interpretativo mobilizado por intelectuais em relação às populações do interior do Paraná, seus modos de vida e seus *habitus*. O uso das aspas indica, portanto, o reconhecimento de seu caráter classificatório, relacional e situado.

em 1945. Pertence à Academia José de Alencar. Tem em impressão, na Editora Guaira, um romance intitulado *Falêna*³⁷” (O Dia, 1949, p. 7). A referência direta à linhagem familiar operava como uma forma de legitimação simbólica, como se a alusão à família Vellozo automaticamente atestasse seu mérito intelectual³⁸. Esse tipo de associação foi frequente no início da trajetória de Hellê Vellozo Fernandes – a exemplo de crônica escrita por Rodrigo Junior sob o pseudônimo de João de Curitiba: “a hereditariedade literária provinda dos avós, ou mais propriamente – o atavismo literário, apresenta, entre nós, um exemplo saliente: o de HÉL, arguta cultura das letras e que herdou caracteres de intelecto do notável ascendente – Dario Velloso” (João de Curitiba, 1951, p. 14)³⁹.

Definida a partir dos familiares que a predispunham e legitimavam a ser o que era, o pertencimento à família Vellozo foi central na formação intelectual de Hellê. Para Bourdieu (2011b, p. 28), os detentores de título de nobreza cultural “[...] transformam o que fazem na manifestação de uma *essência* anterior e superior às suas manifestações [...]. Esse mesmo essencialismo leva-as a impor a si mesmas o que lhes impõe sua essência”. Nesse sentido, a trajetória de Hellê Vellozo Fernandes pode ser vista como uma espécie de profecia autorrealizável⁴⁰. No entanto, é importante destacar que esse conjunto de disposições e expectativas sociais era frequentemente partilhado com outras agentes pertencentes a uma mesma fração de classe. Ainda que Hellê Vellozo Fernandes compartilhasse com outras meninas e mulheres de sua geração origens culturais semelhantes, a forma singular como ela se apropriou de tais heranças constituiu elemento fundamental de sua trajetória intelectual. Assim, inserida em um espaço social formado por professoras/es e literatas/es, onde o desenvolvimento cultural era altamente valorizado, aos oito anos já escrevia seus primeiros textos. Aos 15 anos, era gerente do *Guairacá*, jornal da seção feminina do Ginásio Paranaense; aos 18, formou-se professora; aos 21, já colaborava com os principais periódicos da capital; aos 23, atuava como redatora social do jornal *O Tíbagi* e coordenadora das “escolinhas do mato” de Monte Alegre.

³⁷ Por razões desconhecidas, o romance *Falena* não chegou a ser lançado como livro. Mais tarde, Hellê Vellozo Fernandes o publicou no jornal *O Tíbagi* em formato de folhetim.

³⁸ Bourdieu (2020, p. 113) chamou a atenção para o fato de que em muitas sociedades, “[...] o capital simbólico consiste essencialmente num sobrenome”. A herança de um nome de família gera uma espécie de identificação mágica com seu portador, sustentada por uma série de representações associadas a ele.

³⁹ Não há consenso quanto à grafia do sobrenome da família, que aparece nas seguintes variações: Veloso, Velloso, Velozo e Vellozo. Com exceção das citações diretas, em que se respeitou o texto original, nesta tese foi adotada a denominação Vellozo, escrito à maneira como Hellê assinava seus textos quando usava o nome completo.

⁴⁰ Ou, nos termos de Bourdieu (2003), uma estrutura estruturante que se tornou uma estrutura estruturada. O *habitus* em Bourdieu é um conceito relacional que articula essa dupla dimensão: ele é estruturado pelas condições sociais objetivas, que moldam as disposições de um indivíduo; ao mesmo tempo, ele é estruturante, pois essas disposições internalizadas geram e organizam os esquemas de percepção, interpretação e ação dos agentes no espaço social.

De acordo com Bourdieu (2015b, p. 47), existem vantagens e desvantagens cumulativas associadas ao nível cultural familiar. Para compreender essa dinâmica, é preciso levar em conta “[...] não somente o nível cultural do pai ou da mãe, mas também o dos ascendentes de um e outro ramo da família (e também, sem dúvida, o do conjunto dos membros da família extensa)”⁴¹. No caso de Hellê Vellozo Fernandes, isso é importante porque seu protagonismo no espaço público guardou relações com as heranças familiares recebidas. Tais condições configuraram um terreno fértil para seu desenvolvimento, conforme ela própria reconheceu em seus escritos. Na sua (auto)biografia presente na *Antologia Didática de Escritores Paranaenses* (1970, p. 167)⁴², Hellê Vellozo Fernandes valorizou tudo aquilo que aprendeu em casa apresentando-se como “descendente de família de intelectuais, neta de Dario Vellozo, o grande conhecedor de História”, sendo ela também uma estudiosa dos fatos históricos. Seu avô, professor desta matéria em uma das principais instituições de ensino no Paraná e partícipe dos debates intelectuais em torno da instrução pública, foi autor de livros didáticos que formaram gerações de curitibanos (Sabóia; Fernandes, 1970). Ainda que ele tenha falecido quando Hellê tinha apenas 12 anos, o convívio entre ambos foi marcante. A admiração ao avô foi expressa em sua primeira obra publicada, *Camafheus*, dedicado “à memória de Dario Vellozo sempre vivo no afeto e na saudade” (Hél, 1945, p. 3).

Mais do que admiração intelectual, a proximidade com o avô Dario Vellozo, e posteriormente seu legado, foi fundamental na formação de Hellê Vellozo Fernandes. Em crônica publicada em *O Tibagi*, recordou a vizinhança entre as casas: “como havia frutas no nosso pomar! E se elas não nos satisfizessem, bastar-nos-ia atravessar a rua e procurar melhores naquele paraíso mais ou menos misterioso que era a casa do Vovô” (O Tibagi, 1949, p. 2). Na chácara dos avós, a infância de Hellê, seus irmãos e primos foi permeada por brincadeiras ao ar livre, coleta de frutas e momentos de confraternização em família. No entanto, era à mesa de jantar que essa convivência ganhava sua dimensão mais formadora, como Hellê Vellozo Fernandes descreveu na crônica *Conversa em torno da mesa*:

⁴¹ Diante da ausência de informações disponíveis acerca da extensa família Vellozo, e evitando incorrer no erro de desviar a ênfase da história da protagonista desta tese, optou-se por priorizar a relação de Hellê Vellozo Fernandes com pais e avós.

⁴² O livro *Antologia Didática de Escritores Paranaenses*, de América da Costa Sabóia e Hellê Vellozo Fernandes, publicado pela primeira vez em 1970 e em edição ampliada no ano de 1976, apresentou um conjunto de autores reconhecidos pelo “[...] o que de melhor se produziu entre nós, a fim de que essa literatura seja melhor conhecida dos próprios paranaenses” (Meireles, 1970, p. 3). Para proporcionar às/aos estudantes uma noção da vida e obra de cada escritor/a, as biografias, seleção de textos e sugestões para pesquisa foram feitas por ambas as autoras; os comentários sobre o texto são de autoria exclusiva de Hellê. Entre os 50 escritoras/es e professoras/es que compõem o segundo volume da obra, figuram 9 mulheres, entre as quais é possível destacar a própria Hellê Vellozo Fernandes.

Jamais pude esquecer a grande mesa comprida, na sala de jantar da casa dos avós. Em torno dela, após as refeições, reunia-se a família [...] e cada um apresentava o seu assunto do dia. [...] Na chácara do Avô Dario, [...] Havia sempre hóspedes, alunos ou visitantes entre nós. Falava-se da literatura e da filosofia da religião e da criatura humana. Liam-se poesias e comentavam-se livros. Discutiam-se os magnos problemas do mundo e os maiores problemas de cada indivíduo. Cada um podia dar e defender sua opinião. Aprendia-se a ouvir a crítica e a defender-se. Era espontânea a lealdade de opiniões. A ninguém, mesmo, ocorreria ser diferente. Nós, crianças ainda, éramos ensinados a ouvir. [...] Os adolescentes eram distinguidos com certa atenção e, aos poucos, preparados para exprimirem o próprio pensamento, com segurança e franqueza (Hél, 1957a, p. 2).

Como o excerto demonstra, a convivência familiar na casa dos avós constituiu um espaço privilegiado de formação cultural e de ampliação das redes de sociabilidade⁴³. Nos “serões familiares”, como Hellê Vellozo Fernandes os chamava, ela teve contato com debates sobre literatura, filosofia e temas humanos, o que estimulou o desenvolvimento de um *habitus* voltado à busca de conhecimento e à participação intelectual. Foi nesse ambiente que Hellê, seu pai, tios, irmãos e primos aprenderam a valorizar a cultura e a desenvolver disposições que favoreceram a intervenção pública dos Vellozo, uma vez que, desde cedo, foram preparados para expressar e defender suas próprias ideias.

A casa cheia de intelectuais debatendo por inúmeras horas era uma tradição da família Vellozo, desde os tempos do bisavô Cyro Vellozo, configurando uma herança simbólica transmitida entre as gerações. O desenvolvimento intelectual de Dario Vellozo foi estimulado por seu pai, que transformou sua casa “[...] no ponto de encontro da juventude curitibana, funcionando como uma espécie de mecenas para aqueles jovens, futuros literatos” (Bega, 2013, p. 276). Nos anos da gestão de Cyro Vellozo como presidente do Clube Curitibano, entre 1889 e 1891, foi fundada a *Revista do Clube Curitibano* – onde Dario Vellozo teve espaço para colocar em circulação seus escritos e tornar-se uma referência na literatura paranaense (Bega, 2013). Além de ter atuado um ano como prefeito de Curitiba, Cyro Vellozo foi um dos fundadores da Loja Maçônica Luz Invisível n. 33 do Oriente de Curitiba⁴⁴. Essa relação com a maçonaria, legada pelo pai e continuada pelo filho, constituiu uma das condições sociais que contribuíram para que os posicionamentos intelectuais do avô de Hellê Vellozo Fernandes

⁴³ Redes de sociabilidade referem-se ao conjunto de relações socialmente estruturadas e duráveis entre agentes que compartilham capitais e disposições semelhantes, sendo essa rede uma fonte de capital social cuja mobilização depende da extensão dos vínculos e do volume de capitais dos pares. Sua reprodução exige instituições legitimadoras e trabalho ativo de manutenção das trocas legítimas, sendo os lucros simbólicos e materiais sua principal razão de existência (Bourdieu, 2015b).

⁴⁴ Informação disponível em: <https://www.curitibahistorica.com.br/publicacoes/103/cyro-persiano-de-almeida-vellozo>. Acesso em: 17 out. 2024.

apresentassem características anticlericais, ocultistas e maçônicas. De acordo com Bega (2013, p. 213), sua produção oscilou entre

[...] a poesia hermética e esotérica, de difícil assimilação, voltado aos iniciados, e a batalha diária em jornais e revistas posicionando-se com relação às questões da atualidade da cidade, do estado e do país, tendo como princípios o livre-arbítrio e a liberdade de expressão. Professor de História, fez da cátedra espaço privilegiado para a divulgação de suas ideias e com o carisma que todos os seus contemporâneos são unânimes em afirmar, arrasta as gerações de jovens que frequentam o Ginásio Paranaense nas décadas de 1890 e nas duas primeiras do século XX, para a “aventura literária de cunho espiritual”, o Simbolismo. Esta literatura assumirá características singulares, refletindo sua opção pelo ocultismo, pela maçonaria (Bega, 2013, p. 213).

Criativo e um livre-pensador ativo (Kamita, 2004), Dario Vellozo chamava a atenção “[...] pela sua liderança, pela presença física carismática, pelos dotes de orador, pelas qualidades de polemista, pela alma de apóstolo e mago das palavras” (Lacerda, 1999, p. 31 *apud* Bega, 2013, p. 213). Além de sua contribuição para o desenvolvimento do Simbolismo no Paraná⁴⁵, atuando em revistas e jornais da capital, destaca-se entre seus principais feitos a criação do Instituto Neo-Pitagórico. Em 1909, Dario Vellozo e um conjunto de pensadores formados por alunas/os e colegas do Ginásio Paranaense fundaram uma fraternidade dedicada ao estudo, ao desenvolvimento espiritual e ao altruísmo, inspirada nos princípios de Pitágoras (Biblioteca Pública do Paraná, 2018).

A sede da instituição foi construída na chácara Retiro Saudoso, de propriedade de Dario Vellozo, situada no número 470 da rua que hoje leva o nome do professor, na Vila Izabel, bairro de Curitiba. Edificada em estilo grego, foi nomeada Templo das Musas e inaugurada em 22 de setembro de 1918. Dario Vellozo esteve à frente do Instituto até seu falecimento, em 1937⁴⁶. Segundo totem informativo afixado pela Prefeitura Municipal de Curitiba em frente à edificação tombada, este foi um centro de estudos e confraternização inspirado no antigo Instituto de Pitágoras de Crótona, do século VI a.C., dedicado ao “[...] desenvolvimento do Ser com base nos Versos de Ouro de Pitágoras para Cultura, Verdade, Justiça, Liberdade, Paz, Fraternidade e Harmonia” (Prefeitura Municipal de Curitiba, 20--). De acordo com Bega (2013), “tornar-se um helenista não era uma entre tantas atividades, mas um modo de vida, isto é, vidas profissional e pessoal se confundiam”.

⁴⁵ Para maiores informações, conferir Bega (2013).

⁴⁶ A organização seguiu em funcionamento sob a direção de Rosala Garzuze, genro do fundador do Instituto.

IMAGEM 1 – Sede do Instituto Neo-Pitagórico em Curitiba - Templo das Musas (19--)



Fonte: Wikipédia – Templo das Musas.

Assim Hellê Vellozo descreveu o Templo das Musas e as práticas do Instituto Neo-Pitagórico: no Retiro Saudoso,

[...] construiu em estilo grego, com altas colunas brancas, frontão triangular, a nave servindo para a sala de reuniões, o Templo das Musas – sede do Instituto Neo-Pitagórico, até hoje existente. A elite intelectual do Paraná frequentou essa sociedade de caráter filosófico-artístico-cultural durante mais de um quarto de século. Lá se reuniam com os alunos e os maiores expoentes da cultura paranaense para assistirem ou tomarem parte nas sessões literomusicais, conferências e cursos diversos. “O estudo por norma, a amizade por base, o altruísmo por fim”, eis o lema adotado pelos pitagóricos (Sabóia; Fernandes, 1970, p. 87).

Acredita-se que Hellê Vellozo Fernandes tenha participado de reuniões no Instituto, já que estas ocorriam aos domingos na chácara da família. Possivelmente, sua presença no Instituto Neo-Pitagórico esteve ligada ao protagonismo de seus pais e avós na instituição. Além de seu avô liderar o Instituto, sua avó Escolástica de Moraes Vellozo (1875-1961) frequentemente se apresentava em concertos literomusicais, assim como seu pai proferia conferências. A importância da instituição para Hellê Vellozo Fernandes foi expressa no alto da primeira página de seu livro *Camafews* (1945), onde inseriu um excerto dos *Versos de Ouro*, do filósofo Pitágoras: “Aos Deuses imortaes o culto consagrado / Rende: e tua fé conserva.

Prestigia / Dos sublimes heroes a imarcída lembrança / e a memoria etheral dos Supernos Espiritos”. Possivelmente esta era uma prática comum entre os pitagóricos, já que os mesmos versos constam também em obra publicada pelo pai de Hellê (Vellozo, 1946). O envolvimento dela com o Instituto Neo-Pitagórico é um exemplo vívido de como o capital cultural e social herdado da família funciona como condição de possibilidade para a formação intelectual das gerações mais jovens⁴⁷.

De acordo com Bourdieu (2015b), o capital cultural se apresenta sob três formas: incorporado, objetivado e institucionalizado. O capital cultural no estado incorporado refere-se às disposições duráveis do organismo, adquiridas nos processos de socialização – daí seu volume e conteúdo diferirem segundo as classes e frações de classe. O capital cultural herdado orienta ações e tomadas de posições, sobretudo, a resposta das crianças à mensagem escolar. Para Bourdieu (2015b, p. 83), ele “é objeto de uma transmissão hereditária que é sempre altamente dissimulada”. Invisibilizadas, as habilidades desenvolvidas acabam sendo consideradas um “dom natural” individual. Em estado objetivado, o capital cultural configura-se como a propriedade de bens materiais representativos da cultura dominante (bibliotecas, máquinas de escrever, obras de arte etc.). Sua apropriação material envolve capital econômico, mas sua apropriação simbólica requer capital cultural incorporado. Por fim, o capital cultural em estado institucionalizado diz respeito aos diplomas e certificados, que atestam uma competência cultural, juridicamente assegurada. Esse tipo de capital institui uma diferença entre aqueles que sabem e aqueles que têm seu saber reconhecido. Os diplomas, portanto, têm “[...] a magia performática de poder instituir, poder de fazer ver e fazer crer, ou, numa só palavra, de fazer reconhecer” (Bourdieu, 2015b, p. 87).

Outra forma de capital que influencia a circulação dos agentes em determinado espaço é o capital social, definido como um “[...] conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento” (Bourdieu, 2015b, p. 75). Essa rede é construída

⁴⁷ Sobre as oportunidades abertas à Hellê Vellozo Fernandes pelo capital social herdado/adquirido, um texto de Valfrido Pilotto publicado no jornal exemplifica essa questão: “premiada tantas vezes, a autora de tantos livros, cada um dos quais poderia ser o alicerce de uma consagração definitiva, Hél tem sido, sem interrupções, desde há mais de vinte anos, um renovado orgulho para o meu paranismo. Sem que a conhecesse pessoalmente, busquei, um dia a convivência de seu pai, o meu amigo e ex-professor de Física na antiga Escola Normal, Porthos Vellozo – cuja bela alma a filha evocaria, em 1957, através de comovente página intitulada ‘Cacique’ – e lancei, dela, pela primeira vez, o retrato, ilustrando um dos seus trabalhos. Era impressionante como Hél já surgia escrevendo bem e pensando livre. Logo no 1º número da Revista do Clube Curitibano (31.3.50), inclui página sobre sua Zweig, e esse trabalho não me deixa mentir. Confirmou-se tanto o seu valor, que não foi sem preconceito a deliberação tida de colocá-la junto com a nossa máxima poetisa, Helena Kolody, em página do número especial da ‘Ilustração Brasileira’, por mim realizado em 1953, como Secretário Geral Executivo da Comissão de Festejos do Centenário do Paraná. Eram, elas – e continuam sendo – os dois fulcros das nossas letras femininas” (Pilotto, 1974, p. 2).

ao longo da vida a partir das múltiplas interações no espaço social, mas tem um forte elemento procedente da herança familiar, relativo ao pertencimento a determinado grupo social. Assim, no caso de Hellê Vellozo Fernandes, foi mais fácil atuar na docência e na literatura sendo filha e neta de professores e literatos (por já ter acesso às pessoas certas e ter incorporado as regras de funcionamento destes espaços de produção), do que iniciar carreira em uma área na qual não tinha familiaridade.

Dito isto, entende-se que os conhecimentos, disposições e gostos de Hellê Vellozo Fernandes foram nutridos pela convivência com a família e intelectuais paranaenses que frequentavam o Templo das Musas. Além de ser um espaço de desenvolvimento cultural, o capital social, derivado das conexões familiares – estabelecidas em círculos de prestígio intelectual – posicionou a jovem Hellê em uma rede de relações que lhe ampliou oportunidades de atuação pública. O fato de seu avô Dario Vellozo ter sido “[...] um dos fundadores da Academia Paranaense de Letras, do Centro de Letras do Paraná e do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense” (Sabóia; Fernandes, 1970, p. 87) facilitou a inserção da neta nestes e em outros grupos de intelectuais, abrindo caminhos para seu próprio protagonismo como escritora e professora.

Entende-se, dessa maneira, que o Instituto Neo-Pitagórico foi um espaço de sociabilidade fundamental para o desenvolvimento intelectual de Hellê Vellozo Fernandes, que desde pequena teve a oportunidade de conviver e aprender com David Carneiro, Erasmo Pilotto, Heitor Stockler, Mariana Coelho, Pompília Lopes dos Santos e Silveira Neto, entre outros⁴⁸. As experiências neste espaço de professoras/es, escritoras/es, jornalistas etc., foram significativas para a formação de Hellê Vellozo Fernandes e reapareceram, posteriormente, reelaboradas em sua produção literária. Em *Os Vergueiros*, a autora construiu um espaço institucional ficcional – o Partenon – que apresentava correspondências diretas com o Instituto Neo-Pitagórico e com o Templo das Musas, tanto no que diz respeito à arquitetura clássica quanto aos princípios filosóficos, às práticas culturais e à centralidade de um patriarca intelectual. Ao ficcionar parte da história de sua família, Hellê Vellozo Fernandes fez alusão ao grupo de intelectuais que frequentaram o instituto de seu avô e aos debates ali estabelecidos, dando indícios dos capitais social e cultural acumulados pela participação na organização.

⁴⁸ Além desses nomes, reunidos a partir de inferências das fontes consultadas, uma reportagem da Revista do Tribunal de Contas do Paraná (1997, p. 13) listou outros frequentadores: “além dos alunos de Dario Vellozo, participavam das reuniões intelectuais curitibanos, tais como Ermelino de Leão, Sebastião Paraná, Desembargador Westphalen, Lauro Sodré, Plínio Tourinho, Silveira Netto, Euzébio da Mota e Luís Parigot de Souza”.

Especificamente sobre os desfiles do Dia da Primavera realizados pelo Instituto Neo-Pitagórico, Hellê Vellozo Fernandes escreveu: “[...] as sócias helênicas desfilavam em landôs enfeitados de flores, vestindo alvas túnicas gregas, traje que o padre julgava sumário” (Hél, 1958b, p. 27). Em outras ocasiões, como registrado na imagem a seguir, todos se apresentavam em trajes sociais elegantes – especialmente em dias de registros institucionais ou comemorativos, como aparenta ser o caso, posto que Dario Vellozo encontra-se ao centro da imagem, rodeado pelos demais integrantes do Instituto Neo-Pitagórico. Tomando essa fotografia como referência, é possível afirmar que os encontros dominicais reuniam aproximadamente 60 pessoas.

Segundo publicação do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (1997, p. 14), “a proposta do INP preencheu plenamente as necessidades de uma sociedade sem rádio, televisão ou meios de diversão efetivos, a qual, como única opção de lazer, reunia-se a fim de estudar”. Ao se configurar como um espaço de reunião das elites curitibanas, “[...] possibilitava a realização de encontros literários, motivos suficientes para garantir o sucesso de sua proposta” (Tribunal de Contas do Estado do Paraná, 1997, p. 14). Entre a intelectualidade frequentadora do Instituto Neo-Pitagórico, chama a atenção a presença significativa de mulheres – que, inclusive, encontram-se em posição de destaque na imagem. Essa proporcionalidade numérica, longe de representar igualdade plena, deve ser compreendida como expressão de uma forma específica de inserção das mulheres nos circuitos intelectuais paranaenses, mediada por códigos morais, estéticos e culturais próprios do período. Para Hellê Vellozo Fernandes, que desde a infância frequentava esse ambiente, era natural a presença de mulheres em espaços de sociabilidade intelectual, nos quais a atuação feminina, ainda que regulada por convenções sociais, era socialmente reconhecida.

IMAGEM 2 – Reunião no Instituto Neo-Pitagórico (19--)



Fonte: História e Memória (blog).

A família de Hellê Vellozo Fernandes encontrava-se todos os domingos, sendo ao menos um desses ao mês dedicado às atividades no Templo das Musas. Aos finais de semana, alguns dos mais de 20 netos se reuniam na casa do avô e divertiam-se na extensa propriedade. Hellê brincava com as irmãs mais velhas e primos, colhendo amorinhas; tomavam leite quentinho recém tirado da vaca Bonina sob a sombra de um grande ipê, perto de uma fonte supostamente encantada; deitavam-se à beira do riacho e caçavam girinos. Na quadra de tênis, o avô Dario ministrava aulas de esgrima; no alto de um pinheiro, o tio Alcyone instalara um enorme balanço, que dava a sensação de voo. Depois de um dia inteiro de divertimentos, a sala de visitas era o ponto final das reuniões de domingo: “[...] com serão musical em família, tios e primos ao piano, ao violino; Papai com a flauta, tio Ilían e tia Regina dançando” (Hél, 1961, p. 2). Seus avós eram os protagonistas, “[...] presidindo a mesa comprida, onde sempre havia lugar para mais um; modesta ao lado do brilhantismo de Vovô mas imprescindível” (Hél, 1961, p. 2). Esse ambiente familiar possibilitava a elevação cultural de Hellê Vellozo Fernandes pela convivência, mas também pelo contato com objetos que simbolizavam e transmitiam saberes socialmente valorizados.

O acesso a instrumentos musicais, por exemplo, incentivava a apreciação musical e facilitava a relação dos Vellozo com a formação artística. Assim como suas irmãs e outras mulheres da elite, Hellê tocava piano desde criança e muito bem – embora o tenha trocado pela sanfona ao mudar-se para Monte Alegre, na impossibilidade de levar o instrumento consigo nas parcas estradas que ligavam a capital à cidade-empresa nos idos de 1945 (Fernandes, 2020). No Retiro Saudoso, o capital cultural também se apresentava objetivado na grande biblioteca do avô Dario, que continha livros que introduziram as crianças Vellozo no mundo das letras desde muito pequenas. Crescendo em meio a professoras/es e escritoras/es, Hellê Vellozo Fernandes aprendeu a valorizar o conhecimento por meio dos livros. Mais velha defendeu no jornal *O Tibagi*: “[...] todo pai lúcido e toda professora com senso de responsabilidade, sentirá que é do seu dever orientar a leitura do seu filho ou de seu aluno num sentido mais útil, mais educativo” (Hél, 1951b, p. 2)⁴⁹.

A imagem 3 permite compreender a centralidade do capital cultural objetivado no ambiente familiar de Hellê Vellozo Fernandes. A fotografia, que pode ser da biblioteca pessoal de Dario Vellozo ou da localizada no Templo das Musas, registrou um espaço organizado para o estudo, com livros que lotam a estante e a mesa central, sobre a qual se encontram obras espalhadas, além de várias cadeiras ao seu redor, indicando práticas de leitura e debate coletivo. Para além do acesso ao universo literário por meio da biblioteca, o desenvolvimento intelectual na família Vellozo era mediado pela convivência direta com o avô nesse espaço⁵⁰. A socialização com um agente de disposições intelectuais como as dele contribuiu para que Hellê, seus irmãos e primos internalizassem esquemas de percepção e apreciação associados à cultura letrada, contribuindo para que a familiaridade com os livros, a leitura e a escrita não fossem percebidas como aprendizado formal, mas como parte da própria rotina familiar.

⁴⁹ No final desta crônica apontou como a literatura mais indicada às crianças as produções de Monteiro Lobato, com destaque para o Sítio do Pica-Pau Amarelo (Hél, 1951b).

⁵⁰ Comparando a imagem a um retrato feito de Ione Grein de Castro Vellozo, que se encontra disponível em sua pasta na Biblioteca Pública do Paraná, acredita-se que ela era a criança da fotografia em companhia do avô.

IMAGEM 3 – Dario Vellozo e neta em biblioteca (19--)



Fonte: História e Memória (blog).

Para além do Instituto Neo-Pitagórico, Dario Vellozo fundou ou ajudou a fundar dezenas de jornais e revistas, alguns deles voltados aos debates educacionais⁵¹. Como exemplo é possível citar a participação do avô de Hellê nas revistas *A Escola* (1906-1910), *Pátria e Lar* (1912-1913) e *Brazil Cívico* (1918-1919). De acordo com Ruckstadter e Mello (2022, p. 5), “[...] o professor defendia que a instrução pública fosse laica, pautada na razão e na ciência”. Seu projeto de educação estava vinculado a um projeto de sociedade: além de veicular ideias de identidade e modernização, entendia que “[...] a difusão das escolas seria responsável por regenerar a população, levaria ao progresso nacional e colocaria o país ao lado das grandes economias mundiais” (Ruckstadter; Mello, 2022, p. 7). Em outras palavras, Dario Vellozo associava a educação ao desenvolvimento econômico e social do país. Para tanto, entre outras frentes de atuação, promoveu discussões sobre o ensino agrícola no estado do Paraná⁵². Seu

⁵¹ Como exemplo do protagonismo de Dario Vellozo na educação paranaense do início do século XX, é possível citar sua obra *Compêndio de Pedagogia*, de 1907, que “[...] foi subsidiada pelo governo do Paraná e se tornou de uso obrigatório nas Escolas Normais do estado” (Gonçalves Junior, 2010, p.180)

⁵² O ensino agrícola visava modernizar o campo e, na compreensão de Melo (2024, p. 3), “Dario Vellozo estava ligado à burguesia ervateira paranaense e, sua atuação em defesa do ensino agrônômico no estado foi no sentido de promover consenso entre o professorado ao redor do projeto educacional defendido pela Sociedade Estadual Agrícola do Paraná”.

projeto versava sobre “[...] qual o papel da escola, a necessidade do ensino de higiene e das disciplinas de educação moral e cívica” (Mello, 2024, p. 4).

Buscando alternativas à tradição escolar vigente, “[...] propôs e realizou, a partir de escolas experimentais, o projeto de implantação da Escola Moderna” (Vieira, 2001, p. 61)⁵³. O ideário da Escola Moderna pautava-se na concepção de uma “educação integral”, que prepararia o cidadão para atuar no mundo. Assim, aspectos físicos, intelectuais, morais, estéticos e cívicos seriam mobilizados para o aperfeiçoamento pleno do indivíduo e sua inserção social (Gonçalves Junior, 2010)⁵⁴. Entre as pautas defendidas por Dario Vellozo para a reforma da instrução pública no Paraná estava a universalização do ensino, o que significa que – ainda que na época houvesse restrições sociais à educação formal das mulheres – o avô de Hellê Vellozo Fernandes entendia que todas as crianças e adolescentes deveriam frequentar a escola, independentemente de seu gênero.

Sobre o papel da mulher em sociedade, foi publicado em uma das revistas do Instituto Neo-Pitagórico: “homem e mulher são seres diferentes, colaborando paralelamente na mesma suprema obra social: a felicidade humana” (Clio II, 1920, p. 26). Tais diferenças justificariam atuações distintas em sociedade de acordo com o gênero. As mulheres deveriam ter sua educação aprimorada, desde que não perdessem sua feminilidade, procedendo de maneira equivocada ao intervir “[...] em causas pelas quais já trabalhava indiretamente, sem prejudicar os seus insubstituíveis misteres” (Clio II, 1920, p. 25). Assim, segundo a publicação, era necessário “[...] não igualarmos os deveres do homem e da mulher, que se completando muito têm ainda a conseguir para a perfeita ventura de seus descendentes, sem os surtos falsos de feminismos, unicamente prejudiciais à humanidade” (Clio II, 1920, p. 26). Por partilhar desses postulados, a avó de Hellê, Escolástica de Moraes Vellozo, foi uma das escritoras curitibanas que “[...] contribuíram para colocar em xeque o cânone da literatura, angariando espaço para sua produção, embora muitas vezes se mantivessem atreladas ao que era considerado apropriado às mulheres” (Seixas, 2011, p. 70).

Nas últimas décadas do século XIX, período de nascimento de Escolástica de Moraes Vellozo, circulavam representações sobre mulheres da elite atreladas ao universo doméstico, e por isso a instrução feminina era considerada por muitos como desnecessária (Habner, 2018).

⁵³ Dario Vellozo, em 1913, fundou na cidade de Rio Negro – PR a escola *Brazil Cívico*, que teve suas atividades encerradas em decorrência da Guerra do Contestado (Ruckstadter; Mello, 2022). Transferida para Curitiba, nela colocou em prática suas ideias sobre a Escola Moderna.

⁵⁴ De acordo com Vieira (2001, p. 61), “[...] esse projeto não deve ser interpretado como o antecedente do Movimento pela Escola Nova no Estado, mas sem dúvida foi responsável pela afirmação de princípios que, posteriormente, foram incorporados pelo movimento renovador, tais como a laicização, a publicização e a universalização do ensino básico”.

Essa, no entanto, não foi a realidade de Colaca (como Hellê Vellozo Fernandes se referia à sua avó). Embora não tenham sido identificados dados sobre sua educação formal, seus poemas atestam o acesso a algum nível de escolarização⁵⁵. Em um contexto no qual grande parte das brasileiras de classe alta não sabia ler ou assinar o próprio nome, Escolástica de Moraes Vellozo teve a oportunidade de escrever suas próprias palavras. De acordo com Kamita (2004, p. 639), “[...] ela própria também vivenciou o meio intelectual rico e estimulante das décadas entre os séculos XIX e XX, o que a tornou uma mulher com atuação diferenciada para o tempo em que viveu” (Kamita, 2004, p. 639).

Quando moça, Escolástica participava da vida cultural curitibana, frequentando grandes bailes, sessões literárias e audições organizadas pelo Clube Curitibano, “[...] em que ela própria se apresentara várias vezes. Realizou [também] concertos de piano no Teatro São Teodoro” (Kamita, 2004, p. 638). Além de virtuosa pianista, era admirada por seu aspecto físico, sendo eleita 1ª Rainha da Beleza Curitibana em concurso promovido pelo Clube Curitibano. Na década de 1890, sob o pseudônimo de Emílio Viscontini (mantendo as iniciais de seu nome), Escolástica Vellozo escreveu para a *Clube Curitibano*. Além de realizar a editoração e revisão tipográfica deste periódico, contribuía também com o processo de preparação da revista *Esfinge*. Em 1893, aos 19 anos, casou-se com Dario Vellozo. Devotada ao seu papel de esposa e mãe, a dedicação às/aos suas/seus 12 filhas/os a afastou temporariamente das atividades artísticas e intelectuais, levando-a a concentrar-se nas responsabilidades familiares e domésticas.

Ainda assim, sobretudo no Instituto Neo-Pitagórico, teve participação pública ativa: “nas sessões literomusicais ali promovidas, executava os clássicos ao piano e lia seus textos em prosa ou poesia” (Kamita, 2004, p. 639). Com o nome iniciático de Ione, publicou nas revistas *Mirto e Acácia*, *Luz de Krotona* e *A Lâmpada*, todas relacionadas à instituição helenista⁵⁶. Acredita-se que a localização do Templo das Musas na propriedade da família contribuiu para que ela continuasse frequentando os debates intelectuais – a despeito do tempo dispensado nos cuidados com as crianças. À medida que cresciam, eles mesmos passaram a tomar parte em atividades públicas. Em 1912 e 1913, “[...] seus filhos e filhas já a auxiliavam nas várias etapas

⁵⁵ A educação das filhas de grupos privilegiados incluía escrita, noções de matemática, piano, francês e habilidades domésticas, como bordado e culinária, visando prepará-las para administrar o lar e representar bem o marido socialmente. Na maior parte dos casos, o aprendizado era realizado em suas próprias casas por preceptores. Segundo Louro (2022, p. 447), nas últimas décadas do século XIX, surgiu a “[...] necessidade de educação [formal] para a mulher, vinculando-a à modernização da sociedade, à higienização da família, à construção da cidadania dos jovens”.

⁵⁶ Informações disponíveis em: <https://pbc.uem.br/cedoc-lafep/indice-de-escriptoras/e/escolastica-de-moraes-veloso>. Acesso em: 11 out. 2024.

da edição da *Revista do Clube Curitibano*, no período em que era impressa no Retiro Saudoso” (Kamita, 2004, p. 639). Com as/os filhas/os criados, em 1937, atuou como vice-presidente da Loja Teosófica Nova Crótona⁵⁷. Seu envolvimento com esse movimento filosófico-espiritual, em uma posição de destaque em sua hierarquia organizacional, demonstra um engajamento consonante com o *habitus* familiar, que valorizava a busca pelo conhecimento e a atuação pública em diversas frentes intelectuais.

Conciliando vida familiar e atuação pública, Escolástica abriu caminhos para gerações de mulheres da família Vellozo, tornando um certo protagonismo feminino – intelectualizado, porém ainda socialmente regulado – parte do *habitus* familiar. Considerando o contexto do final do século XIX e início do XX e as restrições impostas às mulheres, ela teve “[...] muitas razões para se sentir desestimulada a atuar como escritora: ser mulher, pertencer a uma época ainda fortemente sustentada por pilares patriarcais, encontrar arraigados obstáculos que lhe impediam o acesso à educação formal” (Kamita, 2004, p. 647). Ultrapassando tais barreiras, Escolástica de Moraes Vellozo marcou seu nome na história do Simbolismo no Paraná. No entanto, sem romper com os limites socialmente impostos às mulheres da elite, defendia a maternidade como sua missão mais sublime. Mantendo-se distante das polêmicas discussões feministas de sua época, reiterava “[...] velhas noções e valores, cujo único intuito sempre foi restringir a participação feminina na sociedade, demonstrando-se perfeitamente cooptada pela formação tradicionalista que recebeu” (Kamita, 2004, p. 648).

⁵⁷ Organização fundada por Dario Vellozo, inspirada nas ideias da Sociedade Teosófica Internacional de Helena Blavatsky. Atuava como um centro de estudos esotéricos, filosóficos e espirituais.

IMAGEM 4 – Escolástica de Moraes Vellozo em pose para foto (19--)



Fonte: Family Search.

No registro fotográfico, Escolástica de Moraes Vellozo posou com roupas formais e escuras, com detalhes de renda na gola alta e nos punhos, transmitindo a ideia de austeridade, recato e respeitabilidade – atributos socialmente associados pelas elites das primeiras décadas do século XX à feminilidade. A elaboração dos acabamentos de sua roupa indica o pertencimento a uma fração de classe que dispunha de recursos econômicos para investir em aparências. Os cabelos arrumados em penteado, presos em um coque no topo da cabeça, evidenciam que ela buscava acompanhar os padrões da moda de sua época. A cor de suas vestes, seu semblante sério e contemplativo diante da câmera, aliado ao gesto simbólico de tocar um anel, sugerem que, no momento do retrato, já era viúva⁵⁸ – e assim permaneceu até o fim de sua vida, partilhando daquilo que era socialmente esperado para mulheres de seu meio social.

No poema *Ser Mãe*, dedicado às suas filhas e noras, Escolástica de Moraes Vellozo exaltou a figura materna a partir de uma concepção idealizada, atribuindo-lhe virtudes como o sacrifício, a bondade e a pureza. Ao afirmar que “de sublime renúncia é toda sua vida, /dedicando ao Esposo e aos filhos seu amor!”⁵⁹, ela endossava a ideia de que o casamento e a maternidade constituíam o papel social central da mulher. Ainda que as circunstâncias econômicas e culturais de sua família e o apoio de seu marido tenham lhe permitido

⁵⁸ O falecimento de Dario Vellozo, em 1937, foi um duro golpe para Escolástica de Moraes Vellozo, que permaneceu em luto e isolamento por diversos anos em seu *Retiro Saudoso* (Kamita, 2004).

⁵⁹ Disponível em: <https://www.academiafemininadeletraspr.com.br/post/linha-do-tempo-cadeira-n-12>. Acesso em: 23 out. 2024.

desenvolver-se intelectualmente – o que lhe conferiu liberdade para colocar seus escritos em circulação –, o poema demonstra uma visão tradicional dos papéis de gênero, que valorizava a mulher por sua capacidade de cuidar e amar a família. Em tal ofício, ela revelou-se extremamente dedicada⁶⁰. Seu primogênito, nomeado Porthos Moraes de Castro Vellozo, nasceu em 1895. O batismo, realizado na Igreja Nossa Senhora da Luz da Catedral, em Curitiba, indica que, a despeito do anticlericalismo presente nas atividades intelectuais da família, o catolicismo fazia parte dos *habitus* da elite, sendo uma tradição batizar os rebentos mesmo quando não praticantes⁶¹.

Existem poucas informações disponíveis sobre a formação e atuação do pai de Hellê Vellozo Fernandes. Recorrendo à Hemeroteca Digital, foi possível descobrir que Porthos Moraes de Castro Vellozo cursou Medicina na Universidade Federal do Paraná, atuando como 2º orador na União dos Acadêmicos de Medicina (O Dia, 1927). Em 1929, já integrava o corpo docente do Ginásio Paranaense, na cadeira de Química, assumindo mais tarde também a cadeira de Física. Em 1930, junto com o professor Algacyr Mader, fundou o Centro Ginásial Paranaense, destinado à elevação cultural das/os alunas/os. Segundo *O Dia* (1930a, p. 4), esta organização tinha como intuito “[...] promover sessões literárias e artísticas, conferências de lentes, visando despertar e incentivar o gosto pelas letras, e pelos livros e a dedicação pelas coisas intelectuais”. Entende-se, desta maneira, que o pai de Hellê Vellozo Fernandes era um entusiasta cultural, tal qual o avô Dario Vellozo.

Ainda em 1930, Porthos Moraes de Castro Vellozo e seu pai foram publicamente acusados de terem pressionado o corpo de professores do Ginásio Paranaense para que dois alunos fossem suspensos por 60 dias. A razão da querela não foi explicitada, mas, pelo teor da publicação, parece ter relação com debates entre anticlericais e católicos – em outras palavras, disputas no campo intelectual acerca de como a educação deveria ser ministrada. Contrário à decisão, o professor Paulo Tacla escreveu para o jornal *O Dia*: “nós desejaríamos interpelá-los se o crime de ter ideias é diferente do crime de ser pythagorico, ou budista, ou kardecista. [...] Nós lamentamos o que se fez contra os dois ginasistas” (Tacla, 1930, p. 5). Cinco dias depois, *O Dia* publicou um protesto contra a agressão de que foi vítima Paulo Tacla e cujos autores

⁶⁰ Em *Os Vergueiros*, ao tratar de uma personagem que mimetizava sua avó, Hellê Vellozo Fernandes assim a descreveu: “[...] nos lábios de Carmela nenhuma palavra poderia ter dureza. Ela era dona da casa, a mãe da família e tudo o dissesse estava bem-dito. [...] silenciosamente estava em todas as partes de seu lar – e nele reinava” (Hél, 1958b, p. 13).

⁶¹ Informação disponível em: <https://curitibaeparanaemfotosantigas.blogspot.com/2023/12/porthos-moraes-de-castro-vellozo.html>. Acesso em: 09 nov. 2024. De acordo com Kamita (2004, p. 647), para Escolástica de Mores Vellozo, “[...] a fé é imprescindível e deve existir independentemente da crença, desde que esteja em função de elevados propósitos e sem resvalar para [...] o apego ilimitado e cego que impede a percepção dos valores positivos de outras doutrinas” (Kamita, 2004, p. 647).

teriam sido Porthos e Dario. As publicações indicam que os Vellozo se equivocaram ao lidar com essa situação, pois três meses depois, em dezembro de 1930, entre os decretos do Interventor Federal no Paraná, figurava a nomeação de outro professor para assumir interinamente a cadeira de Física e Química em lugar de Porthos Moraes de Castro Vellozo, que ficou à disposição para prestar serviços clínicos gratuitos no Hospital de Misericórdia de Curitiba (O Dia, 1930b). Passada a suspensão, acredita-se que Porthos Moraes de Castro Vellozo retornou às suas atividades docentes na instituição, pois, anos mais tarde, Rosala Garzuze, seu cunhado, foi nomeado para reger, interinamente, a cadeira de Física do Ginásio Paranaense, “[...] durante o impedimento do respectivo catedrático” (O Dia, 1936, p. 4)⁶².

Esse episódio evidenciou que, embora dotados de elevado capital cultural e simbólico, os Vellozo não estavam imunes a conflitos públicos e sanções institucionais. Ao mesmo tempo, demonstrou o apoio mútuo de pai e filho, inclusive em questões relativas ao ambiente de trabalho. Em edição da Sociedade Amigos de Dario Vellozo, em 1946, Porthos Moraes de Castro Vellozo lançou *Volvendo a terra*. Nesta obra, narrou um sonho no qual ocorria o retorno do pai em visita ao Retiro Saudoso, que lamentava os rumos que o Instituto Neo-Pitagórico havia tomado após seu falecimento. No decorrer da leitura é perceptível o “amor filial” e a “[...] veneração do discípulo, que também é filho” (Borges, 1946, p. 4). Segundo apreciação crítica escrita por Durval Borges (1946, p. 4), “[...] numa linguagem característica, própria dos que são conhecedores e iniciados às coisas místicas e exotéricas”, naquela obra ecoava “[...] a imorredoura glória desse que foi o nosso maior orador, e foi também poeta e prosador fecundo e erudito”, Dario Vellozo.

O livro, que tem em sua primeira página os *Versos de Ouro* de Pitágoras, foi dedicado “aos amigos que conservam ainda redeviva a imagem e a memória do grande Amigo e do Mestre, que o veneram ou recordam sem ostentação e, que – não sendo pythagoricos – prezam os seus ensinamentos e exemplos” (Vellozo, 1946, p. 1). A admiração pelo pai e o desejo de continuidade de seu legado no Instituto Neo-Pitagórico permearam a publicação. Porthos Moraes de Castro Vellozo tinha 14 anos quando a instituição foi fundada e, até seus cinquenta e poucos anos, manteve-se ativo nas atividades ali desenvolvidas. Ao longo dos anos, passou a compartilhar suas produções literárias nas reuniões. O jornal *O Dia* frequentemente divulgava

⁶² A partir de 1939, Porthos Moraes de Castro Vellozo passou também a atuar no Colégio Universitário, recebendo, inclusive, homenagens de seus alunos do pré-médico (O Dia, 1939). Formado em Medicina e Agronomia na década de 1930, ministrou aulas no curso de Agronomia (possivelmente na Universidade Federal do Paraná), posto que foi homenageado pelos formandos de 1943 (O Dia, 1943). Em 1954, trabalhava no Instituto de Química Industrial do Paraná (O Dia, 1954). Em 1958, discursou no aniversário da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná, em ocasião do 40º aniversário da instituição (O Dia, 1958). Nessa instituição, trabalhou ao menos entre 1943 e 1963.

informes sobre os encontros dominicais ocorridos no Templo das Musas, destacando as participações e homenagens realizadas – muitas delas proferidas por Porthos Moraes de Castro Vellozo.

O pai de Hellê Vellozo Fernandes casou-se pela primeira vez em 1918. Desta união, que terminou em 1922 com o falecimento de Elisa Grein devido a uma infecção puerperal, nasceram três crianças: Lycio Grein de Castro Vellozo (1919-1966)⁶³, Radhail Grein de Castro Vellozo (1921-2012)⁶⁴ e Ione Grein de Castro Vellozo (1922-1978)⁶⁵. Em 1924, Porthos se casou com Prudência Araujo Moritz. Desta união, nasceu Hellê Moritz Vellozo (1925-2008) e Roselys Moritz Vellozo (1927-2004)⁶⁶. Ainda que, dos filhos do primeiro casamento, ao menos Ione tenha sido criada por Escolástica de Moraes Vellozo e Dario Vellozo⁶⁷, a diferença de idade de apenas oito anos entre o primogênito e a caçula possibilitou que as crianças convivessem e desenvolvessem laços afetivos. Sobre sua relação com Ione na casa dos avós, Hellê Vellozo Fernandes escreveu:

De manhãzinha, quando havia orvalho nas folhas, nosso lugar de reunião era no Tanque dos Peixes, no recanto mais discreto do jardimzinho de Vovô, bem no ângulo da cerca de cedros.

Naquele tempo, Ione era uma inspirada poetisa de 12 ou 13 anos e, invariavelmente, quem me levava para lá. Eu ouvia incontáveis sonetos sobre tudo o que a impressionava e esforçava-me para entendê-los, da melhor forma possível.

Mas o ar fino, o perfume dos canteiros cercados de pedras redondinhas, o aroma penetrante dos ciprestes e o canto sonoro dos passarinhos faziam séria concorrência à

⁶³ Lycio formou-se em 1941 como engenheiro agrônomo pela Escola Agrônômica do Paraná e destacou-se em sua carreira acadêmica e científica. Entre outras ocupações, foi presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná e exerceu cargos importantes na Escola de Agronomia e Veterinária da Universidade Federal do Paraná (TECPAR, 19--).

⁶⁴ Radhail, ao concluir o curso primário, ingressou no Ginásio Paranaense, finalizando os estudos em 1936. De acordo com material disponível na Biblioteca Pública do Paraná (19--b, p. 415), posteriormente, “[...] dedicou-se à música, às ciências e literatura. Foi professora de piano no ‘[...] jardim de infância experimental’ [criado por Erasmo Pilotto] no Retiro Saudoso, zela com grande amor pela enorme biblioteca deixada por seu avô e escreve versos”. Em 1945, publicou o livro de poesias *Estrela Azul*.

⁶⁵ Ione concluiu o ginásio em 1938. Em seguida, estudou violino e canto, mas dedicou-se especialmente ao estudo e às letras. Segundo material disponível na Biblioteca Pública do Paraná (19--a), Ione Grein de Castro Vellozo foi destaque em concursos literários do Rio, São Paulo e Curitiba. Publicou *Primeiros acordes* (poesias) em 1945 e *Sonho Azul* em 1946.

⁶⁶ Tomando como referência elementos autobiográficos presentes em sua dissertação de mestrado, Roselys Moritz Vellozo foi uma figura de destaque em questões educacionais e culturais. Formou-se no Curso Normal pela Escola de Professores de Curitiba (1944) e cursou História pela Universidade Federal do Paraná (1964), com pós-graduação na Universidade Federal de Santa Catarina (1987). Sobre sua atuação docente, ela “ingressou no magistério público do Estado do Paraná em 1946, tendo lecionado como professora no Ensino Primário de 1946 a 1963. Lecionou no Curso Normal do Instituto de Educação do Paraná de 1947 a 1978, quando se aposentou como Professora do Ensino Médio em Educação Artística, tendo prestado concurso em 1951 para Professora Auxiliar do Instituto de Educação do Paraná, em História da Música” (Roderjan, 1989, p. vi). Foi pesquisadora da História da Música Paranaense e do Folclore Paranaense, desde 1964, com vários trabalhos publicados sobre o assunto. Também atuou como presidente da Comissão Paranaense de Folclore, tendo trabalhado para o Instituto Nacional de Folclore (FUNARTE).

⁶⁷ Segundo material biográfico sobre Ione disponível na Biblioteca Pública do Paraná (19--a, p. 427), “desde o falecimento de sua mãe, foi criada por seu avô, professor Dario Vellozo, intelectual ilustre e por sua avó D. Escolástica de Moraes Vellozo, musicista e poetisa”.

minha iniciação no mundo da poesia. Tão séria que fracassei. Depois daquelas infrutíferas tentativas de rimar, romanticamente, “olhos castanhos” com “lindo bando de rebanhos”, reconheci a tempo que não deveria insistir no assunto (Hél, 1961, p. 2).

A convivência com os irmãos, especialmente com Ione, foi importante para o desenvolvimento intelectual de Hellê Vellozo Fernandes. Até mesmo nos momentos de brincadeiras, ela tinha a possibilidade de ampliar seu capital cultural por influência dos irmãos – o que incluiu tanto o gosto pelas letras quanto pelas experiências lúdicas no jardim da casa do avô Dario. Ao mesmo tempo em que produzia seus primeiros escritos, aos oito anos, Hellê brincava pelo quintal e subia na ameixeira, “[...] acabando com minhas boas maneiras de menina de cidade” (Hél, 1961, p. 2). Nas crônicas que escreveu sobre si e sua família, apresentou um ambiente doméstico como afetuoso, marcado pela valorização das atividades intelectuais e pelo estímulo mútuo. Possivelmente por essa razão, a publicação de primeiro livro de Hellê Vellozo Fernandes, *Camafeus* (1945), oferecido pela família como presente em ocasião de seu 20º aniversário, não constituiu um episódio isolado. Suas irmãs publicaram obras literárias na mesma década, sugerindo a existência de uma prática familiar recorrente de incentivo à autoria feminina, na qual a publicação de livros funcionava como uma forma de reconhecimento simbólico, investimento cultural e legitimação pública da escrita produzida pelas mulheres da família. Nos elementos pré-textuais da obra, Hellê Vellozo Fernandes agradeceu aos seus irmãos pela “oblata de amizade” (Hél, 1945), evidenciando reconhecer o apoio e o valor simbólico da oportunidade recebida.

Acerca do protagonismo de sua mãe, quase não existem informações disponíveis a respeito. Em consulta à Hemeroteca Digital, foi possível descobrir que, em 1914, Prudência Araújo Moritz recebeu um atestado de boa conduta, documento necessário à época para matricular-se na Escola Normal. Durante sua formação como professora, foi colega de turma de Pompília Lopes dos Santos, que mais tarde se tornou uma importante escritora paranaense, frequentadora do Instituto Neo-Pitagórico. Nos primeiros exames do curso de formação de docente, a única nota alta de Prudência foi em Aritmética, com 9,5. O desempenho nas demais disciplinas foi: Francês (7), Português (6,5), Geografia (6), Desenho (3,5). Por razões não justificadas, ela não compareceu ao exame de música (Arquivo Público do Paraná, 1914). Formou-se docente em 1917, tendo como paraninfo de sua turma seu futuro sogro, o professor Dario Vellozo. Em 1925, quando solicitou sua licença maternidade para a chegada de Hellê, estava em exercício “[...] na Escola de Aplicação Anexa à Escola Secundária desta capital” (O Estado do Paraná, 1925).

Em 1937, Prudência Araújo Moritz Vellozo integrou a diretoria do Centro do Professorado Paranaense, agremiação criada com o intuito de congregar as/os docentes em um movimento descrito como de elevado teor intelectual (O Dia, 1937). Na comissão da qual participou, responsável pela elaboração dos estatutos, atuou em parceria com Antonio Tupy Pinheiro, Erasmo Pilotto, Flávio Ribeiro, Maria da Luz C. Xavier e Osvaldo Pilotto. Em 1945, progrediu na carreira e foi nomeada para ocupar o cargo de Professora Catedrática, padrão I, exercendo a função de Auxiliar de Ensino da Escola de Professores de Curitiba. No ano seguinte, passou a ministrar a disciplina de Prática de Ensino nas turmas suplementares no Instituto de Educação. Entre seus colegas de trabalho figuravam docentes como América da Costa Sabóia, Annette Clotilde Portugal Macedo, Eni Caldeira, Erasmo Pilotto, Ester Tourinho, Helena Kolody, Josefa Correia de Freitas, Ledí de Melo Cid e Maria de Lourdes Lamas (O Dia, 1946). Destaca-se que parte dos amigos e colegas de trabalho de Prudência Araújo Moritz Vellozo também mantiveram vínculos com Hellê Vellozo Fernandes, evidenciando que os capitais culturais e sociais mobilizados pela mãe também contribuíram para a inserção e projeção da filha entre a intelectualidade curitibana.

Nascida na virada do século XIX para o XX, Prudência Araújo Moritz Vellozo e outras mulheres de sua geração fizeram parte do processo de feminização do magistério, fomentado a partir da Proclamação da República, com a paulatina expansão da instrução pública (Louro, 2022). Ainda que a inserção das mulheres no mercado de trabalho via docência tenha ocorrido pela associação entre supostas aptidões naturais da mulher à maternidade e o cuidado com os escolares, seus espaços de possíveis se alargaram – não sem questionamentos. Em um contexto em que “o casamento e a maternidade eram efetivamente constituídos como a *verdadeira carreira* feminina. Tudo que levasse as mulheres a se afastarem desse caminho seria percebido como um desvio da norma” (Louro, 2022, p. 454). Se grande parte da sociedade ainda via com desconfiança as mulheres que atuavam como professoras nas primeiras décadas do século XX, esta questão parece não ter sido um problema para os Moritz, já que Prudência atuou como docente desde 1917 até aposentar-se – conciliando casamento, vida profissional e maternidade⁶⁸.

Na Curitiba do início do século XX, “[...] a figura materna foi um dos mais valorizados alvos de investimento por parte da imprensa” (Pedro, 2022, p. 292). A exaltação das mães estava atrelada “[...] à missão civilizadora das mulheres, a qual, de acordo com o ideário positivista,

⁶⁸ A atuação como professora oferecia às mulheres a possibilidade de independência financeira e participação na vida pública. Muitas foram as docentes que se tornaram também escritoras e publicaram suas ideias em periódicos, voltados ou não à temática educacional.

deveria ser instruída para aperfeiçoar o esposo e educar os filhos para a Humanidade” (Pedro, 2022, p. 293). Nas acirradas disputas entre anticlericais e católicos, ambos concordavam que o papel da mulher em sociedade era o de esposa, mãe e dona de casa. Segundo publicou o *Diário da Tarde* (1926 *apud* Pedro, 2022), a esposa ideal era submissa, compreensiva, resignada e dedicada exclusivamente ao bem-estar do marido. Seus principais atributos seriam a docilidade, contenção de suas próprias vontades e abnegação em favor das demandas masculinas. O jornal fez entender que qualquer insubmissão ou reivindicação de aspirações pessoais não só era desvalorizada, como condenada. Tal discurso reforçava a ideia de que a mulher bendita por Deus seria aquela que aceitava uma posição secundária em relação ao marido. Não há informações sobre a relação entre Prudência Araújo Moritz Vellozo e Porthos Moraes de Castro Vellozo, mas, a partir de seu exercício profissional, entende-se que ela fez valer seus desejos e, mesmo casada⁶⁹, atuou como docente em uma das principais escolas do Paraná. Além de trazer dinheiro para dentro de casa – o que nem sempre era visto com bons olhos⁷⁰ –, seu ofício lhe permitiu atuar na formação de gerações de professoras paranaenses.

No papel de mãe, as crônicas de Hellê Vellozo Fernandes que rememoram momentos em família indicaram que Prudência Araújo Moritz Vellozo foi atenciosa e amorosa. Todos gostavam muito das guloseimas preparadas por ela, com destaque para seus assados e uma farofa de farinha de milho servidos nas festas de São João. Sobre os quitutes da mãe, Hellê Vellozo Fernandes escreveu: “haverá quem saiba temperá-los melhor que ela?” (Hél, 1958a, p. 2). Vencendo os desafios de cuidar da casa, das filhas e de trabalhar fora, certamente construiu boas lembranças em família. Em *Camafheus* (1945, p. 15), Hellê escreveu: “da minha infância, faria a infância de toda criança [...], mostrando às mães como aproveitar a atividade infantil nos brincos dentro de casa. Da minha adolescência, um relato aos adolescentes, mostrando-lhes o encanto de ser criança o mais possível”.

Quando se tornou adulta, Hellê Vellozo Fernandes passou também a compartilhar com sua mãe as dificuldades da maternidade. Na crônica *A história que a vida conta*, dedicada à Prudência Araújo Moritz Vellozo, ela reconheceu o esforço invisível atrelado a esse papel ao contemplar a sua própria história – já que se tornou mãe pela segunda vez em 18 de setembro de 1950, pouco tempo antes de escrever a crônica em questão. Segundo publicou em *O Tibagi*, “[...] a vida encarrega-se de nos relembrar, em lições penosas, o que representa o esforço, o trabalho, a missão de Mamãe” (Hél, 1951a, p. 2). Agora “mãe” significava

⁶⁹ Entre as décadas finais do século XIX e início do XX, o trabalho no espaço público era aceitável para as solteiras até o momento do casamento (Louro, 2022).

⁷⁰ A capacidade provedora do homem era entendida também como um sinal da sua masculinidade (Louro, 2022).

[...] todo nosso esforço anônimo dentro de casa, no refazer contínuo de tarefas que não aparecem, embora, mantenham a continuidade da vida no lar; as inconfessáveis horas de espera e desalento, com o rosto voltado para uma prece muda; os incontáveis momentos de desilusão calada ou revolta inútil, aquelas horas supremas em que tiramos do nosso um novo ser sofrimento que nenhum trabalho paga e nenhum amor contenta.

Mas não é só isso: ainda é preciso transformar aquele serzinho róseo e inconsciente num indivíduo, numa personalidade. Até lá, noites sem fim de insônias e cuidados, dias de rosto pálido, olhos no fundo, tontos de sono, o corpo cansado a refazer tarefas que ninguém vê [...]. Ouvimos histórias lindas no Dia das Mães, mas só as compreendemos inteiramente no dia em que a Vida nos sacode, nos derruba, nos levanta para nos empurrar e chicotear outra vez (Hél, 1951a, p. 2).

De sua mãe, Hellê Vellozo Fernandes recebeu amor e cuidado, bases fundamentais para que as crianças se desenvolvam com segurança e confiança. A partir do exemplo de Prudência Araújo Moritz Vellozo, que conciliava o trabalho docente com as tarefas domésticas, Hellê pôde incorporar uma representação do feminino ativo no sustento do lar, tanto afetivamente quanto financeiramente. Ao observar a mãe trabalhando como professora em um contexto em que o exercício profissional feminino ainda era alvo de críticas, vislumbrou nela um modelo de protagonismo intelectual que conciliava família e atuação pública. Tal exemplo contribuiu para que Hellê Vellozo Fernandes e suas irmãs incorporassem um *habitus* que, embora não rompesse com as normas de gênero — já que a docência era uma profissão socialmente autorizada às mulheres —, tensionava seus limites. Prudência legitimou, assim, a atuação feminina para além do espaço privado, ampliando os espaços de possibilidade das meninas da família. Não à toa, Hellê e Roselys, e mesmo Radhail e Ione, tornaram-se professoras. Ao crescer vendo a mãe equilibrar o trabalho escolar e as demandas familiares, Hellê Vellozo Fernandes passou a compreender a docência e a intelectualidade como caminhos legítimos de expressão e realização feminina.

Ainda que a família Moritz não tenha tido, do ponto de vista intelectual, a mesma relevância que os Vellozo no cenário curitibano, os avós maternos Karl Robert Moritz (1868-1949) e Maria Rosa de Araújo e Silva (1876-1944)⁷¹ também foram marcantes na vida de Hellê Vellozo Fernandes. A casa deles ficava na cidade e o avô zelava para que os animados encontros acalorados não incomodassem os vizinhos. Ainda assim, “[...] penso que nos julgavam um bando de malucos, pois os Moritz não sabiam falar baixo. Às vezes, alteravam-se entre gostosíssimas risadas” (Hél, 1957b, p. 2). Segundo Hellê Vellozo Fernandes (1957b, p. 2), “não raro, havia ânimos exaltados, mas por mais ferrenha que fosse a discussão, era uma ginástica para o espírito e não se mantinha além daquelas portas”. Em sua memória, as melhores

⁷¹ Não foram encontrados dados biográficos sobre os avós maternos de Hellê. O avô, que era estrangeiro, possivelmente tinha nacionalidade alemã.

lembranças com os avós eram nas festas de final de ano, nas quais os netos ficavam ansiosos pela chegada do Papai Noel com os presentes (Hél, 1957b).

Na infância, nas noites de Ano Novo, Hellê Vellozo Fernandes ia cedo para cama – já que na casa do avô Robert “[...] vigorava o regime de criança não ficar acordada até tarde” (Hél, 1954a, p. 2). No dia seguinte, assim que levantava, ela corria para a chácara do avô Dario para brincar com a primarada. A crônica *Um dia de ano* indica que a pequena Hellê tinha liberdade para andar a pé por Curitiba: saindo da casa dos avós maternos, “procurava o alto pinheiro que marcava a esquina [do Retiro Saudoso], para orientar-me. Logo depois, apareciam o muro branco do Templo, o bosque e as janelinhas do segundo andar da casa de Vovô. Mais adiante, o bangalô de meus pais, no centro do jardim” (Hél, 1949a, p. 1). A boa convivência com avós maternos e paternos, marcada pelo estímulo intelectual, contribuiu para que Hellê Vellozo Fernandes se desenvolvesse culturalmente de maneira espontânea, adquirindo conhecimento nos momentos de lazer em família.

Quando mais velha, aparecia nas festas na casa dos avós Roberto e Sinhara – como Hellê Vellozo Fernandes os chamava nas crônicas – em vestido de gala e participava das felicitações à meia-noite, “[...] quando os sinos badalavam, as fábricas buzonavam, numa saudação estridente e festiva” (Hél, 1954a, p. 2). Nesse momento, toda a família brindava o “Ano Bom”, como chamavam. Iniciado o novo ciclo, seu avô revivia um costume que trouxera da Europa: “[...] acendia ele mesmo as velas do pinheirinho, jamais substituídas por qualquer inovação elétrica” (Hél, 1954a, p. 2)⁷². Então, apagavam as luzes e se abraçavam, desejando felicidades. Por ordem, Hellê abraçava primeiro os avós, depois seus pais, irmãos, tios e primos. Na mesa farta de guloseimas, os avós se sentavam nas cabeceiras da mesa, com a família toda reunida. Após o jantar despediam-se dos mais jovens, que partiam rumo aos bailes de gala dos clubes, para continuar as comemorações com as/os amigas/os (Hél, 1954a). De acordo com Hellê Vellozo Fernandes, a avó Sinhara ficava toda orgulhosa das netas mais velhas vestidas em “vaporosos vestidos de baile” (Hél, 1965a, p. 2).

⁷² Segundo relato de seu filho, Hellê herdou essa tradição e a praticava nas festas de fim de ano dos Vellozo Fernandes (Fernandes, 2020).

IMAGEM 5 – Hellê Vellozo Fernandes em trajes de festa (19--)



Fonte: Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil (Facebook).

Ainda que não existam informações precisas sobre a ocasião em que a fotografia acima foi tirada, acredita-se que se trata de um retrato de debutante, possivelmente registrada em um clube, haja vista a escadaria em segundo plano. Em pose formal, provavelmente orientada pelo fotógrafo, Hellê Vellozo Fernandes vestia uma saia longa de rendas, blusa de mangas bufantes e drapeado no busto, seguindo os padrões estéticos da época. As flores na cintura e no cabelo reforçavam um caráter cerimonial e de afirmação do feminino. Seu colar de pérolas de duas voltas, além de ser um acessório clássico relacionado à elegância, servia para demonstrar o pertencimento a uma família com algum poder aquisitivo. Ela parece estar confortável na foto, como quem tem familiaridade com esse tipo de solenidade. Sua postura era elegante, e seu sorriso sugere uma possível satisfação da jovem Hellê com a festividade retratada. Independentemente da ocasião exata, a fotografia cumpriu algumas funções, tais como marcar

seu pertencimento social e representá-la atrelada a um ideal de feminilidade desejável para os anos 1940, no qual elegância e distinção operavam como capitais simbólicos.

Para além dos bailes e solenidades nos clubes da capital, as atividades de sociabilidade de Hellê Vellozo Fernandes e sua família também se estendiam aos momentos de lazer no litoral. A estadia na Ilha do Mel era o ponto alto de suas férias escolares. O livro *Ilha do Mel ontem e sempre* indicou que, desde a infância, essas viagens eram em companhia da família materna – embora existam registros de Dario Vellozo e seus iniciados na ilha⁷³. Seus pais e avós, tios e primos viajavam juntos, já que “[...] saía mais em conta dividir as despesas” (Fernandes, 1985, p. 47). Na obra, Hellê afirmou que sonhava o ano todo com esses momentos, que só aconteciam no inverno por causa da malária. Assim, “em maio, começavam os preparativos para os quinze dias das férias escolares de junho” (Fernandes, 1985, p. 47). Chegando à Ilha, ela passava o dia todo na praia. Sobre as atividades realizadas, escreveu:

Havia jogos de bola e peteca, cujas partidas renhidas tinham capitães impiedosos como o Alec Beltrão ou o Paulo Rios Fernandes, nossos melhores jogadores; ou as brincadeiras na praia sentados todos sobre um tronco trazido pela maré e encalhado perto de um rio de águas vermelhas, interrompidas pelas poesias de Castro Alves, que o Bernardo Garcez declamava em dias de inspiração; ou as tentativas de inovação musical com o “swing”. Era o Lolô Cornelsen quem tentava ensinar, devidamente censurado por causa dos passos frenéticos, que a música revolucionária exigia; os jogos de prendas, no Hotel do Teodorinho, também eram concorridos (Fernandes, 1985, p. 63).

Como o excerto evidencia, tais viagens permitiam que Hellê Vellozo Fernandes tivesse experiências de lazer e aprendizado com familiares, colegas e residentes locais. Mesmo nas férias escolares, seu desenvolvimento intelectual era nutrido, tanto pela fruição do ambiente natural quanto pelos momentos partilhados com os amigos. Os jogos, músicas e poesias proporcionavam uma educação de caráter informal. Assim, as temporadas na Ilha do Mel configuravam-se como mais uma oportunidade para que Hellê desenvolvesse seus capitais cultural e social. É possível, inclusive, que tenha conhecido Paulo Rios Fernandes⁷⁴ em uma dessas viagens, já que *Camafeus* foi também dedicado “ao Paulo da... ‘Menina da Ilha’” (Hél, 1945, p. 7). Segundo Hellê Vellozo Fernandes, “O amor da mocidade não era unicamente sexo. Pelo contrário, incluía valores primordiais porque cada um, em primeiro lugar, respeitava a própria dignidade”. Sobre os papéis do homem e da mulher nos relacionamentos, dizia que, em sua época, “os rapazes podiam ser atrevidos, mas as moças normalmente controlavam-lhes os ímpetos porque era do bom-tom serem disputadas, cortejadas, solicitadas antes de lhes darem

⁷³ Disponível em: <https://paulodafigaro.blogspot.com/2014/12/dario-vellozo-e-seu-templo-das-musas.html>. Acesso em: 13 nov. 2024.

⁷⁴ Não foram encontradas informações sobre o ano de nascimento ou morte de Paulo Rios Fernandes.

maior atenção”. Para ela, “o amor da mulher constituía uma conquista e não uma oferta” (Fernandes, 1985, p. 65) – posicionamento que indica sua aderência aos códigos de conduta e moralidade esperados das moças de elite no período de sua juventude.

Apesar de Hellê Vellozo Fernandes ter demonstrado, em alguns momentos, alinhamento com noções tradicionais sobre o papel da mulher em relação à dimensão afetiva e familiar, ela foi também herdeira de um legado de protagonismo feminino construído por sua mãe e avó. Para além do elevado capital cultural da família, que a posicionou favoravelmente entre a intelectualidade curitibana, e mais tarde em Monte Alegre, a trajetória de suas antepassadas foi fundamental – afinal, Hellê não foi a primeira mulher da família a ampliar seus espaços de possibilidade para além do âmbito privado. Isso significa dizer que, geracionalmente, sua mãe e avó, e mesmo irmãs, ao se destacarem de diferentes maneiras na vida pública, abriram-lhe caminhos e ofereceram o suporte simbólico e prático para que se envolvesse nas atividades sociais e culturais em que atuou⁷⁵. Tudo isso, no entanto, sem abandonar as responsabilidades familiares, como o cuidado com a casa, o marido e os filhos, entendidas no interior da família como parte constitutiva do papel feminino em sociedade. Assim, mesmo sem confrontar valores tradicionais acerca do papel das mulheres, suas ascendentes construíram um legado de protagonismo que sustentou as aspirações intelectuais de Hellê Vellozo Fernandes. Integrante do *habitus* familiar, a referência de um feminino ativo publicamente, ainda que restrito a algumas áreas socialmente autorizadas, foi um elemento relevante para sua trajetória intelectual. Soma-se a isso o capital global acumulado pelos Vellozo, que favoreceu o desenvolvimento intelectual e a atuação pública de seus descendentes.

Ainda que não figurassem entre as famílias economicamente mais ricas de Curitiba – posto que as/os intelectuais integram a fração dominada da classe dominante (Bourdieu, 2015a) –, os Vellozo frequentavam espaços de sociabilidade das elites, como o Clube Curitibano, o Instituto Neo-Pitagórico, o Instituto Paranaense e o Centro de Letras do Paraná. Nesses ambientes, cultivavam e fortaleciam laços sociais com a intelectualidade local. Pensando com Bourdieu, entende-se que o poder da família Vellozo “[...] não deriva[va] apenas da riqueza material e cultural, mas da capacidade que estas têm em transformá-lo em capital social e simbólico” (Setton, 2006, p. 12). Esses capitais constituem recursos que exigem investimento

⁷⁵ Segundo Bourdieu (2013, p.106), “os agentes se determinam em relação aos índices concretos do acessível e do inacessível, do ‘é para nós’ e do ‘não é para nós’ [...] todo esse conjunto de possibilidades apropriadas pelas quais as relações de força presentes se projetam no porvir, que comandam em contrapartida as disposições presentes, e especialmente as disposições em relação ao porvir”.

contínuo de tempo, dinheiro e disposição pessoal, um tributo que vinha sendo pago desde os antepassados de Hellê Vellozo Fernandes.

Dessa maneira, além do capital cultural desenvolvido de maneira espontânea no ambiente doméstico, a convivência com as elites curitibanas contribuiu para a ampliação do repertório intelectual dos Vellozo em temas como educação, filosofia e cultura. A frequência constante nesses círculos sociais reforçava a influência simbólica da família, ao mesmo tempo em que proporcionava a Hellê e seus irmãos uma formação marcada pela permanente troca de saberes com figuras de destaque na primeira metade do século XX. Nesse processo, a presença ativa da família Vellozo no campo intelectual curitibano incluiu a partilha de uma crença acerca do envolvimento prático das/dos intelectuais em questões culturais e sociais. Tal compromisso expressava a incorporação da *illusio*, que, conforme definida por Bourdieu (2011b, p. 139), significa “[...] estar no jogo, estar envolvido no jogo, levar o jogo a sério. A *illusio* é estar preso ao jogo, preso pelo jogo, acreditar que o jogo vale a pena jogar”. Essa crença de intervenção tinha um duplo valor: funcionava como parte do *habitus* da própria família de Hellê Vellozo Fernandes e, ao mesmo tempo, como uma estratégia de obtenção de prestígio no campo intelectual curitibano.

1.2 FORMAÇÃO ESCOLAR E DISPOSIÇÕES DESENVOLVIDAS

A origem social das/os estudantes constitui, segundo Bourdieu e Passeron (2018), um dos principais fatores de diferenciação que incidem sobre seu sucesso escolar – mostrando-se, em muitos contextos, mais decisiva que variáveis como sexo, idade ou afiliação religiosa. São os fatores culturais principalmente, mais que os econômicos, que orientam as disposições diante da escolarização. Isso não significa, contudo, compreender o destino escolar como resultado mecânico da origem social, mas reconhecer que ele é fortemente condicionado pelo volume e pela composição dos capitais familiares, bem como por variáveis como “[...] a rede de ensino frequentada (pública ou particular), o local de moradia (campo, cidade, centro ou periferia), o engajamento político e pedagógico de administrações e profissionais da educação” (Valle, 2018, p. 12), além das expectativas familiares em relação ao saber e à formação.

Como abordado anteriormente, a posição social ocupada pela família de Hellê Vellozo Fernandes favoreceu a incorporação precoce de um amplo capital cultural. Criada em um ambiente frequentado por escritoras/es, as/ e intelectuais, ela teve acesso a bens da cultura como bibliotecas e instrumentos musicais. Essas aprendizagens, adquiridas “como por osmose”,

converteram-se em sucesso escolar – até porque “a cultura ‘legítima’, validada pelos exames e consagrada pelos diplomas, é a da elite” (Valle, 2018, p. 10). Isso porque o “sucesso escolar” pressupõe um conjunto de saberes prévios, mais frequentemente parte do *habitus* de estudantes das classes dominantes, familiarizados com determinados modos de saber-fazer e saber-dizer. Dominando tais códigos, Hellê Vellozo Fernandes foi uma das primeiras alunas do Ginásio Paranaense, e suas notas elevadas foram expressão do ajustamento entre suas disposições incorporadas e as exigências do arbitrário escolar⁷⁶.

Frequentando as melhores instituições de ensino do estado do Paraná, nas quais o corpo docente encontrava-se diretamente envolvido nos debates educacionais em curso, e residindo em uma chácara localizada então no subúrbio de Curitiba, Hellê Vellozo Fernandes experimentou, na prática, os efeitos conjugados dos capitais herdados no espaço familiar e posteriormente sancionados pela escola⁷⁷. Embora a Vila Isabel, na década de 1930, fosse considerada uma zona semirural, a casa da família consistia um *Retiro Saudoso* para a intelectualidade curitibana, posto que as atividades realizadas no Templo das Musas consistiam férteis espaços de sociabilidade. Desse modo, mesmo fora do centro urbano, o local de moradia de Hellê Vellozo Fernandes constituiu um espaço de distinção social e cultural, sobretudo porque não implicou em seu isolamento social ou educacional, mas, pelo contrário, contribuiu para o seu pertencimento a uma elite cultural.

Além dessas condições objetivas que favoreceram o desempenho escolar de Hellê Vellozo Fernandes, é importante reforçar que as expectativas da família Vellozo em relação sua formação derivava de um *habitus* familiar que estimulava o desenvolvimento intelectual de suas mulheres, bem como sua atuação pública – a exemplo da avó Escolástica na literatura e de sua mãe na docência. Assim, Hellê cresceu sabendo que poderia, se assim o desejasse, atuar publicamente. Essa possibilidade influenciou na sua constituição como “sedenta de luz e ávida de espaço” (Hél, 1945, p. 13). O mundo estava, parcialmente – posto que dentro dos limites da fração de classe a qual pertencia –, aberto a ela. No entanto, apenas os privilégios decorrentes do pertencimento familiar não constituiriam, por si só, seu êxito. O sucesso escolar de Hellê Vellozo Fernandes resultou de investimentos próprios em um contexto pedagógico que proporcionou maiores oportunidades de atuação para as meninas. Entende-se, dessa maneira, que, tendo sido preparada no ambiente familiar para exprimir o próprio pensamento, “com

⁷⁶ Sua média elevada no decorrer deste período de formação atestam a facilidade característica apresentada por agentes oriundos de meios culturalmente privilegiados (Bourdieu, 2015b).

⁷⁷ De acordo com Bourdieu (2013, p. 209), o “[...] capital não encontra as condições de sua plena realização senão com o surgimento do *sistema escolar*, que atribui *títulos* que consagram de maneira durável a posição ocupada na estrutura da distribuição do capital cultural”.

segurança e franqueza” (Hél, 1957a, p. 2), o *habitus* incorporado por Hellê Vellozo Fernandes desde as suas primeiras experiências encontrou espaço de reforço e vazão em uma escola que estava conectada aos debates educacionais da Escola Nova e, por isso mesmo, valorizava o protagonismo das alunas.

Sobre o contexto de formação de Hellê Vellozo Fernandes, é importante destacar que as/os intelectuais paranaenses foram protagonistas dos debates educacionais das primeiras décadas do século XX – como a realização da I Conferência Nacional de Educação, promovida pela Associação Brasileira de Educação na cidade de Curitiba, em 1927, permite inferir⁷⁸. Diante de um Brasil que se industrializava e requisitava mão de obra minimamente qualificada para elevar o potencial produtivo nacional (Miguel; Vieira, 2005), governantes e intelectuais entendiam como imprescindível uma reforma educacional que combatesse o atraso do país⁷⁹. Entre as mais de cem teses defendidas nesse evento, a maior parte versou sobre a organização do sistema nacional de ensino, incluindo aí a reformulação dos métodos pedagógicos e a própria formação docente (Faria, 2017).

Esse e os debates educacionais subsequentes foram inspirados no ideário da Escola Nova, movimento pedagógico que se desenvolveu no Brasil em resposta às necessidades da sociedade industrial crescente⁸⁰. De acordo com classificação proposta por Miguel e Vieira (2005) para o estudo da Escola Nova no Paraná, o movimento reformador foi composto por três fases: início (1920-1938), consolidação (1938-1946) e expansão (1946-1960). Sobre seu desenvolvimento no estado, é importante destacar que a Escola Nova aqui se delineou como “[...] uma denominação genérica unificando vertentes diferentes, que continham a concepção da Educação como ciência, e também mecanismos de controle social” (Miguel; Vieira, 2005, p. 6). Mesmo que por diferentes vias, as/os intelectuais da época concordavam em alguns pontos, como a formação de professoras/es que transmitissem uma cultura geral e que promovessem a transformação do *habitus* dos escolares – sobretudo das/os alunas/os dos meios rurais⁸¹.

⁷⁸ Pela realização em Curitiba, “a primeira conferência foi marcada pela presença massiva de delegados paranaenses: dos 527 participantes, 504 eram paranaenses de várias regiões do Estado” (Viera, 2001, p. 59).

⁷⁹ Para Faria (2017, p. 41), a I Conferência Nacional de Educação ocorreu em um “[...] contexto de afirmação da chamada ‘causa nacional’, que mobilizou intelectuais de diferentes filiações ideológicas em torno de projetos educacionais que visavam a reorganização nacional através da organização cultural e científica da educação brasileira”.

⁸⁰ A partir das primeiras décadas do século XX, a educação passou a ser percebida como panaceia para os problemas do país, já que a escola era entendida como capaz de “[...] formar o novo cidadão trabalhador, disciplinado e higiênico, capaz de mudar o perfil do povo” (Miguel; Vieira, 2005, p. 3).

⁸¹ A inclusão da educação rural pela primeira vez em um texto constitucional exemplifica a influência do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova naquele contexto (Aksenen; Miguel, 2015).

As reformas implementadas entre os anos 1920 e 1938 tiveram como objetivo formar professoras/es de “suficiente cultura intelectual”, de forma que fossem aptos a “[...] transmitir aos alunos o mínimo de conhecimentos úteis às suas vidas para serem cidadãos, homens e trabalhadores, com bons hábitos morais e mentais e noção de deveres cívicos” (Miguel; Vieira, 2005, p. 5). Além de receberem lições sobre higiene e puericultura, a formação teórica dessas docentes estava fundamentada em disciplinas como Psicologia, na Biologia e na Sociologia aplicada à Educação – uma organização curricular que expressava o ideal de regeneração da sociedade por meio da educação (Mello, 2024). Assim, desde as séries iniciais cursadas por Hellê Vellozo Fernandes, suas professoras já eram formadas sob essa nova orientação.

Não existem fontes sobre as primeiras experiências escolares de Hellê Vellozo Fernandes; sabe-se apenas que escreveu seus primeiros versos já aos oito anos de idade (João de Curitiba, 1951)⁸². No entanto, tomando a legislação nacional como referente, é possível conhecer elementos que foram desejáveis para a formação primária da infância de seu período. A Constituição da República dos Estados Unidos, de 1934, em seu artigo 149º, afirmava a educação como meio para formar sujeitos capazes de contribuir com a vida moral e econômica do país. Com aspirações nacionalistas, a legislação preconizava que a formação de um Brasil forte estaria condicionada à educação eugênica, conforme prescrita no artigo 138º. Este mesmo artigo versava também sobre a adoção de medidas de higiene social, que impedissem a propagação de doenças transmissíveis, e de higiene mental, contra os “venenos sociais” (Brasil, 1934). Com base no texto constitucional, entende-se que a educação era concebida como um instrumento estratégico de formação da identidade nacional e modernização do país (Ruckstadter; Mello, 2022). Ao assumir a função estratégica na conformação de um novo tipo de cidadão (Veiga, 2007), a escola passou a ser concebida não apenas como espaço de instrução, mas como local privilegiado de intervenção sobre o *habitus* da população.

Subjacente ao discurso constitucional estavam presentes doutrinas raciais que circulavam entre médicos, sanitaristas e juristas, e que buscavam o melhoramento racial. Influenciados pela doutrina eugenista, as/os intelectuais concebiam a educação associada à “[...] formação da consciência eugênica como intuito de que os jovens não contraíssem matrimônio com raças e classes sociais diferentes. Tinha em vista que os casais pudessem gerar filhos eugenizados em número maior que os degenerados” (Rocha, 2018, p. 3). Partindo do

⁸² Em entrevista para a *Gazeta do Povo*, publicada em 1999, Hellê Vellozo Fernandes relatou que escrevia desde que aprendeu a escrever [sic], afirmando a centralidade do capital cultural familiar em seu desenvolvimento: “sou neta de Dario Vellozo, o escritor. Papai também escrevia. Então, escrever era uma coisa que fazia parte do café da manhã lá em casa. Ou do papo da tarde. Era coisa normal” (Gazeta do Povo, 1999).

pressuposto que existiam hierarquias entre os grupos humanos – e por compreenderem que os mestiços estariam fadados à degeneração –, a eugenia defendia o melhoramento da população por meio do controle da reprodução e da hereditariedade (Schwarcz, 1993; Souza, 2016).

No entanto, diante das características históricas do Brasil e miscigenação da população, a noção de branqueamento, proposta pelo movimento eugenista, foi uma aspiração impraticável no país. Por essa razão, a promoção de uma educação higiênica foi uma maneira de “branquear os costumes” da população, principalmente a rural. Se em países como Estados Unidos, Alemanha, Suécia e Inglaterra as políticas eugenistas tiveram forte caráter de segregação racial e de controle da reprodução humana, “[...] o movimento eugênico brasileiro teria adotado objetos menos radicais, ligados às políticas de saneamento, higiene, educação e outras ações de melhoramento das condições do meio” (Souza, 2016, p. 94). No Brasil, o higienismo constituiu-se como uma via privilegiada de operacionalização dos ideais eugênicos – uma vez que permitia intervir sobre a população sem recorrer a políticas explícitas de segregação racial (Souza, 2016).

Eugenia refere-se a um conjunto de ideias e práticas científicas e políticas, formuladas a partir do século XIX, sobretudo por Francis Galton, que buscavam intervir na reprodução humana com o objetivo de “aperfeiçoar” as populações, a partir de pressupostos deterministas de hereditariedade e hierarquia racial (Schwarcz, 1993). Ancorada na noção de “diferença” entendida como definitiva e irreparável, a eugenia legitimava uma administração racional da vida e da reprodução, convertendo desigualdades históricas e sociais em hierarquias naturais e biológicas. De acordo com Schwarcz (1993), no Brasil, as interpretações sobre a eugenia foram adaptadas às especificidades de uma sociedade marcada pela escravidão recente, pela intensa miscigenação e pelo projeto de construção de uma nação moderna, operando menos como um programa explícito de eliminação racial e mais como um repertório explicativo e normativo para interpretar e intervir sobre o *habitus* da população.

Nesse contexto, de acordo com Holowate (2016, p. 43-44), as representações sobre eugenia no país adquiriram contornos próprios: “caracterizavam-se por uma valorização da ação do cientista no meio natural e social”, de forma a eliminar os “venenos sociais” e “[...] promover a melhora nas condições de vida das populações através de medidas higiênicas”. Assim, os discursos e práticas higienistas incidiram principalmente sobre os costumes, a alimentação, o vestuário, a sexualidade, a organização do lar e a educação das crianças (Larocca; Marques, 2010b). A eugenia praticada no Brasil – da qual o higienismo era uma de suas expressões “positivas” – buscava “[...] transformar uma população geralmente não branca e pobre em pessoas embranquecidas em sua cultura, higiene, comportamento e até,

eventualmente, na cor da pele” (Dávila, 2006, p. 13), sendo a escola uma instituição fundamental para tal propósito. As crianças seriam espécies de “porta-vozes”, atuando como agentes de transformação ao levarem os conhecimentos adquiridos para seus lares e disseminarem práticas de higiene entre suas famílias (Miguel; Vieira, 2005, p. 6).

A articulação entre educação e higienismo se materializou de maneiras distintas nos estados brasileiros (Pykosz; Oliveira, 2009, p. 136). Uma vez que a população paranaense era “[...] composta de número expressivo de imigrantes europeus, compreende-se porque, no Paraná, a eugenia matizava-se, enveredando especialmente pelo controle das doenças, ditas degeneradoras da raça” (Marques; Farias, 2010, p. 297). Logo, embranquecer a população não era necessariamente a principal preocupação das/os intelectuais locais – já que “eugenizar à moda paranaense” significava conter as doenças e tornar brasileiros as filhas e filhos dos imigrantes. Se no contexto nacional era o “sertanejo” um doente a ser sanitizado (Lima; Hochman, 2000), no Paraná os “caboclos”, pela sua cultura (mas também sua raça), e os colonos, pela sua ancestralidade estrangeira, configuravam-se como os principais objetos de intervenção do ponto de vista comportamental e de pertencimento nacional. Especificamente sobre os estrangeiros em território paranaense, Marques e Farias (2012, p. 297) escreveram:

[...] os imigrantes representaram tanto a salvação quanto a sentença condenatória, caso não fossem tratados e educados nos valores cívicos do país. Isso porque o “sangue regenerador” trazido por esses imigrantes brancos circulava em corpos de pessoas pobres, de hábitos “duvidosos” do ponto de vista higiênico podendo espalhar a doença física e social. E, mais, mister se fazia constituir o caráter paranaense e brasileiro desses filhos, ainda carecendo de nacionalizar-se.

Nesse contexto, entende-se que as pressões do Estado sobre a escola foram no sentido de tornar a higiene integrante do *habitus* dos paranaenses (Larocca; Marques, 2010b), especialmente daqueles residentes no interior⁸³. As/os intelectuais do movimento higienista e o próprio Estado compreendiam que a atuação sobre as crianças seria o meio mais eficaz para inculcar novos hábitos e costumes relacionados à sociedade moderna e “civilizada” que o Brasil buscava afirmar (Pykosz; Oliveira, 2009)⁸⁴. Para tanto, a educação higiênica passou a integrar

⁸³ Higiene refere-se ao “[...] conhecimento e conjunto de práticas capazes de fazer a mediação entre o estado natural e a civilização” (Lima; Hochman, 2000, p. 318). Trata-se práticas individuais ou coletivas voltado à manutenção da saúde e prevenção de doenças, como lavar as mãos, tomar banho e escovar os dentes. A higienização, segundo o Dicionário Online de Português, diz respeito ao ato de tornar higiênico, limpo, asseado ou de higienizar espaços públicos segundo normas sanitárias. Já o higienismo foi um movimento desenvolvido por médicos, intelectuais, professoras/es, empresários e poder público que associou saúde, moralidade e progresso social, defendendo a intervenção sistemática sobre os corpos, os comportamentos e os espaços como estratégia de modernização da sociedade.

⁸⁴ De acordo com Larocca e Marques (2010a, p. 649), a combinação escolarização-higienização tinha como objetivo a “civilização”, “[...] pensada como codificação de normas de conduta, condicionando, adestrando e atuando no autocontrole de pulsões, de forma a submeter os indivíduos às intervenções modeladoras”.

os currículos, as rotinas escolares e a formação docente (Miguel; Vieira, 2005). Lavar as mãos, escovar os dentes, manter a postura corporal adequada, controlar os impulsos e as emoções eram ensinamentos que extrapolavam aspectos puramente sanitários, e integravam um processo civilizador mais amplo. Entendia-se que a criança bem-educada ensinaria os bons hábitos aprendidos na escola para seus familiares – razão pela qual a educação higiênica se tornou parte do trabalho das professoras primárias principalmente. De acordo com Moro, Moraes e Silva (2022, p. 71), nas escolas paranaenses, especialmente no Instituto de Educação, “[...] essa tendência médica e higiênica passaria a conviver com outros elementos, principalmente pelo crescimento de um discurso relacionado ao ideário da Escola Nova”.

A influência da Escola Nova no Instituto de Educação, no período entre 1920 e 1938, se manifestou na criação de um Grupo Escolar modelo, anexo à Escola Normal, que funcionava como uma espécie de “laboratório” para a prática das professoras em formação (Santi; Castanha, 2023). Ainda que as concepções de Johann Friedrich Herbart permanecessem ressonantes nas práticas escolares e de formação das/os professoras/es, autores como Jean-Ovide Decroly e John Dewey passaram a compor o ideário pedagógico⁸⁵ do Instituto de Educação a partir da gestão do professor Lysimaco Ferreira da Costa na direção. Esses autores constituíram a base da educação recebida por Hellê Vellozo Fernandes, que iniciou sua escolarização formal nesse grupo modelar. Caso tenha apresentado alguma dificuldade, de aprendizagem ou de relacionamento, sua mãe – regente nessa instituição desde 1925 – pôde acompanhar de perto a pequena Hellê em suas primeiras experiências educativas formais.

Inclusive, uma das características que permeou o percurso formativo de Hellê Vellozo Fernandes foi a relação estreita entre ela, seus familiares, a escola e suas/seus professoras/es. Como seu avô e pais trabalhavam na escola que ela, seus irmãos e primos estudavam, essa conexão com a instituição criou uma dinâmica particular em sua educação. A proximidade com as/os docentes, muitos das/os quais eram colegas de seus familiares no Instituto Neo-Pitagórico e em centros de letras, fez com que a escola não se configurasse apenas como espaço para seu desenvolvimento cultural, mas também para o fortalecimento dos capitais sociais herdados de sua família. Exemplo disto é a expressão de gratidão à professora Helena Kolody no prefácio da primeira obra de Hellê Vellozo Fernandes, *Camafeus* (1945), indicando que o espaço escolar, em suas dimensões culturais e sociais, foi fundamental no começo de sua atuação pública – iniciada via escola em 1940, no *Guairacá*, jornal da Seção Feminina do Ginásio Paranaense.

⁸⁵ Para Saviani (2019), ideias pedagógicas referem-se aos fundamentos teóricos que orientam a prática educativa. Nesta tese, o termo “ideário pedagógico” e suas variações foram utilizados como sinônimos da referida noção.

Na época em que cursou o ginásio e também durante o período em que Hellê Vellozo Fernandes foi aluna da Escola de Professores, a Escola Nova passava por um processo de consolidação no Paraná, que compreendeu o período entre 1938 e 1946 (Miguel; Vieira, 2005). Nesse momento, vigorava a Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 1937, que deu continuidade ao projeto de higienismo da população, tornando a Educação Física – integrante da educação eugênica – obrigatória em todos os estabelecimentos de ensino. Conforme o artigo 131º, “a educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias”⁸⁶. No novo currículo, Hellê Vellozo Fernandes não só foi aluna de uma instituição referência no Paraná; ela foi a melhor aluna de sua turma⁰:

QUADRO 1 – Médias de Hellê Vellozo no Ginásio Paranaense (1937-1941)

Disciplinas	1ª série 1937	2ª série 1938	3ª série 1939	4ª série 1940	5ª série 1941
Ciências	9,0	9,2	-	-	-
Desenho	7,6	9,2	6,6	9,3	6,9
Física	-	-	9,2	7,7	9,0
Francês	7,9	6,6	6,5	8,6	-
Geografia	9,7	8,8	10,0	10,0	9,2
História	8,7	9,0	8,9	-	10,0
História da Civilização	-	-	-	10,0	-
História do Brasil	-	-	-	10,0	9,8
História Natural	-	-	9,9	10,0	10,0
Inglês	-	8,0	9,0	9,0	-
Latim	-	-	-	9,1	9,8
Matemática	6,4	5,9	7,7	9,1	9,8
Português	9,2	8,2	9,6	9,9	9,9
Química	-	-	9,7	9,5	9,5
Média Geral	8,4	8,1	8,7	9,3	9,4
Posição na Turma	Primeira	Segunda	Primeira	Primeira	Primeira

Fonte: adaptado de Atas de Exames do Ginásio Paranaense Seção Feminina (Arquivo Público do Paraná, 1937-1948).

Compreendendo que os gostos são decorrentes do *habitus* (Bourdieu, 2011b), é perceptível a predileção de Hellê Vellozo Fernandes às disciplinas de Geografia e, sobretudo, História. Ainda que o avô Dario Vellozo tenha falecido em 1937, a afinidade de ambos no gosto pela História (Sabóia; Fernandes, 1970) permaneceu como prática em sua escolarização e, mais tarde, como referência em sua produção literária. Mais uma vez, o espaço social em que estava inserida contribuiu favoravelmente para que mobilizasse disposições incorporadas no âmbito familiar e as convertesse em êxito escolar⁸⁷. Isso, no entanto, só foi possível em um contexto

⁸⁶ Conforme Oliveira e Castanha (2023), parcela desses preceitos já se faziam presentes no Paraná desde o Código de Ensino de 1917, que vigorou até 1946.

⁸⁷ Ainda que a análise evidencie o peso das disposições herdadas e adquiridas, é importante destacar que o acesso a tais capitais não produz trajetórias intelectuais homogêneas. Mulheres oriundas de uma mesma fração de classe

que privilegiava disciplinas de caráter histórico no currículo escolar em resposta às políticas nacionalistas do presidente Getúlio Vargas, que buscou produzir por meio da escola um sentimento de pertencimento nacional (Ferreira; Vechia, 2023).

Durante a ditadura do Estado Novo (1937-1945), as políticas governamentais entendiam que a educação deveria “[...] servir ao propósito de formação de uma identidade nacional, a construção da ‘Brasilidade’, visando formar física e mentalmente o ‘novo homem’ para um novo Estado” (Ferreira; Vechia, 2023, p. 241). Sem abandonar preceitos higienistas, a política estadonovista passou a fomentar práticas nacionalistas por meio da educação, especialmente no Sul do país, colonizado parcialmente por imigrantes europeus. De acordo com Hilsdorf (2017, p. 100),

Para reforçar o nacionalismo o Estado Novo destacou no currículo dos cursos elementares e secundários a importância da educação física, do ensino da moral católica e da educação cívica pelo estudo da História e da Geografia do Brasil, do canto orfeônico e das festividades cívicas, como a “Semana da Pátria”. [...] no ensino primário o objetivo da formação era dar “sentimento patriótico” e no secundário, a “consciência patriótica”.

Como a escolarização de Hellê Vellozo Fernandes perpassou todo o período do Estado Novo, diversas atividades cívicas marcaram a sua formação. As disposições de caráter nacionalista adquiridas no espaço escolar emergiram em várias crônicas escritas ao longo de sua trajetória. Em uma delas, publicada no jornal *O Tibagi*, ela recordou os desfiles escolares com saudades:

No grande dia, orgulhosos de nossos uniformes impecáveis, lá íamos nós nos pelotões famosos do Ginásio Paranaense – repetidamente o primeiro colocado, fato este pelo qual éramos responsáveis, de acordo com a tradição.
Desse juvenil entusiasmo ficou-nos, para toda vida, o respeito devido às nossas comemorações cívicas, num sadio tributo de apego à nossa terra.
Quem, nos bancos escolares, não sente esse entusiasmo, não vibre nessas comemorações, nunca terá esse terno amor pela tradição histórica, que é o alicerce de toda nacionalidade.
Fora dos exagerados nacionalistas, dos ufanistas tolos, da demagogia interesseira, é preciso que perdure no espírito de cada brasileiro esse puro amor à própria terra; esse amor bom que é despertado na infância quando, num dia de festa, aprendemos a marchar pelas ruas enfeitadas de verde e amarelo; aprendemos a concentrar-nos num grande largo e ouvimos falar em nossa Pátria” (Hél, 1955, p. 2).

Os rituais cívicos praticados em âmbito escolar, como os cantos orfeônicos e os eventos em datas significativas para a pátria, contribuíram para que Hellê Vellozo Fernandes

e com disposições semelhantes não necessariamente atuaram de formas equivalentes, uma vez que as práticas respondem ao modo como cada sujeito mobiliza, negocia e reinventa os capitais que dispõe.

valorizasse tais símbolos de amor à nação, incluindo a admiração a Getúlio Vargas⁸⁸. Esse sentimento foi expresso quando de sua participação no jornal da escola. De acordo com Zacharias (2013, p. 116), “nos Jornais do Ginásio Paranaense, o patriotismo exaltado do período do Estado Novo fica evidente nos textos dos alunos”. Tais disposições de caráter cívico foram fortalecidas a partir da eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 1939, e reforçadas na Escola de Professores, posto que o Assistente Técnico da instituição, professor Erasmo Pilotto, entendia ser dever das professoras ensinar as crianças do interior a ler, mas também desenvolver nelas o interesse pela leitura, “[...] a incutir-lhes certos cuidados de higiene [...], a passar-lhes algum conhecimento sobre o mundo que as cercava e sobre a sua Pátria (Pilotto, 1952, p. 105 *apud* Ferreira; Vechia, 2023, p. 246).

Segundo relato de Helena Kolody, que foi aluna e atuou como professora de Hellê Vellozo Fernandes na Escola de Professores de Curitiba, Erasmo Pilotto era a figura central da instituição nos anos 1940. Por essa razão – e, principalmente, na ausência de outras fontes mais diretamente atreladas à trajetória escolar da intelectual aqui estudada –, a caracterização da formação docente recebida destacou as ações de Erasmo Pilotto. Sob sua liderança, a Escola de Professores se transformou em um espaço de experimentação e renovação pedagógica, deixando para trás seu caráter tradicional (Ferreira; Vechia, 2023, p. 234). Ali, passaram a ser valorizados os métodos ativos, inspirados nas ideias de educadores como Decroly, Dewey, Kilpatrick, Montessori e Pestalozzi, entre outros. Por essa razão, Hellê Vellozo Fernandes e seus colegas eram incentivados a se envolver nas atividades escolares, como, por exemplo, a produção do jornal *A Voz da Escola*⁸⁹. Na formação especializada, a recomendação era para que o ensino “[...] fosse ‘o mais ativo possível’, através da exposição do professor, da exposição pessoal dos alunos, de trabalho coletivo dos alunos e coleta e elaboração de dados para a solução de problemas” (Ferreira; Vechia, 2023, p. 244).

Tomando por base os postulados de John Dewey, a Escola de Professores de Curitiba ensinava às normalistas que elas deveriam apresentar algo para suas/seus alunas/os fazerem, evitando uma aprendizagem passiva. Entendia-se que quando uma/um estudante realizava uma atividade prática, lhe era exigido “[...] o pensamento ou a observação intencional das conexões

⁸⁸ Sobre Getúlio Vargas, Hellê Vellozo Fernandes escreveu: “[...] se não restasse ao presidente Vargas inúmeros méritos, restar-lhe-ia para o reconhecimento da posteridade, o fato único de ter feito seu povo reconhecer o sentido da palavra BANDEIRA” (Hél, 1954b, p. 2).

⁸⁹ Ainda no ginásio, em 1940, Hellê teve a oportunidade de tornar público seus escritos ao atuar na redação do *Guairacá*, jornal da Seção Feminina do Ginásio Paranaense. Logo depois, durante sua formação na Escola de Professores, trabalhou na redação de *A Voz da Escola*. Dessas publicações nos jornais escolares, aos 15 anos passou a colaborar com *O Dia*, na seção literária então dirigida por Rodrigo Junior. Daí em diante, escreveu para destacados jornais da capital, como *Gazeta do Povo* e *Diário da Tarde*.

e assim a aprendizagem ocorre naturalmente por meio de uma ação *learning by doing*” (Nawroski, 2019, p. 340). Nessa perspectiva, era fundamental uma escola organizada de forma a auxiliar na aquisição do conhecimento, equipada com laboratórios, anfiteatros e espaço ao ar livre, para citar alguns exemplos. Pautado nesses postulados, o prédio do Instituto de Educação de Curitiba era equipado de modo a favorecer a aprendizagem de suas/seus alunas/os – conforme atestou o *Relatório especial com levantamento da ficha de classificação do Ginásio Paranaense*, da Seção Feminina, referente ao ano de 1943.

Segundo o documento, disponível no Arquivo Público do Paraná, as salas de alvenaria eram amplas e iluminadas, comportavam aproximadamente 40 alunas/os e possuíam quadro negro com mais de quatro metros de extensão, disposto de acordo com a incidência de luz natural. As paredes, pintadas em cores claras, permitiam uma difusão uniforme da iluminação, e as carteiras individuais favoreciam o trabalho autônomo das/os estudantes. As salas eram organizadas por disciplina e possuíam objetos próprios de cada área, facilitando o processo de aprendizagem. No caso de Geografia, por exemplo, o relatório listou os materiais entendidos como necessários para seu ensino: globo terrestre, atlas, bússola, termômetro, barômetro, tabuleiro de areia, coleção de mapas, pequenas amostras dos principais produtos nacionais agrícolas, minerais e florestais (café, cacau, mate, borracha etc.), entre outros. A organização do espaço e a ênfase nos materiais didáticos dialogam diretamente com o ideário da Escola Nova, ao conceberem o ambiente escolar como parte constitutiva do processo educativo. Entende-se, dessa maneira, que a arquitetura da Escola de Professores não foi concebida apenas no sentido de favorecer a transmissão de conteúdos, mas de criar condições para que as docentes em formação aprendessem com autonomia.

No período em que Hellê Vellozo Fernandes cursou o Normal, o regulamento da Escola de Professores do estado do Paraná era orientado pelo Decreto nº 6.597 de 1938. O documento afirmava que a finalidade da instituição era: 1) formar professores primários; 2) promover investigações e estudos relativos a assuntos de educação; 3) auxiliar no trabalho de constante aperfeiçoamento cultural do magistério público do Estado (Paraná, 1938). Nesse período, o curso oferecido compreendia 2 anos, divididos em 4 semestres. Para a prática de ensino, anexa à escola, o decreto reafirmava a existência de Escolas de Aplicação (um curso primário completo, um jardim da infância e uma escola isolada) – variando o número de classes de acordo com as necessidades da formação docente (Paraná, 1938). À época de Hellê Vellozo Fernandes, o currículo da Escola de Professores era assim constituído:

QUADRO 2 – Disciplinas da Escola de Professores (1938)

Semestre	Disciplinas
1	História da Educação Metodologia e Prática de Ensino Pedagogia Geral Psicologia Geral e Infantil
2	Biologia aplicada à Educação Higiene Escolar Metodologia e Prática de Ensino Puericultura
3	Metodologia e Prática de Ensino Sociologia Educacional Sociologia Geral
4	Desenho, Modelagem e Caligrafia Metodologia e Prática de Ensino Música e Canto Orfeônico Trabalhos Manuais

Fonte: adaptado de Paraná (1938).

Além das matérias citadas, as/os professoras/es em formação tinham também noções fundamentais de Agronomia, Educação Física e Educação Doméstica. Destaca-se, entre as disciplinas ofertadas, a existência de uma dedicada especificamente às questões do campo, em alinhamento com a crescente preocupação em relação à educação nas áreas rurais e à política de estágio obrigatório no interior. Acerca da carga horária da Escola de Professores, esta ficou assim constituída: “em todas as cadeiras [...] haverá duas aulas por semana, com exceção da de Metodologia e Prática de Ensino, cujas aulas serão diárias. Haverá, outrossim, diariamente, trinta minutos de educação física para todas as secções [semestres]” (Paraná, 1938, Art. 3º). Tal organização era indicativo de que o currículo conformava um projeto de formação docente orientado por uma concepção ampliada de educação, entendida como instrumento de intervenção sobre o *habitus* da população, especialmente daquela parcela residente no interior. Assim, o processo formativo das futuras docentes foi sistematizado visando sua atuação como agentes de um projeto civilizatório (Miguel; Vieira, 2005). As disciplinas ofertadas no curso normal visavam “[...] formar professores num ambiente de cultura pedagógica, de modo que os ensinamentos da escola fossem também atingir a família”, daí a aprendizagem de aspectos físicos, intelectuais e culturais em geral (Miguel; Vieira, 2005, p. 6).

A organização curricular da Escola de Professores possuía, como a interpretação do quadro 1 permite inferir, quatro eixos formativos principais: 1) fundamentação pedagógica e

psicológica (História da Educação, Pedagogia Geral, Psicologia Geral e Infantil, Sociologia Educacional e Geral); 2) formação técnica e metodológica (Metodologia e Prática de Ensino); 3) saúde, higiene e cuidado com a família (Biologia aplicada à Educação, Higiene Escolar, Puericultura, Educação Física, Educação Doméstica); 4) educação estética, moral e rural (Desenho, Modelagem e Caligrafia, Trabalhos Manuais, Música e Canto Orfeônico, Noções de Agronomia). Extrapolando aspectos puramente pedagógicos e metodológicos, era nítida a presença de disciplinas associadas ao ideário higienista – já que a associação entre escolarização e higienismo constituiu as bases do projeto educacional paranaense das primeiras décadas do século XX (Larocca; Marques, 2010b).

Foi pautado no Decreto nº 6597 de 1938 que Erasmo Pilotto – ex-aluno e professor nas áreas de Psicologia, Biologia e História ligadas à Educação, que assumiu o cargo de Assistente Técnico da Escola de Professores em 1938⁹⁰ – organizou a proposta pedagógica do curso normal, a partir de uma interpretação própria do que entendia ser uma Escola Nova. De acordo com Vieira (2001, p. 54), no âmbito do movimento renovador, Erasmo Pilotto defendia “[...] uma concepção espiritualista do processo educativo que, em termos teóricos, contrasta com o *ethos* cientificista que predominou entre os principais protagonistas do movimento em nível nacional”. Acredita-se que elementos dessa disposição à interpretação da Escola Nova tenham sido adquiridas, entre outros espaços intelectuais, no Instituto Neo-Pitagórico – já que para Erasmo Pilotto, como também para o restante dos helenistas, a educação deveria priorizar a formação integral dos seres⁹¹. Nesse sentido, sua concepção pedagógica para a Escola de Professores alinhava-se a um tipo espiritualismo ligado à filosofia como “[...] análise da consciência e/ou que assume como objetos da reflexão filosófica os dados da consciência, advogando, em contraste com a ideia de determinação natural ou social, a liberdade, a autonomia e a responsabilidade das ações humanas” (Vieira, 2001, p. 54-55)⁹².

Acerca da Escola Nova praticada por Erasmo Pilotto, Vieira (2001, p. 68) escreveu:

Pilotto encontrou no Movimento pela Escola Nova uma possibilidade de produzir uma profunda crítica das formas tradicionais de ensino – baseadas no formalismo do método, na capacidade mnemônica do aluno e na passividade do professor em relação

⁹⁰ De acordo com o Decreto nº 6597 de 1938, o Assistente Técnico era escolhido pelo Diretor da Escola. Neste cargo, entre as atribuições de Erasmo Pilotto estavam: superintender o serviço de expediente; apresentar sugestões ao diretor no que diz respeito às técnicas de ensino, distribuição de cursos e fixação de horários, entre outras; fiscalizar o funcionamento dos cursos e a distribuição do tempo e das matérias; organizar e distribuir, em período regulares, as aulas de caráter técnico-profissional (Paraná, 1938).

⁹¹ A afinidade entre Erasmo Pilotto e o Instituto Neo-Pitagórico foi abordada na *Autobiografia* do professor: “[...] em 1951, procurei a direção do Instituto Neo-Pitagórico de Curitiba, e criou-se aí uma escolinha primária, que tomou o nome de *Escola Moderna Dario Vellozo*” (Pilotto, 2004, p. 76).

⁹² Para saber mais a respeito do espiritualismo no campo das disputas do Movimento pela Escola Nova, conferir Vieira (2001).

ao conhecimento – e, assim, afirmar a sua concepção educativa baseada na liberdade, na autodeterminação e no poder da intuição e da vontade.

A renovação pedagógica empreendida por Erasmo Pilotto na Escola de Professores de Curitiba não pode ser compreendida como uma agência individual. Suas ideias, ainda que marcadas por uma interpretação própria dos debates acerca da Escola Nova, coadunavam, em alguma medida, com as aspirações dos governos federal e estadual, que naquele contexto buscavam formar quadros técnicos para atender às novas demandas educacionais. A sintonia entre sua concepção educativa e os projetos de modernização do país se evidencia em sua posterior indicação, no ano de 1949, para atuar como Secretário de Estado de Educação e Cultura do Paraná. Por esse alinhamento, sua proposta pedagógica encontrou respaldo institucional, permitindo que a Escola de Professores se tornasse um espaço de experimentação e formação de uma nova geração de docentes⁹³. Esse cenário de valorização e de investimento na formação de docentes ativos, que deveriam “[...] ouvir a voz nas necessidades mais últimas dos mais apagados” (Pilotto, 1973, p. 25), não anulava as desigualdades de acesso à profissão.

Estudar na Escola de Professores de Curitiba significava pertencer a uma elite: além de demonstrar a posse de um conjunto de capitais que permitia a extensão da escolarização até a formação profissional, eram pouquíssimas as professoras com habilitação no Paraná – já que até 1946 havia apenas cinco Escolas Normais no estado (Santi; Castanha, 2023). Além disso, muitas normalistas formadas acabavam abandonando a profissão após casadas e com filhos⁹⁴. Essa carência de mão de obra docente contribuía para o reconhecimento social da profissão⁹⁵. Por tais razões, as professoras formadas, sempre que podiam, acabavam optando por cidades e instituições com melhor estrutura para o desenvolvimento das atividades escolares, resultando na carência de profissionais atuando em áreas rurais do estado (Ivashita; Schelbauer, 2017). Nesse contexto, o estágio obrigatório de dois anos em Escolas Isoladas, sobretudo nas do meio rural, foi uma medida encontrada para amenizar o abandono dessas instituições, tanto do ponto

⁹³ A esse respeito, em sua *Autobiografia*, Pilotto (2004, p. 65-66) escreveu: “em nosso magistério, a orientação metodológica divulgava as ideias gerais da *Escola Nova*; mas, ao mesmo tempo, tomando em consideração a situação real de nosso meio, do ambiente de nossas escolas, do nível médio de nosso professorado, continha-se numa orientação menos ambiciosa: os *programas experimentais para a escola* primária, que escrevemos e lançamos mais tarde como Secretário de Educação, reproduzem, abreviados, [...] o que foi nosso ensino de metodologia na Escola Normal de Curitiba. Uma imposição de uma visão objetiva da realidade brasileira, paranaense em particular. Mais tarde resumiríamos em tese essa imposição, dizendo: situações diversas de desenvolvimento exigem pedagogias diversas”.

⁹⁴ Inferência pautada nos discursos de paraninfo proferidos por Erasmo Pilotto nas formaturas da Escola de Professores (Pilotto, 1973).

⁹⁵ Em entrevista concedida para Souza e Andrade (2020, p. 97), uma professora rural aposentada relatou: “[...] nós professoras, era uma grandeza, era muito importante, nossa! Era respeitada por todos, pelos pais de alunos, pelos alunos. Era muito bom! A gente se sentia maior que as outras, um valor maior, por ser professora”.

de vista estrutural, quanto pedagógico – já que nas regiões mais distantes era possível contar apenas com professoras sem formação específica (Ferreira; Vechia, 2023).

À época, entendia-se que essas professoras realizariam uma missão civilizatória Paraná adentro. Esse tipo de compreensão, que buscava promover transformações sociais via educação, estava relacionado ao pragmatismo pedagógico postulado por John Dewey – referência para o Brasil nos debates sobre Escola Nova (Nawroski, 2019). Segundo o autor norte-americano, a utilidade prática da escola estaria na modernização e no progresso social por meio do “[...] treinamento dos jovens pela experiência para a civilização” (Nawroski, 2019, p. 338). Para tanto, fazia-se necessário aproximar-se da realidade das/os alunas/os, organizando situações pedagógicas adequadas⁹⁶. No espírito da Escola Nova, a proposta pedagógica da Escola de Professores objetivava:

a) formar professores primários; b) ser um centro de cultura pedagógica, compreendendo-se aqui, mais particularmente, a investigação filosófica e a investigação experimental relacionados ao fenômeno educacional; c) ser um centro de investigação pedagógica, de âmbito de ação que se estendesse ao Magistério do Estado e fosse abranger também, ainda que mais restritamente, os responsáveis, na família, pela educação (Ferreira; Vechia, 2023, p. 243).

Como é possível observar, a interpretação de Erasmo Pilotto sobre o movimento renovador atrelava à função da escola a ampliação cultural, tanto das/os professoras/es em formação quanto de suas/seus futuros alunas/os. A proposta pedagógica por ele organizada indica que, em sua concepção, a formação docente deveria ultrapassar os limites da instrução técnica, buscando desenvolver agentes capazes de intervir no meio social. Nesse propósito, foram desenvolvidas atividades no Centro Superior de Pedagogia, espaço destinado às/aos melhores estudantes da Escola de Professores. Funcionando fora do ambiente escolar, tinha por objetivo “[...] discutir problemas de interesse dos alunos enquanto futuros professores” (Ferreira; Vechia, 2023, p. 244). Aos frequentadores, eram oferecidas “[...] as melhores obras de autores que aprofundassem e ampliassem a cultura, preparando-os como líderes da ação educacional no Estado” (Ferreira; Vechia, 2023, p. 244).

Sobre a experiência na Escola de Professores, Hellê Vellozo Fernandes escreveu na crônica *Aquele ideal*, dedicada “ao Benedito Cordeiro colega da ‘Escola Novíssima’ em 1943”:

[...] some a distância dos anos e somos transportados para a pequena sala da Assistência Técnica, da nossa Escola de Professores.
Uma desordem eterna havia ali. Todos os dias, pilhas de cadernos, maços de “planos de aula”, centenas de questionários empilhavam-se na escrivaninha do prof. Erasmo;

⁹⁶ Para Nawroski (2019, p. 339), John Dewey foi reconhecido por defender a ação pedagógica como “[...] um processo ativo e construtivo em que a escola deve ensinar o aprender a aprender, e mais do que isso, o aprender ao longo da vida”.

um variadíssimo material didático entupia literalmente as prateleiras do único armário, meio soterrado sob montes de mapas, gravuras, quadros e coleções de recortes. O que sobrava de milhares de aulas práticas, diariamente dadas pelos alunos da Escola, espalhavam-se pelo chão mesmo. E havia amostra de tudo ali, referindo aos mais variados assuntos, servindo desde as aulas iniciais sobre impressões táteis ou olfativas, do Jardim da Infância, às experiências com pirômetros improvisados ou maquetes inacabadas, do 4º ano primário.

[...] Pois bem: nós éramos doze e não reparávamos em todo aquele reboiço. Cada um estava excessivamente preocupado com a responsabilidade da sua matéria, a compilação de dados para sua pesquisa, a organização de seu programa semanal para a Escola Isolada, para poder olhar em torno. Ainda havia aquelas todas fascinantes “logias”: biologia, com d. Helena; metodologia, com d. Anete; pedagogia, psicologia, com mais uma dezena de professores adorados. E havia mais: o Jornal da Escola, o Centro dos Alunos (e suas festas!) e o nosso Centro Superior de Pedagogia [...]. Achamos que exigiam demais de nós, mas não tínhamos coragem de dizer isso. Pelo contrário, acabamos fazendo uma descoberta fabulosa: éramos futuros professores; íamos cultivar a seara humana; a criança representava, em nossas mãos, um patrimônio inesgotável para as gerações futuras – e nós íamos iniciá-la nos mistérios maravilhosos do Saber!

Que estupenda revelação: encontramos aquele Ideal!

Alcançáramos a fonte luminosa que punha nos olhos de nossos mestres aquela estranha cintilação... (Hél, 1956, p. 8)⁹⁷.

O excerto demonstra aspectos da vivência escolar de Hellê Vellozo Fernandes durante sua formação. O exemplo de suas/seus professoras/es, amantes da profissão, contribuiu para que ela encontrasse também seu “ideal”: como docente, ela contribuiria para algo grandioso, como a construção de um futuro melhor. Conforme aprendeu na Escola de Professores, sua missão incluía não apenas alfabetizar as crianças, mas estimular o gosto pela leitura, desenvolver hábitos de higiene, transmitindo conhecimentos sobre a nação (Pilotto, 1952 *apud* Ferreira; Vechia, 2023). Ela e as/os colegas de turma deveriam ser capazes de alterar os modos e os costumes das comunidades rurais ao transmitir a cultura e os hábitos de vida urbanos considerados legítimos. No entanto, os relatos de época afirmam que as recém-formadas, preparadas para ministrar um ensino moderno, enfrentavam realidades educativas muito diversas da Escola de Aplicação:

Viam-se diante de crianças pobres, rudes, estrangeiras, resistentes ao ensino do português e aos costumes urbanos. Elas sentiam-se como missionárias da modernidade, sentiam-se legitimadas com conhecimentos consolidados em uma escola reconhecida e valorizada pela sociedade (Ferreira; Vechia, 2023, p. 247).

Essa dura realidade Hellê Vellozo Fernandes conheceu de perto ao mudar-se para Monte Alegre e atuar na coordenação das “escolinhas do mato”. Havia uma dicotomia entre o ideal pedagógico e as condições de trabalho nas escolas das vilas rurais, sobretudo pela

⁹⁷ Essa crônica, publicada por Hellê Vellozo Fernandes no jornal *O Tibagi*, foi posteriormente selecionada por Erasmo Pilotto para compor sua autobiografia (Pilotto, 2004), o que indica que uma boa relação entre ambos se manteve até o final da vida do professor.

resistência da população à educação ministrada, que envolvia práticas higienistas. Ainda assim, o desejo de elevar a cultura da população rural seguia como um holofote, guiando suas ações. Em crônica intitulada *A dura missão*, publicada no jornal *Diário do Paraná*, ela narrou como os costumes locais interferiam no desempenho pedagógico – sobretudo a falta de higiene:

[...] Por baixo da roupa imunda, seu corpinho, rescende mal.
 Numa escolinha de mato a primeira lição é sobre o banho.
 A professora, porém, com um gesto discreto nos chama à parte:
 - Eles sujam os cadernos só de pôr a mão em cima... Eu já falei e não adiantou. Os pais ficam danados com a gente. Um deles veio aqui e me disse: “A sra. trate de ensinar meu filho a ler e escrever. Isso de limpeza é luxo...”.
 Lá estão quatrocentos anos de abandono.
 Vigoram os hábitos de antanho, mesmo quando a necessidade que os motivou já desapareceu (Hél, 1966a, p. 2).

A “dura missão” de Hellê Vellozo Fernandes na coordenação das “escolinhas do mato” de Monte Alegre era realizada de maneira voluntária – o que, de acordo com Sapiro (2017, p. 57), é “[...] expressão mais pura de sua crença em tal investimento”. Seu trabalho voluntário refletia sua convicção na intervenção intelectual e na educação como meio de superar o analfabetismo e o atraso cultural, principalmente nas regiões rurais. Para Hellê Vellozo Fernandes, a docência ia além da alfabetização, incluindo orientações de caráter higiênico – já que sem esta, aquela não poderia acontecer a contento. A ênfase nessa questão dialoga diretamente com a formação recebida, que incluiu disciplinas como Biologia aplicada à Educação, Higiene Escolar, Puericultura e Educação Física, para lembrar alguns exemplos. A partir desse referencial e de outros incorporados ao longo de sua trajetória, Hellê Vellozo Fernandes tendeu àquela interpretação higienista que relacionava práticas populares como heranças de um passado arcaico que seria superado por meio da educação. Tal leitura não se apresentava como uma opinião individual isolada, mas como efeito de esquemas de percepção e avaliação socialmente constituídos, interiorizados ao longo de sua formação familiar e escolar, que orientavam seu modo de compreender a pobreza, os costumes rurais e a docência como parte de uma missão civilizatória. Nos termos de Bourdieu, é possível afirmar que Hellê Vellozo Fernandes incorporou a *illusio* que a fez compreender como legítima e necessária a intervenção intelectual – por meio da docência e/ou da escrita – na vida pública.

De acordo com Aguiar (2017, p. 232), “compartilhar da mesma *illusio* significa ter em comum sistemas de expectativas, de esperanças, princípios de classificação, avaliação”, enfim, um esquema de percepções partilhadas com o grupo e que funciona como um referencial à ação. Os discursos de paraninfo proferidos por Erasmo Pilotto nas formaturas da Escola de Professores permitem compreender os códigos da *illusio* incorporada por Hellê Vellozo

Fernandes no ambiente escolar. Na cerimônia de 1939, ele falou sobre o milagre da educação, que poderia ser também o milagre da construção de uma sociedade. Esse trabalho, no entanto, não seria fácil, já que “[...] aquelas almas foram geradas pela força dos antecedentes e pela força do meio. Criaram-nas mil anos de transmissões hereditárias, e força poderosíssima de um meio” (Pilotto, 1973, p. 12). Assim, a missão das mestras era dar alguma cultura às “[...] almas infantis que saíram dos casebres e vivem com a alma dos casebres e fazei nascer a luz”, operando um “[...] milagre pela vontade e pela ciência” (Pilotto, 1973, p. 12). Erasmo Pilotto evocou a necessidade do desenvolvimento de uma crença em torno desse milagre, que seria operado dando às/aos alunas/os um pouco de cultura, “[...] um pouco da luz de todas as coisas grandes da terra” (Pilotto, 1973, p. 12). No trecho final do discurso, frisou ainda a necessidade de as professoras cultivarem o “[...] desejo de encontrar de tudo o sentido mais amplo, mais belo e mais humano”, afirmando que a recompensa recebida estaria no próprio ato de se doar.

No entanto, no discurso de 1941 – quando Hellê Vellozo Fernandes estava concluindo o primeiro ano de formação na Escola de Professores –, Erasmo Pilotto alterou um pouco a tônica, reforçando esse sentimento de intervenção docente no meio social, mas alertando as recém-formadas sobre as dificuldades que enfrentariam nas escolas paranaenses – bem distante do ideal praticado nas Escolas de Aplicação do Instituto. Ele afirmou saber que o entusiasmo do dia da formatura, que estava envolvido em sonhos, se tornaria “[...] decepção amanhã, desânimo depois, e, em seguida, a tristeza da indiferença e da rotina” (Pilotto, 1973, p. 37), mas que como “santas que saem em jornadas santas”, deveriam estar preparadas para os sacrifícios. Mas, ainda assim, nesse mesmo contexto de dificuldades, coisas maravilhosas seriam realizadas. Para tanto, “precisais somar tudo o que houver de infinito em vós, e reunirdes as vossas forças todas, para vos pordes à altura do que saís a realizar” (Pilotto, 1973, p. 41). Ainda na solenidade de formatura da Escola de Professores do ano de 1941, Erasmo Pilotto (1973, p. 42) declarou:

Às vezes, porém, perdereis a visão da grandeza de vosso trabalho. Às vezes, por estardes sós, num ambiente estreito e de estreitas aspirações, num ambiente humilde, diante de crianças humildes, pensarei que é pequena a vossa missão, que são reduzidas as vossas responsabilidades. [...] Se o que vedes é acanhado, precisais tornar o acanhado em imenso. Que nada serei se, vendo o pequeno, vos deixásseis a ele reduzir! Vós sois criadores, é de criadores a vossa missão, – e ides ao que é limitado, vulgar e feio, não para ele vos empequenecer, mas para vós o transformardes e lhe dardes grandeza.

Tratando da necessidade de formar líderes para atuar na transformação social por meio da educação, sobretudo no interior do Paraná, Erasmo Pilotto concluiu seu discurso reafirmando às docentes a importância de manter a crença nos ideais, que a força para a realização viria.

Para tanto, elas precisariam “[...] reeducar diariamente a nossa coragem de persistir sempre”, acreditando na ciência e sendo em suas escolas elas mesmas “criadores de ciência pedagógica” (Pilotto, 1973, p.43). Ainda que as dificuldades do contexto social de atuação pudessem apresentar limitações, deveriam ser capazes de transformar a realidade por meio de um ensino que se adaptasse às demandas locais. Por ser uma árdua tarefa, Erasmo Pilotto recomendava às professoras para que mantivessem viva a esperança – já que “[...] o magistério sem crença e sem entusiasmo é uma traição à esperança do mundo” (Pilotto, 1973, p. 54). Diante do exposto, entende-se que Hellê Vellozo Fernandes, em sua formação escolar, especialmente na Escola de Professores, sob assistência-técnica de Erasmo Pilotto e referencial da Escola Nova, aprendeu a reconhecer e acolheu a suposta missão das elites na transformação da sociedade via educação. Valeu-se dessa crença em sua atuação nas “escolinhas do mato”, reafirmando seu papel de intelectual dedicada ao desenvolvimento cultural daquelas crianças a cada novo escrito publicados nos jornais sobre a educação nos acampamentos da Fazenda Monte Alegre.

Destaca-se que seu trabalho como coordenadora escolar fez parte do processo de expansão da Escola Nova no Paraná, que se estendeu entre os anos 1946 e 1960. Nesse período, houve uma maior circulação dos debates acerca da pedagogia da Escola Nova no estado, “[...] levada pelos professores que atuavam nas escolas primárias e que eram formados nos Cursos Normais Colegiais e Regionais” (Miguel; Vieira, 2005, p. 7). Embasadas teoricamente nas ideias de John Dewey e pedagogos europeus, tais professoras representavam uma educação que buscava não apenas responder aos desejos da população, que “[...] passaram a ver na escola instituição necessária para obter participação no mercado de trabalho e ter acesso a melhores formas de vida sociais” (Miguel; Vieira, 2005, p. 7), mas, principalmente, às demandas do governo em relação à “[...] necessidade de organizar a sociedade e mantê-la organizada” (Miguel; Vieira, 2005, p. 7).

Nesse sentido, a atuação de Hellê Vellozo Fernandes nas “escolinhas do mato” de Monte Alegre foi firmada na crença em uma missão de intervenção intelectual no espaço público. Incorporando tais disposições desde pequena, em família e, posteriormente, na Escola de Professores, Hellê teve reforçada a *illusio* que ligava tal intervenção ao espaço escolar, entendida como responsável pela transformação da sociedade. Ao longo de sua trajetória, essas disposições foram fortalecidas nos diferentes círculos culturais e sociais dos quais participou em Curitiba e em Monte Alegre. Para entender esse processo, no capítulo seguinte, foram estudadas as redes de sociabilidade de Hellê Vellozo Fernandes no campo intelectual curitibano, com base nas indicações presentes em suas obras e da repercussão na imprensa à época do

lançamento, bem como seu protagonismo em Monte Alegre, a partir de publicações do jornal *O Tibagi*.

2 AS POSIÇÕES QUE HELLÊ VELLOZO FERNANDES OCUPOU EM CURITIBA E EM MONTE ALEGRE

De quando em vez, retomo o lápis, abro os cadernos, borroões das minhas “*magistrais obras literárias*”, e acrescento alguns capítulos aos livros inacabados! Sinto-me dona da pena maravilhosa, que, no meu sonho, traçaria linhas entusiasmantes, lidas e elogiadas por todos os críticos (Hél, 1945, p. 15).

A epígrafe acima, escrita por Hellê Vellozo Fernandes ainda jovem, expressa dimensões importantes de sua trajetória: o desejo de escrever, a consciência do valor simbólico da autoria e a expectativa de reconhecimento por parte de seus pares. Nessa escrita de si, demonstrou que estava atenta às regras do campo intelectual e seus mecanismos de consagração. A realização desse sonho, favorecida por sua origem familiar e formação cultural, não decorreu automaticamente dessa posição de origem. Ainda que escrevesse desde muito cedo, Hellê Vellozo Fernandes precisou mobilizar seus capitais herdados e adquiridos e, principalmente, suas redes de sociabilidade – redes essas atravessadas por relações de gênero e por endossos masculinos socialmente autorizados – para consolidar seu reconhecimento público como uma intelectual de “rara envergadura”, como registrado por Valfrido Pilotto (1966) nas orelhas do livro *Pioneiros do Iguatemi*.

Para alcançar essa posição, ela circulou por diferentes espaços sociais e campos de produção simbólica⁹⁸, tanto em Curitiba quanto em Monte Alegre. Nesse trânsito, intelectuais como Hellê Vellozo Fernandes frequentemente acumularam funções e atenderam a interesses e públicos distintos, articulando criação e mediação de forma estratégica, exercendo um papel fundamental nos processos de circulação de bens culturais (Bornatto, 2019)⁹⁹. De maneira análoga a seus familiares, professoras/es e outras/os intelectuais de sua geração, ela atuou no interior e por meio de escolas, jornais e centros de letras, refletindo o entrelaçamento entre os campos educacional, literário e jornalístico, que, por estarem em processo de autonomização, mantinham estreitas relações. Diante da impossibilidade de abordar detalhadamente cada um

⁹⁸ O conceito de campo, desenvolvido por Pierre Bourdieu, refere-se à compreensão de que, nas sociedades altamente diferenciadas, “[...] o cosmo social é constituído pelo conjunto desses microcosmos sociais relativamente autônomos, espaços de relações que são o lugar de uma lógica e de uma necessidade específicas e irreduzíveis àquelas que regem outros campos” (Bourdieu, 19-- *apud* Lahire, 2017, p. 64). Esses campos, que são espaços estruturados de posições ocupadas por seus diferentes agentes, possuem normas e lutas próprias, sendo a apropriação do capital específico de cada campo objeto de disputa entre aqueles que o compõe.

⁹⁹ Ao longo de sua trajetória, Hellê Vellozo Fernandes atuou em diferentes setores da produção intelectual, com destaque para o jornalístico. Seu protagonismo nesse espaço pode ser compreendido em relação ao que Bourdieu (1997) chamou de “intelectuais jornalistas”, agentes capazes de atuar na fronteira de diversos campos de produção cultural, transferindo lógicas e princípios entre eles. Assim, seu trabalho em jornais a posicionou de maneira estratégica para influenciar os outros espaços de produção cultural em que atuava.

dos campos de atuação de Hellê Vellozo Fernandes no espaço desta tese, optou-se por estudar sua trajetória em diálogo com a noção de campo intelectual – por considerar que seus posicionamentos nesse microcosmo possibilitaram e moldaram sua atuação específica em Monte Alegre¹⁰⁰.

O campo intelectual é um espaço onde agentes dotados de diferentes volumes de capitais disputam a definição legítima acerca de questões culturais, científicas e/ou literárias. Por ser formado por um conjunto de práticas, regras de legitimação, *habitus* e estratégias próprio, seu estudo é fundamental na compreensão da história intelectual de mulheres, uma vez que permite conhecer os espaços de possíveis existentes para elas, de acordo com o contexto das instituições a que pertenceram. Entende-se, dessa maneira, que as temáticas e problemáticas que caracterizam o pensamento de mulheres como Hellê Vellozo Fernandes guardaram relações com aqueles “[...] com quem se comunica e aos quais se dirige através da sua obra, recorrendo implicitamente a todo um código que possui em comum com eles – [...] maneiras de pensar, formas de percepção, etc.” (Bourdieu, 2002, p. 131)¹⁰¹. Sua trajetória intelectual, portanto, foi marcada por trocas simbólicas estabelecidas com outros agentes do campo, muitos deles homens que ocupavam posições de prestígio e cuja palavra funcionava como instância de validação.

A partir desses referenciais, Hellê Vellozo Fernandes atuou tanto como produtora como mediadora de bens simbólicos: como escritora (de livros e jornais), construiu e colocou em circulação representações da realidade segundo seus princípios de visão e divisão, partilhados com o grupo ao qual pertencia (Bourdieu, 1997); já na coordenação das “escolinhas do mato” de Monte Alegre, mediou os debates sobre educação rural, articulando as ideias pedagógicas que defendia, a realidade material dos acampamentos e as relações de poder local. Nesse papel mediador, intelectuais como ela se voltam para “[...] práticas culturais de difusão e transmissão, ou seja, práticas que fazem ‘circular’ os produtos culturais em grupos sociais mais amplos e não especializados”. Nesse processo, essas/es agentes não apenas transmitem bens simbólicos desenvolvidos por outrem, mas através de sua mediação constroem “[...] representações que têm grande impacto numa sociedade” (Gomes; Hansen, 2016, p. 26) – sendo tais criações tributárias de seus capitais e das trocas culturais estabelecidas em suas redes de sociabilidade.

¹⁰⁰ Nas palavras de Bourdieu (2004, p. 23), “[...] é a posição que eles [os agentes] ocupam nessa estrutura [do campo] que determina ou orienta [...] suas tomadas de posição”.

¹⁰¹ No original: “[...] con quienes se comunica y a quienes se dirige con su obra, recurriendo implícitamente a todo un código que tiene en común con ellos - temas y problemas a la orden del día, formas de razonar, formas de percepción, etc.”.

Em outras palavras, isso significa dizer que a história familiar e escolar de Hellê Vellozo Fernandes – branca, criada na capital do Estado, estudante exemplar e partícipe das classes dominantes em Curitiba e em Monte Alegre, envolvida em atividades educacionais, sociais e culturais – constituiu a base para a construção de um *habitus* que lhe conferiu autoridade simbólica em diferentes espaços sociais, mas que também foi resultado de contínuas negociações, reafirmações e ressignificações segundo os distintos contextos em que atuou. Foi sobretudo por meio das redes de sociabilidade que estabeleceu no interior do campo intelectual curitibano e ao longo de sua trajetória que Hellê Vellozo Fernandes foi legitimada como escritora, jornalista e professora. Diante da complexidade de mapear em sua totalidade o campo intelectual curitibano — tarefa que demandaria um esforço coletivo e de longo prazo —, esta pesquisa optou por identificar as posições ocupadas por Hellê Vellozo Fernandes no interior desse microcosmo social, bem como as possíveis influências sobre sua produção, a partir do estudo de suas redes de sociabilidade.

Pautado nos escritos de Tomé e Campos (2003), que recorreram à análise dos prefácios para identificar diferentes momentos de uma trajetória intelectual, optou-se por analisar os vestígios deixados pela própria autora em suas obras, ampliando, no entanto, o olhar para outros elementos pré-textuais, como orelhas, contracapas, homenagens e agradecimentos. Tais decisões editoriais foram aqui compreendidas como estratégias de apresentação de si e de busca por reconhecimento¹⁰² e permitiram identificar afinidades, endossos e disputas que atravessaram uma trajetória intelectual. Nesse sentido, neste capítulo foi realizada a análise dos livros de Hellê Vellozo Fernandes, bem como da repercussão dos lançamentos na imprensa, buscando compreender como aquela jovem que sonhava ser sucesso de crítica se posicionou no campo intelectual curitibano e estendeu sua influência para Monte Alegre¹⁰³ – espaço onde alargou suas possibilidades de atuação e que cujas histórias derivadas de seu protagonismo lhe renderam o título de “cronista dos pinhais” (HVF – Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993, p. 63).

¹⁰² Tais estratégias decorrem, como apontou Bourdieu (2004, p. 81), do “[...] senso prático como sentido do jogo, de um jogo social particular, historicamente definido, que se adquire desde a infância, participando de atividades sociais”.

¹⁰³ A atuação de Hellê Vellozo Fernandes em Monte Alegre foi analisada a partir dos elementos da escrita de si implícitos e explícitos em suas publicações no jornal *O Tibagi*, entre os anos de 1948-1964.

2.1 REDES DE SOCIABILIDADE NO CAMPO INTELECTUAL CURITIBANO

Estudar a atuação das mulheres no campo intelectual, bem como nos demais microcosmos sociais, implica a “[...] redefinição e o alargamento das noções tradicionais do que é historicamente importante, para incluir tanto a experiência pessoal e subjetiva quanto [su]as atividades públicas e políticas” (Scott, 2019, p. 51). Tal perspectiva é fundamental, pois o gênero, enquanto construção social, confere representações específicas sobre os seres segundo o sexo biológico, que corresponde a uma maneira própria de experienciar os fenômenos sociais. Essa configuração de padrões de gênero é histórica, e varia segundo as características de uma época. Para ambos os sexos, “[...] modos de ser e estar no mundo são, portanto, construções históricas e culturais” (Catani et al., 1997, p. 39). No entanto, uma visão predominante, parcial e masculina, do mundo tem sido aceita e difundida como representante única de experiências diferentes (Bourdieu, 2023) – isso porque “[...] incorporamos, sob a forma de esquemas inconscientes de percepção e de apreciação, as estruturas históricas de ordem masculina; [...] modos de pensamento que são eles próprios produtos da dominação” (Bourdieu, 2023, p. 17). Dada essa estrutura androcêntrica, para compreender a trajetória de Hellê Vellozo Fernandes fez-se necessário indagar: quais eram os espaços de possíveis acessíveis às mulheres no campo intelectual curitibano em meados do século XX?

Para iniciar essa contextualização, é importante destacar que o campo intelectual curitibano é aqui compreendido como um espaço de circulação de ideias oriundas de distintas áreas do conhecimento e de produção cultural que ainda não tinham conquistado plenamente sua autonomia. Justamente por essa razão, esse campo dependia sobremaneira do jornalismo para fomentar debates e formar a opinião pública. Segundo Nunes e Ribeiro (2025, p. 7), na virada do século XIX para o XX, “a imprensa curitibana assumiu a literatura como missão, tornando-se o canal de propagação dos ideais republicanos, positivistas, científicos, filosóficos e estéticos da época”, que também perpassaram questões educacionais.

Nos anos 1930, principalmente, em consonância com o espírito nacionalista e de expansão para o interior do país, o Movimento Paranista se valeu das publicações periódicas e encampou uma “[...] aliança civilizatória e modernizante expressa por meio do enaltecimento da cultura local, a valorização dos expoentes nativos e a busca pelos elementos singulares que integrariam o Paraná ao corpo da brasilidade” (Souza, 2020, p. 159 *apud* Nunes; Ribeiro, 2025, p. 7). Nesse período, o campo intelectual era predominantemente masculino, e assim permaneceu, pelo menos, até os anos 1950. Na obra *Cem anos de imprensa no Paraná (1843-1953)*, na qual Osvaldo Pilotto mapeou os periódicos paranaenses e realizou uma ampla

descrição sobre a “[...] vanguarda responsável pela criação da imprensa curitibana”, a presença das mulheres é praticamente inexistente, “[...] havendo apenas comentários pontuais sobre a atuação das viúvas Gertrudes da Silva Lopes e Maria José Correia, que herdaram as tipográficas de seus maridos, bem como sobre a participação de Mariana Coelho e Hellê Vellozo Fernandes em periódicos locais” (Nunes; Ribeiro, 2025, p. 4).

As dificuldades enfrentadas pelas mulheres visando plena participação no campo intelectual curitibano podem ser compreendidas a partir do que Bourdieu (2013) escreveu sobre a forma como o mundo social estrutura o acesso às oportunidades. Considerando que “*A relação com os possíveis é uma relação com os poderes*”, entende-se que “[...] o sentido do porvir provável se constitui na relação prolongada com um mundo estruturado de acordo com a categoria do possível (para nós) e do impossível (para nós), do que é de antemão apropriado por outros e para outros e daquilo a que se é de antemão designado” (Bourdieu, 2013, p. 106). É por essa razão que o estado da arte acerca das mulheres na imprensa paranaense, realizado por Nunes e Ribeiro (2025, p. 7-8), evidenciou o

[...] forte caráter androcêntrico, visto que, em sua totalidade, compreendem a produção intelectual curitibana como uma produção feita por homens. Na grande maioria das análises, não há sequer menção da atuação de mulheres que pertenciam aos mesmos grupos e frequentavam os mesmos espaços, como o caso de Escolástica de Moraes Vellozo.

Entre positivistas, republicanos, maçons, anticlericais, liberais, anarquistas, simbolistas ou paranistas, “[...] todos defendiam um nacionalismo centrado na família e no papel doméstico da mulher. A educação e emancipação feminina eram discutidas a partir da premissa de que o lar, a maternidade e a criação dos filhos são intocáveis” (Nunes; Ribeiro, 2025, p. 8). Foi apenas com a ampliação da oferta de escola para meninas e moças que tais representações passaram a ser questionadas. Graças ao acesso à leitura e a escrita, as mulheres foram tomando consciência sobre a condição feminina e passaram a questionar desigualdades na vida cotidiana e pública. Ainda que o modelo burguês preconizasse a mulher devotada à família, “[...] a curitibana se apresenta como uma mulher cidadina. Insere-se no espaço social e se vale do discurso da modernidade democrática republicana para alargar as possibilidades de participação da esfera política” (Nunes; Ribeiro, 2025, p. 10-11). Assim, as mulheres em Curitiba ocuparam os bancos escolares, postos de trabalho e também o campo intelectual local – fosse “[...] caminhando sorrateiramente pelas brechas do sistema ou enfrentando abertamente as forças patriarcais, as mulheres foram conquistando espaços na sociedade curitibana” (Nunes; Ribeiro, 2025, p. 11).

Como exemplo do alargamento das margens de ação dessas mulheres, é possível citar a fundação, em 1933, do Centro Paranaense Feminino de Cultura, um espaço fundado por mulheres e para mulheres visando seu desenvolvimento cultural. Reunindo moças e senhoras das camadas médias e altas da sociedade curitibana¹⁰⁴, sobretudo escritoras, professoras e artistas, ali elas participavam de palestras, excursões, cursos, eventos socioculturais e piqueniques (Bueno, 2024). A formação neste espaço atendia ao que Bueno (2024) nominou de “bom feminismo”. Para a autora,

O feminismo manifestado pelo programa do CPFC [Centro Paranaense Feminino de Cultura] atendida ao perfil de ser mulher/mãe/dona de casa e, de certa forma, não obstante as atuações de lideranças feministas, as atividades realizadas pelas centristas não comprometiam a organização/desempenho social no que se referia aos papéis do público masculino e feminino. [...] as centristas viviam o tempo entre o antigo e o novo (Bueno, 2024, p. 145).

Buscando encontrar espaços de atuação, nas associações como o Centro Paranaense Feminino de Cultura, as mulheres entravam em “[...] contato constante com autoridades locais e nacionais, a fim de providenciar os recursos necessários para a manutenção dos serviços” – a exemplo do Posto de Puericultura Darcy Vargas, fundado pelo Centro Paranaense Feminino de Cultura em 1940 (Bueno, 2024, p. 155). Esse protagonismo foi acompanhado, na maioria das vezes, por discursos de exaltação à maternidade, demonstrando a incorporação da dominação presente no papel da mãe, esposa e dona de casa dedicada. Ainda que as associadas do Centro Paranaense Feminino de Cultura estivessem alargando os espaços de participação da mulher para além do âmbito doméstico, não representavam uma ameaça à hierarquia de gênero vigente presente tanto no âmbito privado quanto público. Como essas mulheres eram “[...] procedentes das (por assim dizer) tradicionais famílias paranaenses, defendiam um perfil condizente com as concepções de sua posição social e também criticavam comportamentos considerados desviantes” (Bueno, 2024, p. 157)¹⁰⁵.

Essa tendência de interpretação do mundo a partir de uma visão androcêntrica foi explicada por Bourdieu (2023, p. 22), quando escreveu que “[...] na medida em que os princípios de visão e divisão que ele propõe estão objetivamente ajustados às divisões pré-existentes, ele consagra a ordem estabelecida, trazendo-a à existência conhecida e reconhecida, oficial”. Por mais difícil de romper com essa lógica de reprodução – luta que se estende às

¹⁰⁴ A cobrança de taxa de ingresso e mensalidade de dois mil réis (Bueno, 2024) dirimia a possibilidade de ingresso por mulheres de outras classes sociais.

¹⁰⁵ Destaca-se que nomes importantes da luta feminista paranaense para “[...] a emancipação feminina por meio da educação, a participação na vida pública com destaque para a leitura, escrita e o acesso a um amplo programa científico-cultural” pertenceram ao Centro Paranaense Feminino de Cultura, a exemplo de Mariana Coelho, Ilnah Pacheco Secundino de Oliveira, Pompília Lopes dos Santos e Leonor Castellano (Bueno, 2024, p. 144).

novas gerações – ainda assim, diversas mulheres tiveram suas ações evidenciadas a partir da atuação no Centro Paranaense Feminino de Cultura e outros espaços intelectuais. A busca por igualdade de participação na vida pública contribuiu para que as mulheres aderissem a programas socioculturais, criassem associações e se envolvessem em questões sociais (Bueno, 2024). De acordo com Araújo e Orlando (2019, p. 435), nas décadas de 1930 e 1940, as curitubanas foram “[...] atuantes e concentradas em torno de um projeto de reconhecimento do trabalho feminino como escritoras e docentes” (Araújo; Orlando, 2019, p. 435). Inclusive, não raro, normalistas, pelo acesso ao mundo das letras via escola, tornavam-se elas mesmas escritoras – a exemplo de Helena Kolody e da própria Hellê Vellozo Fernandes.

Para muitas mulheres, a literatura foi uma forma de tornar público sua forma de ver o mundo e nele intervir. Nesse contexto, o Centro de Letras do Paraná, instituição voltada à promoção da literatura e dos escritores paranaenses, fundada em 1912, representou uma oportunidade de inserção feminina nos círculos intelectuais da capital¹⁰⁶. De maneira análoga, a Academia de Letras José de Alencar, fundada em 1939, configurou-se como mais um espaço de sociabilidade e expressão para as mulheres em Curitiba. Em funcionamento no salão nobre do Colégio Partenon, “todos os domingos, pela manhã, reuniam-se jovens e velhos (os moços em maior número), para falar de literatura. Cada um lia o que o outro tinha escrito, ouvia a leitura do trabalho dos outros e discutia o que havia sido feito” (Fontes, 2012, p. 170). Neste e em outros espaços de desenvolvimento cultural, intelectuais como Hellê Vellozo Fernandes buscaram um maior aperfeiçoamento artístico por meio da aprendizagem com pares mais experientes.

O protagonismo das mulheres no campo intelectual curitubano permanece, em grande medida, à margem de análises sistemáticas, reflexo do próprio caráter androcêntrico que historicamente estruturou esse microcosmo social. Ainda que se observe um interesse crescente pela temática, as pesquisas existentes são, em sua maioria, dedicadas ao estudo da trajetória de uma mulher específica (Vieira, Skalinski Junior, 2024), sendo ainda escassas as análises sobre as condições de possibilidades de sua atuação enquanto intelectuais. Pela própria trajetória de

¹⁰⁶ A abertura desse espaço às mulheres foi sancionada pela eleição de Leonor Castellano como presidenta do Centro de Letras do Paraná para os anos de 1949-1952. Durante a gestão de Leonor Castellano na presidência, Hellê Vellozo Fernandes foi laureada pela primeira vez com a obra *Incompreensão* (1952). De acordo com Rodrigo Junior (João de Curitiba, 1951, p. 14), “essa vitória firmou-lhe, definitivamente, a nomeada entre nós, confirmando-lhe os méritos de ficcionista distinta”. Em recorte de jornal sem data, disponibilizado pela Biblioteca Pública do Paraná (19--c), a coluna *Porta Retrato* apresentou uma reportagem sobre Hellê, na qual foi destacada a “colaboração inestimável” de Leonor Castellano na publicação de seus livros premiados, ressaltando aquela “[...] amizade que muito lhe valeu no começo da carreira”.

Hellê Vellozo Fernandes, entende-se que a inserção das mulheres nos debates públicos não aconteceu de forma espontânea; foi resultado de lutas no interior do campo intelectual¹⁰⁷.

Embora tenha se situando em um espectro que não questionava frontalmente os papéis atribuídos às mulheres, Hellê Vellozo Fernandes contribuiu para o alargamento das margens de atuação feminina não apenas no estado do Paraná, mas em âmbito nacional. Em 1970, ela foi fundadora da Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil, uma instituição que reuniu mulheres dedicadas à escrita e ao jornalismo. Iniciada em Curitiba, esta filial da Asociación Mundial de Mujeres Periodistas y Escritoras constituiu-se como um espaço para “[...] pensar a posição profissional da mulher que escreve e de sua atuação diante dos problemas mundiais” (Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil, 1980). Com sócias em 15 estados brasileiros, a participação ativa na AJEB se fazia “[...] através da correspondência, da troca de livros ou trabalhos publicados, do intercâmbio epistolar, de encontros ocasionais, como é a regra em inúmeras associações, as mais variadas, em diversos países do mundo” (Fernandes, 1980, p. 3).

Segundo Hellê Vellozo Fernandes (1980, p. 4), o alcance dos objetivos da instituição e a realização de seus ideais faziam-se presentes no trabalho de cada uma: “a pequena notícia que publica em seu jornal, a crônica que escreve, o livro que edita sobre assunto de sua especialidade, a colaboração anônima que oferece à diretoria, tudo é importante para chegar-se a uma obra maior”. No Paraná, especificamente, ao comemorar dez anos de existência, a Associação de Jornalistas e Escritora contava com quase 200 associadas. A instituição servia, assim, de estímulo para “[...] divulgar o trabalho de um grupo de escritoras e jornalistas, que mantém o alto padrão cultural da mulher, na sociedade intelectual brasileira” (Fernandes, 1980, p. 4). A atuação de Hellê Vellozo Fernandes na associação evidencia que, nos anos 1970, ela não ocupava uma posição marginal no campo intelectual, mas participou ativamente dos embates em torno da ampliação do espaço para o protagonismo feminino. A fundação da Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil, bem como sua participação em reuniões internacionais sobre a temática, são exemplos dos esforços investidos para legitimar a posição das mulheres neste campo¹⁰⁸.

¹⁰⁷ De acordo com Bourdieu (2012, p. 42), o que está em disputa em um campo de produção cultural é “[...] a luta a respeito da definição legítima, em que está em jogo [...] a fronteira, o limite, o *direito de entrada*”.

¹⁰⁸ Segundo publicou o *Diário da Tarde*, a solenidade de fundação da Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil ocorreu na sede do Centro de Letras do Paraná e contou com grande número de presentes. A primeira diretoria foi assim constituída: Hellê Vellozo Fernandes como presidente; Juril de Plácido e Silva Carnasciali e América da Costa Sabóia como vice-presidentes, Luisa Dorfumd e Pompília Lopes dos Santos como secretárias, Rosy Pinheiro Lima e Ceres de Ferrante como tesoureiras, Maria de Lourdes Chamusce Gomes como relações-públicas e Rosy Pinheiro Lima como assessora jurídica (Diário do Paraná, 1970a, p. 5).

Foi nesse contexto de conquistas graduais – derivadas das lutas de mulheres que atuaram tanto nas brechas quanto na vanguarda da ampliação do espaço feminino no campo intelectual – que se insere a trajetória aqui estudada. A atuação de Hellê Vellozo Fernandes em diferentes frentes (educação, literatura e jornalismo) não foi mero acaso, mas a materialização de possibilidades abertas por essas lutas, tendo ela própria contribuído para alargar, em certos sentidos, essas fronteiras. A produção e circulação de seus escritos foram favorecidas por uma conjuntura de paulatina abertura ao protagonismo feminino. Ainda assim, foram necessárias diversas estratégias para converter em reconhecimento as disposições incorporadas em âmbito familiar e adquiridas na escola, bem como aquelas mobilizadas por meio de suas redes de sociabilidade intelectual.

Embora Hellê Vellozo Fernandes publicasse desde os tempos do Ginásio em periódicos escolares e da capital paranaense, e mesmo antes disso já circulasse entre a intelectualidade curitibana, seu ingresso no campo ocorreu oficialmente quando da publicação de sua primeira obra, *Camafeus*, em 1945. O livro, recebido como um presente da família, trazia em destaque na capa a assinatura 'Hél'. No entanto, no canto inferior esquerdo, seu nome completo, “Hellê M. Vellozo”, aparecia em letras menores. Essa inclusão possivelmente buscava associar seu nome artístico à prestigiada linhagem dos Vellozo. A ligação com a destacada família de intelectuais foi reforçada nos elementos pré-textuais da obra: as homenagens ao avô e ao pai, bem como a menção a outros parentes, indicavam seu pertencimento social e cultural, e podem ter auxiliado na conversão dos capitais familiares em próprios. De maneira análoga, a gratidão expressa à Helena Kolody e Rodrigo Junior também serviu para marcar um lugar de pertencimento, percebido como benéfico para a recepção de sua obra inaugural.

A relação de Hellê Vellozo Fernandes e Helena Kolody teve início, possivelmente, nas salas de aula da Escola de Professoras e estendeu-se pela atuação conjunta em centros culturais e literários da capital paranaense. Para além de seu protagonismo na literatura, Helena Kolody foi uma inspiração também em seu trabalho como educadora. Segundo Hellê Vellozo Fernandes e América da Costa Sabóia (1970, p. 158), Helena Kolody era querida por centenas de alunas, sendo frequentemente escolhida como professora homenageada nas formaturas do Instituto – isso porque possuía “[...] uma compreensiva bondade diante das pessoas, para as quais [...] [tinha] sempre uma palavra meiga de incentivo”. Essa amizade, mais que um vínculo pessoal, exemplifica a importância que as redes de sociabilidade e colaboração entre mulheres têm na

construção de suas trajetórias públicas¹⁰⁹. Reconhecida como a mais importante poetisa paranaense (Lopes, 2012), a expressão de proximidade entre as duas funcionava como um mecanismo de legitimação simbólica para Hellê Vellozo Fernandes – já que determinadas figuras consagradas no campo atuam como “padrinhos prestigiosos”, posto que “[...] garantem os testemunhos obsequiosos de reconhecimento” (Bourdieu, 2006b, p. 23).

No entanto, em uma Curitiba ainda marcada pela distinção de gênero no campo intelectual, Hellê Vellozo Fernandes contou também com o apoio de Rodrigo Junior. As referências biográficas da autora indicam que as primeiras publicações de caráter literário nos jornais da capital foram intermediadas por ele, um entusiasta da literatura que apoiava jovens escritores. Segundo Rocha (2019, p. 162), esse intelectual, “[...] bastante atento e esperançoso quanto ao surgimento de novos autores, não os deixou desamparados, pois funcionava como uma motivação para sua própria vida de literato e agitador cultural que sempre foi”. Assim, sua casa em Curitiba, situada na rua Marechal Deodoro, se configurou como um espaço de sociabilidade para jovens escritores. Ali, Dalton Trevisan, Heitor Stockler, Helena Kolody, Hellê Vellozo Fernandes, Luiza Steudel Iwersen e Mary Camargo, entre outros, encontravam “[...] orientações, avaliações, incentivos e mediações” (Rocha, 2019, p. 162). Dito de outro modo, a geração de autores a qual Hellê Vellozo Pertenceu foi incentivada e teve sua estreia no mundo literário pela influência de Rodrigo Junior.

De acordo com Rocha (2019, p. 162), “devido à sua longa presença contínua e intensa na imprensa curitibana, pode-se dizer que ele [Rodrigo Junior] estava por trás da maioria das publicações desses novos autores, embora alguns não tenham reconhecido isso”. Nas décadas de 1930 e 1940, orientou jovens escritores, eles mesmos também “[...] dispostos a modernizar as letras paranaenses” (Rocha, 2019, p. 18). Nesse mesmo período, ele participou da fundação do Centro de Letras do Paraná e tornou-se membro Academia José de Alencar – não por acaso, as primeiras entidades literárias que Hellê Vellozo Fernandes tomou parte. Em entrevista para a *Gazeta do Povo* (1999), a intelectual se referiu à Rodrigo Junior como seu “grande padrinho” e escritor de maior influência em sua trajetória. Em suas palavras, “durante muitos anos [ele] liderou o movimento literário no Paraná. Na casa dele acolhia os jovens, que ele encaminhava e estimulava. Quantas e quantas vezes eu encontrei o Dalton Trevisan por lá?!”.

¹⁰⁹ A recorrência de poesias de Helena Kolody publicadas no jornal *O Tibagi*, na página sob editoria de Hellê Vellozo Fernandes, indica a importância da amizade e da rede de apoio estabelecida entre as mulheres no campo intelectual curitibano e além dele.

Hellê Vellozo Fernandes descreveu Rodrigo Junior como “[...] o amigo solícito, o mestre e o incentivador” (Sabóia; Fernandes, 1974, p. 70)¹¹⁰. De acordo com Rocha (2019, p. 165), “[...] foi ele quem a incentivou e [...] a fez ingressar como colaboradora nas revistas *Marinha*, *Correio dos Ferroviários*, *Mensageiro de Natal* e outras publicações”. Além disso, era comum que Rodrigo Junior publicasse, em jornais e revistas, resenhas de livros e perfis literários desses jovens autores – ampliando sua projeção. Sobre Hellê Vellozo Fernandes, em 1951, ele escreveu para o *Correio dos Ferroviários*:

Espírito observador e analista, sedento de luzes, entrou a juvenil literata a deglutir as obras dos mestres e a grafar as suas impressões e fantasias, coligindo depois esses interessantes produtos de sua pena em elegante volume intitulado – *Camafeus*, brinde feito à estante paranista em 1945, e que obteve a sanção consagrativa da imprensa e dos entendidos. Não dormiu HÉL sobre as láureas colhidas e atirou-se ao conto, à crônica, e, por fim, ao romance, para o qual sentia irresistíveis pendores. Ansiava por insuflar vida a personagens de seus relatos, mais ou menos copiados da existência cotidiana, dos meios que ela frequentava (*apud* Rocha, 2019, p. 165).

A apreciação realizada por Rodrigo Junior, para além de descrever a produção literária de Hellê Vellozo Fernandes, contribuiu na construção pública de uma representação sobre a autora já em sua obra de estreia. O destaque dado à precocidade, à curiosidade intelectual e ao intenso contato com “as obras dos mestres” reforçou a ideia de uma vocação para a escrita, ao mesmo tempo em que valorizou o esforço e a disciplina envolvidos em sua formação literária. Ao tratar da boa recepção de *Camafeus* e endossar as qualidades da obra, Rodrigo Junior lhe conferiu legitimidade, justificando-a como alguém apta a circular no campo intelectual curitibano. Nesse processo, destacou ainda que o diferencial de Hellê Vellozo Fernandes residia na capacidade de inspirar seus escritos em personagens e situações reais, característica que foi reforçada ao longo de sua trajetória e fez parte de sua identidade como escritora.

Para além do reconhecimento conferido por nomes consagrados no campo intelectual curitibano, os próprios elementos pré-textuais de *Camafeus* deram indícios de como Hellê Vellozo Fernandes pretendia se inscrever simbolicamente nesse espaço. Ela dedicou a obra, em caixa alta, “A TODOS QUE AMAM, PENSAM E SENTEM COMO EU!” (Hél, 1945, p. 6). A inscrição indica o caráter pessoal do conteúdo da obra daquela iniciante e demonstra uma autora apaixonada pela vida e pelo ofício da escrita, alimentada pela *illusio* nutrida pela vida na capital paranaense, em meio a um espaço cultural e intelectual efervescente. Esse entusiasmo juvenil, no entanto, pouco tempo depois, se confrontou com a realidade de Monte Alegre, uma cidade

¹¹⁰ Além de ter auxiliado na publicização de seus primeiros escritos e na validação da produção intelectual de Hellê Vellozo Fernandes, ao longo de sua trajetória, Rodrigo Junior permaneceu como referência e parceiro de trabalho. Conjuntamente, escreveram *Aconteceu em Curitiba*, publicada no jornal *O Dia*, entre 18 de abril de 1954 a 15 de maio de 1955, classificada como “humor literário”.

pequena e distante dos centros intelectualizados onde Hellê Vellozo Fernandes frequentara acompanhada de seus familiares e amigos. Além disso, sua inserção gradual no campo intelectual foi lhe permitindo a incorporação de novos códigos de conduta e escrita, distanciando-a da expressão pessoal mais confessional que caracterizou *Camafeus*. Assim, episódios antes centrados em si mesma passaram a dar lugar a relatos e observações sobre outras pessoas e situações. Um exemplo dessa personalidade que marcou sua primeira obra é a presença de uma fotografia da autora nessa obra de estreia – servindo também para que o público leitor associasse o nome Hél/Hellê Vellozo Fernandes à sua imagem.

Ainda sobre o caráter pessoal da obra, destaca-se a menção a Paulo Rios Fernandes. Na época do lançamento de *Camafeus*, Hellê Vellozo e Paulo Rios Fernandes estavam, possivelmente, noivos – pois já em 1945, mesmo ano da publicação, mudaram-se para Monte Alegre. Embora Paulo Rios Fernandes não estivesse propriamente ligado ao universo da educação, jornalismo ou literatura, a menção a ele, além de expressar sua importância sentimental para Hellê, indica outra estratégia frequentemente utilizada pelas classes dominantes: o casamento como forma de reprodução social. Para além de um ato de afeto pessoal, o matrimônio opera como um meio de conservação e ampliação de capitais – sejam eles econômicos, sociais ou simbólicos (Bourdieu, 2011a). Assim, a união com Paulo Rios Fernandes consolidou sua posição social e reforçou determinados capitais que foram mobilizados ao longo de sua trajetória no campo intelectual curitibano e no contexto de Monte Alegre.

A posição privilegiada conquistada pelo casal no interior, ele como encarregado do serviço de saúde local e ela como “mulher de médico”, professora, jornalista, escritora e filantropa, foi, em um primeiro momento, fruto do capital social da família do esposo de Hellê. De acordo com entrevista concedida por Paulo Rios Fernandes ao Centro de Documentação e Memória Klabin (1993, p. 17), seu pai tinha boas relações com o interventor Manoel Ribas, que redigiu uma carta de recomendação para que o jovem médico entregasse ao administrador de Monte Alegre, à época, Luiz Vieira. Segundo o marido de Hellê Vellozo Fernandes, este foi o conteúdo da missiva:

É o seguinte: estou recomendando aí um filho de um amigo meu, ele é amigo, já trabalhou comigo, o pai, é uma pessoa que eu conheço e da qual eu posso falar bem, agora, quanto ao filho, eu não sei nada, se ele for bom, você fica com ele, se ele não for bom, você manda embora. Assinado: Manoel Ribas (PRF – Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993, p. 20).

Dessa maneira, Paulo Rios Fernandes e Hellê Vellozo Fernandes chegaram em Monte Alegre simbolicamente avalizados pela mais alta autoridade política do Paraná. Essa validação prévia do interventor Manoel Ribas assegurou a ele uma posição de destaque na localidade, devido ao poder de seu capital social. Essa legitimação inicial se estendeu à esposa, facilitando sua inserção na elite local. Valendo-se desse ponto de partida privilegiado, ela pode mobilizar diversos capitais (familiar, intelectual e social-conjugal¹¹¹) para estabelecer seu espaço de atuação em Monte Alegre e intervir socialmente dentro das possibilidades que sua nova posição oferecia no contexto da cidade-empresa. É importante destacar que, apesar de sua competência intelectual, o protagonismo de Hellê Vellozo Fernandes tanto em Curitiba quando no interior só foi possível pelo apoio de Paulo Rios Fernandes. Ainda que não existam fontes que permitam observar o relacionamento do casal em detalhes, em um período em que ele poderia, se quisesse, proibi-la de trabalhar¹¹², o crescimento profissional e intelectual de Hellê Vellozo Fernandes só ocorreu porque ela era casada com alguém que, se não apoiava diretamente suas ações, também não atrapalhava seu protagonismo.

Apesar da inserção social e conjugal consolidada em Monte Alegre, na capital, o reconhecimento da obra de estreia de Hellê Vellozo Fernandes ainda dependia de sua apreciação no campo intelectual curitibano. A repercussão de *Camafeus* na imprensa foi discreta: apenas o escritor Durval Borges abordou o lançamento no jornal *O Dia*. Na coluna *Bibliografia Paranaense*, publicada no dia 16 de dezembro de 1945, apresentou a “simpática” contista, fazendo referência à sua família, mas também destacando os méritos próprios da autora, como a precocidade literária. Tomando *Camafeus* como sua apresentação formal à intelectualidade curitibana, assim Borges (1945, p. 4) avaliou sua escrita: “a sua linguagem é clara e concisa. A narração de suas histórias, reais ou imaginárias, desliza com uma simplicidade que atrai e encanta a atenção do leitor”. Para Rocha (2019, p. 164), pelas múltiplas influências recebidas, Hellê Vellozo Fernandes “[...] seguiu uma carreira literária diferente da maioria das escritoras, optando pelo texto em prosa, publicou contos, crônicas e romances e se destacou numa linha menos feminina ainda, a ficção histórica”. O trânsito entre esses diferentes estilos literários foi uma das características de sua produção, posicionando-a de maneira única dentro do cenário intelectual curitibano.

¹¹¹ Para Bourdieu (2011b, p. 177), “[...] apesar de todas as forças de fissão que se exercem sobre ela, a família permanece um dos lugares de acumulação, de conservação e de reprodução de todos os diferentes tipos de capital”.

¹¹² Esse cenário mudou apenas em 1962, com a promulgação do Estatuto da Mulher Casada (Lei nº 4.121/1962), que garantiu à mulher o direito de trabalhar sem a permissão do cônjuge.

Seu primeiro romance, intitulado *Incompreensão*, foi consagrado com o 1º lugar no Concurso de Livros de 1949, promovido pelo Centro de Letras do Paraná. Laureada com o prêmio *Nestor Victor*, em 1952, a obra foi publicada sob patrocínio da referida entidade. Na capa, constou apenas a assinatura *Hél* – o que permite inferir que, entre a primeira e segunda publicação, seu nome próprio já era reconhecido entre a intelectualidade curitibana. De acordo com recorte do jornal *Gazeta do Povo* (1997), disponível na Biblioteca Pública do Paraná, “Hellê utiliza sempre um pseudônimo nos artigos que escreve e em seus livros: Hél. A denominação nasceu há muito tempo, quando começou a escrever [...] e, na época, era modismo utilizar pseudônimos. Com o tempo acabou ficando e hoje ela é muito conhecida por ele”. Considerando que, como observou Bourdieu (2011b, p. 78), o “[...] nome próprio é o atestado visível da identidade [socialmente reconhecida] de seu portador através dos tempos e dos espaços sociais”, entende-se que Hellê Vellozo Fernandes já acumulava capital simbólico suficiente para ser reconhecida pelo nome que escolhera como assinatura de sua produção escrita.

Por se tratar de uma edição patrocinada, os elementos pré-textuais de *Incompreensão* apresentaram diversas informações sobre o Centro de Letras do Paraná, das quais destaca-se a relação de seus contemporâneos partícipes da diretoria da instituição no biênio 1950-1952, a saber: Presidente: Leonor Castellano¹¹³; Vice-presidente: David Carneiro; 1º secretário: Alcyone Moraes de Castro Vellozo; 2º secretário: Nelson Saldanha de Oliveira; 1º orador: José Gelbecke; 2º orador: Elias Karan; 1º tesoureiro: Saul Lupion de Quadros; 2º tesoureiro: Francisco Pereira da Silva; Bibliotecário: Odilon Tavares de Oliveira; Comissão social e literária: Gilberto Beltrão, Raul Gomes, Gláucio Bandeira e Maria Nicolas; Comissão de imprensa: Vasco José Taborda Ribas e Emílio Leão de Mattos Sounis; Redatores da Revista: Rodrigo Junior e Leonor Castellano.

Ainda que o contato com os membros da diretoria possa ter variado em intensidade no decorrer da participação de Hellê Vellozo Fernandes no Centro de Letras do Paraná, pertencer a este grupo que congregava os principais nomes da intelectualidade curitibana da época, significava a posse de capitais sociais e simbólicos suficientes para circular naquele espaço de prestígio e ser premiada por seus pares. No contexto desse centro de letras, a láurea recebida

¹¹³ Reconhecendo a proximidade, no mínimo, institucional entre Leonor Castellano e Hellê Vellozo Fernandes, e entendendo que a proximidade no espaço social tem relação com afinidades de disposições, é importante destacar que a presidente do Centro de Letras do Paraná ficou conhecida na história como “boa feminista”, já que “em suas ideias, as mulheres poderiam ter uma independência financeira, uma profissão e a emancipação intelectual, mas continuariam a perpetuar os ‘privilégios’ de serem mães e donas de cada. Para Castellano, a Pátria dependia de mulheres bem informadas e educadas para melhor educar os filhos, ao mesmo tempo, em que a própria Pátria e seu discurso abriam o leque de oportunidades para as gerações posteriores” (Zomer, 2011, p. 152).

por Hellê, mas, principalmente, a presidência de Leonor Castellano, indicam que este era um espaço social em que as mulheres conseguiam converter seus capitais em reconhecimento e protagonismo público. No interior dessa instituição, Hellê Vellozo Fernandes contou ainda com a presença de seu tio, Alcyone Moraes de Castro Vellozo – reforçando a ideia de que ela se valeu dos capitais familiares em sua trajetória intelectual.

Estiveram na solenidade de premiação altas autoridades do Paraná, a saber: “[...] o sr. Governador Moisés Lupion, S. Rvma. Arcebispo Metropolitano D. Atico Eusebio da Rocha, o sr. Guataçara Borba Carneiro, presidente da Assembleia Legislativa do Estado, o dr. Lineu Amaral, prefeito de Curitiba e outras altas autoridades civis e militares” (O Tibagi, 1949c, p. 2)¹¹⁴. A presença destas personalidades permite inferir que o evento não era apenas de caráter literário, já que estavam ali representantes do poder político, religioso e institucional, demonstrando que as redes de sociabilidade mediadas pelo Centro de Letras do Paraná possibilitavam o contato com diferentes agentes e promoviam uma interseção estratégica entre o campo intelectual e outras esferas do poder na sociedade curitibana – em sua maioria ligados a uma ordem social hierárquica e conservadora. Nesse sentido, a premiação de *Incompreensão* como melhor obra entre as concorrentes indica que Hellê Vellozo Fernandes não era vista como uma escritora de ruptura, mas como alguém que reafirmava, mesmo que de forma sutil, certos valores tradicionais.

Isso é perceptível no próprio conteúdo do romance em foco, posto que a personagem principal, após desentendimentos, foge de seu marido, refugiando-se em *Pinheiral* e trabalhando para a *Companhia*. Ainda que as angústias de um casamento sob a perspectiva da mulher sejam tema central, bem como sua reinvenção na busca de uma nova vida, o romance termina com a reconciliação do casal – aproximando-se da ideia de que o “felizes para sempre” das mulheres seguia atrelado a um homem. A narrativa, que, à primeira vista, pode ser associada a uma visão conservadora dos papéis de gênero, trazia também seus tensionamentos. Para que a esposa superasse as mágoas do passado, o marido teve que transformar sua postura e demonstrar que havia mudado: “um riso franco descerrou-lhe os lábios e nos seus belos olhos verdes havia satisfação sincera, não mais aquela frieza... não mais aquela frieza...” (Hél, 1952a, p. 184). Entende-se, dessa maneira, que o “sucesso” dos relacionamentos não era por ela concebido como exclusividade única da mulher, mas que os homens também tinham suas responsabilidades – sendo esse romance uma espécie de vestígio das transformações nas subjetividades e afetos em meados do século XX. Outra característica de *Incompreensão* que

¹¹⁴ Matéria possivelmente escrita por Hellê Vellozo Fernandes, posto que publicada na Página Social do jornal *O Tibagi*, sob sua editoria.

merece ainda ser destacada e que foi presente ao longo da trajetória de Hellê Vellozo Fernandes refere-se à incorporação do contexto, e por vezes das histórias, de Monte Alegre como referência para sua produção escrita. Entende-se que a transposição de cenários familiares como pano de fundo para este romance deixou indícios autobiográficos, evidenciando o entrelaçamento entre a trajetória individual da autora e sua construção ficcional.

Uma apreciação crítica desta obra foi realizada por E. D. Ferreira e publicada no jornal *Diário da Tarde*. Ao parabenizar a “festejada intelectual de nossa terra”, destacou algumas das características da escrita de Hellê Vellozo Fernandes: “revelação estética, pureza de vernáculo e o que torna ainda mais agradável a leitura, o inconfundível paranismo como referência na escolha dos cenários. Surgem os aprazíveis recantos das terras dos pinheirais” (Ferreira, 1952, p. 5). Na visão do crítico, tratava-se de um romance humano e realista, “[...] escrito com punho firme por quem, sabendo manejar a pena, consegue emocionar pela sensibilidade de suas páginas copiosas e brilhantes”. Estes excertos indicam que o estilo literário de Hellê era considerado refinado, posto que combinava estética e emoção; ao mesmo tempo era reconhecida por afirmar valores regionais, alinhando-se a um projeto literário voltado à construção da identidade cultural do paranaense. A escrita de Hellê Vellozo Fernandes, que inicialmente apresentava traços simbolistas, adquiriu um estilo mais regionalista a partir de *Incompreensão*, demonstrando que ela soube adaptar sua escrita para dialogar com diferentes públicos e contextos históricos – notadamente após sua mudança para o interior.

Alguns anos depois, em 1958, Hellê Vellozo Fernandes foi novamente premiada em concurso do Centro de Letras do Paraná. Seu livro *Os Vergueiros* foi sagrado vencedor com o primeiro lugar na categoria romance. Assim como em *Incompreensão*, por se tratar de um livro patrocinado pela instituição, as informações pré-textuais da obra foram concisas, limitando-se à apresentação do quadro diretor: Presidente: Dr. Glaucio Bandeira; Vice-presidente: Dr. Vasco José Taborda Ribas; Secretário: Dr. Benedito Nicolau dos Santos; Tesoureiro: Dr. Arthur Borges de Macedo Jor; Orador: Dr. Faustino Fávaro; 2º orador: Dr. Milton Condensa; Bibliotecário: Prof. Nelson Saldanha de Oliveira; Conselho Literário: Leonor Castellano, Pompília Lopes dos Santos, Dr. Julio Moreira e Prof. Erasmo Pilotto. A frequência de Hellê Vellozo Fernandes neste espaço e o acesso a esses agentes era um demonstrativo de seu prestígio social e cultural entre a intelectualidade curitibana vinculada ao Centro Paranaense de Letras, e a premiação de mais um livro seu com o selo institucional representava um importante acúmulo de capital simbólico¹¹⁵.

¹¹⁵ Nos termos de Bourdieu (2012, p. 135), capital simbólico significa “[...] prestígio, reputação, fama, etc. que é a forma percebida e reconhecida como legítima das diferentes espécies de capital”.

Com pouco mais de 30 anos, Hellê Vellozo Fernandes era reconhecida entre seus pares, em sua maioria homens com títulos acadêmicos e posições institucionais. Esse dado evidencia que, mesmo sendo dotada de capitais e de capacidade intelectual, o reconhecimento de sua produção passou, em certa medida, pela legitimação conferida por uma elite intelectual majoritariamente masculina, posicionada à frente dos espaços de consagração. Essa mediação masculina, no entanto, não foi automática ou passiva. Ao contrário, dependeu da habilidade de Hellê em mobilizar capitais, relações e estratégias em busca de destaque em um campo cujo *habitus* tendia à valorização da produção realizada por homens. Foi justamente a inserção bem-sucedida nessas instâncias de reconhecimento que lhe conferiu uma condição particular: o volume de capital simbólico por ela acumulado até esse momento de sua trajetória permitiu-lhe romancear, no livro *Os Vergueiros*, o próprio ambiente intelectual em que ela e seus antepassados haviam circulado. Essa tomada de posição permite observar que Hellê Vellozo Fernandes dispunha de uma margem relativa de autonomia em relação às lógicas do campo intelectual curitibano, principalmente pela crítica que a ele dirigiu.

Essa obra é particularmente interessante por revelar disputas de poder no interior do campo intelectual curitibano, notadamente aquelas em torno do legado do avô de Hellê Vellozo Fernandes. No período em que *Os Vergueiros* foi escrito, em 1950, tramitava uma ação judicial movida por Escolástica de Moraes Vellozo contra seu genro e sucessor de Dario Vellozo no Instituto Neo-Pitagórico, o qual teria utilizado de diversos estratagemas para se apropriar do capital simbólico e material do sogro, afastando os herdeiros legítimos. A despeito do ganho da causa pela avó, é possível interpretar que Hellê fez uso da literatura buscando fazer justiça simbólica para sua família (Vieira, 2026). Usando de seus capitais como escritora, ela se valeu de *Os Vergueiros* para comunicar a violência simbólica e econômica sofrida pelos Vellozo, reafirmando a importância intelectual de seu avô, e, de certa maneira, a própria – sendo daí também derivada a necessidade de justificar as ações da família (como seu isolamento e as mudanças na condução do Instituto Neo-Pitagórico) diante da intelectualidade curitibana. Esse posicionamento indica que Hellê Vellozo Fernandes não se conformou em ocupar o lugar de vítima passiva, mas se posicionou como narradora ativa, convertendo conflitos familiares em matéria literária e, posteriormente, em reconhecimento institucional.

Entre a escrita e a publicação de *Os Vergueiros* houve um hiato significativo. Foram necessários oito anos após o ganho da causa pela família Vellozo para que a obra encontrasse condições de circulação e viesse a ser bem aceita pela intelectualidade curitibana, como atestou sua premiação como melhor romance de 1958. Para além de possíveis questões editoriais, esse intervalo esteve relacionado ao contexto das disputas em torno da herança simbólica de Dario

Vellozo. Nesse sentido, considerando que Hellê Vellozo Fernandes conhecia desde cedo as regras de funcionamento do campo intelectual curitibano, é possível considerar que ela tenha aguardado um ambiente institucional mais favorável para sua recepção. Em 1958, com a Comissão Literária do Centro de Letras do Paraná formadas por pessoas com as quais ela e seus familiares mantinham ou mantiveram relações amistosas, *Os Vergueiros* foi inscrito no concurso e, ao menos no interior daquela agremiação, sua versão sobre a injustiça sofrida pelos seus familiares foi reconhecida institucionalmente. Esse apoio, no entanto, não se converteu em visibilidade pública, uma vez que o lançamento do livro não teve repercussão na imprensa.

O silêncio dos jornais da capital pode ser interpretado como um indício de que o campo intelectual se encontrava dividido entre a defesa do legado de Dario Vellozo e o alinhamento ao seu sucessor, Rosala Garzuze. Além disso, em *Os Vergueiros* há uma crítica àquele microcosmo social, predominantemente masculino. Ao interpretar a história da personagem Cleonice como uma metáfora, entende-se que Hellê Vellozo Fernandes abordou, ainda que não explicitamente, o fato das mulheres, mesmo muito inteligentes, serem frequentemente desacreditadas em suas palavras e ações – tornando visível as disputas de poder em torno do reconhecimento destas como intelectuais de mesma envergadura¹¹⁶. Esse posicionamento demonstra que, neste momento de sua trajetória, ela estava situada entre a reivindicação de pertencimento e a busca por ampliação dos espaços de atuação das mulheres no campo intelectual curitibano.

A despeito dessas disputas, no interior do Centro de Letras do Paraná, Hellê Vellozo Fernandes viu seu prestígio crescer: foi premiada pela terceira vez no ano de 1959, desta vez com o romance histórico *Pioneiros do Iguatemi*. A obra somente veio a público em 1966, publicada pela Imprensa da Universidade Federal do Paraná, por ter sido considerada uma contribuição à História do Brasil, uma vez que tratava do processo de colonização do país. Mais uma vez, observa-se um intervalo entre a escrita e a publicação. As fontes consultadas não indicam de forma explícita as razões da demora. Dado o caráter androcêntrico do campo intelectual curitibano, é possível cogitar que tenham sido necessárias transformações nesse microcosmo social para que Hellê Vellozo Fernandes fosse reconhecida por escrever um gênero literário historicamente dominado por homens, o romance histórico¹¹⁷. Além disso, nesse

¹¹⁶ A análise completa de *Os Vergueiros* encontra-se em Vieira (2026).

¹¹⁷ Para Hellê Vellozo Fernandes, “o romance histórico contemporâneo já não implica numa exaustiva documentação, enumerada em tratado, para uma leitura monótona e paciente. Essa parte de consulta está reservada aos compêndios especializados, cabendo ao romancista a tarefa bem mais difícil de elaborar os conhecimentos exigidos em tal gênero e vasa-los [sic] através de um estilo conciso apresentando os fatos através de uma concatenação interessante e fácil de ler” (Hél, 1951d, p. 2).

contexto, Hellê Vellozo Fernandes cursava jornalismo e “a convite do Magnífico Reitor Flávio Suplicy de Lacerda, planejou, organizou e dirigiu durante quase três anos a Assessoria de Imprensa da Universidade Federal do Paraná” (Sabóia; Fernandes, 1976, p. 177). O acesso a este agente, com poder no campo acadêmico e político, possivelmente contribuiu para que a obra fosse lançada pela editora da instituição. Entende-se, dessa maneira, que a publicação desse livro não dependeu exclusivamente de mérito literário, mas também da capacidade da autoria em mobilizar suas redes, entre quais se destaca a proximidade com Flávio Suplicy de Lacerda.

A relação com este agente, alinhado ao regime militar, chama a atenção. De acordo com Campos e Souza (2018), atuando como ministro da Educação no governo de Castelo Branco, Flávio Suplicy de Lacerda se alinhou com práticas e discursos associados à repressão aos comunistas e a movimentos estudantis. Nesse sentido, a colaboração de Hellê Vellozo Fernandes com Flávio Suplicy de Lacerda não apenas favoreceu seu acesso a redes institucionais, mas também inscreveu sua trajetória em relações com agentes que integraram e legitimaram práticas de controle social e ideológico. Considerando o contexto de repressão que a imprensa opositora ao regime enfrentava, a atuação de Hellê Vellozo Fernandes como representante da universidade para o público por meio de seu trabalho na assessoria da instituição sugere que sua ação neste órgão não era contrária aos princípios do regime militar – ainda que não se possa afirmar uma adesão ideológica absoluta.

A relação de Hellê Vellozo Fernandes com figuras masculinas de grande poder simbólico, como Flávio Suplicy de Lacerda, evidencia que sua atuação esteve condicionada às formas socialmente legitimadas de circulação no campo intelectual curitibano. Em um espaço marcado por hierarquias de gênero e pela concentração da autoridade nas mãos de homens, seu reconhecimento não prescindiu do endosso masculino¹¹⁸. Como alguém que incorporou desde muito cedo as regras desse jogo, mais do que uma escolha individual ou resultante de afinidade ideológica, Hellê Vellozo Fernandes entendia que a proximidade com agentes dotados de elevado capital simbólico era fundamental para que uma mulher pudesse publicar, circular e ser reconhecida como produtora de conhecimento em espaços ainda profundamente masculinos. Essa questão ficou bastante evidente na análise dos elementos pré-textuais de *Pioneiros do Iguatemi*, nos quais figuraram homens de renome no campo intelectual curitibano, como José Loureiro Fernandes, Valfrido Pilotto e David Carneiro.

¹¹⁸ O estudo de Araújo e Orlando (2019) sugeriu que, de igual maneira, a trajetória de Helena Kolody na educação foi favorecida pela relação intelectual com um homem, Erasmo Pilotto.

As referências elogiosas destes intelectuais à Hellê Vellozo Fernandes atestam que ela não estava posicionada à margem no campo intelectual curitibano; pelo contrário, encontrava-se bem inserida em ambientes de prestígio e reconhecimento social. A associação da obra ao estudioso do folclore José Loureiro Fernandes, bem como a Valfrido Pilotto e David Carneiro, conferiu à *Pioneiros do Iguatemi* legitimidade histórica. Tais prefaciadores, possivelmente, foram escolhidos de modo a avalizar Hellê em seu primeiro romance de caráter histórico – domínio onde tais homens, especialmente David Carneiro, possuíam conhecimento e reconhecimento. A validação dessa obra, portanto, esteve relacionada com o apoio explícito dessas figuras consagradas – evidenciando mais uma vez importância das redes de sociabilidade na trajetória de Hellê Vellozo Fernandes.

Sobre a repercussão na imprensa, o *Diário da Tarde* fez duas publicações tratando do lançamento de *Pioneiros do Iguatemi* (1966). Segundo o jornal, “sob os auspícios da Reitoria da Universidade Federal do Paraná”, o evento contou com a “[...] presença de aproximadamente uma centena de pessoas ligadas a entidades culturais e autoridades diversas” (Diário da Tarde, 1966a, p. 11). Entre os presentes, destacavam-se representantes da literatura paranaense, “damas da sociedade curitibana e professores” (Diário da Tarde, 1966b, p. 7). A solenidade foi dirigida por Brasil Pinheiro Machado, que presidiu a mesa dos trabalhos, composta por Osvaldo Pilotto, Leonor Castellano, David Carneiro e Arildo Albuquerque. Após a fala de David Carneiro, prefaciador do livro, fez uso da palavra a professora Ceres de Ferrante, que saudou Hellê Vellozo Fernandes pelo lançamento daquela obra que contou, através de personagens imaginários, “[...] uma história real de nossa terra. História vivida ontem, forjando o hoje que era o amanhã de homens que por ela lutaram” (Diário da Tarde, 1966b, p. 7).

Ainda que a presente tese enfatize a atuação de Hellê Vellozo Fernandes na coordenação das “escolinhas do mato” entre os anos de 1945 e 1964, entende-se que a posição alcançada posteriormente no campo intelectual curitibano guardou relações com o protagonismo previamente desempenhado. Além disso, sua relação com Monte Alegre foi decisiva para seu reconhecimento no campo intelectual, já que grande parte de sua atuação e escritos literários e jornalísticos tiveram a Fazenda e sua população como fontes de inspiração. Entende-se, dessa maneira, que a legitimação de uma intelectual não se esgota em um local ou período específico, mas é um processo contínuo de acumulação e de conversão de capitais. Assim, a continuidade da análise dos elementos pré-textuais de suas obras posteriores a 1964 permitiu observar a permanência de certas estratégias e a adaptação a novas dinâmicas do campo intelectual curitibano (incluindo a fundação da Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil).

Dando prosseguimento à interpretação dos elementos pré-textuais de suas obras e repercussão na imprensa, em 1967, outro livro assinado como *Hél* foi lançado. Em uma edição da Sociedade Literária Editora O Formigueiro, a novela intitulada *A outra razão* foi louvada por Vasco José Taborda nas orelhas do livro. Destacando a dificuldade de se escrever romances ou novelas, deu relevo às habilidades intelectuais da autora:

HÉL (Hellê Vellozo Fernandes) é senhora de uma vontade extraordinária de vencer, de produzir, de se aprimorar. Jornalista e cronista militante, diariamente publica trabalhos bem elaborados, pensados e medidos. Tornou-se romancista, é óbvio, por ter capacidade para encargo tão penoso e de real responsabilidade. Ao lado de seu trabalho criador está a completar o curso de jornalismo, que a vem encantando, soberanamente.

Os seus romances, anteriormente publicados, se não são perfeitos, trazem marca de espontaneidade e revelam a escritora que logo chegará ao ponto crucial da verdadeira romancista.

A novela que ora oferece aos seus leitores é um exemplo de trabalho perquiridor, onde a psicologia entra em boa dose, no exame dos temperamentos das personagens, que pairam à tona d'água para não se afogar, tais e tantos são os entrechoques emocionais que as dominam.

Linguagem simples, objetiva, faz do leitor um ansioso pelo desdobramento do enredo e um apreciador do estilo sem pompas da escritora (Taborda, 1967).

Como presidente do Centro Paranaense de Letras no biênio 1966-1968, José Vasco Taborda, ao apresentar *A outra razão* elogiando a autora, reforçava também os capitais que sustentavam o grupo intelectual ao qual ambos pertenciam. Pensando com Bourdieu (1996), a deferência à Hellê Vellozo Fernandes pode ser compreendida como uma prática de consagração interna, reafirmando a autoridade simbólica do próprio centro de letras e delimitando os critérios de excelência literária que balizavam o ingresso e permanência na instituição. Nesse contexto, a validação da produção de Hellê realizada por José Vasco Taborda expressava seu reconhecimento enquanto representante legítima dos valores e expectativas daquele grupo literário, em um processo de legitimação recíproca de capitais culturais e simbólicos.

Na imprensa, essa foi a obra com maior cobertura em comparação aos lançamentos anteriores. Ao todo, foram 5 publicações, entre notas e matérias, versando sobre o evento. Esta repercussão foi decorrente da relação de Hellê Vellozo Fernandes com o *Diário do Paraná* e também da visibilidade gerada pelo livro anterior. Segundo publicou o periódico, “‘A Outra Razão’ é o título de uma pequena nova novela a ser lançada na capital nas próximas semanas. Sua autora é nossa companheira de redação Hellê Vellozo Fernandes, a conhecida Hél, que não faz muito fez o lançamento de ‘Pioneiros do Iguatemi’” (Franciosi, 1967, p. 3, segundo caderno). Em referência *A outra razão*, Hellê Vellozo Fernandes declarou ao jornal: “[...] é uma pequena novela, com assuntos da atualidade, e significa para mim, a experiência de uma moderna técnica de narrar, deixando o leitor participar das conclusões” (Diário do Paraná,

1967a, p. 3, segundo caderno)¹¹⁹. Destaca-se que, neste período, Hellê já havia se desligado das atividades na coordenação das “escolinhas do mato” e estava, paulatinamente, deixando de atuar no Departamento Feminino de Assistência Social de Monte Alegre, resultando em maior tempo livre para que ela desenvolvesse novas técnicas de escrita e fazer-se presente nos círculos intelectuais da capital.

Ao repercutir na imprensa o lançamento de *A outra razão*, Osvaldo Pilotto recorreu ao que já havia escrito sobre Hellê Vellozo Fernandes em *Pioneiros do Iguatemi* (1966). Mais uma vez, a consagrou publicamente, desta vez por meio do jornal *Diário do Paraná* – que atingia um público muito maior do que os livros da autora poderiam alcançar. Sobre a autora, Osvaldo Pilotto escreveu: “[...] a consagrada Hél tem tido atuação marcante nas letras paranaenses, onde desfruta hoje do mais alto prestígio, através de esplêndida produtividade, aureolada por vitórias decisivas e justas” (*Diário do Paraná*, 1967b, p. 7). Na interpretação do intelectual, considerando o “conjunto histórico da literatura araucariana”, Hellê era a maior escritora – principalmente pela mensagem de valorização à cultura presente em suas obras. Festejou-a como “[...] intelectual de rara envergadura e poderosa força de sugestão”, ressaltando sua cooperação para o “[...] aprimoramento espiritual do povo destes rincões” (*Diário do Paraná*, 1967b, p. 7). Essa apreciação evidencia que a produção intelectual do grupo ao qual Hellê Vellozo pertencia extrapolava o campo literário, articulando-se, no âmbito de uma missão cultural, a projetos de construção de identidades regionais, como o praticado pelo Centro Cultural Euclides da Cunha, de Ponta Grossa – PR (Guebert, 2023). Possivelmente por esta razão, na noite de autógrafos, prestaram homenagens à autora representantes de todos os órgãos culturais do Estado (*Diário do Paraná*, 1967b).

A análise dos elementos pré-textuais de *A outra razão* e repercussão na imprensa demonstra que, nos anos 1960, Hellê Vellozo Fernandes acumulava grande volume de capitais cultural e social, mas principalmente simbólico. De acordo com Bourdieu (2020, p. 113), a autoridade simbólica é “[...] um modo de ser social, de ser no mundo social, de ser para os outros; é um ser social que é reconhecido como tendo o direito de dizer”. Acredita-se que esse processo de consagração foi favorecido pela proximidade com a Universidade Federal do

¹¹⁹ A estratégia literária adotada por Hellê Vellozo Fernandes na composição de *A outra razão* foi não expressar claramente o motivo da morte da protagonista da história. O enredo deixa no ar se foi ou não um crime que hoje é tipificado como feminicídio. Essa ambiguidade permitiu a autora tocar em uma questão social delicada de sua época (e ainda atual), a violência de gênero. Sem realizar uma denúncia explícita, por meio desta obra trouxe à reflexão dos leitores as possíveis “outras razões” para a tragédia.

Paraná e pelo período de residência na capital, que possibilitou o envolvimento mais ativo nos círculos culturais e intelectuais curitibanos¹²⁰.

Como Hellê Vellozo Fernandes era uma agente que atuava em várias frentes, nos anos 1970, articulou seus conhecimentos educacionais e literários na autoria de livros didáticos. Em parceria com América da Costa Sabóia, escreveu dois tomos para o ensino da literatura produzida no Paraná. A primeira edição de *Antologia didática de escritores paranaenses*, datada de 1970, apresentou às/aos professoras/es e estudantes 30 escritoras/es compreendidos como representantes da literatura produzida no estado. Em 1976, a edição foi ampliada e trouxe ao público aspectos da vida e obra de 50 autoras/es paranaenses. Esses livros fizeram parte de um projeto mais amplo, idealizado e coordenado pela professora Elvira Meireles, que promoveu, inicialmente em Curitiba e depois por todo o estado, uma campanha em prol do escritor paranaense¹²¹. O projeto surgiu das inquietações de Elvira Meireles que, lecionando a disciplina de Literatura, observou que “[...] os compêndios escolares dessa disciplina ou omitem totalmente os escritores de nosso Estado ou fazem apenas rápida menção a alguns deles” (Meireles, 1970, p. 3). Diante disso, foi considerada louvável a iniciativa desse grupo de professoras em valorizar os autores por meio da organização de antologias didáticas voltadas a todas as etapas da escolarização, buscando dar suporte ao ensino de literatura paranaense nas escolas do estado (Gomes, 1970).

A primeira edição foi financiada pela Prefeitura de Curitiba, na pessoa do “[...] operoso e lúcido prefeito Omar Sabbag” (Gomes, 1970, p. 2). A realização desse projeto desenvolvido por professoras incluiu intelectuais como Elvira Meireles (idealização e coordenação); Ada Gineste, América da Costa Sabóia, Hellê Vellozo Fernandes, Leonor Lezan, Luiza Pereira Dorfmund e Nair Cravo Westphalen¹²². Devido à boa repercussão da obra e uso frequente nas escolas, a segunda edição foi financiada pelo governo do estado do Paraná. Vale destacar que, no processo de classificação operado por Hellê Vellozo Fernandes e América da Costa Sabóia, selecionando entre a intelectualidade aqueles que seriam dignos de representá-la, Julia da Costa (1842-1922) foi escolhida como a primeira da lista. Além dela, figuram no segundo volume da

¹²⁰ Não existem dados precisos sobre a permanência de Hellê Vellozo Fernandes em Curitiba durante a década de 1960. Conforme as fontes disponíveis permitiram estimar, ela permaneceu na capital durante o período em que cursou jornalismo na Universidade Federal do Paraná (1964-1967). Na sequência, voltou para Monte Alegre e com Paulo Rios Fernandes ali residiu até 1988, quando o casal retornou definitivamente para Curitiba (PRF – Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993).

¹²¹ Foram organizados livros para todas as etapas do ensino, sendo Hellê Vellozo Fernandes e América da Costa Sabóia responsáveis pela *Antologia* destinada aos cursos ginásial, colegial e normal.

¹²² Segundo Gomes (1970, p. 2), trata-se de uma equipe “[...] de alto gabarito que deu uma contribuição valiosíssima para a elação desses [...] livros, destinados [...] a preencher um vazio em nossas manifestações literárias” – ainda que a poesia tenha predominância sobre a prosa no conteúdo do livro.

Antologia as seguintes mulheres: Pompília Lopes dos Santos, Ada Macaggi Bruno Lobo, Helena Kolody, Graciette Salmon, Enói Renée Navarro Swain, Hellê Vellozo Fernandes, Vera Vargas e Ceres de Ferrante.

A proximidade das autoras da *Antologia Didática de Escritores Paranaenses* com o poder político, ou, dito de outra maneira, a afinidade de interesse na realização do projeto, foi expressa no prefácio escrito por Francisco Borsari Netto, secretário da Educação e da Cultura à época. Segundo ele, a antologia traria “ricos ensinamentos”, como também “[...] uma nítida imagem da história do Paraná, já que a literatura é a firme expressão dos costumes, da filosofia de vida, da cultura e das tradições de um povo e de uma sociedade” (Borsari Netto, 1976). No texto *Duas palavras*, que compõe os elementos pré-textuais do livro, Cândido Manuel Martins de Oliveira, que anteriormente havia exercido o cargo de secretário da Educação e da Cultura, celebrou a iniciativa “[...] elaborada com vistas à dinamização do ensino de literatura paranaense em todas as escolas do Estado” e afirmou estar certo de que o livro seria “bem utilizado” e que contribuiria “[...] decisivamente para que, em nossas escolas, mais acendrado se torne o amor à nossa terra” (Oliveira, 1976). A obra foi dedicada aos referidos secretários, em gratidão àqueles que tornaram possível sua publicação¹²³.

Nos elementos pré-textuais do segundo volume da *Antologia*, constou ainda um *Exórdio bem justo*, escrito por Valfrido Pilotto, no qual o intelectual curitibano congratulou o Secretário Borsari pela justiça promovida ao incentivar o reconhecimento dos autores paranaenses e ampliar seu prestígio. Sendo uma obra patrocinada pelo governo, na *Antologia Didática de Escritores Paranaenses*, a seleção dos autores entendidos como representantes da intelectualidade no estado foi chancelada oficialmente pelo Estado – evidenciando um movimento de legitimação mútua: intelectuais enaltecendo outras/os intelectuais para afirmar, justamente, a importância da intelectualidade. Esse movimento pode ser compreendido como um circuito de produção e de reafirmação simbólica, no qual o governo atuou como avalizador dessa construção de prestígio. A edição ampliada da antologia, publicada em 1976, foi lançada no salão nobre do Colégio Estadual do Paraná. A solenidade foi presidida por Valfrido Pilotto e estiveram presentes professoras/es, diretoras/es de estabelecimentos de ensino e outras autoridades.

A agência das mulheres que organizaram a *Antologia Didática de Escritores Paranaenses*, primeiro e segundo tomo, demonstra mudanças no campo intelectual curitibano

¹²³ Consta também uma homenagem ao Professor Júlio Estrela Moreira, que abriu sua biblioteca, auxiliando as autoras nas pesquisas, e há um agradecimento especial ao amigo [sic] Doutor João Dedeus Freitas Netto, diretor do Departamento de Imprensa Oficial do Estado.

– evidenciadas pela criação, também nos anos 1970, da Academia Feminina de Letras Paranaense¹²⁴. Como o espaço literário, representado pela Academia de Letras Paranaense, seguia exclusivamente masculino, a estratégia adotada foi a fundação de um espaço próprio para “[...] educadoras, poetisas, cientistas, psicólogas, advogadas, sociólogas, escritoras de romances, peças teatrais, produtoras culturais [...] [que atuaram] nas secretarias de cultura e educação, nos centros comunitários, nas universidades, nas ruas”¹²⁵. Assim, Pompília Lopes dos Santos fundou a Academia, composta por 40 intelectuais. Ao lado dela e de outras antigas colegas suas, como Helena Kolody e América da Costa Sabóia, Hellê Vellozo Fernandes ocupou a cadeira de nº 12, cuja patronesse era sua avó, Escolástica de Moraes Vellozo.

Em 1970, Hellê Vellozo Fernandes lançou uma nova obra, intitulada *Nos campos e nos pinhais*. O livro reuniu crônicas originalmente publicadas no jornal *Diário do Paraná*, em sua maioria, mas também em *O Tibagi*, no decorrer das décadas de 1950 e 1960, além de algumas inéditas. Em todas elas tratou sobre seu trabalho na educação e assistência social desenvolvido nos acampamentos da Fazenda Monte Alegre. Integrante da coleção *Prosadores Paranaenses*, da editora O Formigueiro, as orelhas apresentando a obra foram escritas conjuntamente por América da Costa Sabóia e Helena Kolody. Como as “pequenas histórias” do livro derivavam das experiências de Hellê Vellozo Fernandes no interior, na apresentação de *Nos campos e nos pinhais* suas ações na cidade-empresa foram destacadas:

Vivendo durante muitos anos em Monte Alegre, Hellê Vellozo Fernandes retrata em sua obra a poesia das matas e a alma de seus moradores. Observadora sapaz [sic] é uma fina cinzeladora por vezes irônica de retratos psicológicos. Outro traço de sua personalidade que se evidencia em muitas das crônicas que integram o presente volume, é a sua profunda vocação para o magistério. Nele aflora irresistivelmente sua alma de mestra desejosa de dar um futuro melhor às crianças do sertão. ‘Nos campos e nos pinhais’ é uma saga da vida sertaneja e, ao mesmo tempo, uma exaltação do progresso industrial (Sabóia; Kolody, 1970).

América da Costa Sabóia e Helena Kolody destacaram ainda a capacidade da autora em abordar os problemas sociais de Monte Alegre, “captados em situação real” (Sabóia; Kolody, 1970). Na interpretação de ambas, “o livro é um depoimento” decorrente da ação de Hellê Vellozo Fernandes como “[...] orientadora das 33 escolas florestais primárias das Indústrias Klabin do Paraná” (Sabóia; Kolody, 1970). Seu desejo de intervenção social, buscando a melhoria das condições de vida e educação das populações residentes na Fazenda Monte Alegre, foi reconhecido e reforçado por América da Costa Sabóia e Helena Kolody, que

¹²⁴ A própria fundação da Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil é uma demonstração de que, diante de um espaço social ainda marcado pelo preconceito de gênero, as mulheres de elite passaram a organizar seus próprios meios para sua atuação pública.

¹²⁵ Informação disponível em: <https://www.academiafemininadeletraspr.com.br/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

partilhavam da *illusio* incorporada na Escola de Professores, onde as três se formaram e/ou trabalharam. Para conferir legitimidade à obra, recorreram ao capital simbólico previamente acumulado por Hellê Vellozo Fernandes, evidenciando aspectos que consideraram marcantes de sua trajetória. Assim, destacaram sua formação educacional no Ginásio Paranaense (seção feminina) e no Instituto de Educação, onde se diplomou professora. Mencionaram também seus estudos na Universidade Federal do Paraná, onde cursou Química até o 3º ano e, em 1967, formou-se em Jornalismo¹²⁶. Quanto à sua atuação literária, abordaram sua estreia como escritora aos 15 anos nos jornais da capital, com o apoio de Rodrigo Junior. Nesse ponto, não economizaram linhas para listar todas as instituições nas quais Hellê Vellozo Fernandes atuou:

[...] foi cronista assídua do “O Estado do Paraná”, e, depois, colunista diária do “Diário do Paraná”, onde também exerceu a função de redatora social. Colaborou nas revistas “Marinha”, “Prata da Casa”, “Divulgação” de nosso Estado, em “Atenéia” (R. G. S.) e “Jangada”, do Ceará. É membro do Centro de Letras do Paraná, de outras entidades literárias e culturais de seu e de outros Estados. Sócia da Associação Mundial de Mulheres Jornalistas e Escritoras, com sede no México. A convite do Magnífico Reitor Flávio Suplicy de Lacerda, planejou, organizou e dirigiu durante quase três anos a Assessoria de Imprensa da Universidade Federal do Paraná (Sabóia; Kolody, 1970).

Chama a atenção nesta apresentação, contudo, que, em meio a tantos elogios e credenciais, a referência à família – especialmente à Dario Vellozo – tenha desaparecido. Tal deslocamento pode ser compreendido em relação às transformações no campo intelectual curitibano. Em *Camafeus* (1945), a primeira página foi inteiramente dedicada ao avô, cuja autoridade simbólica – como professor, simbolista e helenista – ainda repercutia nos meios culturais da cidade. Já em *Nos campos e nos pinhais* (1970), a ausência de referência familiar sugere que Hellê Vellozo Fernandes já circulava como nome próprio (Hél)¹²⁷, isto é, como uma marca consagrada no campo intelectual, cuja legitimidade não mais dependia, necessariamente, da herança familiar, mas de um percurso próprio de distinção. A ausência de Dario Vellozo nas referências à neta, não significava, necessariamente, um apagamento de sua importância histórica, mas apontava para a reconfiguração dos critérios de consagração no campo e transformações nas temáticas, bem como para a conquista por Hellê Vellozo Fernandes de um lugar de maior autonomia nesse microcosmo social.

Em relação aos demais elementos pré-textuais de *Nos campos e nos pinhais*, o livro foi primeiramente dedicado aos amigos “[...] que possibilitaram o trabalho que realizamos entre

¹²⁶ De acordo com o currículo de Hellê Vellozo Fernandes disponibilizado pela Academia Feminina de Letras do Paraná (19--), ela também prestou Exame de Suficiência para a cadeira de Português, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Paraná.

¹²⁷ Como apontou Bourdieu (2006b, p. 20), “[...] a única acumulação legítima [...] consiste em adquirir um nome, um nome conhecido e reconhecido, capital de consagração que implica um poder de consagrar [...] portanto, de dar valor e obter benefícios desta operação”.

nossa gente do campo e valorizaram a sinceridade do nosso idealismo” (Hél, 1970, p. 3). Na sequência, Hellê Vellozo Fernandes dedicou a obra aos familiares (mãe, esposo e filhos) e à Evolina, sua “[...] companheira das ‘missões de inverno’ nos acampamentos de lenhadores e plantadores de pinheiro” (Hél, 1970, p. 4). Nesta mesma página, também mencionou os amigos que colaboraram na revisão das provas do livro – América da Costa Sabóia, Moema, Roselys e Luiz Fernando – e aqueles que “[...] nos estimularam lendo os originais e ajudando na seleção das crônicas”, em referência à Enói Navarro Swain, Helena Kolody e Dorival Marques (Hél, 1970, p. 3). Por se tratar de uma obra constituída de crônicas escritas, fundamentalmente, a partir do contato de Hellê Vellozo Fernandes com a população dos acampamentos da Klabin, exercendo funções educacionais e assistenciais, na quinta página, “com afeição” ofereceu a obra

Aos diretores e chefes das Indústrias Klabin do Paraná, que nos deram a colaboração de que necessitávamos.

Ao Lions Clube de Monte Alegre, que não esqueceu, em suas campanhas assistenciais, de nossos aluninhos e de nosso homem dos acampamentos do mato.

Às anônimas professoras de nossas escolinhas e aos plantadores de pinhais, a cujo trabalho vimos assistindo em Monte Alegre, há duas décadas (Hél, 1970, p. 5).

Na última página de dedicatórias, Hellê Vellozo Fernandes realizou homenagens póstumas. Em ordem, ofereceu o livro para seu pai, destacando que Porthos de Castro Vellozo valorizava tudo que a ela escrevia. Em seguida, para Rodolfo Kohout e Eliomar Meira Xavier, que atuaram como chefes do Setor Florestal da Klabin. Segundo a autora, “[...] amavam a terra e compreendiam a necessidade de dar amparo e escola à nossa gente do mato” (Hél, 1970, p. 3). Por fim, agradeceu seu cunhado Ney, esposo de Roselys Vellozo Roderjan, que ilustrou por anos suas crônicas e também algumas de suas obras, como o próprio *Nos campos e nos pinhais*.

Os elementos pré-textuais desse livro permitem inferir sobre a posição de Hellê Vellozo Fernandes não apenas no campo intelectual curitibano, mas também na organização social de Monte Alegre. A relação com a Klabin e com o Lions Club era expressão de que, na hierarquia da cidade-empresa, a autora pertencia à elite local. Além de todo o capital simbólico que ela poderia mobilizar decorrente de seu reconhecimento intelectual em Curitiba, sua autoridade no interior era também legitimada pelo poder máximo local – a *Companhia* –, e por instituições de prestígio internacional. Nota-se, tanto nas orelhas quanto nas dedicatórias da autora, o desejo explícito de intervenção social por meio da educação, propósito corroborado pelo conteúdo das crônicas do livro.

Por mais que *Nos campos e nos pinhais* tematizasse a vida dos trabalhadores do Setor Florestal da Klabin e de suas famílias, o lançamento da obra ocorreu na Biblioteca Pública do

Paraná, em Curitiba – local onde os sujeitos retratados nas crônicas dificilmente estariam presentes ou se reconheceriam como destinatários daquele produto cultural. Entende-se, dessa maneira, que Hellê Vellozo Fernandes, mesmo promovendo alguma visibilidade às mazelas experienciadas pelos residentes dos acampamentos da Fazenda Monte Alegre, ao tomá-los como objeto de sua ação e narração, reafirmou seu pertencimento às elites econômica e intelectual. Isso porque, segundo Bourdieu (2020, p. 21): “quando se trata do mundo social, com efeito, classificar é classificar sujeitos que também classificam; é classificar ‘coisas’ que têm como propriedade serem sujeitos de classificação”. Desse modo, ainda que Hellê Vellozo Fernandes se sensibilizasse com as condições de vida nos acampamentos, sua atuação se deu a partir de uma posição social distinta – como alguém autorizada a narrar e a representar os problemas do meio rural. O fato de o lançamento de *Nos campos e nos pinhais* ter ocorrido sob a promoção de instituições voltadas à legitimação da produção literária paranaense – como o Centro de Letras do Paraná, o Centro Paranaense Feminino de Cultura e a própria Biblioteca Pública do Paraná – reafirma a ideia de que Hellê Vellozo Fernandes conquistara reconhecimento simbólico no campo intelectual curitibano.

Na tarde de autógrafos, a autora foi prestigiada por “[...] dezenas de representantes de entidades culturais”, como Antônio Salomão, Marita França, Oscar Martins Gomes, Osvaldo Pilotto, Raul Rodrigues Gomes, Rosy Pinheiro Lima e Vasco Taborda, entre outros (Diário do Paraná, 1970b, p. 1, segundo caderno). Estes nomes, junto com os citados nas dedicatórias do livro, a essa altura, integravam o circuito de sociabilidade e reconhecimento que Hellê Vellozo Fernandes cultivou ao longo de sua trajetória. Ainda que, no início de sua inserção no campo intelectual curitibano, o trânsito entre os diferentes grupos sociais possa ter parecido mais estratégico ou condicionado, com o tempo, a autora passou a ser parte constitutiva dessas mesmas redes.

A força de Hellê Vellozo Fernandes no campo intelectual curitibano foi reafirmada por Helena Kolody ao escrever as orelhas da obra *Monte Alegre, Cidade-Papel*¹²⁸, livro de caráter histórico, lançado em 1974:

Curitibana, professora, jornalista, romancista três vezes laureada, Hellê Vellozo Fernandes brilha em numerosos campos de atividade literária, social e cultural, exercendo, em muitos deles, uma liderança incontestável. Foi a única delegada brasileira a participar da fundação, no México, da Asociación Mundial de Mujeres Periodistas y Escritoras, em 1969, sendo uma das fundadoras e a primeira presidente

¹²⁸ A apresentação de Hellê Vellozo Fernandes realizada por Helena Kolody (1974) não prescindiu de elogios. Considerava a autora de *Monte Alegre, Cidade-Papel* uma “observadora sagaz, perita em sondagens psicológicas, com um talento versátil que enriqueceu a literatura paranaense”. De acordo com recorte de jornal sobre Hellê Vellozo Fernandes, disponibilizado pela Biblioteca Pública do Paraná (19--c), receber um elogio de Helena Kolody era “um passaporte para o sucesso”.

da AJEB, filial brasileira daquela entidade. Representou o Brasil na I, II e III Reunião mundial da Asociación, respectivamente no México (1969), Estados Unidos (1971) e Israel (1973), chefiando a delegação brasileira de mulheres jornalistas e escritoras (Kolody, 1974).

Interessante observar a ordem escolhida por Helena Kolody para apresentar a biografia da autora, reafirmando a ligação de Hellê Vellozo Fernandes com a capital paranaense e com o campo intelectual, destacando o fato dela ter atuado na docência, no jornalismo e na literatura. Essa ordenação pode ser entendida como um indício do percurso de legitimação intelectual de Hellê – iniciado na Escola de Professores e seu jornal, e culminando em suas premiações e protagonismo na Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil. Atuando como criadora e mediadora de bens simbólicos como professora, coordenadora escolar e escritora de livros e jornais, ela soube converter os capitais adquiridos em uma esfera do campo intelectual para ampliar seus espaços de atuação em outras. Assim, nesse ponto da trajetória de Hellê Vellozo Fernandes, sua própria biografia funcionava como estratégia de reafirmação do capital simbólico que já havia acumulado.

Sobre seu protagonismo no campo intelectual curitibano, é importante destacar que mulheres como ela, América da Costa Sabóia, Helena Kolody, Leonor Castellano e outras intelectuais do período, compunham um grupo pequeno e relativamente concentrado, favorecendo a emergência e a consolidação de algumas figuras femininas. Ainda que atuando em frentes tradicionalmente consideradas apropriadas para o sexo feminino, como educação, literatura e cultura, essas mulheres encontraram nas redes de sociabilidade intelectual meios para intervir socialmente e se projetar publicamente. A visibilidade conquistada por algumas delas frequentemente reverberava em favor das demais. Como exemplo é possível citar o próprio protagonismo de Hellê Vellozo Fernandes na fundação da Associação de Jornalistas e Escritoras Brasileiras, quando mobilizou seu capital simbólico para ampliar o alcance intelectual e reconhecimento público de outras mulheres¹²⁹. Mesmo quando em Monte Alegre, por meio de sua atuação como redatora social do *O Tibagi*, ela colaborou para a circulação da produção intelectual feminina.

Voltando aos elementos pré-textuais de *Monte Alegre, Cidade-Papel*, a biografia escrita por Helena Kolody reforçou elementos previamente já destacados em *Nos campos e nos pinhais*, como a atuação de Hellê Vellozo Fernandes nos principais periódicos do Paraná, seu trabalho como coordenadora das “escolinhas do mato” mantidas pela Klabin e sua participação em atividades culturais. Em ambas as apresentações, a dedicação da autora à literatura regional

¹²⁹ De acordo com Bourdieu (2020, p. 113), o poder simbólico “[...] é um ser percebido que dá autoridade para impor um perceber”.

foi exaltada, tanto narrando a pobreza experienciada pelos moradores dos acampamentos quanto as histórias de progresso urbano-industrial. Comparando o conteúdo das biografias presentes nos livros lançados em 1970 e 1974, é possível observar um reposicionamento de Hellê Vellozo Fernandes no campo intelectual: se em *Nos campos e nos pinhais* foi apresentada como “consagrada”, em *Monte Alegre, Cidade-Papel* foi descrita como uma “liderança incontestável”¹³⁰. Essa mudança indica que, em 4 anos, ocorreu uma intensificação do capital simbólico da autora, posto que ascendeu de uma pessoa reconhecida no campo para tornar-se uma referência no mesmo – e, no que diz respeito à história de Monte Alegre / Telêmaco Borba, Hellê Vellozo Fernandes continua sendo, ainda hoje, uma das principais fontes de estudo (Viera, 2019).

Monte Alegre, Cidade-Papel, construído entre fontes históricas e interpretação pessoal, permite compreender o protagonismo de Hellê Vellozo Fernandes, não apenas como narradora do progresso nos antigos “sertões do Tibagi”, mas como figura central na construção de uma memória local que tinha como pressuposto uma visão de desenvolvimento atrelada à atuação das elites – afinal, conforme Bourdieu (2013, p. 101) apontou, os agentes tendem “[...] sempre a reproduzir as estruturas objetivas das quais são o produto”. No contexto da cidade-empresa, a ela exerceu papel fundamental na organização da vida social local, principalmente por meio de suas crônicas no jornal *O Tibagi* e seu trabalho na redatoria social do mesmo. Assim, pouco a pouco se tornou a porta-voz da Klabin¹³¹, posição tornada oficial com o lançamento do livro sobre o desenvolvimento industrial em Monte Alegre. Na apresentação da obra, Hellê Vellozo Fernandes descreveu o longo processo que levou à concretização daquele livro:

Começamos a participar da vida da cidade-papel em 1945, época da intensa atividade dos pioneiros da indústria Klabin nos sertões do Paraná. Este livro, porém, foi escrito de 1970 a 1973.

A pesquisa cuidadosa em arquivos, o levantamento de documentos e a realização de entrevistas feitos concomitantemente deram base concreta aos fatos que presenciamos durante um quarto de século.

A parte histórica da Fazenda Monte Alegre foi fácil de escrever, pois tínhamos feito estudos sobre os Campos Gerais do Paraná, anteriormente, ao escrever “Pioneiros do Iguatemi”, na década de cinquenta. A parte humana apresentou as dificuldades que todo autor encontra ao retratar personagens contemporâneos.

Dentro desse esquema algumas figuras reais tornaram-se o que chamamos de “personagens-símbolos”. É o caso de técnicos em diversos setores da administração e organização dos trabalhos em Monte Alegre, que aparecem em descrição mais alongada, nos períodos decisivos da implantação da indústria de papel e celulose.

¹³⁰ A ideia de uma “liderança incontestável” pode sugerir uma posição estabilizada, mas, na prática, os espaços ocupados são sempre provisórios e se organizam mediante disputas simbólicas.

¹³¹ A posição de “porta-voz” deriva de afinidades estruturais que ligam a agente imbuída do poder de falar pelo grupo ao mesmo, que lhe conferiu o poder de falar em seu nome. Nesse processo, “[...] o representante faz o grupo que o faz a ele” (Bourdieu, 2012, p. 158).

A ação de Samuel Klabin se desenvolve no decorrer de todo o livro porque ele é o diretor que mais assiduamente está presente em Monte Alegre, repetindo há trinta anos suas visitas mensais. Ele exalta a dedicação dos outros diretores, assim como dos técnicos que sustentaram e sustentam o trabalho de Klabin do Paraná em sua espiral de desenvolvimento.

Não seria possível nomear os milhares de pessoas que deixaram em Monte Alegre uma parte de suas vidas, desde que principiou a exploração dos caminhos em 1932 até hoje. Optamos, pois, pela citação daquelas que atualmente permanecem na cidade-papel com mais de vinte anos de serviço e aquelas que já se ausentaram de lá, às vezes depois de curta estadia, mas que por algum motivo deixaram sua passagem assinalada. A parte histórica referente a Klabin do Paraná estende-se, principalmente, desde a compra da Fazenda Monte Alegre até 1963, o ano dos grandes incêndios.

É compreensível que tenhamos citado, quiçá, com mais pormenores a atuação daqueles sobre os quais encontramos mais copiosa documentação ou daqueles cujo trabalho assistimos mais de perto no complexo gigantesco de Indústrias Klabin do Paraná de Celulose.

Procuramos reduzir tanto quanto possível as falhas. Aceitaremos de bom grado as correções documentadas que desejarem ofertar-nos, após a leitura deste livro.

Tentamos, com o máximo de esforço dentro dos recursos disponíveis, descrever a história da implantação de uma indústria nos sertões do Tibagi (Paraná) e dos homens que, lá, com seu trabalho, tornaram possível a existência da cidade-papel (Fernandes, 1974, p. 5-6).

O excerto demonstra o compromisso de Hellê Vellozo Fernandes com o registro da história local e com as/os agentes que participaram da implantação da indústria. Essa história, contudo, não foi apenas a história dos outros; foi também a sua própria. Vivendo em Monte Alegre desde 1945, ela foi uma testemunha engajada do desenvolvimento local. Por essa razão, ressaltou o trabalho de pesquisa realizado para escrever o livro, buscando conferir ao seu relato legitimidade histórica. A despeito dessa intenção, a ênfase conferida aos feitos de “personagens-símbolos” demonstra que tal narrativa se constituiu como um arbitrário cultural – tornou “[...] a cultura *particular* de uma classe social (a ‘classe dominante’) em cultura *universal*” (Nogueira, 2017, p. 36). Ao privilegiar os feitos de figuras de autoridade na hierarquia local, Hellê Vellozo Fernandes construiu a representação de que a industrialização da região foi fruto da ação pioneira de poucos dirigentes – colocando em segundo plano pessoas comuns que, de forma igualmente relevante, também fizeram parte do processo de formação daquela sociedade (Teixeira, 2015).

Embora a autora tenha citado eventos envolvendo os trabalhadores e suas famílias, sua participação foi retratada de maneira diluída, inserida entre episódios que enalteceram os feitos técnicos e administrativos. Quando surgiam como objeto da narrativa de Hellê Vellozo Fernandes, por vezes, protagonizavam histórias peculiares – como o episódio do ex-sitiente que, habituado à vida rural, deixou de comparecer ao trabalho em dia chuvoso, ou das/os alunas/os das “escolinhas do mato”, que, marcadas/os pela pobreza material desconheciam refrigerante, sendo necessário ensiná-las/os a beber (Fernandes, 1974). Essas passagens, embora tenham registrado a presença e a cultura popular, acabaram reforçando estereótipos,

reiterando a necessidade da ação civilizatória atribuída à Klabin e seus representantes na região. Ainda que Hellê Vellozo Fernandes tenha atuado em diferentes frentes para melhorar, mesmo que minimamente, as condições concretas de vida dos lenhadores e plantadoras/es de pinheiro e suas famílias, suas ações e mediações acabaram reproduzindo as lógicas dominantes em Monte Alegre.

De acordo com Aramis Millarch (1974), *Monte Alegre, Cidade-Papel* foi lançado em 19 de fevereiro de 1974, na sede da Paranatur, em Curitiba. Segundo o jornalista, “Hellê Vellozo Fernandes estava com as mãos sujas de tinta e bastante cansada: em 100 minutos havia autografado, cada um com uma dedicatória especial, duzentos exemplares [...] deste seu novo livro, que conta a história das Indústrias Klabin de Papel e Celulose”. Estiveram envolvidos no lançamento da obra as seguintes instituições: Academia Paranaense de Letras, o Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, o Centro de Letras do Paraná, o PEN Clube, o Centro Paranaense Feminino de Cultura, a Paranatur e a Klabin. Sobre a solenidade de lançamento, Valfrido Pilotto (1974, p. 2) publicou no *Diário do Paraná*: “e nós, ainda, os que vimos a neta de Dario surgir ela mesma, continuar por si própria e tornar-se uma das maiores escritoras do Brasil, vamos além de todas as festas”. O sucesso de Hellê Vellozo Fernandes fazia orgulhosos aqueles que acompanhavam sua trajetória e agora legitimavam também o próprio trabalho pela relação estabelecida com ela. Valfrido Pilotto (1974, p. 2) enalteceu ainda a humildade da autora na conquista da posição que àquela época gozava:

[...] herdeira da formidável herança de um gigante arrasa-quarteirões [em referência a Dario Vellozo] [...] e, no entanto, Hél, jamais usou esse cartaz para se impor, reservando-o apenas ao segredo de seus enlevos íntimos. Jamais se ouviu dessa luminosa expoente da alma feminina do Paraná, uma palavra de insinuação, quanto a direitos que não fossem, exclusivamente, os alcançados por ela sozinha. Seu costumeiro e reduzido pseudônimo é a eloquência de sua magnitude.

A maneira como Valfrido Pilotto reconstruiu a história de consagração de Hellê Vellozo Fernandes faz parecer que a posição por ela alcançada no campo intelectual curitibano teria sido resultado, principalmente, de seu esforço próprio e mérito pessoal. A escolha de assinar a maior parte de seus trabalhos, com o pseudônimo Hél, realmente, talvez não permitisse a associação direta entre ela e sua linhagem familiar, o que poderia ser interpretado como uma estratégia consciente de autolegitimação. Contudo, se isso de fato foi “premeditado”, essa busca por autonomia na construção do seu lugar no campo intelectual não apagou o capital cultural e simbólico herdado. Ao apresentar a história da autora, Valfrido Pilotto suavizou as influências e privilégios de sua origem, colocando em circulação a ideia de uma Hellê Vellozo Fernandes

com grande autonomia e que, sem dificuldades, teria conquistado reconhecimento no campo intelectual curitibano.

Após a publicação de *Monte Alegre, Cidade-Papel*, em 1974, vários anos se passaram até o lançamento de um novo livro de Hellê Vellozo Fernandes. Em 1985, *Ilha do Mel, ontem e sempre* foi publicado pela coleção *Edição Paranista*, do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Ainda que esta obra possa ser compreendida como um símbolo de consagração da autora, por sua importante contribuição à história do Paraná, os elementos pré-textuais de *Ilha do Mel, Ontem e Sempre* indicam nova mudança na posição de Hellê Vellozo Fernandes no campo intelectual curitibano¹³². O livro, assinado com seu nome completo, apresenta as mesmas orelhas (com mínimas alterações) de *Monte Alegre, Cidade-Papel*, escrito por Helena Kolody em 1974. A permanência desta intelectual como responsável por legitimar Hellê Vellozo Fernandes nesse momento de sua trajetória indica a longevidade dessa relação de amizade e apoio mútuo. No entanto, essa repetição, sem a adição de novas informações biográficas ou a mobilização de novos agentes legitimadores, sugere que seu posicionamento no campo intelectual curitibano já não apresentava a projeção ascendente de outrora, ou mesmo passara a ocupar uma posição de menor relevo.

Publicar pelo Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense era, sem dúvida, um feito simbólico que expressava o acúmulo de certos capitais por parte de Hellê Vellozo Fernandes. No entanto, como suas frentes de atuação variaram ao longo do tempo e espaço, observa-se que, a partir dos anos 1970, ela esteve ligada a outras atividades intelectuais voltadas à ampliação das margens de atuação da mulher, deslocando-se parcialmente das redes de sociabilidade intelectual curitibanas. Como exemplo é possível citar seu trabalho na Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil, da qual foi presidente entre os anos 1970-1974, 1974-1976 e 1985-1989 e membra representante nas seguintes reuniões internacionais:

Participou em 1969, no México, da fundação da Asociación Mundial de Mujeres Periodistas y Escritoras; foi fundadora da filial brasileira dessa associação, em 1970, em Curitiba: Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil (AJEB), sendo sua primeira presidente. Compareceu como delegada à 2ª e 3ª Reunião Mundial de Mulheres Jornalistas e Escritoras, promovidas pela AMMPE em Washington (1971) e Israel (1973) e à União Interamericana realizada pela mesma entidade em Lima, em 1970. Presidiu à I e à II Assembleia Geral Nacional da AJEB em Curitiba, em 1974 e em Fortaleza, em 1976. Como delegada da Associação Cristã Feminina do Paraná,

¹³² Acredita-se que, com o passar dos anos, produções de caráter paranista e folclórico foram perdendo espaço, especialmente com o processo de redemocratização do país, na década de 1980, em que os debates sobre questões raciais e desigualdades culturais assumiram novos contornos. Nesse contexto, surgiram outras formas de interpretar a população rural e seus costumes, bem como o papel das elites no ordenamento social, em um país que começava a implementar políticas públicas voltadas à ampliação dos direitos sociais e, de certa forma, passava a valorizar vozes historicamente marginalizadas.

compareceu, no México, em 1974, ao VII Congresso das ACF da América Latina (Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil, 1979, p. 169).

A presença reiterada de Hellê Vellozo Fernandes nesses eventos internacionais assume relevância particular quando se considera que, em alguns deles, figurou como a primeira representante brasileira. A circulação nesses espaços não derivou apenas de convites ocasionais, mas de sua reconhecida agência em prol da mulher que escreve¹³³. Além de demonstração de engajamento à causa, a participação de Hellê nesses eventos ampliou significativamente sua escala de atuação: de Monte Alegre e do Paraná para o cenário nacional e internacional. Esse tipo de projeção, restrito a um número reduzido de mulheres, serviu como um mecanismo de validação da sua trajetória intelectual e de diferenciação em relação a outras mulheres de sua própria geração. Ademais, oportunizou o contato com figuras de destaque, como a atriz e ativista Nancy Reagan, que foi primeira-dama dos Estados Unidos nos anos 1980.

IMAGEM 6 – Hellê Vellozo Fernandes e Nancy Reagan (19--)



Fonte: Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil (Facebook).

¹³³ Segundo Dal-Bó (2022, p. 65), a principal finalidade da entidade era “[...] a união de jornalistas e escritoras de todo o Brasil, sob o lema: ‘A perenidade do pensamento pela palavra’, promovendo intercâmbio de conhecimentos, ideias e experiências entre suas associadas e incentivando o aperfeiçoamento profissional com base na participação em reuniões literárias, seminários, encontros culturais, saraus, oficinas, palestras, reuniões literárias, lançamentos de antologias e projetos literários”.

A ausência de registros de Nancy Reagan no Brasil permite inferir que o encontro com Hellê Vellozo Fernandes ocorreu em alguma de suas viagens internacionais. Na foto, ambas aparecem lado a lado, sorrindo. Os trajes abaixo do joelho, de corte clássico e cores sóbrias, remetem a padrões de elegância e respeitabilidade associados à feminilidade conservadora das décadas de 1970 e 1980 – especialmente no caso de Nancy Reagan, cujo vestido não possuía decote e tinha mangas longas. O ambiente da imagem é discreto, e provavelmente foi o espaço de uma visita oficial ou de algum dos eventos que Hellê Vellozo participou. Mais que um encontro circunstancial, esse retrato é atestado sua inserção em circuitos internacionais de sociabilidade feminina, sobretudo naqueles em que a defesa da atuação da mulher era pauta.

Especificamente sobre a participação de Hellê Vellozo Fernandes na 1ª Reunião Internacional Interamericana da AMMPE, em Lima, o *Diário do Paraná* destacou que o que estava na agenda era a luta por direitos trabalhistas para jornalistas e escritoras. Nesse propósito, na 2ª Reunión da Asociación Mundial de Mujeres foi organizada uma petição que seria enviada “[...] às Nações Unidas para o reconhecimento legal dos direitos das jornalistas e escritoras no campo da Previdência Social, de acordo com as leis de cada país, nas nações onde este é reconhecido” (Diário do Paraná, 1970c). Ainda que a instituição tratasse de um tema relevante para as mulheres dos anos 1970, o caráter conservador de sua forma de atuação foi expresso em reportagem do *Diário do Paraná*. Segundo publicou o periódico, todas as ações da Asociación Mundial de Mujeres Periodistas y Escritoras deveriam ser “[...] totalmente desvinculadas de qualquer comportamento político” (Diário do Paraná, 1970c). A adesão de Hellê Vellozo Fernandes ao projeto da Associação Mundial e a criação de sua filial brasileira indicam que a instituição não desafiava frontalmente a ordem vigente. Em um país que vivia sob ditadura militar, qualquer ação que pudesse desestabilizar o regime era duramente reprimida. Considerando que não existem registros históricos de sanções recebidas pela Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil, pode-se inferir que a atuação das mulheres nesta instituição não era percebida como uma ameaça à organização social pretendida pelos governantes militares.

É significativo que a Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil tenha sido fundada por uma intelectual oriunda de um contexto periférico em relação aos centros da cultura letrada no país. Esse gesto pode ser compreendido como uma resposta às estruturas androcêntricas do campo intelectual curitibano, mas também como uma iniciativa situada dentro de um espectro político específico. Diferentemente de entidades como a Associação Brasileira de Imprensa, que apresentou posicionamentos críticos ao regime militar, ou de

movimentos feministas de viés mais progressista, entende-se que a AJEB e outras associações femininas de matriz católica rejeitavam vínculos com agendas consideradas subversivas, em especial aquelas associadas ao comunismo. A criação da instituição, portanto, pode ser entendida como uma alternativa desenvolvida por mulheres que estavam interessadas em ampliar seu protagonismo público e reconhecimento, mas dentro de uma concepção conservadora, prezando pela manutenção de valores morais do período e sem, segundo o discurso institucional, se envolver com política.

No entanto, no contexto da ditadura militar, Hellê Vellozo Fernandes, em nome da União Cívica Feminina¹³⁴, participou de uma audiência com o presidente Ernesto Geisel para discutir a situação da mulher brasileira e sua atuação no espaço público. Acompanhada por Luiza Bueno Gom, Maria Luiza Bizerril, Lúcia Alves Correa e Pompília Lopes dos Santos, na audiência, elas ouviram o presidente falar sobre “[...] a necessidade da conscientização da mulher, dizendo que é no lar, hoje, da parte da mãe devidamente conscientizada, que desde cedo o jovem deve receber orientação política” (Diário do Paraná, 1975, p. 7, segundo caderno). Para Ernesto Geisel, “sem descuidar dos afazeres dentro de casa, a mulher tem de conhecer os problemas do País. Não pode mais ignorá-los” (Diário do Paraná, 1975, p. 7, segundo caderno). Como as senhoras ali presentes também representavam outras instituições, o presidente lhes fez um apelo: “levem as senhoras para suas associações esse trabalho de conscientização política e trabalhem para que isso seja feito junto às mulheres e aos jovens” (Diário do Paraná, 1975, p. 7, segundo caderno). O conteúdo da conversa, tal como noticiado, reforçava a ideia de que cabia às mulheres a missão de formar politicamente os jovens – futuros responsáveis pelos “destinos da Pátria” –, mantendo os tradicionais papéis de gênero. Disto depreende-se que todos ali partilhavam de uma concepção conservadora de cidadania feminina, que não confrontava o regime, mas o legitimava pela via da educação moral e cívica, exercida no espaço doméstico e também nas esferas institucionais das quais essas mulheres faziam parte¹³⁵.

Como visto, a partir dos anos 1970, Hellê Vellozo Fernandes vinha desenvolvendo outras atividades para além da literatura. Nesse contexto, na composição dos elementos pré-

¹³⁴ De acordo com Sousa (2018, p. 393), que estudou as bases sociais de apoio à ditadura militar em Curitiba, a União Cívica Feminina do Paraná, fundada em 1963, tinha como objetivo a promoção de “[...] educação cultural, moral e cívica da sociedade dentro das normas da civilização cristã”. Reunindo mulheres das classes dominantes de Curitiba, a associação era dirigida por Rosy Pinheiro Lima e Dalila de Castro Lacerda.

¹³⁵ Entende-se que a aproximação de associações femininas de perfil conservador com o regime militar não deve ser interpretada puramente como adesão ideológica ou conformismo político. Em um contexto de severas restrições à participação pública das mulheres, esse tipo de interlocução institucional pode ter constituído uma estratégia possível de ampliação de espaços de atuação, visibilidade e reconhecimento social. Para essas mulheres, cuja ação se orientava por valores morais, religiosos e por uma concepção tradicional de gênero, o diálogo com o Estado representava uma forma de legitimar sua presença na esfera pública sem oposição à ordem vigente.

textuais de *Ilha do Mel, Ontem e Sempre*, ela e seus editores optaram por recuperar apreciações pretéritas sobre seus escritos e trajetória no campo intelectual. O fato de o livro repetir na contracapa avaliações e excertos de intelectuais como David Carneiro e Vasco José Taborda a respeito de Hellê, presentes em obras anteriores, aponta para uma tentativa de reafirmar sua importância em um campo intelectual que, embora ainda reconhecesse seu trabalho, seguia em transformação e passava a valorizar novos atores e temáticas.

A obra foi composta por um conjunto de crônicas escritas durante várias estadas de Hellê Vellozo Fernandes na Ilha do Mel, principalmente de 1963 a 1985, embora abrangendo um retrospecto desde 1930. A única apreciação contemporânea à publicação presente na contracapa foi escrita por Waldemiro Bley (1985, contracapa), então tesoureiro do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná:

“A “Estante Paranista”, do IHGEP, através desta obra de Hellê Vellozo Fernandes, vê-se enriquecida em sua objetividade. Mais uma vez, entre suas inúmeras contribuições literárias, a Autora vem reafirmar o seu talento como pesquisadora e retratadora dos costumes do homem do Paraná, sua gente, seu meio, que tanto tem demonstrado com uma alma vibrante de paranista de escol [sic]”.

Tanto o excerto quanto o prefácio da obra, escrito por Edwino Tempski (1985, p. 11), 1º vice-presidente do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Paraná, exaltaram o conteúdo regional das crônicas de Hellê Vellozo Fernandes, que estava voltado “[...] às coisas e às causas bem nossas, paranaenses”. Para o prefaciador, *Ilha do Mel, ontem e hoje* era uma espécie de autobiografia da autora, posto que o conteúdo do livro não era “[...] apenas o produto de fértil imaginação, da exuberante inteligência da experiência literária de Hellê”; foram vividas e comprovadas por ela (Tempski, 1985, p. 11). Edwino Tempski (1985, p. 11) destacou ainda a dedicação da autora para “[...] exaltar a vida de um punhado de gente muito simples, mas autênticos heróis anônimos” e registrar a história de episódios ocorridos na Ilha do Mel. Por fim, agradeceu à Hellê Vellozo Fernandes pela honrosa incumbência de prefaciá-la a obra: aqui ficam “[...] minhas mais efusivas congratulações, com a intelectualidade paranaense, pelo destacado feito literário da nossa tão fecunda e brilhante escritora” (Tempski, 1985, p. 12).

O livro foi constituído por crônicas e textos de caráter histórico publicados por mais de vinte anos nos jornais *O Estado do Paraná*, *Voz do Paraná* e *Gazeta do Povo*, de Curitiba, e *O Tibagi*, de Monte Alegre. Assinados com o pseudônimo Hêl ou com o nome completo da autora, esses textos – que somam mais de cem crônicas e reportagens – foram posteriormente adaptados e organizados em forma de capítulos para compor *Ilha do Mel, Ontem e Sempre*. Segundo Hellê Vellozo Fernandes (1985, p. 13), “com base nessas publicações, acrescidas de

anotações feitas ao vivo e dados pesquisados em fontes históricas”, ela procurou “[...] fixar ocorrências, usos, costumes, descrições de lugares e pessoas, introduzindo ainda os pormenores sobre a atividade profissional dos pilotos da baía de Paranaguá: os práticos”. Mesmo sendo um dos poucos registros sobre essa profissão no passado, ela afirmou não ter escrito um livro histórico. Hellê também agradeceu todos aqueles que, de alguma maneira, colaboraram para que a publicação de *Ilha do Mel, ontem e sempre* fosse possível:

Ao oferecer ao público este livro, desejamos agradecer a todos que, de uma forma ou de outra, colaboraram conosco: ao Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, que na pessoa do atual presidente, general Luiz Carlos Pereira Tourinho, incluiu *Ilha do Mel, Ontem e Sempre* na sua coleção Estante Paranista, o que muito nos orgulha; aos escritores e amigos que leram os originais, apontaram falhas e opinaram a respeito: Edwino Donato Tempski, Lauro Grein Filho e Waldemiro Bley; aos práticos da barra de Paranaguá, que nos proporcionaram meios para obter as informações sobre o serviço que lá realizam, mormente Durval Carlim e Adriano Gustavo Vidal, ao tempo de sua presidência na Associação dos Práticos do Estado do Paraná; a Arlete Severiano que, de 1982 a 1985, recebeu-nos em sua casa na Prainha dos Pescadores, onde foi escrita parte do livro; aos frequentadores da Ilha na década de 1940, até a 2ª Guerra Mundial, que recordaram conosco o Balneário da Fortaleza, entre os quais Gastão Romanó, Haroldo Osternack, Alcides Edgar Senff (Bud); aos moradores das praias da Fortaleza, Vila dos Práticos, Ponta Oeste que, em suas casas ou diante do mar, nas manhãs lindas e nas tarde esplendorosas ensinaram-nos o que sabemos sobre a vida na Ilha: Manequinho Morato, Cesário e Quinota Gonçalves, Almerinda Agostinho, Henrique Serafim, Lavínio Neves e tantos outros; aos nossos leitores de jornal, que apreciam sempre as crônicas sobre a Ilha e fizeram chegar até nós, como um estímulo, essa preferência. E a todas as pessoas amigas que sempre nos dizem que “escrever vale a pena” (Fernandes, 1985, p. 13-14).

Como é possível observar, os agradecimentos de Hellê Vellozo Fernandes foram direcionados, na maioria, às pessoas comuns que lhe permitiram contar as histórias que integraram *Ilha do Mel, ontem e sempre*. Esse contato com os moradores locais e a transformação de suas experiências ou observações em crônica foi uma marca de sua produção literária. Consagrada no campo intelectual curitibano como uma escritora regionalista¹³⁶, as paisagens do interior e sua gente foram centrais em sua produção. O percurso que a levou de uma escrita com características mais simbolistas, como em *Camafeus* (1945), a uma produção de caráter regionalista, como em *Nos campos e nos pinhais* (1970), muito provavelmente, foi decorrente de razões práticas e configurou-se uma estratégia na busca de um melhor posicionamento no campo intelectual. Pensando com Bourdieu (2011b), isso significa dizer que Hellê Vellozo Fernandes não realizou, necessariamente, um cálculo consciente de suas probabilidades dentro do campo intelectual e deliberadamente escolheu atuar com temáticas regionais. Suas tomadas de posição decorreram da relação entre as disposições adquiridas por

¹³⁶ Na obra *Panorama do conto paranaense* (Muricy, 1979), figurando entre autores pós-românticos, simbolistas e pós-simbolistas, naturalistas, impressionistas e pós-modernistas, Hellê Vellozo Fernandes foi classificada como regionalista.

ela ao longo da vida (como o gosto pela História herdado do avô, a formação na Escola de Professores pensada para a atuação junto as populações rurais e sua residência no interior, bem como seu apreço pela natureza e outras contingências que as fontes não permitem contemplar) e um contexto dado (que tinha várias limitações em relação ao espaço de atuação da mulher, sendo a poesia a área onde mais elas disputavam espaço).

Residindo em Monte Alegre, percebeu em seus moradores e história uma temática literária interessante, articulada aos debates da época sobre educação, higienismo e civilização das populações rurais. Longe da capital e vivendo em uma localidade onde as informações demoravam a chegar, seria laborioso demais para Hellê Vellozo Fernandes escrever sobre temas alheios à sua realidade imediata. Entende-se, dessa maneira, que o direcionamento de sua produção para o regionalismo não foi uma questão meramente estética; foi uma estratégia, uma adaptação, para conciliar as exigências objetivas do campo intelectual com suas possibilidades concretas de produção. Assim, teve sua mais marcante característica literária “[...] nas descrições das matas do Paraná e na evocação dos hábitos e fatos próprios da gente simples do sertão” (Sabóia; Fernandes, 1970, p. 167), tornando-se reconhecida por referir-se ao folclore e às tradições do Paraná em suas obras (Roderjan, 1998)¹³⁷.

Sua vivência em Monte Alegre, especialmente o trabalho na coordenação das “escolinhas do mato” e de assistência social nos acampamentos, foi, portanto, fundamental para sua produção literária e, por extensão, para seu reconhecimento no campo intelectual curitibano – e a própria Hellê Vellozo Fernandes tinha consciência disso. Em entrevista concedida à *Gazeta do Povo* (1999), que tratava de seu percurso como escritora, ao ser indagada sobre o fato de o folclore sempre ter sido parte de suas preocupações literárias, ela estabeleceu de imediato uma conexão com Monte Alegre:

O folclore é uma expressão tão genuína daquilo que é nosso, mas não literariamente, nem intelectualizado. O folclore é flor da terra, eu vivi em quarenta anos de Monte Alegre. Chegamos lá em 1945, eu e meu marido. Havia uma rua principal com oito casas em construção, inclusive a nossa. Quando saímos de lá tinha duas cidades¹³⁸, fui em lua-de-mel para lá e voltei depois de 40 anos.

¹³⁷ Segundo consta em *O livro da Ajebiana* (1979), Hellê Vellozo Fernandes exerceu o cargo de Secretária-Executiva da Comissão Paranaense de Folclore. No entanto, no livro *Comissão paranaense de folclore, 50 anos (1948-1998)*, não consta seu nome entre os membros da diretoria listados na obra. Vale lembrar que o referido livro foi escrito pela irmã de Hellê, Roselys Vellozo Roderjan.

¹³⁸ Após a consolidação da produção de papel, em 1952, o diretor-administrativo local, Horácio Klabin, desenvolveu um loteamento do outro lado do rio Tibagi, em relação à fábrica, nomeado Cidade Nova. Esta iniciativa visava a progressiva transferência dos operários das terras particulares da Klabin para outra localidade (Piquet, 1998). Em 1964, tanto as áreas referentes à Fazenda Monte Alegre quanto as da nova cidade passaram a constituir o município de Telêmaco Borba, território até então pertencente à Tibagi.

Essa declaração reafirma a ideia de que as características regionalistas de sua produção estiveram conectadas com sua vivência em Monte Alegre. Suas experiências práticas naquele contexto isolado geograficamente se tornaram inspiração fundamental de sua escrita – a exemplo das publicações em jornais e de seus livros, como *Nos campos e nos pinhais* (1970) e *Monte Alegre, Cidade-Papel* (1974), ambos dedicados ao registro da história local. Além disso, utilizou o cenário de Monte Alegre em suas criações literárias, como em *Incompreensão* (1952a) e *A outra razão* (1967a). Entende-se, dessa maneira, que, da mesma forma como o posicionamento de Hellê Vellozo Fernandes no campo intelectual em Curitiba foi convertido em reconhecimento simbólico no interior, legitimando sua autoridade para atuar em várias frentes, ter feito parte da construção e cotidiano de Monte Alegre lhe conferiu um conjunto de capitais específicos, especialmente sobre a cultura “cabocla”. Os capitais adquiridos localmente permitiram que Hellê Vellozo Fernandes transformasse tais saberes em material literário, convertendo-o em reconhecimento no campo intelectual curitibano. Assim, foi em Monte Alegre, nesse espaço geográfico e social com características bastante próprias, que as disposições incorporadas e adquiridas de Hellê Vellozo Fernandes encontraram as condições objetivas para se materializar em protagonismo público.

Na relação entre interior e capital, entre adaptação e tensionamento das expectativas sociais, as ações de Hellê Vellozo Fernandes contribuíram para alargar os espaços de possíveis às mulheres no campo intelectual curitibano e para além dele. Sua história demonstra que sua agência em diversas áreas de produção cultural esteve atrelada à sua capacidade de articular redes de apoio femininas e masculinas. Buscando protagonismo em um campo com características androcêntricas, ela não apenas ocupou espaços já existentes, mas também criou ambientes próprios para o fortalecimento da atuação pública das mulheres. Sem confrontar diretamente a ordem vigente, encontrou no regionalismo uma forma de expressão que a tornou única em seu tempo. No entanto, aquilo que lhe garantiu reconhecimento no passado – a abordagem de pessoas e histórias comuns da gente do Paraná – pode ter sido também o que contribuiu para seu póstumo esquecimento.

Ao abraçar o regionalismo como expressão literária, ela acabou rompendo com as expectativas da época, que frequentemente relacionavam a escrita feminina a temas como amor e questões familiares. Hellê Vellozo Fernandes era “rebelde”: “eu nunca escrevi sobre o cotidiano, que o abcd todo já escreveu. Eu gostava de pegar o que tinha acontecido, as coisas mais variadas que você pode imaginar (risos)” (Gazeta do Povo, 1999). Sua vida em Monte Alegre, assim como as paisagens e dinâmicas sociais locais, foram fundamentais para que Hellê Vellozo Fernandes constituísse sua identidade intelectual e sua forma singular de inserção no

espaço público. Sua consagração definitiva, ao menos no meio literário, ocorreu em 1997, quando tornou-se uma das poucas mulheres membras da Academia Paranaense de Letras¹³⁹.

IMAGEM 7 – Solenidade de posse de Hellê Vellozo Fernandes na Academia Paranaense de Letras (1997)



Fonte: acervo da Academia Feminina de Letras do Paraná.

Para candidatar-se à ocupante da cadeira 37 da Academia Paranaense de Letras, Hellê Vellozo Fernandes submeteu, juntamente com a documentação exigida, um currículo descritivo de suas ações. Nele, destacou sua conexão com a cultura e história do Paraná, apresentando pontos de destaque em sua trajetória que justificariam sua admissão na instituição. Analisando esse documento, é possível observar como ela representou sua própria história. No currículo, evidenciou seu mérito literário, dando relevo às suas obras premiadas e publicações de relevância histórica, bem como à diversidade de gêneros literários pelos quais transitou; destacou sua atuação no jornalismo, enfatizando sua sólida reputação na imprensa paranaense; abordou seu papel de liderança em ações voltadas à representatividade feminina, especialmente no âmbito da Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil; buscou afirmar-se como uma figura central no meio intelectual, valorizando seu vínculo com diversas instituições culturais

¹³⁹ Ainda hoje, em 2025, das 40 cadeiras da Academia Paranaense de Letras, apenas 10 são ocupadas por mulheres. Informação disponível em: <https://academiaparanaensedeletras.com.br/academicos/>. Acesso em: 27 dez. 2025.

paranaenses; e ressaltou sua atuação na educação e na assistência social, tratando de sua experiência em Monte Alegre e seu compromisso com o desenvolvimento local, sobretudo por meio de sua atuação como coordenadora das “escolinhas do mato”.

Sem precisar citar sua origem familiar, conhecida por todos no campo intelectual curitibano, Hellê Vellozo Fernandes foi admitida à Academia Paranaense de Letras, ocupando a cadeira que previamente foi de Pompília Lopes dos Santos. Na solenidade de sua posse, foi presenteada por Paulo Roberto Karam com um buquê de flores, e celebrada pelos membros da instituição. Como é possível observar na imagem 7, a congreira e amiga Helena Kolody a aplaudia com expressão orgulhosa, reconhecendo institucionalmente e pessoalmente o pertencimento de Hellê Vellozo Fernandes à elite literária paranaense. Para além da relação pessoal com a nova acadêmica, a expressão de satisfação de Helena Kolody pode ter relação com o ingresso oficial de mais uma mulher em um espaço intelectual historicamente masculino – como a presença majoritária de confrades a foto atesta. Como mencionado, Helena Kolody, assim como a própria Hellê Vellozo Fernandes, foram mulheres engajadas em ampliar os espaços de possíveis para as mulheres (Araújo; Orlando, 2019), sendo o ingresso de mais uma delas na Academia Paranaense de Letras uma vitória coletiva nesse sentido.

Esse panorama geral da longa trajetória de Hellê Vellozo Fernandes no campo intelectual curitibano tornou perceptível uma correlação entre as posições por ela ocupadas e suas tomadas de posição – isso tanto em relação ao conteúdo de seus engajamentos quanto às formas de politização¹⁴⁰. Sua legitimidade derivou da acumulação progressiva de reconhecimento institucional e da adesão a valores dominantes no campo. Esse tipo de atuação intelectual, segundo Sapiro (2024), corresponde ao que ela chamou de *notáveis* – agentes que ocupam posições ancoradas em instituições consagradas, tendendo à reprodução das hierarquias simbólicas existentes (no campo, mas também para além dele). A inserção de Hellê Vellozo Fernandes em academias, associações literárias, jornais e outras instituições culturais, bem como sua recorrente legitimação por pares já consagrados, permite compreendê-la nesse polo específico do espaço intelectual. Ainda que tenha contribuído para alargar os espaços de possíveis para as mulheres, “[...] quanto mais se ocupa posições dominantes [no campo], maior é a tendência de se adotar um discurso acadêmico eufemizado e despolitizado – na forma – segundo as regras de conveniência do debate intelectual” (Sapiro, 2024, p. 89).

¹⁴⁰ Ao propor um modelo de análise das modalidades de envolvimento dos escritores, associando a forma de mobilização à posição ocupada no campo, Sapiro (2024, p. 85) definiu formas de politização como “[...] as modalidades do engajamento (individual ou coletivo, regular ou pontual, remunerado ou gratuito), os suportes (obras, artigos, petições, manifestos, grupos, associações etc.), o gênero (ensaio, panfleto, ficção política) e a retórica, ou seja, as formas discursivas”.

A posição de Hellê Vellozo Fernandes entre os notáveis do campo intelectual curitibano se estruturou, principalmente, pela conversão de diferentes espécies de capitais naquilo que Sapiro (2024) denominou de capital temporal: prêmios, cargos, homenagens, visibilidade na imprensa e reconhecimento por instituições legítimas. De maneira pragmática ou por adesão aos projetos desenvolvidos, Hellê manteve contato com o Estado, imprensa e instituições – que, por sua vez, legitimavam sua própria posição de reconhecimento no campo. Os elementos pré-textuais de suas obras evidenciaram que sua trajetória não se construiu contra a ordem vigente, mas em diálogo com os poderes estabelecidos, atuando no alargamento das margens de poder da mulher no campo intelectual (e, por extensão, na sociedade como um todo), mas sem contestar a estrutura do campo ou as regras do jogo. Sua adesão à pauta mas não ao método do “feminismo ridículo” é um exemplo de suas formas de politização, cuja modalidade de engajamento deriva de seu posicionamento entre os notáveis.

Assim, considerando a relação entre a posição ocupada no campo intelectual e suas tomadas de posição estéticas, temáticas e políticas (Sapiro, 2024), entende-se que as escolhas narrativas de Hellê Vellozo Fernandes, sua preferência por abordagens indiretas aos conflitos sociais e o tom conciliador de parte de sua produção e atuação pública correspondem a uma posição que buscava preservar o reconhecimento institucional e evitar questionamentos à sua legitimidade simbólica. A ambiguidade de certas obras, como *Incompreensão* (1952a), longe de indicar passividade no campo, demonstra que ela precisou equilibrar expressão intelectual e as normas dominantes do campo curitibano de sua época – comportamento característico dos notáveis, cuja politização tende a assumir formas indiretas (Sapiro, 2024). Assim, a participação de Hellê Vellozo Fernandes em associações femininas de caráter conservador, como a União Cívica Feminina, seu diálogo com instâncias do Estado e sua atuação em projetos culturais oficiais foram formas de atuar politicamente, mesmo que não tenha se envolvido publicamente em nenhum confronto direto com poderes, instituições ou pessoas estabelecidas¹⁴¹.

O reconhecimento de Hellê Vellozo Fernandes como uma “intelectual inquestionável” derivou de seu posicionamento entre os notáveis, que mutuamente se legitimavam. A trajetória que trilhou até acumular esse poder simbólico não foi, portanto, mérito individual, mas resultado de sua capacidade de articular redes de sociabilidade e mobilizar endossos simbólicos, sobretudo masculinos. Nesse contexto, o ingresso como uma das poucas membras da Academia Paranaense de Letras pode ser entendido como um marco fundamental do reconhecimento de

¹⁴¹ Exceto pela celeuma em torno da herança de Dario Vellozo, narrada em *Os Vergueiros*, e um episódio em que veio a público defender Helena Kolody de um leitor de *O Tibagi* que havia diminuído as capacidades intelectuais de sua amiga poeta (ver item 2.2).

Hellê Vellozo Fernandes no campo intelectual curitibano – reconhecimento este que não pode ser plenamente compreendido sem considerar as experiências vividas em Monte Alegre, fundamentais em sua invenção de si como intelectual na articulação entre práticas concretas, intervenção social e produção escrita (em livros e jornais).

2.2 PROTAGONISMO EM MONTE ALEGRE

A experiência de Hellê Vellozo Fernandes em Monte Alegre deve ser compreendida no interior desse espaço social específico, marcado pelo isolamento geográfico, forte controle territorial e por um projeto industrial e civilizatório em desenvolvimento. Embora ela tenha, posteriormente, se tornado uma agente fundamental nesse contexto, quando ainda morava em Curitiba, ela pareceu não ter apreciado a ideia de mudar-se para o interior. Segundo relatou para o Centro de Documentação e Memória Klabin (1993, p. 2), “[...] se não fosse o senhor Rosalino [seu sogro] dizer assim: ‘– Não vai ficar aí não, vai lá para o meio do mato’, é claro que eu não iria”. Isso porque a Fazenda Monte Alegre estava localizada a aproximadamente 250Km de Curitiba e, nos anos 1940, a viagem de “jardineira” entre as localidades durava por volta de 10 horas (Bodstein, 1998). A maneira mais fácil de ir de uma cidade a outra era o transporte ferroviário da capital até Piraí do Sul e dali seguindo de carro, ônibus ou caminhão por mais duas horas.

Chegando em Monte Alegre, havia uma corrente e uma cancela, separando o mundo exterior da propriedade privada da Klabin, onde estava sendo construída a fábrica de papel e a estrutura urbana para fixação e controle do trabalhador (Piquet, 1998; Correia, 1997). Após a identificação dos visitantes e a revista das bagagens – especialmente até 1945, enquanto vigorou a *lei seca* imposta pelo administrador local – era possível seguir viagem (Willer, 1997). Dali para frente, “[...] uma bela estrada macadamizada. Para a época, uma das melhores do Paraná” (Marcolla, 1998, p. 102). Os visitantes que ali chegavam – sobretudo nos anos 1960, quando a fábrica e a cidade já estavam em pleno funcionamento –, admiravam-se com a estrutura local: “Monte Alegre, com seus guardas e portões, ruas arborizadas e casas de pedra padronizadas em torno de gramados verdes, parece uma antiga *company town* da Nova Inglaterra ou do leste do Canadá” (Passos, 2013, p. 139-140)¹⁴².

¹⁴² O escritor norte-americano John dos Passos esteve em Monte Alegre em 1968, no entanto, a edição do livro com seus registros data de 2013.

Concebida para ser um “[...] símbolo de sucesso da política de incentivo de Getúlio Vargas” (Marcovitch, 2005, p. 218), nem toda a Monte Alegre poderia ser comparada aos grandes centros internacionais. Como o processo de produção de papel envolvia várias etapas, a Fazenda era dividida conforme sua finalidade dentro do processo produtivo e o tipo de trabalhador envolvido. A beleza referida pelos viajantes era especificamente em relação às vilas urbanas locais, especialmente Harmonia, sede da indústria, onde residiam os engenheiros, técnicos e trabalhadores fabris. Era uma cidade planejada, com ruas asfaltadas e passeio arborizado, água encanada, energia elétrica, espaços culturais e de lazer, entre outras conveniências (Fernandes, 1974; Willer, 1997). Já para quem morava nas vilas rurais e trabalhava no corte de lenha ou plantando pinheiros, a realidade era bem diferente. Em acampamentos no meio da mata, moravam em ranchos de chão batido, com pouco conforto, muitas vezes famélicos – dada a precariedade das condições de trabalho em relação ao tamanho das famílias.

No início dos anos 1940, nas “jardineiras” que levavam os trabalhadores das cidades da região à Monte Alegre, a promessa de uma vida melhor era pauta das conversas:

Diziam-se maravilhar sobre Monte Alegre: a fábrica que estava sendo construída seria a maior do Brasil e quiçá do mundo; máquinas chegavam diariamente de navio do estrangeiro e milhares de homens trabalhavam na obra. Havia na cidade hotéis de primeira linha, prédios, edifício com dez andares, lojas e tudo mais. Talvez nem em Ponta Grossa tivesse a pujança de Monte Alegre (Moreira, 1998, p. 34).

No entanto, ao chegar na localidade em seus dias iniciais, os passageiros tomavam um susto: havia ali “[...] um acampamento cheio de barracões, barracos, casas de madeira e mal-acabadas e nenhum hotel com vaga” (Moreira, 1998, p. 35). Monte Alegre, *el dorado* de antigos bandeirantes (Mercer; Mercer, 1934), voltava a representar uma promessa de vida melhor, mas ainda em fase de construção. Esse processo de transformação da natureza e das pessoas foi vivenciado por Hellê Vellozo Fernandes a partir de 1945 e registrado na crônica *Cidade-Papel – 35 anos*, publicada no jornal *Diário do Paraná*:

Ao caminho aberto pelo pisotear do gado sucedeu-se a estrada; a esta, a rodovia hoje em asfaltamento. O importante, contudo, foi o que se fez nas terras do sertão, onde apenas vaqueiros e roceiros viviam a vida esquecida dos campos, desde os tempos coloniais. Os ranchos transformaram-se em casas; na plataforma do aterro perto do rio Tibagi, foi construída a fábrica imponente. A fazenda de gado tornou-se numa potência industrial, que alimenta mais de 40.000 habitantes, no município de Telêmaco Borba. Aqueles caboclos dispersos, que viviam duma rocinha pobre, da caça, da pesca, quando muito com uma pequena criação de terreiro foram aglutinados pelos núcleos populacionais, quer nos agrupamentos de lenhadores e plantadores de

pinheiro, quer nos povoados iniciais de Lagoa, Mauá e Harmonia (Hél, 1969, p. 6, segundo caderno)¹⁴³.

Recém-chegada a Monte Alegre, Hellê Vellozo Fernandes acompanhou todo o processo de construção de Harmonia. De sua residência, assistiu a chaminé da fábrica ser construída e a cidade se desenvolver, constituiu família, estabeleceu laços de amizade e atuou publicamente, com destaque para a coordenação das escolas espalhadas pelos acampamentos Fazenda Monte Alegre adentro. Sobre os anos iniciais de Hellê no interior, seu filho Paulo Geraldo Vellozo Fernandes escreveu: “recém-casados, mudaram-se (ela e meu pai) para Monte Alegre, que na época era completamente isolada, cercada de mato por todos os lados, com estradas que mais pareciam estreitos atoleiros, sem rádio, jornal, mercado ou qualquer outra facilidade” (Fernandes, 2020). Não à toa, como a própria Hellê Vellozo Fernandes relatou para o Centro de Documentação e Memória Klabin (1993), ficou “desesperada” porque não tinha o que fazer. Foi nesse contexto, logo em sua chegada, que os capitais acumulados de sua formação familiar e escolar, bem como aqueles adquiridos via matrimônio com o “doutor” do local¹⁴⁴, foram mobilizados e ela passou a atuar como professora na escola improvisada e organizada pela Klabin às filhas e filhos de seus trabalhadores residentes em Harmonia.

Para uma jovem da capital, de rotina agitada, entre as atividades em família, na Escola de Professores e na Universidade, além da frequência em outros eventos sociais e culturais, a ausência de afazeres em Monte Alegre foi também, parcialmente, compensada pelas paisagens locais. Criada no bosque do Retiro Saudoso, Hellê Vellozo Fernandes gostava de estar próxima da natureza. Segundo seu filho, ela “adorava sair conosco e amigos nas noites de luar para ouvir e ver os animais da rica fauna local, em busca de água ou comida” (Fernandes, 2020, p. 17). Seus passeios pelos pinhais e suas viagens até os acampamentos Fazenda Monte Alegre adentro foram tema de inúmeras de suas crônicas. Entre suas 107 crônicas publicadas no *Diário do Paraná* sob o título *Nos campos e nos pinhais*, 39 delas trataram diretamente ou mencionaram as paisagens de Monte Alegre – parte delas registrando as transformações ocorridas com os grandes incêndios que atingiram o Paraná em 1963. Tais paisagens serviram também como metáfora às criações literárias de Hellê Vellozo Fernandes, como o excerto da crônica *Um pouco de Pinheiral* permite observar:

¹⁴³ Lagoa foi a localidade a partir da qual foi iniciada a industrialização e a urbanização de Monte Alegre. Quando os Klabin adquiriram a propriedade, ali já havia uma certa estrutura, decorrente de processos de colonização anteriores na região (Fernandes, 1974). A partir de Lagoa começaram a ser desenvolvidas as demais áreas, sendo Harmonia destinada à fábrica e à cidade e Mauá à sede da usina hidrelétrica. Após o início da produção de papel, diversos residentes mudaram-se de Lagoa, ficando ali apenas o pessoal envolvido com o Setor Florestal.

¹⁴⁴ De acordo com Bourdieu (2013, p. 221), a acumulação de riquezas materiais não é “[...] senão um meio entre outros de acumular poder simbólico como *poder de fazer reconhecer o poder*” (Bourdieu, 2013, p. 221).

Saudades da terra onde chegamos com a exuberância dos jovens de olhar cândido e a quem demos o melhor de nossas vidas, em mocidade e trabalho. E que, em troca, nos acolheu com a beleza selvagem da floresta virgem e nos deu o espetáculo inédito de suas plantações de pinhais. Que se assenhorou de nossa seiva e fixou-a em raízes profundas a cada pinheiro plantado, em cada escola construída, em cada criança do mato que, de longe, nos reconhece e nos acena com sua mãozinha encardida... Que nos levou os verdes anos, mas nos deu em troca a plenitude realizada e satisfeita, vendo surgir Pinheiral – a cidade-papel – sinônimo de labor incansável e progresso contínuo... apesar dos insetos (Hél, 1964b, p. 3, segundo caderno)

Ainda que a natureza e a escrita servissem como fontes de inspiração e refúgio, Hellê Vellozo Fernandes manteve-se disposta a atuar na comunidade, não se restringindo ao trabalho nas “escolinhas do mato”, mas também colaborando para o desenvolvimento de atividades culturais e sociais em Monte Alegre. Assim, ela mesma fez parte do processo civilizador que narrou em suas crônicas. Desejosa de um ambiente mais dinâmico para si e demais moradoras/es, ela contribuiu para a organização de diversas iniciativas que tornaram Harmonia um espaço comparável aos grandes centros. No entanto, antes de tratar de sua atuação em Monte Alegre, é importante apresentar alguns aspectos contextuais, que lhe alargaram os espaços de possíveis naquela localidade. Para essa historicização, o livro *Monte Alegre, Cidade-Papel* (Fernandes, 1974) foi adotado como referência principal, por assim se constituir ainda hoje em relação à história de Telêmaco Borba, mas, principalmente, por evidenciar aquilo que a própria Hellê Vellozo Fernandes entendeu como relevante para registro histórico acerca da localidade e seu processo de industrialização.

Quando Hellê Vellozo Fernandes chegou à Monte Alegre, o engenheiro responsável pelas obras e administrador local era Luiz Vieira, homem de confiança de Getúlio Vargas. Sob sua supervisão, os trabalhos deveriam ter ficado prontos por volta de 1943. No entanto, como grande parte do maquinário era importado, a 2ª Guerra Mundial atrasou os planos. Nesse contexto, o trabalho naquela grande obra realizada no interior do Paraná se apresentou como uma possibilidade de vida melhor para vários europeus refugiados de guerra. Por essa razão, diversos foram os técnicos e engenheiros recrutados para o trabalho na construção de Monte Alegre (Couto, 2017). A presença de estrangeiros empregados pela Klabin (4%) explica-se também pela “[...] falta de mão-de-obra especializada nacional, não deixando estes especialistas, pela posição de poder alcançado, de exercer fortes marcas na estratificação social da comunidade de se formava” (Cunha, 1982, p. 185-186). De acordo com Marcovitch (2005, p. 215), “[...] engenheiros e técnicos foram recrutados em todas as partes do mundo, representando mais de trinta nacionalidades”. Havia em Monte Alegre, portanto, não apenas um antagonismo paisagístico entre as vilas urbanas e rurais, mas principalmente econômico e

sociocultural¹⁴⁵. Segundo Cunha (1982, p. 128), “a posição privilegiada do estrangeiro foi a mola propulsora no desencadeamento de contrastes na comunidade industrial que se consolidou na década de 1960”. Tais estrangeiros e outros trabalhadores especializados que prestavam serviço para a Klabin, como Paulo Rios Fernandes na diretoria do serviço médico, faziam parte da elite local.

As camadas médias eram compostas por trabalhadores com algum nível de conhecimento. Dado o isolamento de Monte Alegre e a escassez de mão-de-obra na Fazenda e arredores, para atrair operários, uma série de atrativos foram ofertados. Nas palavras de Hellê Vellozo Fernandes (1974, p. 82), depois de um dia pesado de labor, os chefes de família encontravam “[...] relativo conforto nas casas de madeira, com vidraça nas janelas, serviço completo de água e esgoto, sanitários em banheiros ladrilhados, um tanque de cimento para lavar roupa, um fogão a lenha e a novidade da luz elétrica – comodidade desconhecida antes naquelas paragens”. Na interpretação de autores como Willer (1997), a oferta de uma estrutura urbana, representada como um benefício aos empregados da fábrica, servia como uma estratégia para fixar e controlar a mão-de-obra. Como muitos operários acabavam aprendendo o ofício na prática e essa formação levava tempo, o ideal do ponto de vista industrial era evitar a rotatividade de trabalhadores. Por essa razão, a Klabin oferecia boas condições sociais e culturais aos funcionários para que seguissem vinculados à empresa, vivendo a “harmonia” entre patrões e empregados¹⁴⁶.

Havia ainda os trabalhadores terceirizados da Klabin, sem qualquer tipo de formação. Acorridos dos sítios e cidadezinhas da região, a maior parte desses operários florestais¹⁴⁷ e suas famílias eram remanescentes dos processos de colonização (Hél, 1969). Tais trabalhadores eram arregimentados por empreiteiros, que prestavam serviço à *Companhia*. A escassez de mão de obra oportunizou trabalho e moradia, ainda que precária, para qualquer homem saudável que

¹⁴⁵ Para Bourdieu (2011b, p. 19), o espaço social é organizado de forma que os grupos são distribuídos de acordo com dois princípios de diferenciação: capital econômico e capital cultural, sendo que “[...] os agentes têm tanto mais em comum quanto mais próximos estejam nessas duas dimensões”. Tais grupos possuem *habitus* diferenciados, associados ao volume global de capital e sua estrutura (tipos de capital).

¹⁴⁶ Até o início da industrialização e urbanização de Monte Alegre, na década de 1940, a região era conhecida como Mortandade, em referência a um assassinato em massa de indígenas que ocorreu onde hoje se localiza o Hospital Harmonia e o Hotel Ikapê. A mudança da denominação para Harmonia representou as “[...] aspirações sociais, na mentalidade da hora presente: harmonia entre empregadores e empregados e vice-versa, para uma produção mais eficiente, na contribuição da riqueza coletiva. Harmonia é a cooperação e compreensão de todos na consecução de um fim” (Nery, 1948, p. 1).

¹⁴⁷ Além do plantio e do corte de madeira para a produção de papel, as toras também eram utilizadas na construção de casas, como lenha para os locomóveis e para uso doméstico. Os trabalhadores terceirizados eram ainda responsáveis por uma série de outras atividades, como “[...] a limpeza do mato sob linhas de transmissão ou telefônicas; o roçar das beiras da estrada, a confecção de postes ou dormentes [para a linha férrea], o raspilamento dos troncos de pinheiro e demais trabalhos atinentes aos acampamentos do mato” (Fernandes, 1974, p. 66).

estivesse disposto a plantar e cortar pinheiro¹⁴⁸. Foi para as filhas e filhos desses trabalhadores que Hellê Vellozo Fernandes coordenou o ensino nas “escolinhas do mato”. Sobre o trabalho com essa população, a autora publicou no *Diário do Paraná*:

Dura essa tarefa de contar a miséria e a ignorância de nossa gente! No curto prazo duma vida não é possível corrigir os hábitos de quatrocentos anos de abandono e esquecimento. Não se recuperam gerações subnutridas, herdeiras de doenças de corpo e da alma nem com milhões, nem com demagogia. Somente a ação lenta do tempo e ininterrupta da escola, com boa dose de amor, reaproveitarão as qualidades do caboclo, há tanto tempo deixado ao Deus dará... (Hél, 1965b, p. 3).

A crônica de Hellê Vellozo Fernandes, intitulada *Nossa terra, nossa gente* evidenciou a dura realidade dos moradores dos acampamentos da Klabin, que se opunha à imagem idílica da progressista *Cidade-Papel* que a própria autora ajudou a construir por meio de suas crônicas jornalísticas e produção literária. Esses contrastes foram presentes nas mais diversas áreas, incluindo o acesso aos divertimentos – a exemplo da existência de clubes socioesportivos para as camadas altas e médias e nenhum para os trabalhadores de acampamentos, restando a cachaça e cigarro de palha como principal atividade de tempo livre dos operários florestais¹⁴⁹. Nesse contexto, para a elite local, desde 1946, o Harmonia Clube constituiu espaço de reunião, divertimento e elevação cultural. Conforme a concepção vigente, entendia-se que o lazer saudável era fundamental para recuperar as energias para o trabalho e foram frequentes as relações entre os usos do Harmonia Clube e o descanso das atividades laborais. Em 1953, em sua *Crônica da Semana* para o jornal *O Tibagi*, Hellê Vellozo Fernandes publicou: “desapareceu a fadiga dos rostos tristonhos; sumiram os problemas da Fábrica, dos escritórios, do Hospital... Todos têm direito ao seu quinhão de alegria! Foi uma fada que chegou encantando o Clube. Ela se chama distração e é amiga do trabalho. Tão necessária a ele quanto o alimento ao corpo” (Hél, 1953a, p. 2).

Sobre a relação entre produtividade no trabalho e lazer, é importante ressaltar que a organização do Harmonia Clube não foi apenas uma iniciativa patronal para recreação de seus funcionários; a associação e frequência só ocorreu porque tais espaços respondiam aos anseios da elite local por divertimentos. Distante dos grandes centros, houve a necessidade de criar um lugar para “[...] reunir seus iguais, no qual pudessem conversar, trocar ideias, relacionar-se com outras pessoas e, assim, criar uma extensa rede de relações e influências” (Tanno, 2011, p. 334). Ser sócio do Harmonia Clube, portanto, apresentava vantagens: além de configurar-se como

¹⁴⁸ De acordo com Hellê Vellozo Fernandes (1974, p. 77), os salários pagos pela Klabin eram os mais altos da região. Ainda assim, faltavam profissionais de todos os níveis, por isso, “os empreiteiros disputavam com a própria *Companhia*, carpinteiros, pedreiros, marceneiros, mecânicos, no afã de darem conta de seus contratos”.

¹⁴⁹ Inferência pautada em Fernandes (1974).

um espaço de lazer para privilegiados, havia “[...] um sentido político e social de grande importância e peso na conservação do *status quo*” (Tanno, 2011, p. 329). Sobre a origem do clube Hellê Vellozo Fernandes escreveu:

Lembro-me de que, quando cheguei aqui, [...] o Harmonia Clube era uma entidade social recém-criada, projetada sobre o papel e no anseio dos que o desejavam. Em Monte Alegre tudo estava no começo. Montavam-se máquinas nas fábricas e terminavam-se as instalações da Represa de Mauá. A vida social da cidade ainda se concentrava em Lagoa, no hotel que lá existia. Em noites de festa, reuniam-se os amigos (e como era unida nossa turminha!) e lá se iam apertados uns nos carros dos outros, 15 quilômetros estrada afora, até o local da reunião. Não tínhamos um clube organizado e dessa necessidade surgiu o Harmonia. Não haveria, em toda cidade, recanto mais adequado para ele do que a romântica península, à beira do rio. Não sei exatamente de quem foi a ideia de localizá-lo, mas foi, sem dúvida, uma inspiração feliz. De início, desmatou-se o local e ergueu-se a modesta sede de madeira. O Harmonia Clube era pouco conhecido e menos frequentado. Não cativara a todos, com seu encanto bucólico. Depois, ao correr dos anos, sucederam-se os melhoramentos e como tudo veio devagar, o clubezinho beira-rio foi tomando conta do nosso coração. Lá nos reunimos, nas manhãs dominicais e nas tardes bonitas, para nadar na piscina de tambores flutuantes; nas noites de festa, para dançar, brincar, conversar no terraço, quando há luar; ao redor do fogo crepitante da lareira, quando o frio campeia lá fora (Hél, 1953b, p. 2).

Com pouco mais de 200 associados, além das atividades descritas por Hellê Vellozo Fernandes, os bailes e reuniões sociais eram os eventos mais frequentados. Nesse espaço de “[...] música selecionada e bom divertimento, no ambiente acolhedor” do Clube, “[...] as senhoras exibem suas toaletes, os cavalheiros usam gravatas e o Harmonia Clube toma um ar de sociedade citadina” (O Tibagi, 1956a, p. 14). Entre os esportes praticados no interior da agremiação, as preferências estavam voltadas ao tênis, vôlei, basquete, natação e boliche; havia também o tênis de mesa e o xadrez. Destas modalidades apenas o vôlei era amplamente praticado por mulheres – sendo Hellê Vellozo Fernandes integrante do time das casadas nas disputas internas do Clube.

A vida de mulheres da elite como Hellê Vellozo Fernandes, no contexto de Monte Alegre, incluía uma rotina com pouca presença do marido, que dedicava a maior parte do tempo na chefia da fábrica ou nos serviços especializados prestados à Klabin. Suas filhas e filhos, tão logo concluíam o ensino primário, mudavam-se para Curitiba ou outro centro que oferecesse curso ginasial. Essas mulheres, portanto, passavam muito tempo longe da família, mas raramente estavam sozinhas, posto que possuíam empregadas, jardineiros e motoristas. Seu cotidiano na cidade-empresa era circunscrito às demandas da casa, como fazer compras e levar as crianças para a escola, e sociais, como visitar parentes e auxiliar em atividades de benemerência. Havia também a igreja, o cinema e a rádio local, com programas de auditório. No entanto, foi no Harmonia Clube que muitas mulheres da elite encontraram oportunidade de

lazer em espaço seguro para pessoas de sua classe. Sobre os usos do clube por moças e senhoras, a *Crônica de Norá*, do jornal *O Tibagi* (1956b, p. 2), afirmou:

Sim, elas sabem gozar o Clube... Se lhes dissermos que poucas diversões temos aqui responderão que o Clube vale por todas as outras. Embora sejam lindas as horas da manhã, o serviço da casa impede que as gozem, aqui à beira-rio. Mas de tarde, nadar, jogar vôlei ou descansar no gramado é o prêmio de um dia de labor. E à noite, nadar é algo excepcionalmente delicioso¹⁵⁰.

Para Hellê Vellozo Fernandes, cuja presença no clube era frequente não apenas nas atividades culturais, mas também desportivas, em Monte Alegre era consenso a necessidade do exercício feminino – a despeito das “[...] más línguas, que se deliciam inventando que o esporte nos deixará as pernas grossas, os braços musculosos, o modo amasculinado, ou comentando que é ‘feio, impróprio’” (O Tibagi, 1950a, p. 2). Em matéria não assinada sob o título “complete a sua personalidade”, *O Tibagi* publicou que “[...] a mulher que trabalha em casa é a que mais merece umas horas de folga e distração que nos proporcionam a prática dos esportes” (O Tibagi, 1950a, p. 2). Por essa razão, as publicações do jornal incentivavam as mulheres a “vencer a ignorância”, escolher um esporte e praticá-lo com regularidade, citando como exemplo de atividade o ciclismo, a natação e o vôlei¹⁵¹. Médicos e higienistas da época afirmavam que a mulher precisava ser saudável, realizando atividades “[...] adequadas a sua ‘natureza’”, tais como “[...] uma ginástica leve, um joguinho de tênis, natação sem excessos, passeios a pé ou de bicicleta” (Pinsky, 2018, p. 476) – isso porque a “boa mãe” fazia-se saudável para gerar filhas/os igualmente saudáveis à nação e educava-se para educar moralmente as novas gerações. Esse horizonte de expectativas acerca do corpo, da saúde e do papel social da mulher contribuiu para legitimar a presença feminina em agremiações como o Harmonia.

Destaca-se que, nesse contexto, Hellê Vellozo Fernandes não era uma mulher à frente de seu tempo, mas sim uma mulher que desenvolveu um conjunto de disposições vivendo na capital e que posteriormente se deslocou para o interior. Diante de “hábitos de antanho” praticados pelos “caboclos” da região (Hél, 1966a), comportamentos que para ela eram normais, causaram escândalo nos primeiros dias de Monte Alegre – mesmo entre os membros do clube. Sobre suas primeiras experiências neste espaço de lazer, ela escreveu: “era incomum pessoas banharem-se no rio e, quando o fizemos, muita gente ficou às margens, abanando a

¹⁵⁰ Acredita-se que Hellê Vellozo Fernandes tenha sido a autora da coluna do jornal *O Tibagi* intitulada *Crônica de Norá* (entre 1953 e 1959), que abordava de uma maneira muito sensível as paisagens e atividades desenvolvidas no Harmonia Clube. Essa inferência está pautada na temática abordada, estilo literário e por haver menção da cronista anônima ter recebido flores e presentes exatamente na semana do aniversário de Hellê.

¹⁵¹ É importante lembrar que as práticas esportivas envolvem uma relação entre oferta e procura, “[...] mais precisamente, entre o espaço dos produtos oferecidos num dado momento e o espaço das disposições” (Bourdieu, 2004, p. 211).

cabeça diante de cousa tão feia... Imagine, ousávamos usar maiô naquele mato... Os anos passaram e o que era quase uma aventura tornou-se um hábito generalizado” (Hél, 1959, p. 2). Esse excerto demonstra uma dinâmica que parece ter sido comum na experiência de Hellê Vellozo Fernandes em Monte Alegre: oriunda de uma família de intelectuais da capital, com disposições correspondentes, no interior, defrontou-se com outros *habitus*. Por meio de sua agência e influência, contribuiu para que mudanças significativas ocorressem – não apenas em relação aos divertimentos de moças e senhoras de Harmonia, mas no campo intelectual curitibano, como já problematizado.

De acordo com o jornal *O Tibagi* (1954a, p. 6), para além da parte desportiva, o *Harmonia* oferecia muitas atividades de caráter social e cultural: “numa localidade cosmopolita como a nossa [...]”, o Clube era “[...] um elo que a todos une”¹⁵². A despeito dos diferentes níveis de envolvimento e participação, homens, mulheres, rapazes, moças e crianças frequentavam aquele espaço de sociabilidade. Os usos e intensidade de frequência eram sazonais: na quaresma, os bailes eram suspensos; no inverno rigoroso da região, as atividades na piscina ou no lago eram abandonadas, aumentando o número de pessoas ao redor da lareira na sede social; nas férias escolares, as/os estudantes secundaristas e universitários regressavam à Monte Alegre e havia atividades diárias promovidas para o seu entretenimento. Todos os sábados à noite (e em algumas diretorias também aos domingos), o *Harmonia Clube* ficava aberto para reuniões sociais espontâneas, sendo que uma vez por mês havia Noite de Boite, quando também dançavam¹⁵³.

As festividades mais aguardadas pelos associados eram as de Ano Novo, Carnaval, Sábado de Aleluia, Aniversário do Clube, Junina e Primavera. No *Harmonia* eram também realizados jogos de salão, como *bridge*, buraco e canastra, além de espetáculos literomusicais e exibições cinematográficas semanais. Pela prática de atividades físicas ou pela participação em atividades culturais, o clube configurava-se como um espaço de estabelecimento e renovação do capital social. Mesmo distante dos grandes centros, a agremiação mantinha-se alinhada a um modelo urbano e letrado de convivência, onde a elite local fortalecia laços de confiança, reciprocidade e pertencimento. Para Hellê Vellozo Fernandes, o *Harmonia Clube* era seu segundo lar (*O Tibagi*, 1956c, p. 2).

Além das disposições que a levaram a apreciar a paisagem e as atividades ali realizadas, ela foi redatora social do jornal local, que tinha uma sessão na página sob sua editoria

¹⁵² Quando Monte Alegre recebia visitas importantes, a recepção era realizada no *Harmonia Clube* – a exemplo d’o presidente Vargas [que ali] saboreou um succulento churrasco” (*O Tibagi*, 1954b, p. 2).

¹⁵³ Relação organizada a partir da leitura flutuante da página social do jornal *O Tibagi* (1948-1964).

para a divulgação dos feitos do clube. Assim, tomando parte diretamente ou sendo notificada dos eventos programados, ela acompanhou de perto as atividades esportivas, culturais e sociais ali desenvolvidas. O envolvimento de Hellê Vellozo Fernandes com o Harmonia Clube também guardou relações com o protagonismo de seu esposo no interior da agremiação, já que desde sua origem, em 26 de maio de 1946, Paulo Rios Fernandes ocupou algum cargo na diretoria – iniciando com a vice-presidência no ano de fundação. Ele também era ativo nas atividades desportivas e participou de torneios de tênis e basquete, este último em um time que contava com Horácio Klabin como jogador.

Enquanto a elite local se divertia e se elevava culturalmente nas dependências do Harmonia Clube, reforçando seus vínculos sociais, para as camadas médias de Monte Alegre a Klabin organizou o Clube Atlético Monte Alegre. Inaugurado em 1946, com sede em Harmonia, este espaço de recreação era voltado aos funcionários não graduados da fábrica. Além de jogos e campeonatos esportivos, eram frequentes festividades nesse local – muitas das vezes supervisionadas pelos chefes (Vieira, 2020). O incentivo financeiro e apoio da Klabin nas atividades desenvolvidas no Clube Atlético Monte Alegre foram frequentes, criando uma relação de dependência à mediação dos patrões no provento dos eventos ali realizados (Vieira, 2020). O investimento da empresa na saúde física de seus trabalhadores guardava relações com o contexto mais amplo.

De maneira interdependente às políticas nacionais, ali também foi intenso o estímulo à educação física¹⁵⁴. O crescente incentivo às práticas esportivas esteve relacionado a preocupações eugenistas e nacionalistas. Na concepção vigente, a educação física e o esporte eram “[...] considerados como pilares do projeto de engrandecimento da Pátria para o qual se fazia necessário o fortalecimento da população, a depuração racial e a construção de um sentimento de identidade nacional” (Goellner, 2008, p.08). Nesse sentido, a Klabin não mediu esforços para o desenvolvimento físico e moral dos moradores de Monte Alegre, auxiliando – inclusive financeiramente – na organização de clubes socioesportivos na localidade.

Planejada e implementada durante o Estado Novo (1937-1945)¹⁵⁵, Monte Alegre possuía uma gestão centralizada e forte, características paternalistas na relação entre patrões e empregados, restrições na liberdade de ir e vir e nas oportunidades de acesso às informações

¹⁵⁴ A Constituição de 1937 afirmou que a educação brasileira deveria contemplar a formação física, intelectual e moral e tornou obrigatória a educação física escolar para auxiliar na persecução desses intentos.

¹⁵⁵ É importante considerar que toda a gênese e desenvolvimento do projeto se deram sob o contexto político e ideológico varguista/populista. Assim, mesmo diante de sucessões governamentais e das inovações constantes na indústria, a cidade-empresa carregou, por um bom tempo, parcela dessas características iniciais – expressas, inclusive, na arquitetura local (Willer, 1997).

sobre o “mundo exterior” (Vieira, 2020). Sobre as características do empreendimento, Willer (1997, p. 9-10) escreveu:

Do ponto de vista da empresa, ele se pauta por um modelo empresarial germânico em suas conotações paternalistas. Do ponto de vista governamental, ele assegura a implementação do corpo sadio, algo tão enraizado pelo discurso do Estado Novo. A ideia de nação forte está indissociavelmente presa à do trabalhador igualmente forte, respaldado pelas garantias do ensino, da assistência médica, do atendimento religioso, do exercício físico e, sobretudo, da família.

Esses traços da gestão de Monte Alegre guardavam relações com a política praticada por Getúlio Vargas: benefícios sociais de um lado e restrição de liberdades de outro (Carvalho, 2015). No período de Luiz Vieira na administração de Monte Alegre (1921-1947), ao mesmo tempo em que eram ofertados mercados com preços acessíveis e aluguéis a preços simbólicos, havia *lei seca* na Fazenda e, como a força policial inicialmente era exercida pela própria Klabin (Willer, 1997), questões públicas e privadas se misturavam, e tomar um pileque ou arranjar confusão pela cidade poderia se transformar em caso de demissão (Cunha, 1982). Essa primeira etapa do processo de industrialização e urbanização de Monte Alegre teve caráter mais autoritário – em correspondência às políticas do Estado Novo.

Mesmo sob ditadura, em Monte Alegre, em um contexto em franco processo de industrialização e urbanização, onde os homens estavam ocupados grande parte de seus dias, incluindo finais de semana, na construção da fábrica e da cidade, as mulheres tiveram amplas oportunidades de atuação pública – já que precisavam estar na rua para resolver questões domésticas e familiares, entre outras razões. Além disso, muitas foram aquelas que trabalharam como donas de bares, creches e pensões, cozinheiras, lavadeiras, babás e empregadas domésticas, dando suporte ao desenvolvimento industrial. No Setor Florestal, então, trabalhavam mais de 2.500 funcionárias, beneficiando as sementes, preparando as mudinhas e plantando-as na terra¹⁵⁶.

Existem poucas informações sobre a vida das mulheres em Monte Alegre e o que se conhece foi registrado nos livros de Hellê Vellozo Fernandes e nas publicações de *O Tibagi*. Sua presença como redatora social do jornal, demonstra, para além do reconhecimento de seus capitais culturais e simbólicos, que na cidade-empresa, dadas especificidades locais – sobretudo

¹⁵⁶ No ano de 1955, uma churrascada oferecida às/aos operárias/os que trabalhavam no reflorestamento, que naquele ano havia batido recordes de plantio, contou com a presença de 4.000 funcionárias/os – o que permite inferir que o número de residentes nos acampamentos era significativamente maior, considerando esposas/os que poderiam exercer atividade laboral de outra natureza, além das crianças pequenas. Desse contingente, dois terços eram mulheres “[...] acostumadas ao serviço na roça, mulheres de lenhadores, que saíram de ranchos e moram agora em casinhas de madeira; mulheres habituadas desde a infância a trabalhar pelo homem no cultivo da terra e que se deslumbram ao receber um salário (Fernandes, 1974, p. 168).

a distância geográfica de outros centros – as mulheres participavam da vida pública, ainda que em espaços e níveis variados, de acordo com seu pertencimento de classe. Sobre a atuação feminina em sociedade, o discurso do periódico apresentava ambiguidades. Nele havia a publicação de receitas, conselhos de beleza, correio sentimental, dicas de moda e etiqueta, ao mesmo tempo em que havia questionamento de certos papéis sociais atribuídos às mulheres: “dizem que os homens são superiores. Depende das oportunidades...” (O Tibagi, 1951a, p. 2). Acredita-se que a presença de Hellê Vellozo Fernandes na direção da página social no jornal tenha contribuído para que os discursos de *O Tibagi* sobre mulheres, por vezes, tensionassem alguns limites, abordando temas como a importância da educação feminina e sua atuação no magistério – ainda que mantendo prerrogativas conservadoras: “[...] a mulher, por sua natureza, é a educadora nata, tem a visão propícia da arte de ensinar, de organizar, de encaminhar” (O Tibagi, 1955, p. 2).

Hellê Vellozo Fernandes participou ativamente da fundação do jornal *O Tibagi*, de iniciativa de Horácio Klabin, que ocupou o cargo de diretor-administrativo de Monte Alegre entre 1947 e 1952¹⁵⁷. Com o final da Segunda Guerra Mundial e do governo de Getúlio Vargas, bem como o retorno da democracia e a eleição de Eurico Gaspar Dutra como presidente do Brasil, o antigo administrador de Monte Alegre, Luiz Vieira, foi solicitado pelo governo federal para trabalhar em outras obras de interesse nacional (Couto, 2017). A mudança na gerência fez-se notar pela série de iniciativas de caráter cultural tomadas por Horácio Klabin e narradas por Hellê Vellozo Fernandes em *Monte Alegre, Cidade-Papel*. O “programa de inovações” implementado por Horácio Klabin envolveu o desenvolvimento da rádio local, a criação do jornal *O Tibagi*, a fundação do Departamento Feminino de Assistência Social de Monte Alegre e a profissionalização do futebol do Clube Atlético Monte Alegre, sagrado Campeão Paranaense de 1955 (Fernandes, 1974).

Quando Horácio Klabin chegou à Monte Alegre, em 1947, o objetivo primordial da Klabin e daqueles que apoiaram o projeto havia se concretizado: a indústria já abastecia o mercado nacional de papel para a imprensa¹⁵⁸. De acordo com o jornal *Diário Carioca*, neste ano a população da Fazenda já ultrapassava 14 mil pessoas (*apud* Couto, 2017). Diante do aumento populacional, não era mais possível exercer controle à forma de Luiz Vieira, com

¹⁵⁷ Simultaneamente, Samuel Klabin ocupou o cargo de diretor-técnico da Klabin, cuidando do empreendimento em visitas mensais à Monte Alegre. O restante da família tocava os negócios em São Paulo e no Rio de Janeiro (Couto, 2017).

¹⁵⁸ De acordo com Couto (2017), em 1947, a fábrica produzia 60 toneladas de celulose sulfito e 100 toneladas de papel de imprensa. Em 1948, 28 órgãos da imprensa carioca, como *O Cruzeiro*, *Diário de Notícias* e *O Globo*, adquiriram papel produzido pela Klabin em Monte Alegre (Cony; Lamarão, 2001).

revistas em bagagens, inspeções nas moradias e prisões arbitrárias (Willer, 1997). Eram tempos democráticos e esse tipo de gestão não era a mais adequada para aquele espaço social, que se apresentava como referência ao desenvolvimento urbano e industrial nacional (Couto, 2017). Assim, a administração de Horácio Klabin optou pela manutenção do ordenamento na cidade e da produtividade na fábrica adotando estratégias de caráter cultural. Entre as iniciativas do chefe, que segundo Hellê Vellozo Fernandes tinham como interesse principal “[...] o aspecto humano da grande empresa” (Fernandes, 1974, p. 123), a criação de um jornal foi um elemento fundamental do processo civilizador empreendido em Monte Alegre (Vieira, 2020). Além disso, uma cidade que se projetava como modelo de industrialização para o país não poderia se furtar de ter o seu próprio veículo de comunicação, percebido à época como um signo de modernidade (Vieira, 2019).

Nesse contexto de afirmação de progresso e identidade local, Monte Alegre, em 23 de novembro de 1948, teve publicada a primeira edição de *O Tibagi*. Com exceção de Hellê Vellozo Fernandes, que se formou nos anos 1960, o jornal não contava com jornalistas profissionais; era apenas “[...] fruto do entusiasmo de uma equipe heterogênea, dum senhor de indústria idealista, dum médico polonês, duma professora brasileira, dum advogado poeta, duns jornalistas amadores de coração” (O Tibagi, 1959, p. 2). Apesar disso, apresentava-se como “[...] um jornal completo, com todas as características de um grande órgão de nosso país. Um patrimônio para a imprensa nacional” (O Tibagi, 1949d, p. 1)¹⁵⁹. Destinado sobretudo aos residentes das vilas urbanas de Monte Alegre, o jornal se apresentava como “[...] um amigo dedicado às suas causas” (O Tibagi, 1954b, p. 1), exercendo a função de mediador das questões locais¹⁶⁰. De acordo com Vieira (2015, p. 72-73), *O Tibagi* construiu para si e perseguiu as seguintes missões:

Cooperar com as expressões mais altas da cultura de divulga-las; colaborar para um país mais culto; contribuir no processo de evolução de sua comunidade; dedicar-se ao bem-estar da população; elevar o nível cultural das gentes; [...] irradiar a luz da civilidade nos sertões; levar aos leitores notícias, informações, pensamentos e opiniões; noticiar, atacar e defender, bem como ensinar e instruir; oferecer aos leitores algo de literatura; prestar auxílio à alfabetização; ser uma instituição que esclarece a comunidade consulta para saber, elogiar e julgar; servir à coletividade, contribuindo para o desenvolvimento cultural do Brasil.

¹⁵⁹ Dada a importância da família Klabin para a imprensa nacional, o diretor-fundador de *O Tibagi* tinha boas relações com proprietários de grandes jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo. De acordo com Hellê Vellozo Fernandes (1974, p. 127), essa era a razão de um jornal do interior ter acesso a “clichês dos fatos mais atuais”.

¹⁶⁰ De acordo com Vieira (2019, p. 53), essa prática era comum nos periódicos com perfil de empresa jornalística, que se engajava “[...] em projetos sociais, a partir da produção de *slogans* e campanhas nas quais o grau de assentimento público fosse significativo”. Entre as principais causas levantadas pelos jornais, e, portanto, também em *O Tibagi*, foi a luta contra o analfabetismo (Vieira, 2019).

Como é possível observar, no jornal *O Tibagi* de Monte Alegre, Hellê Vellozo Fernandes havia encontrado mais um espaço onde suas disposições herdadas e adquiridas foram direcionadas a um ideal. Ao lado de Horácio Klabin, conhecido também por ser um idealista (Coraiola, 2005), através da atuação na imprensa, partilharam a *illusio* que levava a acreditar na cultura como forma legítima de transformação individual e de progresso coletivo. Eles estavam profundamente engajados nesse "jogo" cultural, imbuídos da crença no poder da imprensa como ferramenta pedagógica, capaz de orientar comportamentos (Vieira, 2020)¹⁶¹. Por meio de suas publicações, *O Tibagi* atuou como um agente que contribuiu para a aceleração do processo civilizador local ao veicular narrativas de caráter pedagógico acerca das condutas consideradas desejáveis para o contexto urbano-industrial (Vieira, 2020).

No papel de “missionários” da cultura, Hellê Vellozo Fernandes e os demais integrantes do corpo editorial do jornal operavam seleções da realidade que eram atravessadas pelos interesses da Klabin. A presença de Horácio Klabin na redação evidenciava, inclusive, a influência do campo econômico sobre o meio jornalístico – daí que entre as representações colocadas em circulação em *O Tibagi*, grande ênfase foi dada àquela que vinculava o desenvolvimento industrial à própria existência de Monte Alegre, apresentando a empresa como agente benfeitor e digno de gratidão¹⁶². Desse modo, o periódico acabou também funcionando como um instrumento de controle e reprodução social ao colaborar para a formação de novas gerações de trabalhadores segundo padrões culturais por ele legitimados. Nesse processo, Hellê Vellozo Fernandes atuou ativamente no propósito de promover a elevação cultural seus leitores:

¹⁶¹ Segundo Vieira (2020, p. 165), “[...] acredita-se que o caráter pedagógico dos escritos de Hêl dirigia-se, principalmente, ao grupo de operários da fábrica e seus familiares, que estabeleciam relações de interdependência muito mais estritas com a camada superior, em comparação aos moradores do mato – portanto, deveriam saber como agir de acordo com a expectativa de seus interlocutores nessas ocasiões”.

¹⁶² De acordo com Bourdieu (2020), uma das principais disputas simbólicas na luta ideológica sobre o mundo social consiste em impor uma visão legítima da realidade. Nesse contexto, “os produtores culturais detêm um poder específico, o poder propriamente simbólico de fazer com que se veja e se acredite, de trazer à luz, ao estado explícito, objetivado, experiências mais ou menos confusas, fluidas, não formuladas, e até não formuláveis, do mundo natural e do mundo social, e, por essa via, de fazê-las existir” (Bourdieu, 2004, p. 176). Assim, os produtores culturais contribuem para a imposição de uma visão de mundo arbitrária que, ao se apresentar como natural e evidente, se impõe como legítima.

QUADRO 3 – Periodicidade de *Comentário da Semana* ao longo dos anos (1948-1964)

Ano	Crônicas publicadas
1948	2
1949	4
1950	12
1951	32
1952	42
1953	34
1954	31
1955	35
1956	37
1957	50
1958	39
1959	32
1960	44
1961	38
1962	42
1963	39
1964	6

Fonte: adaptado de Vieira (2020)¹⁶³.

O período e a frequência das publicações *Comentário da Semana* evidenciam como trajetória pessoal e intelectual são relacionais. Mãe de dois filhos, Paulo Geraldo Vellozo Fernandes e Moema Vellozo Fernandes, Hellê Vellozo Fernandes teve dificuldade nos primeiros anos da maternidade, como já visto na crônica dedicada à sua própria mãe. Diferente de outras mulheres e intelectuais de seu tempo, ela não romantizou esse processo. Ainda que provavelmente contasse com apoio de empregadas e as crianças tenham frequentado a escola desde o Jardim da Infância, o exercício da maternagem alterou sua disponibilidade para a produção intelectual. Embora dividindo funções, ela sempre foi uma mãe presente e atenciosa, mesmo trabalhando muito (Gazeta do Povo, 2008).

Segundo a *Gazeta do Povo* (2008), “quando os filhos Moema e Paulo Geraldo – ou Tuli e Nen como ela chamava carinhosamente – saíram de casa para continuar os estudos na capital, esperava ansiosamente pela volta dos filhos, que não perdiam a oportunidade de passar as férias junto dela”. Como os dados do quadro 3 demonstraram, houve uma correlação entre o

¹⁶³ O levantamento realizado por Vieira (2020) estende-se da primeira publicação de *O Tibagi*, em 23 de novembro de 1948, à data de instalação oficial do município de Telêmaco Borba, em 21 de março de 1964.

exercício da maternidade e sua produção intelectual. Assim, nos primeiros anos após o nascimento das crianças¹⁶⁴, sua contribuição ao jornal foi mais discreta. O auge de sua produtividade foi em 1957, coincidindo com o período em que as crianças possivelmente já residiam em Curitiba, em razão dos estudos. Isso significa que seu papel como produtora de bens simbólicos por meio de *O Tibagi* foi condicionado por sua posição social enquanto mulher e mãe, sendo tais marcadores parte fundamental dos limites e possibilidades concretas da atuação feminina no campo intelectual.

Quanto ao seu casamento, a união com um homem que a apoiava em suas atividades intelectuais, sociais e mesmo desportivas foi fundamental para o protagonismo que teve no interior e na capital. Conforme mencionado, as fontes indicam que Paulo Rios Fernandes apoiava a esposa em suas atividades públicas, já que não foi encontrada nenhuma referência nos escritos de Hellê Vellozo Fernandes que indicassem o contrário. Além disso, como nos anos iniciais de Monte Alegre havia muita demanda de trabalho (Cunha, 1982), acredita-se que o marido passava poucas horas em casa, possibilitando que ela usufruísse de seu tempo livre para escrever para *O Tibagi* e jornais da capital, visitar as “escolinhas do mato” e fazer sua ginástica no Harmonia Clube, entre outras atividades. Nos momentos de folga, participavam juntos de atividades sociais e culturais desenvolvidas na cidade-empresa. O protagonismo de Paulo Rios Fernandes, com destaque para sua participação no Lions Clube, contribuiu para ampliar a circulação de Hellê Vellozo Fernandes em Monte Alegre, incluindo espaços mais restritivos à participação das mulheres. Desta posição privilegiada, ela teve acesso a várias pessoas e informações que utilizou como material para seu *Comentário da Semana* em *O Tibagi*.

Além desse espaço próprio, a contribuição de Hellê Vellozo Fernandes para o desenvolvimento dos leitores via jornal esteve na editoria da *Página Social*, algumas vezes nomeada *Página Feminina* ou *Sociais-Literárias*. Entre avisos sobre casamentos, batizados e eventos sociais locais, constavam produções literárias selecionadas pela redatora de *O Tibagi*. Considerando apenas as edições comemorativas de aniversário do jornal, publicadas entre 1948 e 1964, os colaboradores mais frequentes foram Rodrigo Junior (5), Valfrido Pilotto (4), Faris Antonio Salomão Michael (4), Heitor Stockler (3), Helena Kolody (3), Luiza Steudel Iwersen (3), Mary Camargo (3) e Vasco José Taborda (3). O bom relacionamento de Hellê Vellozo Fernandes com instituições como a Academia de Letras José de Alencar, a Academia Feminina Espírito Santense de Letras, a Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul, a Academia

¹⁶⁴ São poucos os dados disponíveis sobre os filhos de Hellê. Com base no obituário de Paulo Geraldo Vellozo Fernandes, publicado pela *Gazeta do Povo* em 2023, que registra seu falecimento aos 73 anos, infere-se que seu nascimento tenha ocorrido por volta de 1947.

Paranaense de Letras, a Ala Feminina da Casa Juvenal Galeno, o Centro Cultural Euclides da Cunha e o Centro de Letras do Paraná contribuiu para que 98 autores diferentes tivessem seus trabalhos divulgados nas edições de *O Tibagi* observadas – entre excertos de obras já publicadas e textos inéditos para o jornal¹⁶⁵. Destaca-se a presença de 70 homens e 28 mulheres, em uma reprodução em pequena escala do predomínio masculino no campo intelectual curitibano e além dele. Acerca dessas colaborações, Hellê Vellozo Fernandes escreveu:

[...] podemos afirmar que fizemos o que pudemos, não só dado nossa colaboração irrestrita como publicando nas páginas de “O Tibagi” trabalhos dos maiores prosadores e poetas do Paraná e do Brasil. Um dos nossos fins foi sempre divulgar nossa literatura, a par do trabalho de noticiário social local. Este era indispensável; aquele, o mais importante. Não nos limitamos a resenhas do movimento literário brasileiro, desde os tempos do Brasil colônia, mas procuramos os trabalhos dos contemporâneos, a fim de oferecer aos leitores algo da literatura atual. Ano a ano, produzamos melhor matéria, maior contribuição e maior aperfeiçoamento. Com esse espírito, nessa diretriz (Hél, 1958c, p. 1).

A prática de incluir suplementos literários em jornais era comum nos anos 1950. Por meio deles, eram introduzidas inovações temáticas e tendências culturais emergentes, embora se possa apontar a ausência de espaço para a discussão das correntes políticas que envolviam as/os intelectuais da época (Bornatto, 2019). A publicação de conteúdo literário em *O Tibagi* configurava-se como um meio de promoção, divulgação e publicidade aos autores, sendo Hellê Vellozo Fernandes a responsável por dar visibilidade a vários deles, principalmente àqueles provenientes da capital paranaense¹⁶⁶. Acredita-se que essa posição conquistada em Monte Alegre, graças à conversão estratégica de diferentes tipos de capitais, permitiu que Hellê Vellozo Fernandes cultivasse ativamente – ainda que residindo no interior – uma rede de contatos com instituições e escritores notáveis no campo intelectual curitibano e para além dele. Se publicar em *O Tibagi* era uma forma de ampliar o alcance de uma obra ou o conhecimento acerca de dada/o autora/autor, manter relações intelectuais com Hellê Vellozo Fernandes configurava-se como uma estratégia em busca de consagração simbólica – já que, ao selecionar, organizar e publicar textos de escritoras/es consagradas/os e emergentes, ela instituiu critérios de legitimidade cultural.

Quando uma das autoras que Hellê Vellozo Fernandes colocou em circulação através de *O Tibagi* foi questionada, ela veio em publicamente em sua defesa. Em uma das únicas

¹⁶⁵ Na edição comemorativa de 1953, constou um agradecimento especial de Hellê Vellozo Fernandes à Rodrigo Junior por este ter reunido contribuições de vários literatos, organizado e remetido ao jornal *O Tibagi*.

¹⁶⁶ Os jornalistas possuem o monopólio sobre os instrumentos de produção e de difusão em grande escala da informação. Nas palavras de Bourdieu (1997, p. 66), “[...] eles exercem uma forma raríssima de dominação: tem o poder sobre os meios de exprimir publicamente, de existir publicamente, de ser conhecimento, de ter acesso à notoriedade pública”.

polêmicas que se envolveu, ao defender Helena Kolody, ela não protegeu apenas uma amiga de longa data; ela também demarcou seu próprio lugar de “voz autorizada” sobre literatura na imprensa de Monte Alegre e, de certa maneira, no próprio campo intelectual. Em 23 de janeiro de 1952, publicou em seu *Comentário da Semana*:

Aos leitores, não preciso me apresentar. Quanto a Icaronte, já teve provas de que sou adversária leal e aqui me tem novamente, para dizer que não concordamos. Mas não digo de uma forma pessoal, que tiraria todo o interesse desta amigável palestra, que [ilegível] chamou de polêmica. Permita-me que lhe diga com toda a sinceridade, o quanto o admiro. E olha lá, hein, que não é lisonja! É apenas a prova de que, nestes três anos de imprensa montealegrense, pela primeira vez tive a impressão de que não falava no deserto. Obrigada, pois, pela atenção, embora essa atenção fosse mais para menosprezar a minha opinião do que para ser sincera! (Hél, 1952b, p. 2).

Discordando de um leitor insatisfeito, que afirmou que a escrita de Helena Kolody não fazia sentido, era vazia (Hél, 1952b), Hellê Vellozo Fernandes, em sua tréplica, demonstrou preferir uma espécie de conciliação crítica ao embate direto, sinalizando o domínio das regras implícitas ao campo intelectual. Ao mesmo tempo, sua argumentação fez parecer que o interlocutor, sob pseudônimo Icaronte, desconhecia tais códigos. Ao afirmar que não era necessário se apresentar, ela mobilizou o capital simbólico já acumulado no interior e na capital, reconhecendo-se e fazendo-se reconhecer como participante autorizada do debate literário. Ao nomear a polêmica como “amigável palestra”, recorreu à ironia para converter a crítica em consagração – de maneira análoga ao que fizera em *Os Vergueiros* (Vieira, 2026). Sem recorrer ao ataque frontal, preservou suas redes de sociabilidade e fortaleceu sua autoridade simbólica em *O Tibagi*¹⁶⁷.

QUADRO 4 – Sociabilidade intelectual de Hellê Vellozo Fernandes em *O Tibagi* (1948-1964)

	Nome	Instituição ¹⁶⁸	Título
1	Adalto Araújo		O Pinheiro
2	Adalzira Bittencourt	Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul	Catânia
3	Ailsa Alves Santos	Academia Feminina Espírito Santense de Letras	A vírgula
4	Alceu Chichorro	Academia Paranaense de Letras	Ao envelhecer
	Alceu Chichorro	Academia Paranaense de Letras	E a vida continua...
5	Alcindo Lima	Academia Paranaense de Letras	Dizem que a vida é um rio...
	Alcyone Moraes Vellozo		México (México Indígena)

¹⁶⁷ De acordo com Vieira (2015), a presença de publicações dessas autoras e autores em *O Tibagi*, mediadas por Hellê Vellozo Fernandes, foi fundamental para legitimar a posição do periódico como enunciador da realidade social, uma vez que seu discurso era também amparado pela competência e autoridade das/os intelectuais que publicavam em suas páginas.

¹⁶⁸ A instituição constou no quadro somente nos casos em que a publicação original em *O Tibagi* estabeleceu relação explícita entre a autoria e sua filiação.

6	Alcyone Moraes Vellozo	Centro Cultural Euclides da Cunha	Intercâmbio Espiritual da Amizade Indoamericana – Contempla na crença o homem do futuro
7	Aleindo Lima	Academia Paranaense de Letras	Necrópoles de sonhos
	Aluizio de Abreu		Vela pandas – Taquaré
8	Aluizio de Abreu	Centro de Letras do Paraná	Assombração, trecho do livro Velas Pandas
	Anita R. Gonzales		Na querência
9	Anita R. Gonzales	Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul	Na querência
10	Annete de Castro Mattos	Academia Feminina Espírito Santense de Letras	Finados
	Annete de Castro Mattos	Academia Feminina Espírito Santense de Letras	Postais capixabas
11	Aroldo Bório (químico industrial das IKPC)		A defesa da celulose
12	Arthur Martins Franco		Diogo Pinto e a conquista de Guarapuava
13	Borell Du Vernay		Desviemos a rota...
14	Brasílio Louro	Centro Cultural Euclides da Cunha	Noturno (Poema sem cor definida)
15	Cândida Maria Santiago Galeno	Ala Feminina da Casa de Juvenal Galeno	O homem de cinza
16	Carlyle Martins	Centro de Letras do Paraná	Velho africano
17	Carmen Catta Preta Wilherln	Academia de Letras José de Alencar	Ao Paraná
18	Ciro Silva	Academia Paranaense de Letras	Pecadora
19	Clementino de Alencar		Trecho do romance Uma alegria sempre
20	Cyro Ehlke	Centro Cultural Euclides da Cunha	O homem da terra
21	Daily Luiz Wambier	Centro Cultural Euclides da Cunha	Despertar oportuno
	Daily Luiz Wambier	Centro Cultural Euclides da Cunha	Artificialismo (especial para “O Tibagi”)
22	Durval Borges	Academia Paranaense de Letras	O Ciúme (ao amigo Adaauto de Araujo)
23	E. D. Ferreira	Academia Paranaense de Letras	A fonte do Cassino Ahú
	E. D. Ferreira	Academia Paranaense de Letras	A máquina do tempo
24	Elias Domit	Centro Cultural Euclides da Cunha	Euclides da Cunha e sua grandiosa obra “Os Sertões”
25	Elias Karan		Comoros de areia (Santos Dumont o pai da aviação)
26	Emília Dantas Ribas		Trecho do romance A primavera voltará
27	Enói Reneé Navarro Swain	Centro de Letras do Paraná	A boneca de Natal
	Enói Reneé Navarro Swain	Centro de Letras do Paraná	Zé Maria
28	Euclides Bandeira	Centro de Letras do Paraná	Sacro
29	Euclides da Cunha	Centro Cultural Euclides da Cunha	Antonio Conselheiro
	Euclides da Cunha	Centro Cultural Euclides da Cunha	O Umbuzeiro (Os Sertões)
30	Evangelina Accioly	Ala Feminina da Casa de Juvenal Galeno	Eduque bem seu filho
31	F. R. Azevedo Macedo		Conquista pacífica dos campos de Guarapuava
32	Fagundes Varella		São Paulo

33	Faris Antonio S. Michael		Manual de conversação da língua Tupy
33	Faris Antonio S. Michael		Semântica versus concordância (Para “O TIBAGI”)
33	Faris Antonio S. Michael		Tio Pedro – Preto Velho
	Faris Antonio S. Michael	Centro Cultural Euclides da Cunha	A antropologia brasileira no século XIX
34	Feliz Aires		Trovas nacionais (organizador da Antologia)
35	Fernanda Brito		A república do cercado
36	Francisco Leite	Academia Paranaense de Letras	Luz e sombra
	Francisco Leite	Academia Paranaense de Letras	São Tomé e Anhangá
37	Gabriel Fontoura	Academia de Letras José de Alencar	Paraíso em flor
38	Gilberto Beltrão	Centro de Letras do Paraná	Emiliano Perneta + poema convallescente, de Emiliano Perneta
39	Graciette Saimon		Felicidade
40	Greta Rödelheimer Fuchs		Magreb
41	Guaracy Altamiro de Couto		O estudo do Português
42	H. de Monte Alegre (HK)	[Horácio Klabin]	O Jogador
	Heitor Stockler		Cena íntima
43	Heitor Stockler	Academia Paranaense de Letras	Rubros dominós
	Heitor Stockler	Academia Paranaense de Letras	Um tema de folclore
44	Hél		Falena
	Hél		Os dez maiores
	Helena Kolody		Canção de inverno
	Helena Kolody		Conselho
45	Helena Kolody	Academia de Letras José de Alencar	Sortilégio
46	Hellê Vellozo Fernandes		Meu aluno inesquecível
47	Heloneida Studart	Academia Feminina Espírito Santense de Letras	As verdades
	Heloneida Studart	Ala Feminina da Casa de Juvenal Galeno	Natal na cidade carnavalesca
48	IRIS		Súplica
49	Jandira Carvalho	Ala Feminina da Casa de Juvenal Galeno	O silêncio
50	João Alves Pereira	Centro Cultural Euclides da Cunha	Como conheci Euclides da Cunha
51	João de Curitiba (Rodrigo Júnior e Hél)		Pobres versos
52	João Marenda		Centenário e congressos [emancipação do Paraná]
53	Jorge Ramos		Uma colaboração de Portugal (Galo – poesia)
54	José Gelbecke		Ao Diabo
55	Júlio Moreira		História da medicina no Paraná
56	Karolus		A vida é assim...
57	Leda de Aparecida Camargo	Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul	Festa de São João
58	Léo Junior	Centro de Letras do Paraná	Curitiba
	Leonardo Henke		Canção
59	Leonardo Henke	Centro de Letras do Paraná	FANAL, à companheira distante
60	Leonor Castellano	Centro de Letras do Paraná	História da emancipação política do Paraná

61	Leonor Pereira	Academia Feminina Espírito Santense de Letras	Cambuy
62	Lou (de Monte Alegre)		Fragmentos
63	Luiz Carlos		Comparação
64	Luiz Guimarães Júnior		Visita à casa paterna
	Luiza Steudel Iwersen		Eterna Dita
65	Luiza Steudel Iwersen	Academia de Letras José de Alencar	O seixo
	Luiza Steudel Iwersen	Centro de Letras do Paraná	Bendito esquecimento!
66	Machado de Assis		Círculo vicioso
67	Marga Hildebrand Alvares	Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul	Sinfonia heroica
68	Maria de Lourdes Vasconcelos Pinto	Ala Feminina da Casa de Juvenal Galeno	Anjo moreno
	Maria de Lourdes Vasconcelos Pinto	Ala Feminina da Casa de Juvenal Galeno	Expedita
69	Maria do Carmo Silva Sounis		Trecho do romance entre o céu e a terra
70	Maria Nicolas	Centro de Letras do Paraná	Pela Liberdade
	Mary Camargo		A gota de orvalho
71	Mary Camargo	Academia de Letras José de Alencar	O Cristo Redentor
	Mary Camargo	Centro de Letras do Paraná	Aguaceiro
72	Milena Souza		A opinião do matuto (colabora o leitor)
73	Moacy Silva		Paraná
74	Natércia Cunha Vellozo	Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul	Ideal de amor
75	Ney Pompeo Machado		Colonização
76	Olavo Bilac		Ouvir estrelas
77	Orro Mario Capeaux	Academia de Letras José de Alencar	Nabuco e a literatura brasileira
78	Osvaldo Nascimento		O perigo platino (especial para O TIBAGI)
79	Otilia de O. Chaves	Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul	Chegando ao Egito
80	Ottokar Hanns	Centro Cultural Euclides da Cunha	O homem que desafiou a arte
81	Ox (Monte Alegre)		Meditação
82	Pompília Lopes dos Santos		Trechos do romance Afinidade
84	Raimundo Correia		As pombas
85	Rocha Pombo		Excerto de texto não identificado como cabeçalho da primeira página de edição comemorativa
	Rodrigo Junior		Luar de Opala
86	Rodrigo Junior	Academia de Letras José de Alencar	A hora em que rompe o Sol
	Rodrigo Junior	Academia Paranaense de Letras	A primeira poetisa de Ponta Grossa + poema Noite de Natal, de Maria Cândida de Jesus Camargo
	Rodrigo Junior	Academia Paranaense de Letras	Algumas notas sobre a nossa imprensa no passado
	Rodrigo Junior	Academia Paranaense de Letras	Prestígio dos sonhos
87	Romário Martins		Terra e gente do Paraná
88	Rosário Farâni Mansur Guérios	Academia de Letras José de Alencar	BOITATÁ
83	Roselys Vellozo Roderjan		Cultura Musical
89	Sá Barreto	Academia Paranaense de Letras	Para o poeta que dorme...

	Sá Barreto	Academia Paranaense de Letras	Consoladora certeza
90	Saint-Hilaire, tradutor: David Carneiro		Viagem no interior do Brasil em 1820 (capítulo XVI)
91	Serafim França	Academia Paranaense de Letras	Hino à terra
92	Stephania Rocha Bezerra	Ala Feminina da Casa de Juvenal Galeno	Arte
93	Tasso da Silveira	Academia de Letras José de Alencar	Espelho de Narciso
	Tasso da Silveira	Academia Paranaense de Letras	Prelúdio
94	Tito Pereira	Centro de Letras do Paraná	Cismando à lareira
95	Valfrido Pilotto		Diário de um tempo ruim – a missão dos moços
	Valfrido Pilotto		Sinopse da história regional do Paraná
	Valfrido Pilotto		Utilidade
	Valfrido Pilotto		Construamos com verdade a História do Paraná
96	Vasco José Taborda	Academia de Letras José de Alencar	Caminho do Cubatão ou do Itoupava
	Vasco José Taborda	Academia de Letras José de Alencar	O humorismo de Correia Junior
	Vasco José Taborda	Centro de Letras do Paraná	O homem que queria ser prefeito
97	Virgílio Moreira	Academia Paranaense de Letras	Castelo de saudades
98	Zeny Santos	Academia Feminina Espírito Santense de Letras	Cantigas de minha terra

Fonte: adaptado de *O Tibagi*, edições comemorativas (1948-1964).

Entre as redes de sociabilidade mantidas por Hellê Vellozo Fernandes via jornal *O Tibagi*, destaca-se sua relação com o Centro Cultural Euclides da Cunha. Ao observar o número de publicações das/os autoras/es por ela colocadas/os em circulação em *O Tibagi*, é perceptível que Faris Antonio S. Michaelle recebeu o mesmo destaque que Valfrido Pilotto, um grande apoiador da autora. Além desse euclidiano, outros 10 publicaram no referido jornal, representando um total de 11,2% das escritoras/es divulgadas/os por Hellê Vellozo Fernandes nas edições comemorativas do jornal observadas. Acredita-se que a aproximação com os “euclidianos” de Ponta Grossa teve razões geográficas, já que esta cidade estava localizada mais próxima de Monte Alegre em relação à Curitiba, mas principalmente por motivações intelectuais. Desde 1948, quando a Comissão Paranaense de Folclore foi instalada em Curitiba – como resultado de um esforço em cadeia nacional dos estudiosos em defesa das manifestações folclóricas (Vieira; Guebert, no prelo) –, um alto grau de legitimidade foi alcançado pelos estudos de folclore – especialmente na década de 1950, sendo o Centro Cultural Euclides da Cunha uma referência na temática (Guebert, 2023).

A aproximação de Hellê Vellozo Fernandes com este centro cultural pode ser atribuída ao fato de que a referida instituição se dedicava ao estudo do folclore e da cultura popular, buscando “traduzir” culturalmente tais manifestações. Uma vez que a produção escrita da

intelectual tinha como referência seu convívio direto com os “caboclos”, sua literatura guardava relações com o ideal euclidiano, de uma/um intelectual que se desloca ao “sertão” para denunciar “a terra, os homens, a luta” (Vieira; Guebert, no prelo). Além disso, outra afinidade esteve na valorização da “linguagem do sertão” e na manutenção de traços da oralidade na escrita, buscando dar destaque às pessoas comuns e suas tradições. Assim, a produção de Hellê Vellozo Fernandes, especialmente as crônicas *Nos campos e nos pinhais*, não apenas registrou a realidade social dos acampamentos de Monte Alegre, mas fez parte de um debate historiográfico e literário mais amplo, que no Paraná foram desenvolvidos pelos euclidianos de Ponta Grossa e outros folcloristas, como sua irmã Roselys Vellozo Roderjan.

Vale ressaltar que tais crônicas, que relataram experiências atreladas à sua atuação como coordenadora das “escolinhas do mato”, foram elaboradas ou reescritas posteriormente, quando Hellê Vellozo Fernandes havia voltado a residir em Curitiba, período de intensas mudanças políticas, econômicas e culturais no país. Sua análise (capítulo 3) apresenta indícios desse projeto intelectual de ação e registro que ela tomou para si. Assim, a vida nos acampamentos da Klabin (uma das expressões do Brasil rural) não era, para ela, apenas tema literário, mas foi objeto de uma missão civilizatória, materializada sobretudo na escola, por meio da combinação entre alfabetização e higienismo. Atuando e registrando suas ações, nesse processo evidenciou o abandono histórico das populações pobres rurais e suas precárias condições de vida, e defendeu que somente a educação poderia transformar os “caboclos” e seu *habitus* de “Jeca Tatu” – para fazer alusão a uma metáfora corrente à época – em indivíduos úteis para a sociedade. Como cronista dessa realidade social, ela pode, de maneira análoga ao que Euclides da Cunha fizera meio século antes, refletir sobre sua experiência de campo para reforçar a necessidade de intervenção, típica da alteridade das/os intelectuais brasileiras/os, obcecadas/os com a transformação do caráter rural do “nosso povo”.

Ainda que Hellê Vellozo Fernandes não pertencesse oficialmente ao Centro Cultural Euclides da Cunha, até mesmo porque este espaço institucional tinha fortes características androcêntricas¹⁶⁹, seu papel como editora de *O Tibagi* foi visto como uma oportunidade de reconhecimento e de alcance para os euclidianos¹⁷⁰ – já que o jornal produzido em Monte

¹⁶⁹ O Centro Cultural Euclides da Cunha foi fundado em 1948 e, em seu anúncio inicial, afirmava buscar congregiar homens e mulheres que dedicavam sua atenção à cultura, sem qualquer tipo de distinção. No entanto, as primeiras mulheres foram admitidas apenas em 1957 e ocuparam posições de menor visibilidade dentro da agremiação (Guebert, 2023).

¹⁷⁰ De acordo com Karvat e Guebert (2013, p. 3), os intelectuais do Centro Cultural Euclides da Cunha “[...] por vezes nasciam no interior e dali raramente saíam. Através da agremiação cultural buscavam construir uma imagem de nação unificada e por outro lado, dar destaque ao regional. [...] Em geral, escreviam para a imprensa local e regional e tinham dificuldade de publicar suas obras”.

Alegre era distribuído às quintas-feiras aos funcionários da fábrica, sendo também enviado para as cidades onde havia escritórios ou representantes da Klabin. Assim, *O Tibagi* era lido em diferentes regiões do país: no Paraná, circulava nas cidades de Apucarana, Arapoti, Assaí, Castro, Curiúva, Curitiba, Guarapuava, Ipiranga, Jacarezinho, Jaguariaíva, Joaquim Távora, Laranjeiras do Sul, Londrina, Maringá, Palmeira, Paranaguá, Paranaíba, Pinhalão, Ponta Grossa, Reserva, Ribeirão Claro, Rio Negro, Rolândia, Santo Antonio da Platina, Ortigueira, Tibagi, Siqueira Campos e Wenceslau Braz; em São Paulo, circulava na capital, Itapeva, Itararé e Santos; em Santa Catarina, na cidade de Joinville; no Rio Grande do Sul, na capital e em Santa Maria; em Minas Gerais, nas cidades de Belo Horizonte e Juiz de Fora; e na cidade do Rio de Janeiro (*O Tibagi*, 1952)¹⁷¹.

Além de sua função pedagógica, cultural e simbólica, *O Tibagi* também assumia um papel social prático no cotidiano de Monte Alegre. Ainda que grande parte dos exemplares fosse distribuído gratuitamente aos funcionários da Klabin nas localidades de Harmonia, Lagoa, Mauá e nas Guarda-Morias de Antas, Miranda e Palmas¹⁷², a renda obtida com a venda e com os anúncios publicados no jornal era revertida em ações de assistência social para a população local, notadamente os residentes dos acampamentos. O Departamento Feminino de Assistência Social de Monte Alegre, por sua vez, usava do espaço do jornal para, primeiramente, reunir moças e senhoras dispostas a ajudar e, posteriormente, divulgar as ações assistencialistas prestadas¹⁷³. Segundo publicou *O Tibagi* (1949e, p. 1), a ideia de realizar obras de beneficência partiu de uma jovem da elite local, Mariana Rys, e foi apoiada inteiramente por Horácio Klabin, que participou de reunião com as interessadas e explicou a finalidade da ação social: “inicialmente, tratar-se-á da confecção de roupinhas e aquisição de presentes vários para o

¹⁷¹ Existem poucos dados sobre a tiragem de *O Tibagi*. No início das publicações, o jornal imprimia 500 cópias por edição (*O Tibagi*, 1959). Mediante o número de cidades para os quais eram enviados exemplares, bem como a presença de agentes-correspondentes nas cidades de Arapoti, Assaí, Castro, Curitiba, Itararé, Jaguariaíva, Ortigueira, Pirai do Sul, Ponta Grossa, Tibagi e Ventania (*O Tibagi*, 1951b), infere-se que a tiragem do jornal foi progressivamente ampliada.

¹⁷² Existem poucas informações sobre as Guarda-Morias da Fazenda. Pela leitura de *Monte Alegre, Cidade-Papel* (Fernandes, 1974), parecem se referir a um espaço administrativo da Klabin, relacionado ao Setor Florestal, a partir do qual o trabalho de plantio e extração de matéria-prima era organizado.

¹⁷³ É importante destacar que o Departamento Feminino de Assistência Social de Monte Alegre fazia parte de um projeto mais amplo de assistência desenvolvido pela Klabin, que incluiu principalmente consultas médicas e operações. A esse respeito, Paulo Rios Fernandes relatou: “[...] com o Horácio Klabin se fez a Assistência Social Florestal, essa Assistência Social Florestal foi um benefício muito grande para o pessoal mais pobre, que era o pessoal do mato, porque desde que eles tivessem uma certa produção, eles poderiam internar em hospital os seus familiares, eles ou os seus familiares podiam se internar. Então o quê que acontecia? Acontecia que num raio mais ou menos de 80 a 100Km não tinha um serviço médico organizado como o da Indústria Klabin, então o pessoal ia lá trabalhar, o pessoal do mato, para ter direito a esse Memorando Livre, que eles chamavam, de Assistência Social, que podiam tratar todos os seus familiares. Então o cara tinha uma hérnia para fazer, ou tinha alguma outra operação para fazer, ele então ia para o mato, trabalhava no mato para poder ter direito e resolvia seus casos de saúde” (PRF – Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993, p. 26).

próximo Natal das Crianças Pobres de Monte Alegre”. Sobre a “caridosa iniciativa das senhoras da sociedade local”, *O Tibagi* (1949f, p. 8) publicou:

Soubemos há dias com invulgar satisfação, que diversas senhoras da sociedade local, apoiadas incondicionalmente pelo dr. Horácio Klabin, essa figura sem par, grande animador e promotor de iniciativas que visam o bem-estar geral, que será criada em M. Alegre uma instituição de assistência às gestantes, lactantes e à infância em geral. Essa iniciativa sem dúvida dispensa que falemos da importância pois que, tão magnífica, representa a nosso ver, a consumação, como ato de bondade humana, do ideal mais puro e alto, qual seja o de formar bem, física, moral e intelectual o indivíduo desde a sua gestação, para que esse indivíduo seja apto a desempenhar seu papel na sociedade.

Nesse propósito, Hellê Vellozo Fernandes integrou e participou da Comissão Dirigente do Departamento Feminino de Assistência Social. Além disso, foi uma das responsáveis pela entrega dos enxovais e demais donativos às populações carentes da Fazenda Monte Alegre¹⁷⁴. Em entrevista para o Centro de Documentação e Memória Klabin, Hellê Vellozo Fernandes comentou sobre como começou a atuar na distribuição de ajudatórios nos acampamentos. Segundo ela, Edith Gordon, que foi fundadora do primeiro jardim de infância local, a convidou para “[...] sair num jipe, no meio do mato, procurar os ranchos onde estavam as parturientes, que eram, em geral, cadastradas pela ORMASA¹⁷⁵, iam consultar no hospital, eram cadastradas” (HVF - Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993, p. 44). De acordo com o relato de Hellê, as demais senhoras não gostavam dessa parte do serviço de assistência. Já que “[...] todas preferiam ficar se reunindo e cortando os enxovaizinhos, costurando, fazendo tudo que era preciso para a gente ir entregar, [...] eu fui às entregas com a dona Edith Gordon” (HVF - Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993, p. 44). As visitas aos acampamentos para fins assistenciais ocorriam no dia de pagamento, quando Hellê Vellozo Fernandes aproveitava para pegar uma carona com o responsável da Klabin. Chegando ao destino, “[...] mensageiras que somos do Lions, da Assistência ou de amigos, que sempre têm o que dividir com os menos favorecidos”, visitava rancho por rancho (Hél, 1957c, p. 2). Sobre as atividades de benemerência nos acampamentos, ela escreveu:

¹⁷⁴ No primeiro ano de atuação do Departamento Feminino de Assistência Social de Monte Alegre, foram beneficiadas 2504 crianças. Desse total, 775 eram filhas/os de empregados diretos da Klabin, enquanto 1729 pertenciam a famílias de trabalhadores do Setor Florestal.

¹⁷⁵ De acordo com Correia (1998, p. 6), “antecipando um procedimento que posteriormente seria estendido a outros setores da Empresa em meados nos anos quarenta [a Klabin] terceirizou o serviço médico. Na ocasião foi criada a ORMASA – Organização Montealegrense de Saúde – da qual os médicos eram sócios e que – mediante contrato com a Klabin – passou a administrar o hospital, os postos de saúde e as farmácias”. O marido de Hellê Vellozo Fernandes foi um dos responsáveis por essa organização médica. A esse respeito Paulo Rios Fernandes relatou: “eu morei em Monte Alegre até 88, eu fiquei de 45 a 88, eu fiquei 42 anos e meio, sendo que os últimos anos, eu saí da ORMASA em 77, eu vendi as minhas ações em 77 para outro médico lá, que começou menino lá no meu tempo” (PRF – Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993, p. 44).

Via de regra, no primeiro encontro, as crianças têm os rostos e as mãozinhas sujas; o couro cabeludo está revestido de grossa camada de carepa; os cabelos empastados, denunciando a falta de banho. Uma mãe de vestido limpo, com um bebê envolvido em panos limpos é motivo de rara alegria. Então nos dispomos a tarefa desagradável de entrar no assunto de higiene e asseio, de alimentação e vestiário, procurando incutir novas ideias a nossa gente do mato. [...] Prometemos voltar e voltamos! Então, nossas conhecidas vêm rodear-nos, com as crianças de cabelos a escorrer água, ainda marcados pelos dentes dos pentes (Hél, 1957c, p. 2).

No entanto, nem todas as mães dos acampamentos eram receptivas às ações de Hellê Vellozo Fernandes. Certa vez, ao chegar em um dos ranchos, foi destratada por uma mulher que foi objeto de sua intervenção – que consistia na entrega de sabonetes e orientações sobre a higiene das crianças. Esse tipo de prática de resistência¹⁷⁶ contra as ações de caráter civilizatório empreendidas pela Klabin e seus representantes foram recorrentes e relatadas pela própria Hellê Vellozo Fernandes, como na crônica *Pelos acampamentos*:

Limpa com a mão o nariz, cospe ao lado o cigarro e ri da nossa oferta. O riso transforma-se em gargalhada se falamos em ajuda! E a gargalhada mistura-se à desculpa e à zombaria: – Pois eu tenho que deixar meu serviço da casa pra cuidar de criança, é? Ah ah ah... Vou cuidar todo o dia do bichinho, é? Ah, ah, ah! E elucidou-nos: – As sras. não vêm que criança não para e que o rancho não tem soalho? Que é tudo terra e a terra é suja?

Passa a mãos sujas pela boca, desliza os dedos pelo vestido que perdeu a cor, aponta-nos com a unha preta e, triunfante, procura atingir-nos mais profundamente. – As sras. ganham muito dinheiro da Companhia para vir até aqui com essa história de lavar criança e de água que não custa nada. Ganham muito... Mas pra que lavar se suja outra vez? (Hél, 1957c, p. 2).

Na continuação da crônica, Hellê Vellozo Fernandes afirmou ter desistido da mulher, já que “ela não entenderia algo como a solidariedade humana” (Hél, 1957c, p. 2). Aqui, mais uma vez, ficam evidentes elementos da *illusio* que mobilizou sua intervenção pública. Mais do que, supostamente, servir aos interesses da empresa, como abertamente acusada, Hellê acreditava no que estava fazendo, envolvendo-se diretamente nas questões sociais locais. No entanto, ainda que sua crença na possibilidade de educar, higienizar e “civilizar” os habitantes das zonas rurais de Monte Alegre tenha mobilizado ações que atenderam a necessidades imediatas de parte desta população, tais práticas estavam profundamente marcadas por formas

¹⁷⁶ As práticas de resistência nem sempre carregam conotação política, pois podem derivar de desajustes do *habitus* frente às demandas ou expectativas do espaço social em que os agentes se encontram. Em certas circunstâncias, no entanto, essas práticas podem manifestar-se como recusa à violência simbólica, ao questionar classificações e hierarquias impostas. Nos termos de Bourdieu (2012, p. 15), a resistência às imposições simbólicas advém da “[...] tomada de consciência do arbitrário, quer dizer, a revelação da verdade objetiva e o aniquilamento da crença”.

de dominação simbólica e material, dadas as condições estruturais impostas pelos diferentes monopólios exercidos pela Klabin no cotidiano das populações locais (Vieira, 2020)¹⁷⁷.

Em relação ao plano político mais amplo, as ações realizadas em Monte Alegre seguiram mantendo afinidades com o poder central. Em 1951, Getúlio Vargas voltou à Presidência da República e, em 1953, realizou sua segunda visita à Fazenda, vindo então em pleno funcionamento aquilo que, em 1944, havia lançado as pedras fundamentais. De acordo com Hellê Vellozo Fernandes (1974), na primeira estadia, com Monte Alegre ainda em construção, o presidente Getúlio Vargas se impressionou com o número de escolares, vestidos em guarda-pó branco fornecido pela empresa, que agitavam bandeirolas saudando sua passagem pela Avenida Brasil. Para Hellê Vellozo Fernandes (1974, p. 122), “a década de 1940 foi a mais movimentada, com gente entrando, gente saindo, gente aventurando, gente se fixando para a vida toda. Depois, aos poucos sedimentou-se a massa operária num trabalho mais estável, mais ordenado, dentro de novo organograma”. Assim, na segunda vez em que o presidente esteve ali, a população da Fazenda Monte Alegre já ultrapassava 12 mil habitantes (Carvalho, 2006) e a cidade-empresa se configurava como uma vitrine de seu projeto nacional de modernização.

A descrição da visita do presidente feita por Hellê Vellozo Fernandes (1974, p. 174-176) permite compreender aspectos do espaço social ocupado pela elite de Monte Alegre e a imagem de progresso que se buscava projetar:

O Hotel, no estilo de casarão de montanha alpina, é de categoria internacional e hospedará as altas personalidades da comitiva presidencial. Getúlio Vargas, porém, ficará na Casa da Diretoria [da Klabin], um pouco adiante, na sossegada ruazinha que segue para a represa do rio Harmonia, no abrigo verde de um pinhal nativo. Enquanto percorre a avenida principal [de Harmonia], o Presidente vê, de ambos os lados, bangalôs de alvenaria, no meio de jardins cuidados; à esquerda, a Vila Operária desde suas casas até a represa; à direita, a Vila Caiubi e, logo em seguida, os chalés estendem-se pelas ruas em curvas, até o valezinho do rio Laranjeiras [...]. Enfim, uma cidade cresceu e está organizada. No lugar do depósito de máquinas, o longo prédio, de um pavimento: o Grupo Escolar Manoel Ribas (que ele irá inaugurar oficialmente), vizinho à igreja de torre cônica, de cor prata [...]. Após a visita à Fábrica, um churrasco aguarda-os no eucaliptal do Harmonia Clube [...]. Mais uma vez Getúlio Vargas sente-se à vontade em Monte Alegre. Mais uma vez veio por dois dias, quebra o protocolo e demora-se quatro.

A delonga do presidente em sua segunda visita à Monte Alegre permite compreender duas questões: a primeira diz respeito à afinidade de interesses políticos e econômicos entre o chefe da nação e os Klabin – expressos também pela indicação de Horácio Lafer para atuar

¹⁷⁷ De acordo com Vieira (2020), desde os primeiros dias de Monte Alegre, a Klabin (por intermédio de seus representantes) exerceu em sua propriedade privada o monopólio econômico, dos serviços essenciais, do espaço, da violência e da informação.

como Ministro da Fazenda de seu governo¹⁷⁸; e a segunda refere-se ao ambiente culturalmente interessante que Getúlio Vargas ali encontrou. A título de exemplo, de acordo com escritor norte-americano John dos Passos (2013, p. 142), as conversas nos jantares na casa de Horácio Klabin tinham nível internacional, “[...] que podia perfeitamente ter ocorrido em Fontainebleau ou em algum subúrbio parisiense ao longo do Marne”. O anfitrião tinha “[...] educação e formação cultural [que] pareciam ser inteiramente europeias. Estava atualizado em relação aos últimos acontecimentos em arte e literatura no mundo todo” (Passos, 2013, p. 141)¹⁷⁹. Além de Horácio Klabin, outros membros da elite local, como Hellê Vellozo Fernandes, desenvolviam e participavam de diversas atividades de caráter cultural, tais como aniversários, casamentos e bailes de gala no Harmonia Clube; exposições de esculturas e desenhos; apresentações de teatro; orquestras e shows; desfiles e comemorações cívicas; concursos e eventos beneficentes, além de jantares e chás do Lions Clube¹⁸⁰.

No contexto de Monte Alegre, o Lions Clube foi organizado em 1954 e teve Paulo Rios Fernandes, marido de Hellê, como primeiro presidente. As reuniões semanais, geralmente com jantares no Hotel Ikapê, tornaram-se um dos principais espaços de reunião e desenvolvimento cultural da elite local, refletindo em escala regional, os princípios da Associação Internacional fundada em 1917 e implementada no Brasil a partir de 1952 (Lions Internacional, 20--). A criação da agremiação no país decorreu da crença “[...] no desenvolvimento de projetos e atividades para o bem das comunidades [...], tendo por meta prestar serviços desinteressados onde quer que seja necessário; em servir sem distinção de raça, crença, nacionalidade, religião ou política” (Lions Internacional, 20--, p. 1). O lema adotado pela instituição foi “nós servimos” e seu slogan era: liberdade, igualdade, ordem, nacionalismo e serviço. Alinhada a tais propósitos, Hellê Vellozo Fernandes buscou maior protagonismo dentro da instituição, mas teve autorizada apenas uma participação secundária – já que às mulheres não era permitido o ingresso como membras do Lions Clube. Inconformada, muito educadamente, ela questionou o porquê dessa exclusão, tanto no jantar de fundação da agremiação quanto ao relatar sobre o evento em seu *Comentário da Semana*:

No que toca a nós, as leas, interessa o fato de ser o “Lions Clube” privativo de homens. Aí, somos companheiras convidadas para certas sessões ou jantares.

¹⁷⁸ Horácio Lafer era primo de Horácio Klabin. Suas famílias, de origem judaica, se uniram mediante matrimônios e sociedades empresariais. De acordo com Cunha (1982, p. 39), esses imigrantes oriundos da Lituânia “[...] iniciaram-se no Brasil nas atividades de comércio e importação do papel; em 1906, começaram sua própria fabricação no interior de São Paulo”.

¹⁷⁹ Couto (2017, p. 295) descreve Horácio Klabin como figura de intensa atuação empresarial, cultural e esportiva, destacando sua ampla rede de relações nacionais e internacionais.

¹⁸⁰ Relação organizada a partir da leitura flutuante da coluna *Em Sociedade*, publicada na página social de *O Tibagi*, entre 1959 e 1964.

Podemos compor um “Comitê Feminino”, destinado a obras de caridade; podemos trabalhar nele não como sócias, mas como ajudantes dos associados. Ante as altas finalidades do “Lions” e sua orientação inteligente, ocorreu-nos a pergunta desse porquê da exclusão da mulher de seu quadro social. Seria por motivo histórico, pelo fato de que na data de sua fundação não ser do hábito das mulheres ultrapassarem seus cuidados com a casa e os filhos? (Hél, 1954d, p. 2).

A publicização de seus questionamentos indica que Hellê Vellozo Fernandes não se satisfazia em participar apenas do Chá das Leas, que ocorria todas as terças-feiras no Harmonia Clube. Ela queria, na mesma proporção que os demais associados do *Lions*, atuar pela comunidade local e obter reconhecimento simbólico por essa atuação. Pulsava em Hellê o desejo de contribuir socialmente e, sendo o Lions Clube de Monte Alegre um espaço que objetivava a “[...] amizade entre os homens e maior compreensão nas comunidades, [...] trabalhando em prol do bem-estar geral” (O Tibagi, 1954d, p. 9)¹⁸¹, ela queria fazer parte desse grupo também. No entanto, a despeito dos questionamentos locais feitos por Hellê Vellozo Fernandes, que também ocorriam em outras cidades do país e do mundo, a primeira mulher a integrar o corpo de membros da instituição foi Maria Nydia Manzano de Freitas, em 1987 (Lions Internacional, 20--, p. 1).

Seu posicionamento acerca da exclusão das mulheres entre os associados do Lions Clube e o fato de ter continuado a atuar de forma secundária na instituição ilustram que ela percebia sua condição e os limites relacionados à sua posição naquele espaço social. Ainda assim, para Hellê Vellozo Fernandes (1978), a inserção da mulher no espaço público deveria ocorrer por meio da cooperação, em vez do conflito, sugerindo que elas se adaptassem às estruturas sociais existentes sem desafiá-las frontalmente. Nesse contexto, “[...] as mulheres mais conservadoras e adequadas às performances mais convencionais de classe e gênero não foram menos atuantes no espaço público, nem conformadas e silenciosas” (Martins, 2023, p. 24). Ao tensionarem os limites socialmente impostos às mulheres, sem, no entanto, romper com os padrões de gênero de sua classe, elas também elaboraram formas próprias de crítica, ainda que mantivessem o conservadorismo como “[...] referência moral e intelectual para pensar, agir e escrever” (Martins, 2023, p. 24).

Nesses termos, buscando existir socialmente, Hellê Vellozo Fernandes e as demais “leas” ocuparam outros espaços através de ações tomadas no interior do Lions Clube. Um exemplo foi a formação do primeiro grupo de escoteiros de Monte Alegre, mediado pela

¹⁸¹ Uma das principais atividades desenvolvidas pelo Lions Clube de Monte Alegre foi a criação de uma Biblioteca Pública, em 1955, que contou com a colaboração de seus membros tanto na doação de exemplares quanto com colaborações em dinheiro. Enquanto durou o projeto de organização da biblioteca, *O Tibagi* publicou listas contínuas de livros (nome da obra, autor e doador) que passaram a fazer parte do acervo. As doações incluíam diversos títulos de caráter literário, histórico e científico, bem como enciclopédias.

agremiação. Segundo foi publicado no jornal *O Tibagi*, “[...] vários jovens montealegrenses juntaram-se com entusiasmo à esta nova organização, que tanto benefício traz à juventude. Está se formando também um grupo de escoteiros femininos denominado oficialmente Bandeirantes” (Zappert, 1957, p. 8) – espaço no qual Hellê Vellozo Fernandes atuou como chefe bandeirante de 43 meninas e moças da elite local, que se reuniam regularmente na cidade ou em acampamentos para seguir “[...] com alegria os ideais do famoso general Baden-Powell” (Zappert, 1958, p. 12, segundo caderno), voltados aos “[...] jovens que quisessem se preparar para a vida, viver aventuras e promover a paz” (Movimento Bandeirante Brasil, 20--).

No período em que Hellê Vellozo Fernandes atuou como chefe bandeirante¹⁸², foram promovidos programas sociais e acampamentos que contaram com a participação de grupos de bandeirantes de diferentes estados (Paraná, São Paulo, Minas Gerais); campanhas de arrecadação de fundos para a proteção da maternidade e da infância em Monte Alegre (provavelmente em ação conjunta com o Departamento Feminino de Assistência Social de Monte Alegre); "shows" improvisados com repertório variado de músicas folclóricas e regionais; e, junto aos escoteiros, diversas edições do "Fogo de Conselho", atividade que envolvia palestras e apresentações culturais. Hellê Vellozo Fernandes via no Movimento Bandeirante uma possibilidade de formar mulheres mais autônomas – isso porque os acampamentos, por exemplo, constituíam oportunidades para que essas meninas adquirissem novos conhecimentos, principalmente, “[...] o contentamento interior de bastar-se a si mesma e ajudar às demais” (O Tibagi, 1958, p. 8). Em razão do protagonismo de Hellê na liderança dessas jovens, sua casa, por vezes, foi espaço para reuniões semanais envolvendo as bandeirantes – sendo sua filha Moema Vellozo Fernandes também uma das integrantes do grupo de Monte Alegre.

O desejo de Hellê Vellozo Fernandes em contribuir socialmente, evidenciado por sua busca por protagonismo dentro do espaço do Lions Clube e a possibilidade de agência na liderança do Movimento Bandeirante¹⁸³, integrava uma disposição social moldada desde a infância e juventude. O apreço pela natureza e sua contemplação desenvolvidos na chácara de seus avós e nas viagens realizadas em família, bem como o estímulo intelectual recebido que a

¹⁸² O acesso às publicações de Hellê Vellozo Fernandes sobre o Movimento Bandeirante em Monte Alegre abrangeu o período entre 23 de outubro de 1948 e 21 de março de 1964. No entanto, acredita-se que a agência da intelectual neste setor se estendeu por várias décadas, já que em 1991 ela figurou como membra da Comissão Editorial da revista escoteira *Fogo de Conselho*.

¹⁸³ De acordo com Orlando (2019, p. 1504), a partir de movimentos como o bandeirantismo, as mulheres “[...] produziram discursos, empreenderam práticas educativas e lutaram de modos distintos contra um modelo social e cultural que as colocavam nos bastidores da história. Suas ações, ainda que, em larga medida, possam ser associadas a um conservadorismo político e social, dão a ver modos pelos quais afirmaram seu direito de existir como sujeitos, como mulheres”.

ensinou admirar a paisagem, as histórias e a cultura do interior, vinham de longa data. Esse apreço, integrante do *habitus* de Hellê, permitiu-lhe encontrar espaços de significação no meio do pinhal, enquanto outras mulheres optavam por formas socialmente legitimadas de atuação feminina em seu grupo social, como bordar enxovais. Sua conexão com o ambiente rural, no entanto, não era apenas uma questão de afeto, uma vez que durante sua formação na Escola de Professores havia sido treinada para atuar nas Escolas Isoladas que se espalhavam pelas regiões mais distantes do interior do Paraná. Como resultado dos processos de aprendizagem no âmbito familiar e escolar, bem como por reforços recebidos no decorrer de sua participação em diferentes instituições de caráter cultural, Hellê Vellozo Fernandes acreditava na transformação social por meio da educação e da cultura, sendo intelectuais de elite como ela responsáveis pela orientação desse processo.

Ainda que Hellê Vellozo Fernandes tenha acumulado múltiplos papéis socialmente valorizados – mãe, esposa, escritora premiada, cronista, redatora social, benemerente e chefe bandeirante –, essas experiências não supriam plenamente sua necessidade de atuação pública. Ao mesmo tempo, embora Monte Alegre fosse menos conservadora em alguns aspectos relacionados ao papel da mulher, persistiam restrições para o protagonismo destas em importantes agremiações locais. Assim, a atuação na coordenação das “escolinhas do mato” parece ter sido a oportunidade que Hellê Vellozo Fernandes encontrou para sua satisfação pessoal. Sendo a docência uma profissão tipicamente feminina, em meados do século XX, era socialmente esperado que uma mulher, se trabalhasse, atuasse preferencialmente no magistério. No entanto, para além do estágio obrigatório no interior, eram raras aquelas que se submetiam a atuar na zona rural, pelas dificuldades de deslocamento e mesmo pela precária estrutura escolar. Somente as professoras que alimentavam um senso de missão, que haviam incorporado a *illusio* sobre a educação como prática civilizatória das populações rurais, se dispunham a atuar nessas regiões, tal como Hellê Vellozo Fernandes em Monte Alegre.

Na Fazenda, como mencionado, chegaram a existir 33 escolas instaladas nos acampamentos da Klabin. Essas, no entanto, estavam situadas em um espaço social muito diferente de Harmonia. A vida nos acampamentos – nomeados segundo alguma história ou peculiaridade local, como Canivete Perdido, Calcanhar de Sapo, Laranja Azeda, Capão do Graxaim e Mandaçaia – era bastante precária. Se na cidade-empresa havia uma infraestrutura diversificada, que incluía cinemas, bares, igrejas, hospital, farmácia, escolas, serviços bancários e de comunicação (jornal e rádio), além de estabelecimentos comerciais, como açougue, padaria e lojas, e serviços públicos como água encanada, sistema de esgoto e energia elétrica, nos acampamentos, os trabalhadores e suas famílias moravam em “ranchinhos” de chão batido,

dependiam do mercado do empreiteiro para suas necessidades básicas e precisavam buscar água na fonte. Justamente por essa razão, muitos deles eram localizados próximos aos rios e doenças como a malária se proliferavam no verão – requisitando visitas médicas, em parte realizadas por Paulo Rios Fernandes (Fernandes, 1974)¹⁸⁴.

As doenças infantis eram as que mais preocupavam: desnutrição e desidratação eram comuns “[...] porque o pessoal não dava uma alimentação adequada para as crianças, não sabia dar, então a nossa luta muito grande foi com essa parte” (PRF – Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993, p. 29). Muitos passavam fome. Os pais de famílias extensas, com 9, 10, 12, até 15 filhas/os, não conseguiam comprar comida o suficiente para todos. A alimentação dependia, em geral, dos empreiteiros, que estabeleciam um armazém na localidade em exploração. Vendiam principalmente arroz, feijão e charque a preços elevados. Os trabalhadores ficavam sempre devendo, e no final do mês nada tinham a receber. Além da fome, a falta de higiene era considerada a principal responsável pela mortalidade infantil (PRF – Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993). Na tentativa de evitar os óbitos, principalmente dos recém-nascidos, o Departamento Feminino de Assistência Social de Monte Alegre entrou em ação, preparando os enxovais que Hellê Vellozo Fernandes entregou às mães, junto com noções higienistas atreladas à puericultura.

Como os trabalhadores dos acampamentos eram terceirizados e sem especialização, seus salários eram os mais baixos na hierarquia social de Monte Alegre. No caso dos lenhadores, por exemplo, o pagamento era calculado com base no metro de madeira cortada. Se chovia ou se ficavam doentes, não podiam trabalhar; e, se não trabalhavam, não ganhavam. Além disso, de acordo com Cunha (1982), os direitos conquistados pelo sindicato local nem sempre foram estendidos aos “operários florestais” – expressão que definia bem sua condição. Embora pudessem cultivar pequenas roças em seus quintais, eles não eram camponeses com uma relação identitária com a terra. Seu trabalho consistia na derrubada da floresta nativa e no reflorestamento com monocultura de pinheiro. Portanto, não eram agricultores no sentido usual do termo¹⁸⁵, mas, de igual maneira, direitos trabalhistas lhes foram negados por residirem no

¹⁸⁴ Além das doenças, outro perigo consistia em “[...] assassinos que fugiram das prisões e se acoitavam nos acampamentos de mato, dos desordeiros que não deixavam ninguém em sossego” (p. 87). Por essa razão, a Klabin buscava exercer seu direito de propriedade privada, restringindo o acesso à Fazenda em suas entradas principais. Isso evitou a presença de “[...] desempregados, desocupados e aventureiros que querem usufruir do bem-estar dos que trabalham” (Fernandes, 1974, p. 135).

¹⁸⁵ Para abastecer Monte Alegre com alimentos frescos e fornecer leite e laticínios, a Klabin organizou uma *Colônia Holandesa* dentro de sua propriedade, sendo estes imigrantes agricultores e pecuaristas autorizados a ganhar seu sustento no trabalho produtivo nas terras da Fazenda.

meio rural¹⁸⁶. Ainda assim, segundo Teixeira (2015, p. 14), “a despeito das possíveis explorações, sofrimentos, doenças e desgastes que o ‘progresso’ fabril pode trazer, a Klabin é vista como uma ‘mãe’ e, como tal, merece adesão, aceite – e não resistência ou combate”.

Essa relação paternalista, característica do populismo praticado entre os anos 1930 e 1960 no Brasil (Carvalho, 2015), foi uma forma de dominação que estruturou as relações na Fazenda Monte Alegre: em troca do trabalho recebiam um salário “justo” e assistência em momentos de necessidade. Essa face positiva da dominação mascarava a exploração das trabalhadoras/es do Setor Florestal, denunciada por Hellê Vellozo Fernandes nas crônicas *Nos campos e nos pinhais*. Ao mesmo tempo, ela própria foi também responsável pela criação e desse “mito Klabin”, quando suas crônicas jornalísticas e, principalmente, o livro *Monte Alegre, Cidade-Papel* exaltaram a ideia do progresso atrelado à industrialização mediada por empresários arrojados, que suplantaram os perigos dos “sertões do Tibagi” e, por sua ação pioneira, construíram uma fábrica e uma cidade que eram referências para o desenvolvimento do país (Fernandes, 1974).

Na passagem de uma economia agroexportadora para urbano-industrial, no contexto de Monte Alegre, a elite local agiu por diferentes frentes para a “civilização” das pessoas implicadas nesse processo – desde os operários da fábrica, mas principalmente os trabalhadores dos acampamentos espalhados Fazenda adentro. De acordo com Teixeira (2015, p. 11), as exigências da nova ordem que surgia demandaram “[...] um processo mais ou menos contínuo de ‘reeducação do povo’ – e a tradição popular constituiu um dos principais locais de resistência a essa ‘reforma’”. Nesse sentido, Hellê Vellozo Fernandes foi uma figura central em Monte Alegre por todas as atividades que realizou, mas principalmente por seu trabalho coordenando a educação dos residentes dos acampamentos da Klabin, notadamente crianças entre 7 e 10 anos de idade.

Para além de suas crenças em uma sociedade melhor via escola, o isolamento de Monte Alegre em relação a outros centros exigia a formação dos trabalhadores da própria região (Cunha, 1982), sendo o desenvolvimento de escolas nas vilas rurais uma estratégia para a adaptação dos “caboclos” às exigências do novo sistema produtivo. Ainda que a educação ofertada servisse, em última instância, à reprodução da força de trabalho – a cada geração mais “civilizada” –, essa escolarização era percebida como uma das únicas vias de acesso a uma vida minimamente melhor. Nesse contexto, em seu trabalho na coordenação das “escolinhas do mato”, Hellê Vellozo Fernandes promoveu um processo de “tradução cultural” (Gomes;

¹⁸⁶ No Brasil, os direitos trabalhistas foram estendidos à população rural apenas em 1963, com a promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural (Lei nº 4.214/1963).

Hansen, 2016). Ou seja, ela não apenas atendeu às políticas educacionais, nem simplesmente “aplicou” preceitos escolanovistas, mas mediou tais debates em Monte Alegre, adequando-o às condições materiais extremamente precárias dos acampamentos e às relações de poder locais.

3 A COORDENAÇÃO QUE HELLÊ VELLOZO FERNANDES PRATICOU NAS “ESCOLINHAS DO MATO”

O novo assistente era um rapaz entusiasmado e ordeiro. Queria saber do nosso programa, numa escolinha do mato.

- Como vamos saber? A gente, na hora, faz o que é preciso: dá aula de vogais, quando a professora está querendo meter todo o alfabeto, de uma vez, na cabeça das crianças; ou ensina a contar até dez, quando a pressa de vencer o programa faz a mestra dar contas com milhares e os alunos não sabem nem o que é dezena. Ou ainda, em dia frio, faz-se ginástica, para sentir calor... Ou se fala de higiene, se o sr. não suportar o cheiro das crianças que não se lavam (Hél, 1965c, p. 3, segundo caderno).

A epígrafe acima faz parte de uma crônica escrita por Hellê Vellozo Fernandes, intitulada *Certa parte do programa*, que fez parte da série *Nos campos e nos pinhais* publicada no *Diário do Paraná* entre 1963 e 1974. De caráter memorialista, essas publicações tiveram como base as experiências vividas pela autora. Ao escrever sobre sua atuação junto aos acampamentos da Fazenda Monte Alegre, deixou marcas autobiográficas no texto, tanto no que se refere às ideias pedagógicas que mobilizava quanto aos limites do que foi possível realizar nas “escolinhas do mato”. Diferentemente das epígrafes que abriram os capítulos anteriores – que deram destaque à voz de Hellê sobre si –, o trecho aqui destacado volta-se ao contexto prático de sua atuação, que envolveu a mediação entre as diretrizes estatais, os debates educacionais e as condições materiais da vida nos pinhais. Sua concepção de educação se afastava do cumprimento estrito do programa, que deveria ser adaptado às condições de seu contexto. Assim, seu trabalho na coordenação era imprevisível, ajustado às necessidades do meio e ao estágio de desenvolvimento das alunas e alunos. Uma pedagogia construída na contingência, mas articulada a um projeto civilizador mais amplo, do qual a alfabetização e o higienismo foram ferramentas privilegiadas.

Se até este momento a tese buscou compreender as disposições incorporadas e adquiridas por Hellê Vellozo Fernandes em família, na escola, no campo intelectual curitibano e no contexto de Monte Alegre, trata-se agora de compreender como tais disposições foram mobilizadas e, por vezes, tensionadas em sua atuação como coordenadora escolar, mediando os debates sobre educação rural e adaptando tais proposições às particularidades de Monte Alegre. Compreendendo que as/os intelectuais mediadores são aquelas/es que atuam na difusão, tradução e circulação de bens culturais junto ao público não especializado, produzindo novos sentidos a partir da apropriação de ideias, saberes e práticas reconhecidas como preexistentes (Gomes; Hansen, 2016), entende-se que Hellê Vellozo Fernandes desempenhou um papel

estratégico na articulação entre os discursos pedagógicos em circulação e os interesses da Klabin. Ao ajustar conteúdos, métodos e prioridades às condições materiais dos acampamentos, Hellê Vellozo Fernandes produziu um tipo de escolarização próprio à realidade dos pinhais e necessidades industriais. Seu trabalho de mediação não se limitou à simplificação ou à reprodução de modelos escolares preexistentes, mas, de maneira situada, articulou alfabetização e noções higienistas para intervir sobre o *habitus* dos caboclos, orientando suas disposições em direção a padrões urbanos, entendidos como “civilizados”.

A Constituição Federal de 1946 tornava obrigação das empresas a manutenção de ensino primário gratuito para funcionários e familiares. Essa determinação legal visava, em primeiro lugar, “[...] a formação das novas gerações que pudessem garantir a riqueza do Estado” e, em segundo, “[...] civilizar a população que habitava o meio rural” (Schelbauer, 2014, p. 79). Nesse propósito, a educação ofertada nas áreas rurais não ensinava apenas a ler, escrever e contar, mas incluiu também a higiene e a valorização da vida no campo, buscando tornar esse espaço “atrasado” em moderno, ampliando o potencial econômico do país. Entende-se, dessa maneira, que a criação das “escolinhas do mato” em Monte Alegre foi a materialização de imposições legais adaptadas às características locais – sobretudo porque os residentes das vilas rurais não eram agricultores, mas sim atuais e futuros operários florestais.

Considerando o papel civilizatório atribuído à escola rural em meados do século XX, o referencial de Norbert Elias foi fundamental para a análise, especialmente porque o trabalho de mediação intelectual realizado por Hellê Vellozo Fernandes na coordenação das “escolinhas do mato” integrou um processo civilizador mais amplo, que visava intervir nas disposições herdadas mediante diferentes mecanismos de coerção social, promovendo o desenvolvimento de autocontrole segundo as normas de conduta e sensibilidades socialmente valorizados nos meios urbanos. Assim, a adoção de Pierre Bourdieu e Norbert Elias permitiu conceber a agência dessa intelectual e suas práticas de mediação dentro do processo civilizador em curso em Monte Alegre. Com base nesse referencial, inicialmente foram analisadas as ideias sobre educação em circulação na cidade-empresa, especialmente a partir do jornal *O Tibagi*, buscando identificar os valores, expectativas e normas que conformavam o horizonte pedagógico local e como Hellê Vellozo Fernandes conformou ou confrontou tais ideias em suas práticas nas “escolinhas do mato”, para então discutir a atuação concreta da coordenadora enquanto mediadora dos debates sobre a educação rural, adequando-o às particularidades locais.

3.1 IDEIAS SOBRE EDUCAÇÃO EM CIRCULAÇÃO EM MONTE ALEGRE

Até a chegada da fábrica de papel, a população dos “sertões do Tibagi” era formada por “caboclos” remanescentes dos processos de colonização local (Hél, 1969, p. 6, segundo caderno). Antes do processo de industrialização e urbanização da Fazenda Monte Alegre, diversos grupos exerceram seu domínio sobre a localidade ao longo de sua história, como indígenas, bandeirantes, tropeiros e exploradores em geral (Fernandes, 1974; Coraiola, 2003). Além destes, jesuítas espanhóis também atuaram na região, concentrando inúmeros catecúmenos em reduções como a de *Encarnación*, situada “[...] nos fundos da atual Fazenda Monte Alegre” (Mercer; Mercer, 1934, p. 12). Formada por indígenas guaranis, caiuás e arés, essa missão foi desmantelada pela ação bandeirante.

Posteriormente, a região foi ocupada por caingangues, que ali se refugiaram da expansão paulista e resistiram à ação do branco invasor. No entanto, a concessão de sesmarias àqueles que exterminavam os indígenas locais – estratégia que possibilitou o avanço da “civilização” por aquelas paragens –, contribuiu para a formação de fazendas de gado, onde a mão de obra era formada por africanos escravizados e seus descendentes. Ao mesmo tempo, a descoberta de pedras e metais preciosos nos arredores de Tibagi¹⁸⁷ impulsionou o desenvolvimento da cidade, que ganhou o nome do rio no qual inúmeros garimpeiros buscavam sustento e mudança de vida¹⁸⁸. A região tornou-se conhecida como *el dorado* paranaense, sendo a maioria dos trabalhadores das companhias de exploração oriunda do Norte e do Nordeste do Brasil (Mercer; Mercer, 1934).

Além do elemento branco presente desde o início da colonização, houve outros períodos de imigração europeia para a região. Mercer e Mercer (1934) registraram a presença de colonos italianos em Tibagi, atuando como carpinteiros e pedreiros na cidade e arredores. Segundo Hellê Vellozo Fernandes (1974, p. 26), havia ainda os descendentes das “[...] tradicionais famílias Bittencourt, dos Mercer, dos Borba, dos Carneiro, dos Guimarães, que se originaram de franceses e ingleses desenganados das propaladas riquezas auríferas e diamantíferas daquele sertão e miscigenados com a gente da terra”. A presença do “caboclo” de pele clara foi, inclusive, notada pelo viajante John dos Passos (2013, p. 141), que em 1958 visitou Monte Alegre. O que mais o impressionou “[...] foi que tantos moradores das cabanas à beira da estrada dilapidada tivessem olhos azuis e cabelos claros”. Conversando com Horácio

¹⁸⁷ Além da lavra no rio Tibagi, havia também garimpo nos rios Faisqueira, Curuquerê, Alegre e outros ribeirões da região (Fernandes, 1974).

¹⁸⁸ As pedras e metais preciosos da região foram encontrados em 1754, sendo os maiores surtos de mineração datados de 1885, 1912 e 1916 (Mercer; Mercer, 1934).

Klabin, Passos descobriu que tais características eram decorrentes de uma imigração polonesa, ocorrida por volta de 1930¹⁸⁹.

Essa população, independentemente de suas origens étnicas e dos diferentes movimentos que levaram à ocupação da região, partilhava modos de vida, práticas culturais e condições materiais semelhantes. Nesse contexto, sobretudo os residentes das zonas rurais passaram a ser percebidos – pelos agentes do Estado, empresários e intelectuais – como “caboclos”. Extrapolando questões puramente raciais, a categoria *caboclo* configurava-se como uma posição social produzida pela alteridade e por relações desiguais de poder. Esses indivíduos passaram a ser classificados a partir da precariedade das suas condições de vida e de um conjunto de práticas cotidianas relacionadas com a vida no interior, distantes do ideal de modernização projetado para o país. Assim, a despeito de sua origem, miscigenados ou não, esses sujeitos partilhavam de uma mesma “cultura cabocla”, marcados por um *habitus* incompatível com o processo civilizador que se pretendia realizar naquela região – notadamente, no projeto desenvolvido por Getúlio Vargas e a família Klabin na Fazenda Monte Alegre.

Considerando que, embora no contexto Europeu, Norbert Elias desenvolvia sua teoria dos processos civilizadores no mesmo período em que a fábrica de papel foi construída em Monte Alegre, seu modelo permite uma interpretação contextualizada do conceito de civilização, que se refere a “[...] uma grande variedade de fatos: ao nível da tecnologia, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas, aos costumes” (Elias, 2011, p. 23). Pode também fazer alusão:

[...] ao tipo de habitações ou à maneira como homens e mulheres vivem junto, à forma de punição determinada pelo sistema judiciário ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, não há nada que não possa ser feito de forma “civilizada” ou “incivilizada” (Elias, 2011, p. 23).

Nesse sentido, a função geral do conceito de civilização é resumir “[...] tudo que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas mais ‘primitivas’” (Elias, 2011, p. 23). Derivado principalmente das cortes francesas, o termo “civilizado” passou a caracterizar um tipo específico de comportamento, a partir do qual outras formas de conduta são julgadas – constituindo “[...] um contra conceito geral a outro estágio da sociedade, a barbárie” (Elias,

¹⁸⁹ Acrescenta-se ainda que, por volta de 1930, a Companhia Agrícola e Florestal e Estrada-de-Ferro Monte Alegre planejava colonizar a região com 5.000 famílias alemãs. A empresa, no entanto, envolveu-se em um escândalo financeiro e faliu, sem registros que confirmem se o assentamento dessa população chegou a acontecer. Hellê Vellozo Fernandes (1974) referiu-se ao episódio como fracassada a iniciativa.

2011, p. 59). “Civilização”, portanto, refere-se à autoimagem construída por um grupo dominante nas relações de poder e a utilização desse padrão para a estigmatização de outros, com *habitus* distintos dos seus. Com Elias, entende-se que as disposições que compõem o *habitus* de determinado grupo ou nação são individuadas em cada novo membro, norteadas por sensibilidades e comportamentos. Esse padrão – marcado por rupturas e permanências ao longo das gerações¹⁹⁰ – é interiorizado desde a primeira infância, a partir de um conjunto de pressões externas. Assim, ao longo da vida, um indivíduo é coagido pelas diversas redes de interdependência das quais faz parte a adequar suas manifestações emocionais às demandas de tais círculos sociais.

Com a construção da fábrica de papel e, posteriormente, com seu pleno funcionamento, esses “caboclos dispersos” que, segundo Hellê Vellozo Fernandes, viviam graças a uma “rocinha pobre”, caça ou pesca (Hél, 1969, p. 6, segundo caderno), tiveram suas redes de interdependência alargadas – trabalhando diretamente nos pinhais ou sendo atingidos pela exploração destes. Arregimentados por empreiteiros, tornaram-se, então, operários florestais. Seu *habitus* considerado “atrasado” pela elite local, na concepção desta, demandavam um processo de civilização. Nesse contexto, foi para as filhas e filhos desses “caboclos” que Hellê Vellozo Fernandes coordenou o ensino nas “escolinhas do mato”.

Normalista formada da capital recém-chegada no interior, ela contribuiu para o processo de expansão das ideias escolanovistas em Monte Alegre. Conforme havia aprendido na Escola de Professores, ao estudar sobre John Dewey, entendia que “[...] a melhor forma de treinamento dos jovens pela experiência para a civilização é a escola” (Nawroski, 2019, p. 338), sendo esta fundamental para a melhoria das condições de vida das/os alunas/os e seu entorno. Alinhada ao ideal de uma escolarização adaptada ao meio, como apregoado pelo professor Erasmo Pilotto, as “escolinhas do mato” extrapolaram o ABC e foram – de maneira análoga a outras instituições escolares estatais – organizadas a partir daquilo que localmente entendia-se como apropriado à educação dos “caboclos”. A representação partilhada por Hellê Vellozo Fernandes acerca da índole dessa população certamente interferiu nesse processo. Como outros autores de sua época, foi influenciada pelas metáforas de Monteiro Lobato acerca da população do interior do país:

O objetivo de Monteiro Lobato, criando Jeca Tatu, foi deturpado por aqueles que não conheceram a inteira honestidade e o grande alcance do ídolo das crianças brasileiras.

¹⁹⁰ Em Elias, o *habitus* é “[...] resultado de processos históricos específicos e sempre sujeitos a reformulação. Não são estruturas estáticas, como também não são elementos determinantes na ação dos indivíduos” (Andrade, 2019, p. 108).

Há uma crua e dolorosa verdade na preguiça do Jeca Tatu e não são todos que ousam ou gostam de dizê-lo. Mas graças a essa confissão dura, as atenções voltaram-se num gesto de espanto e esboçando protesto, para o jeca verminótico, maleitoso, melancólico. Ele foi descoberto, não uma figura de romance, mas uma criatura real perdida no interior. Por mais que lhe negassem a existência, foi visto e reconhecido em todo o Brasil. [...]

Outrossim, o Jeca Tatu representa um caboclo de todos os estados brasileiros, mas não obrigatoriamente todos os caboclos. Ser doente e preguiçoso por isso não exclui os méritos das “realizações dos bandeirantes mamelucos”, nem “es esplêndidas façanhas nordestinas”. É admitir a miséria concomitante ou posterior a elas (Hél, 1951c, p. 2).

Presente no vocabulário de Hellê Vellozo Fernandes, a associação entre “caboclos”, atraso cultural e doenças foi corrente entre as/os intelectuais e agentes públicos da primeira metade do século XX, constituindo um dos eixos centrais das políticas de intervenção voltadas às populações rurais. Nesse contexto, a precariedade material e sanitária dessas populações passou a ser interpretada como resultado não apenas de condições históricas de exploração e abandono, mas também de disposições morais e culturais consideradas inadequadas à vida moderna. Assim, a figura do “caboclo” foi frequentemente representada atrelada à ignorância, insalubridade e improdutividade, legitimando ações educativas, higienistas e civilizatórias voltadas à transformação de um *habitus* percebido como incompatível com os padrões de produtividade associados à modernidade. No contexto de Monte Alegre, tais representações foram reelaboradas por Hellê Vellozo Fernandes a partir de sua experiência cotidiana junto à população dos pinhais. Na série de crônicas *Nos campos e nos pinhais*, ao descrever os moradores das vilas rurais de Monte Alegre, ela afirmou que “[...] nosso povo é indolente por índole e ignorância” (Hél, 1966c, p. 2, segundo caderno). Em outros momentos, ela atribuiu os conflitos e dificuldades no trabalho com os empreiteiros “[...] à malandragem ou à preguiça do plantador” (Hél, 1965d, 3, segundo caderno). Essas interpretações apontam para um repertório que deslocava para o plano das disposições individuais – e não para as condições estruturais de vida e trabalho – a responsabilidade pelos problemas enfrentados na região.

Tal compreensão orientou, em larga medida, sua atuação na coordenação das “escolinhas do mato”. Para Hellê Vellozo Fernandes,

Não adianta discutir com os letrados do mato. Demagogia não cura quatrocentos anos de abandono e a ação da escola é lenta, penetrando de leve de geração em geração. Não raro, a maior sabedoria é ter paciência... ou muito tempo para explicações repetidas, na conquista da confiança de cada um (Hél, 1970, p. 85).

Na sua visão, a escola era, portanto, um instrumento privilegiado de ação civilizatória, que articulava alfabetização e práticas higienistas como vias para a integração das/os filhas/os dos “caboclos” ao projeto de modernização em curso em Monte Alegre e no país. A partir dessa concepção, Hellê Vellozo Fernandes coordenou o ensino nos pinhais, embrenhando-se mata

adentro e até mesmo colocando-se em risco para realizar sua missão¹⁹¹. Para além da *illusio* incorporada que a motivava, sua prática na coordenação era cindida por um conjunto mais amplo de representações, expectativas e prescrições sobre educação, que circulavam localmente e contribuíram para delimitar o que se entendia como função da escola naquele contexto. Uma vez que o jornal *O Tibagi*, também chamado por Cunha (1982) de “jornal da empresa”, tinha seu discurso autorizado pela Klabin, faz-se necessário problematizar as características do projeto educacional de Monte Alegre veiculadas no periódico para entender como Hellê Vellozo Fernandes se posicionava em relação ao mesmo e, posteriormente, compreender as características de sua mediação como coordenadora escolar.

Entre 1948 e 1964, foram 217 publicações em *O Tibagi* sobre educação (entre assinadas e não assinadas), relacionadas aos seguintes temas:

QUADRO 5 – Publicações de *O Tibagi* sobre educação (1948-1964)

Tema principal da publicação¹⁹²	Frequência (nº de publicações)
Creche	1
Educação e Desenvolvimento Econômico	4
Educação Técnica	4
Escolas Normais	6
Analfabetismo/Educação de Adultos	8
Educação de forma geral/Filosofia da Educação	8
Função, formação e direitos de professores	11
Escolas Rurais/Florestais	13
Outros temas	16
Cursos Ginasiais/Colégios Estaduais	47
Jardins da Infância	48
Grupos Escolares	51
Total	217

Fonte: adaptado de *O Tibagi* (1948-1964).

Como é possível observar, o destaque dado pelo periódico à educação em espaços urbanos foi expressivo: 47 publicações sobre Cursos Ginasiais/Colégios Estaduais, 48 sobre Jardins da Infância e 51 sobre Grupos Escolares (totalizando 146 publicações sobre escolas urbanas), em contraste com 13 referências a Escolas Rurais/Florestais. O volume de publicações sobre o que atualmente é conhecido como Educação Básica demonstra que esta fez parte do projeto de desenvolvimento local. Assim, ainda que com menor destaque, as “escolinhas do

¹⁹¹ Para além da possibilidade de se deparar com animais selvagens, como catetos e lobos-guará, as estradas que levavam aos acampamentos eram extremamente perigosas, como ela mesma relatou em diversas crônicas, a exemplo do excerto a seguir: “a chuva transformou as estradas do pinhal em pistas de escorregação. Quando o jipe não afunda num lodaçal, atravessa-se na estrada e vem deslizando de lado. Por três vezes encostamos no barranco e ficamos pendurados, tomba não tomba” (Hél, 1962, p. 2).

¹⁹² Quando uma publicação abordou mais de um tema, ela foi classificada apenas na categoria dominante, identificada por ocupar maior espaço textual e, portanto, ser o foco principal do texto.

mato” também integraram esse projeto, cujo modelo educacional era dual. Ainda que fosse necessário formar as futuras gerações de trabalhadores, a Klabin (com o apoio do Estado) oferecia formas de escolarização diferenciadas nas vilas urbanas e rurais – tanto do ponto de vista material quanto simbólico.

Nas publicações de *O Tibagi*, os Jardins da Infância de Lagoa e Harmonia eram apresentados como instituições-modelo para a época. Foram destacados seus prédios arejados, com amplas salas iluminadas; pátios com brinquedos, balanços e espaços para atividades recreativas; mobiliário adequado às crianças, como mesas pequenas, cadeiras leves, armários individuais; recursos pedagógicos como mapas, materiais ilustrados e brinquedos educativos. As professoras foram descritas como normalistas, com vocação especial para o trabalho com a infância, sobretudo em relação a questões morais, higiênicas e intelectuais das crianças. No jornal foram frequentes referências a reuniões de pais e mestres, encontros e orientações pedagógicas, demonstrando haver bom relacionamento entre família e escola, bem como a formação continuada – ainda que informal. Nesses Jardins da Infância, diversas atividades faziam parte do cotidiano escolar, como as festas comemorativas de Páscoa e Natal, com as presenças do Coelho e do Papai Noel. Havia ainda apresentações culturais, mostra dos trabalhos das crianças e solenidades de encerramento do ano letivo, que contavam com a participação da comunidade e personalidades ligadas à Klabin e ao poder político local.

De igual maneira, os grupos escolares de Monte Alegre eram bem equipados e possuíam: prédios amplos, com salas bem ventiladas e janelas grandes; quadras para exercícios físicos; mobiliário padronizado com carteiras duplas, quadros negros, armários; biblioteca escolar, ainda que pequena; e cantina escolar no Grupo de Harmonia (organizada pelo Departamento Feminino de Assistência Social de Monte Alegre e financiada com mensalidades e aporte da Klabin). O corpo docente era formado por professoras normalistas e era dirigido por mulheres que ocupavam o cargo de diretoria, acumulando funções administrativas, disciplinares e pedagógicas. Nos Grupos Escolares havia aulas de leitura, escrita, matemática, geografia e história do Paraná. As datas especiais eram comemoradas com apresentações públicas e festividades organizadas para os escolares, com destaque para a Semana da Pátria, que incluía hasteamento de bandeiras, desfiles e hinos, como o nacional e da escola. No Grupo Escolar Manoel Ribas, além da educação de crianças, a instituição oferecia também cursos noturnos para adultos.

Considerando essas etapas de ensino, é possível afirmar que a escolarização oferecida nas vilas urbanas de Monte Alegre (e, posteriormente, Cidade Nova) possuía uma estrutura moderna e higienizada, com prédios novos, resultado de investimentos constantes da Klabin e

do Estado, fomentados por afinidades políticas com o Deputado Guataçara Borba Carneiro e os governadores do Paraná. Havia nesses estabelecimentos uma pedagogia que destacava questões cívicas, enfatizando elementos como patriotismo, disciplina, boas maneiras e formação moral – práticas orientadas pela legislação do período. Esse modelo, no entanto, contrastava radicalmente com as experiências das/os estudantes das “escolinhas do mato”, que eram particulares da Klabin (HVF – Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993). Sobre o surgimento das instituições, Hellê Vellozo Fernandes relatou que estas eram uma iniciativa sem apoio governamental. Seu relato demonstra – assim como as publicações de *O Tibagi* sobre educação – que os esforços do Estado não estavam voltados à ampliação do atendimento escolar em espaços rurais na mesma proporção que nos urbanos, cuja infraestrutura (material e pedagógica) auxiliava na qualificação do ensino. A esse respeito, a coordenadora escolar comentou:

Agora eu acho muito importante citar como é que houve escolas de mato: tudo pela Klabin, no tempo do Wieliczka, quer dizer, o primeiro diretor estrangeiro [do Setor Florestal], que ficou lá muitos anos. Fizeram a primeira escola de mato num lugar chamado Miranda, a 13 km mais ou menos de Harmonia, para reunir... Tinha muita criança, né? E a Klabin punha as professoras e pagava as professoras [...] Fora isso, o governo pagava para os Grupos Escolares que tinham em Harmonia e Lagoa, e mais tarde em Miranda, e as escolas de mato eram escolinhas que funcionavam como Escolas Isoladas antigamente, quer dizer, tinha aluno de 1ª, 2ª, 3ª e 4ª série (HVF – Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993, p. 50).

As “escolinhas do mato” não contavam com professoras formadas, sobretudo porque os acampamentos eram distantes, de difícil acesso, e as docentes habilitadas preferiam trabalhar em escolas urbanas. Ainda assim, a diretoria do Setor Florestal em acordo com o Departamento Feminino de Assistência Social de Monte Alegre chegou à conclusão de que “[...] era melhor alfabetizar do que estar dando coisas. Nós podíamos dar, mas não só dar, vamos alfabetizar” (HVF – Centro de Documentação e Memória Klabin., 1993, p. 51). Assim, os chefes do Setor Florestal “[...] faziam a escolinha numa casa melhoradinha, que pudessem as crianças vir até de 4Km de distância, a pé” (HVF – Centro de Documentação e Memória Klabin., 1993, p. 51). Segundo *O Tibagi*, muitas das “escolinhas do mato” funcionavam de forma improvisada, em casas adaptadas, com estrutura inadequada¹⁹³, com pouca ventilação e iluminação. As turmas eram multisseriadas, não havia mobiliário escolar padronizado e faltavam materiais didáticos, assim como espaços adequados para recreação ou leitura.

¹⁹³ Nenhuma publicação do jornal em relação às “escolinhas do mato” fez menção a instalações sanitárias ou distribuição de merendas.

Como o acesso era difícil, especialmente em dias de chuva, era crônica a falta de professoras – todas leigas e recrutadas segundo as necessidades e possibilidades locais. O trabalho docente era solitário e multifuncional, já que as professoras acumulavam funções de ensino, limpeza, contato com os pais e com a coordenadora Hellê Vellozo Fernandes. A maior parte dessas escolas oferecia apenas os anos iniciais do que agora é conhecido como Ensino Fundamental, obrigando as/os alunas/os que quisessem continuar os estudos a deslocar-se para Lagoa, Harmonia ou Cidade Nova – o que pouco acontecia, já que a maior parte das crianças acabava abandonando a escola para trabalhar.

As diferenças entre a escolarização oferecida nas vilas urbanas e rurais de Monte Alegre demonstram um modelo educacional profundamente desigual e hierarquizado. Se, por um lado, os investimentos da Klabin, em articulação com o Estado, viabilizavam escolas modernas na cidade – até porque as filhas e filhos da elite e dos operários da fábrica estudavam nas mesmas instituições –, por outro lado, a escolarização nos acampamentos era precária, de caráter improvisado e restrita aos anos iniciais, limitando as possibilidades das/os estudantes filhas/os de lenhadores e plantadores de pinhão. Essa dualidade era expressão um projeto que atribuía funções distintas à escola conforme a posição social e espacial dos sujeitos envolvidos. Dessa maneira, entende-se que a diferença estrutural entre escolas urbanas e rurais era parte do modelo de educação local, no qual as “escolinhas do mato” eram orientadas à reprodução da força de trabalho e à adaptação dos “caboclos” às demandas industriais de uma sociedade que, sob o discurso de superação do “atraso”, buscava orientar o desenvolvimento de disposições consideradas compatíveis com a modernização em curso.

Para além da dimensão material do projeto educacional de Monte Alegre, entende-se como necessário também compreender seus aspectos simbólicos. *O Tibagi* também colocou em circulação debates de caráter mais reflexivo e filosófico, que apresentaram indícios da concepção educação praticada em Monte Alegre no mesmo período em que Hellê Vellozo Fernandes coordenou as escolinhas do mato. Ainda que a autoria individual de muitos desses textos nem sempre pode ser determinada com precisão, é importante destacar que o jornal reunia colaboradores diretamente vinculados à educação. Além da própria Hellê, João Marendá¹⁹⁴ atuava como professor – o que ajuda a compreender a recorrência do tema educação no periódico, presente em aproximadamente 27% das edições anuais. Assim, acredita-se que o conteúdo da *Página Social* (página 2) sobre educação foi escrito ou selecionado por Hellê Vellozo Fernandes, enquanto os publicados nas demais páginas do jornal passaram pelo crivo

¹⁹⁴ Entre 1948 e 1964, João Marendá exerceu as seguintes funções em *O Tibagi*: redator-chefe, direção e gerência.

editorial ou pela máquina de datilografar de João Marena. Entre os textos assinados, figuram autores como Altir Alves Martins Corrêa (1x), Erasmo Pilotto (3x), Jarbas Maranhão (2x), João Batista de Oliveira (morador de Monte Alegre, 2x), Moacir Silva, P. M. Barbosa (2x), Rubens Falcão (2x) e Tristão de Ataíde (Alceu de Amoroso Lima, 1x), cujas produções não foram necessariamente realizadas para *O Tibagi*, mas foram transcritas de outros periódicos, agências de notícias ou obras já publicadas – como no caso dos excertos de Erasmo Pilotto retirados do livro *A educação é direito de todos*.

É importante ressaltar que os processos de seleção e organização de conteúdo de um jornal não são neutros, mas constituem práticas que produzem representações específicas da realidade social. Conforme apontado por Bourdieu (1997), tais processos são orientados pelos princípios de visão e divisão que caracterizam as posições e os interesses do grupo social responsável pelo periódico, que determina o que é considerado “notícia” e o que é silenciado no espaço público. No caso de *O Tibagi*, essa seleção de temas, ênfases e omissões funcionou como uma forma de pedagogia cultural. Ou seja, mais do que informar, o jornal orientava as disposições de seus leitores ao destacar determinados conteúdos em detrimento de outros, de caráter mais crítico e social (Vieira; Skalinski Junior, 2025). Essa produção de sentidos, enviesada pelos interesses da elite local, configurava um arbitrário cultural, que conferiu legitimidade aos discursos sobre educação – tanto urbana quanto rural – publicados no jornal, como se a representação ali difundida fosse a única forma válida de interpretar o assunto. Portanto, as publicações do periódico contribuíram para naturalizar uma visão particular sobre educação em Monte Alegre, tornando socialmente aceitáveis as desigualdades implicadas na perspectiva dual ali disseminada, justificadas a partir das diferenças atribuídas ao público escolar.

Em *O Tibagi*, o analfabetismo foi apresentado aos leitores como um entrave para o progresso nacional, posto que “[...] os analfabetos se tornam óbices e calçam [sic] a marcha progressista de uma civilização” (O Tibagi, 1949g, p. 04). O atraso educacional brasileiro era percebido como uma “[...] mancha detestável a entrar o progresso do país” (O Tibagi, 1950b, p. 4). Era preciso, portanto, trabalhar para a “recuperação do homem”, construindo escolas e incentivando a educação, principalmente dos analfabetos adultos. O combate ao analfabetismo era concebido como uma “meritória cruzada”, já que, em meados do século XX, entendia-se que os problemas do país seriam rapidamente resolvidos com a alfabetização. A ampliação de escolas, empreendidas pelos governantes, era vista como parte dessa “[...] cruzada de boa vontade em prol da recuperação espiritual de nossa gente” (O Tibagi, 1949h, p. 2). Com a alfabetização da população, o Brasil ganharia “[...] numerosos elementos que antes constituíam

um peso morto pela sua reduzida capacidade econômica e insignificância social” (Falcão, 1957, p. 8).

Segundo *O Tibagi*, os investimentos em educação, empreendidos mais sistematicamente a partir dos anos 1950, eram a materialização da nobre missão de transmitir conhecimentos e tornar os educandos elementos úteis à construção de um “Paraná Maior” (O Tibagi, 1950c, p. 4). Mais do que isso, “a educação é a base da prosperidade de um país. (...) Sem ela é estacionário um país e vive na subserviência dos mais poderosos. A educação em suma, constrói estradas, abre hospitais, edifica a grandeza industrial, agrícola e econômica” (O Tibagi, 1950c, p. 4). Por isso, aqueles engajados na missão de alfabetização (nas salas de aula, mas principalmente em meios intelectuais e políticos) faziam parte de uma “cruzada patriótica” e contribuíram ao progresso da coletividade brasileira ao fomentar a “[...] elevação do nível mental da massa” (O Tibagi, 1951c, p. 5). Esse desejo de intervenção foi materializado no Brasil a partir de 1947, momento em que a Campanha de Educação de Adultos passou a combinar ações do governo federal com os governos locais, com o objetivo de alfabetizar, mas também de “[...] firmar e consolidar uma perfeita consciência nacional” (O Tibagi, 1951c, p. 5).

A despeito dessa campanha, a situação educacional no país era considerada problemática. Além das taxas elevadas de analfabetismo de adultos¹⁹⁵, no jornal circulava um discurso sobre a “decadência” do ensino das crianças, decorrente da “[...] ineficiência ou da falta de vocação de certos professores e professoras” (O Tibagi, 1949i, p. 04). Por essa razão, a inauguração da Escola Normal Regional de Tibagi foi celebrada pelo jornal como mais um passo para o “engrandecimento de nossa terra” (O Tibagi, 1950d, p. 05). Isso porque as/os professoras/es, sobretudo as/os bem formadas/os, eram vistas/os como “reestruturadores de civilizações” – com destaque para professoras e professores do meio rural, “[...] aquele[s] que leva[m], com os maiores sacrifícios, morte ao analfabetismo, no mais recôndito das terras paranaenses” (O Tibagi, 1949j, p. 3). A ideia de uma missão atrelada à profissão docente era recorrente em *O Tibagi*. As/os professoras/es eram representadas/os como uma “classe abnegada, devotada, por uma vocação predestinada aos labores mais dignificantes, o magistério sempre foi a reserva mais ponderável com que contou a Pátria, em seus momentos de grandes decisões” (O Tibagi, 1950e, p. 1). O periódico afirmava que as/os professoras/es atuavam em favor de uma causa, cuja grandeza somente eles seriam capazes de entender. Em suas mãos estaria a resolução dos problemas da sociedade e a abertura de novos horizontes (O Tibagi, 1950d).

¹⁹⁵ De acordo com o Mapa do Analfabetismo no Brasil, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, no ano de 1950 a taxa de analfabetismo no país era de 50,6%.

No entanto, diante da ausência de escolas públicas em regiões interioranas, os altos índices de analfabetismo criavam crianças e adultos em “extrema negrura educacional” (O Tibagi, 1950c, p. 4) – daí a importância da educação rural. Segundo publicou o periódico, era preciso “[...] eliminar do Brasil a chaga da ignorância” (Falcão, 1957, p. 8). Assim, segundo publicação do político Jarbas Maranhão (1952a, p. 3) em *O Tibagi*,

A educação rural é um dever público inadiável [...].
 Não vale somente tomar medidas de proteção ao homem do campo para evitar o êxodo das populações rurais [...]. Urge promover a formação de uma consciência rural.
 O ruralismo é um imperativo patriótico, em país como o nosso, de tamanha extensão territorial, vivendo, como vive, a maior parte de sua população, nos campos, nas zonas rurais, nos sertões, sem os elementos de cultura e civilização indispensáveis a um sábio desdobramento da vida, ao integral desenvolvimento da natureza humana à adaptação do homem ao meio nacional e regional.
 A escola rural não terá, apenas, a função de alfabetizar, ou melhor, de formar o espírito do aluno, será, em sua zona de atividade, um foco de civilização.

Como o excerto demonstra, coadunava com o projeto de educação veiculado por *O Tibagi* a ideia de aperfeiçoar os seres, promovendo a “[...] inteligência e sensibilidade, desenvolvimento do físico, atributos, capacidades e inclinações, e formação moral, cívica e espiritual” (Maranhão, 1952b, p. 3). Considerando que “a nação mais civilizada é a que mais produz, é a vencedora, enfim, a que conduz o facho da civilização” (O Tibagi, 1953a, p. 3), as publicações do periódico reforçavam a ideia de que a educação era um esteio para o desenvolvimento nacional. Com a alfabetização da população rural, “[...] valoriza-se o homem brasileiro, tornando-o um fator positivo na vida econômica da Nação (Falcão, 1957, p. 8). No entanto, entendia-se que a educação das crianças no meio rural, sobretudo daquelas pertencentes a famílias extensas, era afetada diretamente por questões financeiras, que contribuíam para deficiências nutricionais e higiênicas das/os estudantes – que, por isso mesmo, tinham mais dificuldades para aprender e se desenvolver. Por essa razão, o jornal *O Tibagi* publicou que médicos e professoras/es deveriam estar unidos em uma “campanha de boa vontade” para instruir os alunos acerca da correta alimentação, visando o “[...] melhoramento da nossa raça e de nossa gente” (Silva, 1954, p. 4).

Segundo publicou *O Tibagi*, o baixo nível cultural das crianças (em relação ao que era exigido para um bom desempenho escolar) era outro problema para o desenvolvimento do ensino em Monte Alegre. Visando superar tais dificuldades, em 1953, as docentes do ensino primário local – sobretudo as professoras residentes das áreas urbanas – fundaram o Centro de Professoras Erasmo Pilotto, buscando o aperfeiçoamento profissional. A escolha do nome do patrono indica que as práticas educacionais locais eram inspiradas nos postulados de Pilotto, que “[...] batalhou pela reeducação dos mestres e elevação da criança a ser humano em

desenvolvimento e não repetidor de lições decoradas e inproveitadas” (O Tibagi, 1953b, p. 16, terceiro caderno). De acordo com o periódico, sabendo da fundação do novo Centro, Erasmo Pilotto ofereceu às professoras um curso de aperfeiçoamento, no qual sanou dúvidas, compartilhou planos de aula, sugestões e livros. Para o jornal, o apoio desse intelectual era a garantia de que a iniciativa de aperfeiçoamento das professoras atenderia seus nobres fins (O Tibagi, 1953b). Acredita-se que a ponte entre o notável professor da capital, referência da Escola Nova no Paraná, e as docentes de Monte Alegre tenha ocorrido por intermédio de Hellê Vellozo Fernandes, que mobilizou seus capitais para tal.

No contexto local, entende-se que Erasmo Pilotto era uma referência, especialmente em relação às Escolas Rurais. *O Tibagi* publicou em 3 partes um trecho do capítulo *Mestres para a zona rural*, transcrito de seu livro *A educação é um direito de todos*. Para o professor, faltavam palavras para explicar “[...] o fato de que tenhamos consentido chegar aos dias de hoje, aos dias de progresso de hoje no Paraná, contando com um magistério formado, em mais de sua metade, de professores leigos, professores com um frequentemente pobre curso primário” (Pilotto, 1961a, p. 2). Na sua concepção, a criança do meio rural tinha direito a professoras/es especificamente formados para a sua função. Por isso, quando ocupou o cargo de Secretário da Educação (1949-1951), Erasmo Pilotto desenvolveu o projeto das Escolas Normais Regionais – sendo uma delas instalada em Tibagi. Em sua concepção, era preciso levar a formação de docentes para o interior, recrutando, “[...] em cada município, os seus professores aí mesmo, entre as moças do lugar, e que aí ficasse, depois exercendo o seu magistério” (Pilotto, 1961a, p. 2). Assim, seu projeto não exigia o ginásio como requisito de ingresso à Escola Normal, possibilitando que “moças simples do povo” pudessem assimilar a “iluminação da arte”, o “fervor da leitura” e o “ânimo de mestres [...], com força de alto idealismo” (Pilotto, 1961b, p.3).

Ainda que Escolas Normais Regionais tenham sido implementadas em algumas localidades paranaenses, levando a formação de professores para o “sertão” (Pilotto, 1961c, p. 3), questões políticas impediram seu pleno desenvolvimento. A Escola Normal Regional de Tibagi, por exemplo, iniciou suas atividades em 1950 e foi fechada pouco tempo depois. Nova Escola Normal (secundária) foi instalada apenas em 1961. Por essa razão, ainda em 1962 as “escolinhas do mato” seguiam sem professoras formadas. A esse respeito, *O Tibagi* publicou: “o leitor pode imaginar o trabalho que significa manter uma escola a 9, 10, 20 ou 50 quilômetros de Harmonia, onde até o presente momento a participação da professora normalista está fora de cogitação” (O Tibagi, 1962, p. 3, terceiro caderno). Ainda assim, nas 18 escolas que funcionavam em acampamentos no ano de 1962, o índice de alfabetização de seus 484

estudantes alcançou uma média de 80% em cada classe – o que era considerado razão de celebração, especialmente pelo fato de disporem apenas de professoras improvisadas. A despeito de todas as dificuldades:

Cremos que esse número [de alunos nas “escolinhas do mato”] possa ser aumentado até 1.000 quando houver maior compreensão por parte de pais e de empreiteiros, que retiram as crianças para os trabalhos de corte, carpa ou plantação, impedindo que as mesmas frequentassem a escola. Este ano houve mais um fator que prejudicou imensamente o aluno da escola florestal: acampamentos, inteiros, mudaram-se, novos foram construídos e encontramos uma contínua peregrinação pelas escolas, que mais ou menos, mantiveram o número de alunos, mas não os mesmos alunos. Em Imbauzinho, por exemplo, nenhum dos alunos que frequentou em setembro era da classe inicial (O Tibagi, 1962, p. 3, terceiro caderno)¹⁹⁶.

A publicação evidencia que o projeto educacional de Monte Alegre produzia um discurso de formação integral do (atual e futuro) trabalhador, mas isso não se concretizava plenamente nas “escolinhas do mato”, devido ao contexto de labor e miséria dos acampamentos. Ainda que o jornal *O Tibagi* tenha afirmado a necessidade de “civilizar” a população rural por meio da educação, faltavam investimentos substantivos capazes de oferecer àquelas crianças condições minimamente equivalentes às do meio urbano. Sem professoras bem formadas e estrutura adequada, a escolarização nos acampamentos era reprodutora da ordem social vigente, tornando difícil qualquer tipo de ascensão social (mesmo que de lenhador à funcionário de chão de fábrica). As “escolinhas do mato”, nesse contexto, serviam para dirimir a “chaga do analfabetismo” e transformar as disposições consideradas inadequadas do *habitus* “caboclo”.

Nas páginas de *O Tibagi* até foram publicadas queixas sobre dificuldades de funcionamento das escolas rurais, mas sem qualquer questionamento acerca da desigualdade estrutural entre a escolarização ofertada nas áreas urbanas de Monte Alegre e nos acampamentos. Ao contrário: tal diferença aparecia como naturalizada, como se a população dos pinhais, por sua cultura “inferior”, carecia apenas de uma educação elementar, mas que também lhes educasse os comportamentos. Por isso, não há publicações em *O Tibagi* sobre Coelhozinho da Páscoa ou Papai Noel distribuindo presentes para as crianças das “escolinhas do mato”. Enquanto anualmente eram realizadas festividades de encerramento do ano letivo nas escolas da cidade, com a distribuição de prêmios para as/os melhores estudantes, a primeira comemoração ofertada pela Klabin às/aos alunas/os residentes em acampamentos foi em 1961, e incluiu a “[...] distribuição de refrigerantes, balas, vitaminas, mata-borrões etc.” (O Tibagi, 1961, p. 2). Sobre a segunda edição desse evento, *O Tibagi* publicou:

¹⁹⁶ Embora esta publicação não seja assinada, acredita-se que foi escrita por Hellê Vellozo Fernandes, considerando a familiaridade demonstrada com a realidade escolar local.

O Departamento Florestal organizou uma festinha de confraternização em Lagoa, para a qual caminhões do serviço irão buscar todas as classes, mesmo as mais distantes. Os primeiros terão que sair às 6 da manhã, para que a cerimônia possa iniciar-se com toda a criançada às 9:30 horas. O Lions Clube e o Departamento Florestal farão a entrega de prêmios aos primeiros alunos colocados e às professoras que mais se esforçaram durante o ano.

As crianças receberão um lanche de refrigerantes, balas, sanduíches etc., oferecido pelas IKPC. Este lanche, especialmente, terá um grande significado para as crianças do mato, pois no ano passado, como pudemos comprovar pessoalmente, muitas delas não sabiam o que era um “guaraná”.

A criança do mato adora sua festinha de encerramento, em Lagoa, e nós, que durante o ano inteiro mantemos o contato com ela, podemos atestar a ansiedade com que se espera a sua pequena grande festa: o maior prêmio que lhes concede as IKPC (O Tibagi, 1962, p. 3, terceiro caderno)¹⁹⁷.

O excerto demonstra que o tratamento diferenciado das crianças nas escolas das áreas urbanas e rurais não resultava da incapacidade da Klabin em ofertar educação de qualidade no meio dos pinhais, mas, sobretudo, de escolhas econômicas e políticas deliberadas. Quando a empresa decidia agir, possuía recursos logísticos, materiais e simbólicos para fazê-lo – como demonstra a festinha realizada em 1962, para a qual a empresa mobilizou caminhões, prêmios e alimentação para centenas de crianças dispersas pelos acampamentos. Se a Klabin quisesse, poderia ter investido sistematicamente na qualidade das “escolinhas do mato”, oferecendo salários atrativos para professoras formadas e investindo em infraestrutura, alimentação e em condições mínimas que permitissem a frequência escolar – a exemplo do aumento do preço do metro do corte de lenha, que melhoraria a condição de vida dos trabalhadores de acampamento e minimizaria a necessidade do trabalho infantil para a subsistência das famílias.

Diante do exposto, compreende-se que o projeto educacional enunciado em *O Tibagi* operava a reprodução social por meio da escola, não pela ausência dela, mas por sua forma diferenciada de oferta em espaços urbanos e rurais. Esse conjunto de publicações demonstrou que o projeto educacional de Monte Alegre era estruturado segundo uma concepção hierarquizada e funcional da escolarização, onde as finalidades da escola nas vilas rurais estavam orientadas à alfabetização articulada ao higienismo, visando a transformação do *habitus* “caboclo” em direção às demandas de um trabalho cada vez mais produtivo. Considerando a estreita relação entre o jornal e a elite dirigente da Klabin, a associação entre educação, produtividade e civilização constituiu o núcleo simbólico do projeto educativo local.

Foi nesse contexto, marcado por profundas desigualdades entre a escolarização urbana e rural, que Hellê Vellozo Fernandes realizou sua “missão sem fim” (Hél, 1964a, p. 3, segundo

¹⁹⁷ Pelas estratégias narrativas empregadas e pelo fato da autoria afirmar que acompanhou durante o ano o desenvolvimento das/os estudantes das “escolinhas do mato”, acredita-se que Hellê Vellozo Fernandes foi a responsável por esse texto não assinado publicado em edição comemorativa do aniversário de *O Tibagi*.

caderno). Sua atuação na coordenação envolveu a organização de professoras improvisadas, o acompanhamento do funcionamento das escolas e a visita às famílias, mas também coube a ela o papel de mediadora entre os princípios pedagógicos que circulavam no campo intelectual acerca da educação rural, as condições concretas de vida nos acampamentos e os interesses da Klabin – interesses estes articulados a uma narrativa de progresso compartilhada por grande parte das/os intelectuais do período. Nesse sentido, a análise das publicações assinadas por Hellê Vellozo Fernandes sobre educação permitiu compreender em que medida seus escritos reproduziram ou tensionaram o discurso dominante veiculado em *O Tibagi*.

Entre 1948 e 1964, Hellê Vellozo Fernandes publicou no periódico 21 textos assinados envolvendo temáticas educacionais. Versou sobre o cotidiano escolar e práticas pedagógicas (4x); calendário escolar, rituais e encerramentos (4x); profissão docente e identidade do professor (3x); cultura escolar, festividades e sociabilidade (4x); assistência escolar e organização material da escola (2x); educação rural (2x); ensino secundário (1x); ensino superior (1x). Nesse conjunto de crônicas, publicadas por mais de uma década, a educação apareceu atravessada por tensões entre idealização pedagógica e limites contextuais, envolvendo principalmente questões econômicas e culturais. Na concepção de Hellê Vellozo Fernandes, era admirável que no Grupo Escolar de Harmonia, área urbana de Monte Alegre, alunas/os pobres e da elite tivessem a oportunidade de receber a mesma educação:

No borborinho da entrada das aulas, estão pulando, cantando, correndo, gritando, centenas de aluninhos irrequietos. Há uma agitação ininterrupta de cabeças louras, castanhas, pretas, numa gama de variações, do branco finlandês ao pretinho mais retinto; dos cabelos escorridos à mais renitente carapinha, dos aventais engomados aos pobres guarda-pós de algodão baratinho, dos pés calçados em camurça aos pezinhos desnudos, cobertos de pó...
Todas as classes da cidade ali estão, na igualdade cristã de escola. O fim é um só: aprender (Hél, 1952c, p. 2).

Sobre educar crianças tão diversas e mantê-las interessadas por 3 horas de aulas, Hellê Vellozo Fernandes afirmava que as professoras normalistas que ali trabalhavam davam sempre o melhor de si mesmas. Nesse ponto, “[...] a colega jornalista, novata no meio, estende-lhes a mão, na saudação cordial de quem compreende o que significa exercer esse sacerdócio” (Hél, 1952c, p. 2). Hellê Vellozo Fernandes defendia que o governo deveria apoiar o professorado, ampliando salários e investimentos em formação docente. Para ela, as professoras do interior eram os que, “sem dúvidas”, estavam “[...] em situação desvantajosa em relação aos da capital” (Hél, 1952d, p. 2), e, de maneira sutil, porém precisa, estabeleceu uma crítica aos políticos ao afirmar que:

A boa vontade dos governantes e a inteira solidariedade de todas as autoridades que ali compareceram [solenidade em comemoração ao dia dos professores] representou, mais do que tudo, um grande estímulo para o ignorado professor primário, do interior quase desconhecido; ele se sentiu amparado, menos só em sua labuta anônima (Hél, 1952d, p. 2).

No entendimento de Hellê Vellozo Fernandes, tais professoras realizavam uma grandiosa missão e, por isso mesmo, tornavam-se “ídolos sagrados”. Adoradas pelas/os alunas/os, para alcançar tal posição pagavam, no entanto, um alto preço: “será outro tanto de horas de estudo, no recesso do próprio lar; será completar, à custa do próprio esforço, o meio dia que trabalha fora” (Hél, 1953c, p. 2). Ainda assim, a despeito de todas as dificuldades, ao final de cada ano letivo, ela afirmava que as docentes se sentiam orgulhosas do trabalho realizado.

A crítica de Hellê Vellozo Fernandes ao Estado, em defesa do magistério do interior, perpassava as mudanças curriculares constantes e sua linguagem complexa, que dificultavam a assimilação das orientações e sua materialização em sala de aula. Para ela, uma das razões da crise do ensino no Brasil seria as “professorinhas de um lugarejo no interior” e sua dificuldade em interpretar e colocar em prática tais documentos (Hél, 1953d, p. 2)¹⁹⁸. Além disso, as escolas cheias não facilitavam em nada o trabalho. O crescimento demográfico da região em razão da indústria de papel dificultava que o número de instituições de ensino acompanhasse o aumento populacional local. Segundo Hellê Vellozo Fernandes, no Grupo Escolar de Harmonia, havia turmas de primeiro ano com setenta e cinco estudantes. Nesse contexto, pouco as/os docentes poderiam fazer, considerando aspectos pedagógicos, disciplinares e higiênicos (Hél, 1954c, p. 2). A solução, em sua opinião, era construir mais escolas e nomear mais professoras/es. Contudo, ela sabia, “[...] isso custa dinheiro e as verbas para a educação parece que estão esgotadas. Agora se renovam as propagandas políticas para o próximo pleito e estamos, conseqüentemente, na época das promessas doces e não das realizações práticas¹⁹⁹” (Hél, 1954c, p. 2).

Como é possível observar, as publicações de Hellê Vellozo Fernandes sobre educação não romperam com o discurso do jornal no que diz respeito à crença na suposta missão docente.

¹⁹⁸ Hellê Vellozo Fernandes afirmou ter visto um Grupo Escolar com 3 programas em aplicação: “[...] o Regimento Interno, de 1942; o Programa Experimental de 1950 (Erasmus Pilotto) e o Programa Experimental de 1953” (Hél, 1953d, p. 2).

¹⁹⁹ Hellê Vellozo Fernandes percebia como louvável a ação estatal em suas campanhas para a alfabetização de adultos. No entanto, acreditava que esse desvio de professoras/es e verbas para as escolas noturnas não resolveria o problema educacional do país enquanto as crianças permaneciam fora da escola por falta de vagas. A esse respeito, aproveitando o espaço de sua coluna semanal em *O Tibagi*, questionou: “a solução não seria, embora menos sentimental, canalizar todo esse esforço na alfabetização das gerações novas, que estão por aí, na vadiagem nas ruas? Para estas a escola significa mais do que aprender a ler e a escrever; significa educação” (Hél, 1954c, p. 2).

Tanto nas publicações por ela assinadas quanto nas demais aqui analisadas, havia a valorização das professoras como aquelas que renunciavam seus próprios interesses em favor da causa educacional, mostrando-se altruístas, como quem se dedicava sem buscar recompensa pessoal. No entanto, enquanto *O Tibagi* apresentava a “missão patriótica” educacional de maneira idealizada, Hellê escrevia sobre o cotidiano extenuante das professoras. Ainda que ela partilhasse dos princípios gerais defendidos no jornal – até porque as matérias não assinadas e publicadas na página dois foram, no mínimo, por ela selecionadas –, ela expunha as contradições internas do projeto enunciado no jornal: criticou os baixos salários das/os professoras/es e o elevado número de alunas/os por turma; denunciou a distância entre o programa oficial e a realidade escolar; e ironizou as “promessas doces” dos políticos em relação à educação. Ou seja, Hellê Vellozo Fernandes havia incorporado a *illusio* a levava a conceber a educação como uma missão e como instrumento de progresso local, estadual e regional. Contudo, não era ingênua: ela percebia seus limites estruturais – ainda que não tenha questionado diretamente a dualidade escola urbana *versus* escola rural.

O posicionamento de Hellê Vellozo Fernandes, em relação àquilo que acreditava ser sua missão, não era subversivo, mas conciliador: ela mediava ideias pedagógicas, as possibilidades materiais e as expectativas da classe dominante (política e empresarial), operando dentro dos limites do projeto educacional local, ajustando práticas sem colocar em xeque o arbitrário dominante. Tal característica da mediação de Hellê Vellozo Fernandes não era uma “fraqueza política”, mas decorrente da posição por ela ocupada em Monte Alegre e no campo intelectual curitibano, influenciada por suas disposições incorporadas e adquiridas no decorrer de sua trajetória. Destaca-se que em suas publicações não foram realizadas críticas diretas às ações ou inações da Klabin em relação às “escolinhas do mato”, já que, em Monte Alegre, a iniciativa de alfabetizar os residentes de acampamentos era percebida como uma benesse da empresa. Nesse contexto, Hellê Vellozo Fernandes dirigiu suas críticas ao Estado, do qual cobrava maior protagonismo no provimento de vagas e educação de qualidade para as escolas urbanas financiadas pelo poder público. Falando em nome da educação e das/os educadoras/es do interior, ela utilizava o espaço de sua crônica para a defesa e visibilização dessas/es docentes que ela percebia como ignoradas/os pelo Estado. Sua crítica, contudo, não se organizava como denúncia direta, mas como uma espécie de apelo moral centrado na valorização salarial, na necessidade de formação docente, na ampliação da rede escolar e na atenção às condições concretas de trabalho, entre outros.

Hellê Vellozo Fernandes, no entanto, não estava sozinha em seus tensionamentos em relação ao discurso de *O Tibagi*. Assim como ela, Erasmo Pilotto e outras/os intelectuais

paranaenses engajaram-se politicamente, atuando em diferentes frentes, movidos pelo “[...] sentimento de missão ou de dever social”; elaborando e veiculando um “[...] discurso que estabelece relação entre educação e modernidade”; e afirmando a “[...] centralidade do Estado como agente político para a efetivação do projeto moderno de reforma social” (Vieira, 2011, p. 29). Para Vieira (2001, p. 36), o termo “missão” expressava “[...] o imperativo do dever e a decisão de engajamento político dos intelectuais”. No caso daqueles que atuavam na educação, configurada como um espaço de prática e intervenção social, o envolvimento político e em questões públicas – como o combate ao analfabetismo – foi uma característica comum das/dos intelectuais atuantes nessa área. De acordo com Vieira (2001), na conjunção de esforços destas/es com poder político, a educação passou a ser concebida como instrumento privilegiado de ordenação social e de construção da modernidade, cabendo às/aos intelectuais não apenas a formulação dos diagnósticos e projetos educacionais, mas também a mediação simbólica entre Estado, sociedade e populações consideradas à margem do processo civilizatório — posição ocupada por Hellê Vellozo Fernandes em Monte Alegre.

O engajamento intelectual na causa educacional, de maneira mais contundente, ocorreu do início do século XX em diante. Nesse contexto, governantes, empresários e intelectuais mostraram-se preocupados com a instrução pública, em processo de organização no Brasil. Vista como “[...] ferramenta primordial para legitimar a República e modernizar a sociedade” (Mello, 2024, p. 4), a escola tornou-se objeto de reflexão e intervenção para aqueles que acreditavam que a educação poderia contribuir para a superação de um suposto atraso do país, frequentemente associado aos costumes das populações rurais (Sikora; Hidalgo; Herold Junior, 2015). Em outras palavras, a educação era percebida como “[...] solução para formar o novo cidadão trabalhador, disciplinado e higiênico, capaz de mudar o perfil do povo deixado pelo sistema escravocrata” (Miguel; Vieira, 2005, p. 3) – daí a importância do desenvolvimento de escolas no interior do país. Seu objetivo primordial era combater o analfabetismo – uma “chaga” para o Brasil, conforme a percepção da época (Santi; Schelbauer; Castanha, 2022, p. 3) – e, principalmente, incutir nas/os alunas/os “valores de amor” pela terra e pelo trabalho, incentivando a continuidade da vida no campo (Mello, 2024; Nawroski, 2019). Para além dos objetivos relacionados à fixação do trabalhador rural ao seu espaço de origem, a educação ofertada no interior deveria contemplar o ensino da higiene e de hábitos urbanos.

No Paraná, o debate sobre as escolas rurais foi mediado por Dario Vellozo – com o qual, possivelmente, Hellê Vellozo Fernandes aprendeu a esse respeito. Para Dario Vellozo, a modernização do estado dependia do desenvolvimento de escolas, principalmente quando atrelada a algum tipo de profissionalização. Seu projeto, embora tenha sido apresentado à

Assembleia e aprovado pelo governo do estado, não recebeu o financiamento necessário (Mello, 2024) – o que não significou que os debates em torno da educação nos meios rurais foram esgotados. Das décadas de 1920 e 1930 em diante, as disputas em torno da educação destinada às zonas rurais ganharam força com o surgimento do Ruralismo Pedagógico. Esse movimento tinha como ideal a “[...] fixação do homem no campo e mudança do meio rural pela escola” (Chaloba, 2022, p. 14). A defesa intelectual de tais questões não estava desarticulada de relações políticas, uma vez que o discurso sobre a necessidade de fixar os trabalhadores rurais em seu local de origem era presente nas falas de Getúlio Vargas. Quando de sua primeira visita à Monte Alegre, o jornal *O Dia* (1944, p. 1) publicou reportagem dizendo que os diretores da Klabin haviam atendido ao apelo do presidente, “[...] no sentido de fixação do homem brasileiro no ‘hinterland’, executando a grandiosa tarefa de redescobrimento do Brasil e sua transformação em parque industrial”. Nesse sentido,

A escola rural deveria formar o trabalhador do campo com uma mentalidade agrária, imbuído de valores cívico patrióticos e de amor e carinho pela natureza. Assim, ajustada ao meio, a escola ajudaria a minimizar os problemas sociais como o êxodo rural, a precariedade das condições de vida e os conflitos do campo (Chaloba, 2022, p. 4).

Na persecução de tal propósito, um dos pilares do Ruralismo Pedagógico foi a defesa de uma formação diferenciada das professoras, levando em consideração as características do contexto geográfico em que atuariam (Bem, 2015). Nesta perspectiva, o movimento ruralista apregoava a necessidade de adequação dos currículos das escolas normais e primárias segundo as especificidades regionais (Silva, 2016). A formação especializada de professoras/es para o meio rural “[...] se delineou no Brasil de forma gradativa” (Chaloba, 2022, p. 7) e, no Paraná, foi sistematizada a implementação de Escolas Normais Regionais, a partir de 1946. De acordo com Silva (2016, p. 343), “o movimento da política estadual de investimentos no meio rural iniciou-se no governo de Manoel Ribas e teve continuidade no governo de Lupion”, seguindo as linhas gerais do governo federal. Nesse contexto, atuando como Secretário de Estado de Educação e Cultura entre 1948 e 1951, Erasmo Pilotto foi fundamental para a renovação do ensino no estado. Entendendo que as escolas deveriam ser um polo de difusão cultural em seu ambiente, determinou a abertura de escolas normais no interior, visando qualificar o ensino primário sob os princípios da Escola Nova (Silva, 2016). Em Monte Alegre, as “escolinhas do mato” podem ser compreendidas como a tradução local dos princípios pedagógicos acima expostos. Além da influência direta de Erasmo Pilotto como secretário da Educação no Paraná,

a convivência de Hellê Vellozo Fernandes com o notável professor permitiu que ela incorporasse e colocasse em prática nas “escolinhas do mato” o que com ele havia aprendido.

Para um contexto em que o rural era de caráter industrial-florestal, não havia modelos educacionais prontos que pudessem ser simplesmente transpostos para Monte Alegre – daí a criação de uma forma de escolarização própria. No processo de organização de tais instituições, o Ruralismo Pedagógico possivelmente foi uma referência para o desenvolvimento de uma escolarização adaptada ao meio. No entanto, um de seus principais postulados, o desenvolvimento do amor ao campo via escola, não fazia sentido no meio dos pinhais, uma vez que os trabalhadores e seus familiares que ali residiam não eram agricultores, nem aquelas terras lhes pertenciam. De modo semelhante, também os postulados da Escola Nova, a partir da interpretação de Erasmo Pilotto, funcionaram mais como um horizonte orientador do que como modelo efetivamente realizável. Dada a estrutura improvisada das classes e a ausência de professoras formadas nesse “espírito”, a proposta de uma formação geral, que ampliasse a cultura das crianças e de seu entorno, foi tensionada por condições materiais e pedagógicas concretas.

Outro elemento adaptado às especificidades de Monte Alegre e ao público das “escolinhas do mato” foi a educação eugênica. No contexto do ensino público, ela era expressa na “[...] noção de que o ambiente e a cultura podiam inibir ou nutrir o desenvolvimento e mudar a condição de uma população”, logo, “[...] a escola seria um dos espaços privilegiados para redimir uma população diagnosticada como deficiente pelos defensores da eugenia” (Carvalho; Corrêa, 2016, p. 231). De acordo com entrevista concedida por Jerry Dávila, em âmbito nacional, “[...] os conceitos eugênicos que nortearam as escolas e ordenavam os alunos e professores tendiam a definir como deficientes as pessoas negras ou provenientes dos meios pobres” (Carvalho; Corrêa, 2016, p. 231). Já em Monte Alegre, dadas as características raciais da população – que impressionava os visitantes por tantos “caboclos” de olhos azuis e cabelos claros (Passos, 2013) –, a questão cultural esteve no centro das preocupações de Hellê Vellozo Fernandes, sendo o higienismo a referência primordial de ação sobre as crianças e seu entorno. Em sua concepção, a alfabetização e o desenvolvimento de disposições corporais higiênicas eram processos interdependentes e fundamentais na educação promovida nos acampamentos da Klabin.

Ainda que o Anteprojeto da Lei Orgânica da Educação do Paraná, de 1949, preconizasse educação para saúde, os escritos de Hellê Vellozo Fernandes sobre a organização das “escolinhas do mato” permitem compreender que a ênfase dada à higiene – como o fato da primeira aula ministrada ser sobre banho (Hél, 1966a, p. 2) – foi uma característica decorrente

da mediação pedagógica por ela exercida em sua atuação como coordenadora escolar. No entanto, outros elementos associados à educação eugênica, como a educação física, não foram praticados nas escolas dos acampamentos. Para além da falta de formação das professoras leigas e estrutura material adequada, o curto ciclo de escolarização característico da realidade de pobreza nos pinhais contribuiu para que a ênfase do ensino recaísse sobre a alfabetização, deixando matérias como história e geografia em segundo plano. Talvez por essa razão, em suas crônicas sobre as atividades na coordenação escolar não houve qualquer referência a símbolos nacionais, cantos orfeônicos ou qualquer elemento relacionado a questões cívicas – valorizadas por Hellê Vellozo Fernandes em sua própria trajetória e em outros contextos.

É importante destacar que, no período da organização das “escolinhas do mato”²⁰⁰, a legislação que sistematizava o ensino primário afirmava como sua finalidade “[...] proporcionar a iniciação cultural que a todos conduza ao conhecimento da vida nacional, e ao exercício de virtudes morais e cívicas” e “[...] elevar o nível dos conhecimentos úteis à vida na família, à defesa da saúde e à iniciação no trabalho” (Brasil, 1946b, Art. 1º). O curso primário elementar, que deveria ser desenvolvido em quatro anos de estudos, compreendia as seguintes disciplinas: “I. Leitura e linguagem oral e escrita. II. Iniciação matemática. III. Geografia e história do Brasil. IV. Conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho. V. Desenho e trabalhos manuais. VI. Canto orfeônico. VII. Educação física” (Brasil, 1946b, Art. 7º), sendo que às meninas seriam ainda ministradas noções de economia doméstica e de puericultura. Na Lei Orgânica do Ensino Primário foram tornados obrigatórios alguns princípios da Escola Nova²⁰¹, como o desenvolvimento do ensino de modo sistemático e graduado, de acordo com as etapas da infância, a fundamentação didática no interesse das/os alunas/os e o embasamento “[...] nas realidades do ambiente em que se exerça [o ensino], para que sirva à sua melhor compreensão e mais proveitosa utilização” (Brasil, 1946b, Art. 10º).

²⁰⁰ Com o Decreto nº 8.529/1946, as chamadas “escolinhas do mato” poderiam ser classificadas como Escola Isolada – tal qual Hellê Vellozo Fernandes relatou (HVF – Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993) –, por possuírem uma só turma de estudantes, entregue a uma única docente. No entanto, apesar desse enquadramento formal, tais instituições não correspondiam ao modelo de Escola Isolada previsto pela legislação, uma vez que estas eram mantidas pelo Estado, enquanto as escolas coordenadas por Hellê estavam vinculadas à Klabin. Segundo a localização, as “escolinhas do mato” eram caracterizadas como rurais (Paraná, 1949).

²⁰¹ Com a promulgação dessa lei, tornou-se obrigatória a matrícula e a frequência escolar para crianças entre sete e 12 anos. Com isso, os pais estariam sujeitos a penas caso não cumprissem com suas obrigações nesse sentido. Possivelmente por essa razão, “os proprietários agrícolas e as empresas, em cuja propriedade se localizar estabelecimento de ensino primário, deverão facilitar e auxiliar as providências que visem a plena execução da obrigatoriedade escolar” (Brasil, 1946b, Art. 44º). Como nesse período a relação entre educação e saúde era bastante estreita, expressa em um Ministério unificado, nas classes de alfabetização em “zonas de população muito disseminada”, deveriam também ser divulgadas “noções de higiene” (Brasil, 1946b, Art. 50º).

Ademais, o incentivo ao desenvolvimento da unidade nacional e da fraternidade humana era postulado como princípio da educação primária.

Uma vez que esses elementos valorizados na legislação não foram plenamente incorporados à organização das “escolinhas do mato”, entende-se que a atuação de Hellê Vellozo Fernandes não se limitou à simples transposição para Monte Alegre dos debates sobre as escolas rurais então em circulação. Sua mediação foi responsável pela tradução seletiva de princípios pedagógicos em circulação para um contexto específico, de caráter industrial-florestal, marcado por precariedades materiais e interesses empresariais. Ao organizar o funcionamento das escolas e acompanhar o trabalho das professoras, Hellê construiu, na prática, uma pedagogia adaptada às contingências locais, ajustando a escolarização às possibilidades concretas dos acampamentos. A publicação no *Diário do Paraná* das crônicas *Nos campos e nos pinhais*, nas quais abordou as questões que precisou mediar em sua atuação como coordenadora, permitiu que Hellê Vellozo Fernandes afirmasse sua relevância simbólica no interior, ao mesmo tempo em que reforçou seu reconhecimento no campo intelectual curitibano. Ao colocar em circulação uma representação de si mesma e de sua atuação nos acampamentos em um dos principais periódicos da capital paranaense, ela evidenciou as dimensões centrais de sua mediação.

3.2 ATUAÇÃO NAS “ESCOLINHAS DO MATO”: MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA E CULTURAL

As crônicas *Nos campos e nos pinhais* não apenas registraram a atuação de Hellê Vellozo Fernandes como coordenadora das “escolinhas do mato”, mas também contribuíram para que se posicionasse entre os notáveis do campo intelectual curitibano e além dele. As memórias de seu trabalho nos acampamentos da Klabin foram publicadas no *Diário do Paraná* entre os anos de 1963 e 1974 – o que permite inferir que tanto sua escrita quanto a temática abordada eram bem recepcionadas no período²⁰². Considerando que o campo intelectual, assim como os demais microcosmos sociais, possui interesses, capitais, estratégias e formas de luta específicas (Lahire, 2017), entende-se que os escritos de Hellê Vellozo Fernandes estavam em sintonia com as preocupações do momento. Na Curitiba do período militar, suas crônicas

²⁰² Considerando que no caderno de cultura do *Diário do Paraná* havia espaço a problematização de tensões e conflitos políticos, culturais e sociais de seu tempo (Moraes, 2017), havia interesse em publicar sobre o processo civilizador ocorrido em *Pinheiral* – que, em última instância, ainda servia como padrão de conduta e fiscalização mútua para as redes de interdependência da capital paranaense, contribuindo para a manutenção da ordem social em um período em que os governos militares procuravam impô-la.

memorialísticas sobre o contexto educacional das vilas rurais de Monte Alegre ofereciam ao público urbano e letrado histórias de intervenção social orientadas por valores de caráter moral, constituindo um exemplo de ação civilizatória no interior que atraiu por 11 anos o interesse dos leitores da capital paranaense.

Vinculado aos *Diários Associados*, o jornal *Diário do Paraná* foi fundado em 1955 como fruto de uma sociedade entre Assis Chateaubriand e a família Stresser. Exercendo grande influência no meio jornalístico e político do estado, esse periódico “[...] tratava de temas nacionais e internacionais, econômicos, sociais e culturais no geral [...] [mesclando] notícias descritivas, publicidade e colunas de opinião” (Pilla; Rodrigues, 2024, p. 112). Nele, Hellê Vellozo Fernandes foi protagonista na construção e difusão de representações sobre os “caboclos” do interior do Paraná. Integrando-se à proposta cultural do *Diário do Paraná*, suas crônicas dialogavam com a linha editorial do jornal, que promoveu “[...] problematização constante dos conflitos (políticos, culturais, sociais etc.) [...] procurando atentar para a emergência de novos modos de vida, de pensamento” (Moraes, 2017, p. 288).

Em funcionamento na cidade de Curitiba, o *Diário do Paraná* também era distribuído em São Paulo e no Rio de Janeiro. As edições diárias do periódico, que estava “[...] vinculado às ideias conservadoras e de apoio à ditadura militar” (Leandro et al, 2020, p. 92), eram constituídas por dois cadernos, que traziam notícias, publicidade e textos de opinião. Segundo reportagem de Mirian Izabel Guimarães (1973, p. 05, terceiro caderno) em homenagem à Hellê Vellozo Fernandes, a cronista foi especialmente ativa nas páginas sociais e espaços do jornal dedicados à cultura: “[...] há 10 anos [ela] está no Diário do Paraná. Durante muito tempo foi cronista social sob o pseudônimo de Patrícia Moritz. Hoje continua como cronista e escreve com o nome de Hél”.

Considerando que as escolhas inerentes à confecção dos jornais implicam representações da realidade orientadas pelos interesses dos grupos que os produzem (Bourdieu, 1997), a publicação desses conteúdos busca tornar relativamente universal uma leitura de mundo particular, constituindo um arbitrário cultural (em disputa com outros). Tal operação faz-se valer, entre outros gêneros, das crônicas. Situadas na fronteira entre a literatura e a história, elas se caracterizam por “[...] realizar uma leitura sensível do tempo, seja para inventar o passado, explicar o presente ou construir o futuro” (Pesavento, 2004, p. 1)²⁰³. Ao elaborar seu

²⁰³ Assim Hellê Vellozo Fernandes definiu a crônica: “[...] se atendermos à classificação usual dos gêneros literários em prosa, pertence ao gênero narrativo. Isso não quer dizer, contudo, que implique em uma narração. Justamente encerrar uma narração curta e uma apreciação sobre a mesma é o que constitui a dificuldade primordial da crônica. Esta deve ser breve, precisa e interessante. Essencialmente, não passa de um comentário sobre determinado fato, explorado de acordo com a habilidade e o talento do escritor. Aí é que reside o verdadeiro

texto, um cronista reformula a experiência vivida, reinscrevendo-a no tempo histórico e criando uma narrativa que alude e simultaneamente se distancia dele. Este procedimento

[...] assume uma função de representação, ou seja, de presentificar ações, personagens e enredos distantes no espaço-tempo. [...] implica uma operação fictícia e imaginária de compor discurso e imagens que se colocam no lugar daquela passeidade irrecuperável e que, ao mesmo tempo, fornecem uma coerência de sentido (Pesavento, 1997, p. 30).

Ao tratar de temas cotidianos e familiares aos leitores, as crônicas configuram-se, desse modo, como um registro sensível do tempo e, quando adotadas como fontes de investigação, permitem apreender significados sociais e culturais subjacentes aos eventos narradas. Sua brevidade e a linguagem próxima da oralidade favorecem a circulação desses textos e ampliam sua capacidade de tematizar experiências comuns, tornando certos assuntos objeto de atenção, reflexão e julgamento público. Além de apresentar situações do cotidiano e sugerir possíveis desdobramentos, por vezes valendo-se de elementos ficcionais, “[...] o cronista estabelece versões para os fatos de seu tempo ou dos tempos passados, e, ao fazê-lo, recria o real, oferecendo ao leitor uma representação” (Pesavento, 1997, p. 34) – tanto de si quanto daquilo sobre o que escreve.

No caso de Hellê Vellozo Fernandes, reconhecida em Curitiba e em Monte Alegre, sua identidade intelectual foi sendo construída na articulação entre a vivência e a escrita, atravessadas pela forma como ela queria se apresentar. Usando primeira pessoa do plural, falava em nome de um “nós” que ora representava a Klabin, ora as/os intelectuais do “Brasil interior”, ora as docentes rurais. Ao narrar as paisagens da Fazenda, histórias dos acampamentos e de suas escolas, causos populares e histórias antigas da região – experiências vinculadas à atuação na coordenação das “escolinhas do mato” e na assistência social –, converteu esse repertório em autoridade discursiva. Além de reafirmar sua importância social e cultural naquele contexto, sua vivência figurava como testemunho qualificado, posicionando-a como intérprete legítima da vida nas vilas rurais de *Pinheiral*. A partir desse lugar social e das disposições herdadas e adquiridas, elaborou representações sobre os “caboclos” e as colocou em circulação entre o público urbano. Tais representações os associavam, em grande medida, à pobreza, à falta de higiene e a uma moral duvidosa – características que ela atribuía ao *habitus* sobre o qual ela procurou atuar por meio de seu trabalho na coordenação dessas instituições.

segredo da arte de fazer crônicas. Escrever uma crônica não é escrever uma página romântica, nem resumir um conto, nem tão pouco limitar-se a uma crítica. É relacionar um fato com a própria opinião do autor e expô-lo com vivacidade, despertando o interesse do leitor” (Hél, 1950, p. 2). Ao definir a crônica como comentário opinativo e situado, Hellê Vellozo Fernandes explicitou sua compreensão da escrita como intervenção — e não mero registro.

Hellê Vellozo Fernandes demonstrava consciência de seu papel como produtora de bens simbólicos por meio de sua escrita. Nessa posição, ela zelava não apenas por sua reputação intelectual, mas também pela das instituições às quais se vinculava – sobretudo a Klabin, uma vez que os cenários da série *Nos campos e nos pinhais* eram espaços diretamente relacionados à empresa. A respeito dessa mediação de interesses (inclusive os seus), relatou em uma crônica o conselho que recebera de um amigo próximo:

Crônica publicada, crônica defunta. As outras leituras do leitor a enterram e, como as preocupações são muitas, não sobra tempo para alegrias. Isso, em cidade grande, de público desconhecido. Quem gostou, regalou-se; quem não gostou, ficou com raiva de ter lido e teve o consolo de desabafar com o amigo mais próximo: — Esse camarada está ficando um verdadeiro estupor. —

Como o estupor não está sabendo nada disso, sai da redação todo feliz, assobiando para as flores do caminho, a pensar na próxima crônica. Mas em cidade-família a coisa já não é assim. Lembra-me, sempre, o conselho de um velho amigo e meu vestido de flores azuis. O conselho era este: — Você, quando escreve, deve antes pensar maduramente na reação de cada leitor. De cada leitor, sim senhora! Não é ir dizendo o que lhe vem à cabeça, sem supor, em detalhes, o que acharão. —

O tom de voz paternal, ressabiada e comovida. Recorda-me, então o vestido que estava na vitrina. Gostei dele. Serviu exatamente. Voltei para casa muito feliz por ter podido torná-lo meu. Lá um dia, estreei-o. Veio alguém e logo notou (oh, nossa cidade pequena!): — De vestido novo, hein? Sabe que lhe vai muito bem? Ótimo mesmo. O tipo de vestido que só poderia ser seu... — A vaidade tem um gostinho saboroso, que a gente coloca por pura gentileza para com o interlocutor.

Mas a minha não durou muito. Houve uma saudação assim: — O que lhe aconteceu hoje? Você está horrorosa... Saiu com a roupa do espantalho? E eu, que a julgava uma criatura de bom gosto... — Com as crônicas acontece a mesmíssima coisa. Os longos anos dão liberdade a essa bonachona franqueza, logo depois que o jornal circula. Se não é telefone, é comentário direto mesmo: — Hél, você precisa tomar outro jeito. Não é assim que se escreve! Escute: não seja tão lírica, nem tão mordaz; não use frases tão populares... nem formas arvezadas; não explore assuntos do tempo do onça, nem venha com essa parlapatice moderna. Não faça elogios, nem diga o que você não gostou. Está entendendo? Afinal, dizem que você tem talento... —

A amizade suporta bem as ironias, mas a gente não deve ficar pensando. Não adiantaria, porque lá de Saco de Tambarutaca ou doutro lugar igualmente distante, para compensar (já que a vida é feita de compensações) chega outra mensagem sobre a mesmíssima crônica: — Muito bem, muito bem! Como você diz bem a coisa! Isso que é segurança e estilo certo... —

No tocante aos palpites sobre os assuntos, há desejos diversos: — Por favor, faça um noticiário social mais vivo! Dê-nos ao menos a sensação de que não vivemos numa cidadezinha! Conte das toaletes dos bailes, dando os nomes do "Society [...] Não somos tão arigós. Temos direito a uma crônica social mais atualizada. — No mesmo dia, dez metros além: — Querida, nada de nomes, sim? Isso é uma exigência, pois não? —

Meu amigo repete que devo pensar na reação de cada leitor. Se ele ainda não suspeitou desta agonia, conto-lhe que há, ainda, os mais sabidos, que dizem com a voz cúmplice: — As suas entrelinhas, hein? Que coisa fabulosa... Como consegue escrever tão bem nas entrelinhas? — Fico olhando para as entrelinhas. E agora? Meu Deus, o que terei escrito ali? O que lerão ali? Vocês não acham que a solução é ir usando o vestido de flores azuis, que achei tão bonito, tão bonito? (Hél, 1960, p. 2).

Ao tornar crônica essas experiências vividas em Monte Alegre, Hellê Vellozo Fernandes demonstrou reconhecer sua escrita como prática situada em um espaço social com

características próprias decorrentes de relações de poder, bem como a necessidade de antecipar possíveis leituras e suas consequências materiais e simbólicas. Sua origem familiar, formação escolar e redes de sociabilidade lhe permitiam conhecer as regras implícitas do campo intelectual e de seu lugar no “jornal da empresa”. Assim, ainda que tivesse grande margem de autonomia, por sua posição notável no campo intelectual curitibano, no contexto de Monte Alegre, sua escrita configurava-se de maneira relacional ao campo de poder local. Ao mencionar críticas, recomendações e reprovações recebidas após suas publicações em *O Tibagi*, Hellê Vellozo Fernandes indicou reconhecer que a produção de bens simbólicos envolvia riscos e exigia o uso estratégico da própria escrita na construção de sua imagem.

Nesse sentido, o silenciamento quase completo de sua família nuclear nas crônicas pode ser compreendido como parte da gestão de sua exposição pública. Na condição de esposa do “doutor” de Monte Alegre, também o marido e os filhos estariam sujeitos aos comentários dos leitores ao passearem pela cidade-empresa. As raras referências pessoais restringiram-se a memórias da infância, que não comprometeriam sua posição no presente. Fora esse tipo de situação, Hellê Vellozo Fernandes não costumava escrever diretamente sobre si (com exceção do primeiro livro). No entanto, como mencionado, na realização e registro da sua missão nas “escolinhas do mato” tornou-se reconhecida pelo teor regionalista de sua produção. Isso significa dizer que no ato de escrever sobre a vida em *Pinheiral* produziu a si mesma como intelectual. Nesse processo, obteve reconhecimento institucional, pertenceu a academias e centros culturais, ocupou cargos relevantes em tais instituições e teve visibilidade pública legitimada, sobretudo pelo endosso masculino. Seu posicionamento entre os notáveis do campo intelectual curitibano contribuiu para que evitasse polêmicas diretas, mobilizando a própria produção escrita para o estabelecimento de suas críticas – a exemplo do livro *Os Vergueiros* e suas crônicas em *O Tibagi*.

Sobre essa forma de politização (que recusou embates explícitos), é importante notar que o jornal de Monte Alegre – ainda que servisse como uma espécie de vitrine para a intelectualidade paranaense – circulava principalmente em cidades pequenas e seu alcance, portanto, era limitado. Isso permite inferir que, por essa razão, críticas realizadas por Hellê Vellozo Fernandes possivelmente não tenham alcançado as pessoas citadas, tornando praticamente inexistentes, em *O Tibagi*, réplicas de seus “interlocutores”²⁰⁴. Além disso, suas

²⁰⁴ Como exemplo é possível destacar uma crítica por ela realizada à *Revista do Globo*, de Porto Alegre, questionando o fato de terem colocado Raul Pompeia em primeiro lugar na lista dos mais relevantes escritores, quando em sua opinião deveria ser Érico Veríssimo (Hél, 1952e, p. 2). Acredita-se que os editores da referida revista sequer tomaram conhecimento da publicação ou se deram ao trabalho de estabelecer diálogo com uma intelectual de um jornal do interior do Paraná, dada a ausência pública de réplicas ou tréplicas em *O Tibagi*.

crônicas sobre as “escolinhas do mato”, assim como suas ações e mediações no contexto dos acampamentos, constituíram outra expressão de suas formas de engajamento: tanto na coordenação escolar quanto nas atividades ligadas à assistência, ela percebia as limitações daquele espaço social, mas não as questionava frontalmente, até mesmo porque isso colocaria em risco sua própria posição em Monte Alegre e no campo intelectual curitibano.

No *Diário do Paraná*, diversas crônicas da série *Nos campos e nos pinhais* registraram a pobreza das vilas rurais de Monte Alegre como algo situado no passado. Isso se deve ao fato de que a maior parte dos escritos de Hellê Vellozo Fernandes sobre *Pinheiral* foi posterior ao seu desligamento da coordenação das “escolinhas do mato” e do Departamento Feminino de Assistência Social de Monte Alegre, dando a impressão de que se tratava de eventos temporalmente distantes, em razão de seu caráter memorialístico. Ainda que tenha abordado o trabalho infantil, entre outras questões problemáticas no contexto dos acampamentos da Klabin, não constituiu desafetos ao questionar o Estado pelo abandono da população dos pinhais, optando por não confrontar a autoridade que autorizava seu trabalho voluntário nas escolas, na assistência e em *O Tibagi*. Tanto em sua prática quanto nas representações que construiu a esse respeito em suas crônicas, Hellê Vellozo Fernandes operou dentro de um espaço de possibilidades limitado pelas relações de poder locais e pelas disposições incorporadas e adquiridas ao longo de sua trajetória. Foi a partir desse enquadramento que as “escolinhas do mato” foram concebidas e desenvolvidas.

Como a própria Hellê Vellozo Fernandes relatou, a mobilização de seus capitais contribuiu para que o método de ensino nas escolas das vilas rurais de Monte Alegre fosse organizado a partir de orientações recebidas de Erasmo Pilotto. Para compreender o funcionamento dessas instituições e a mediação realizada pela coordenadora, recorreu-se ao Centro de Documentação e Memória Klabin, buscando fontes como o programa de ensino, cartilhas e fotografias. No entanto, foi disponibilizada apenas uma entrevista feita pela instituição com Hellê Vellozo Fernandes e seu esposo, em 1993²⁰⁵. Diante da escassez de vestígios documentais sobre a estrutura e a organização das “escolinhas do mato”, a análise foi realizada por meio do cruzamento de suas memórias publicadas no *Diário do Paraná*, na série

²⁰⁵ Foram enviados quatro e-mails ao Centro de Documentação e Memória Klabin, solicitando informações sobre a existência de fontes (digitalizadas ou disponíveis no acervo em Jundiaí - SP) relacionadas à Hellê Vellozo Fernandes, às “escolinhas do mato” e aos acampamentos da Klabin. Conforme informado na resposta ao primeiro contato, realizado em 26 ago. 2024, os funcionários da instituição estavam ocupados com questões infraestruturais do espaço, o que temporariamente dificultou o atendimento de algumas demandas de pesquisa. A partir do contexto relatado, se comprometeram em compartilhar, posteriormente, uma lista de documentos que poderiam contribuir para o desenvolvimento da tese, enviando, naquele momento, a entrevista com Hellê Vellozo Fernandes e Paulo Rios Fernandes, realizada pela própria instituição em 1993. Como as informações requisitadas não foram encaminhadas, novos contatos foram realizados em 12 dez. 2024, 16 out. 2025 e 27 dez. 2025, sem obter respostas.

de crônicas *Nos campos e nos pinhais*, bem como a legislação educacional do período e os referenciais do Método Erasmo Pilotto²⁰⁶, tomados como horizonte de possibilidades pedagógicas então disponíveis²⁰⁷.

Com base nessa documentação, foi possível identificar que a primeira “escolinha do mato” de Monte Alegre foi instalada em um local chamado Miranda, a aproximadamente 13 km de Harmonia. Por haver muitas crianças nessas regiões da Fazenda, a Klabin, obrigada por lei, montava escolas e remunerava as professoras. Quando Hellê Vellozo Fernandes deixou seu cargo na coordenação, “[...] eu entreguei 33 escolas de mato, cada uma com no mínimo 30 crianças dentro das salas de aula...” (Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993, p. 53). A expansão dessas instituições foi por ela descrita como resultado de

[...] uma grande luta nossa, que eu digo, é do Departamento Feminino e dos Chefes Florestais, e diretamente caía na Klabin que apoiou. Então nós começamos 1 escola, 2 escolas, 3 escolas, no fim tinha escola em todo mato, eu cheguei a visitar isso, todas elas, durante 12 anos, então a gente ia certos dias, a gente sempre ia aproveitando o pagamento (HVF – Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993, p. 51).

De acordo com Hellê Vellozo Fernandes, nos anos iniciais essas escolas atendiam entre 30 e 40 estudantes, chegando a reunir 50 ou até 100 crianças. Este aumento tem relação com um trabalho de convencimento da população local sobre a importância da educação, realizado por Hellê em *O Tibagi*, como também com orientações dadas às famílias em suas visitas de caráter assistencial – simbolicamente violentas por serem realizadas no dia de recebimento do ordenado. De qualquer maneira, a crescente adesão e alfabetização era celebrada. Para comemorar o marco de 1000 crianças alfabetizadas em um ano, foi dada uma festa especial aos discentes, onde foram ofertados bolachas e guaraná. Segundo seu relato, as crianças eram tão humildes, que muitas delas não sabiam o que era refrigerante²⁰⁸ e foi preciso ensiná-las a tomar (HVF – Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993).

²⁰⁶ Ainda que a publicação do livro *Organização e Metodologia do Ensino na 1ª série*, em 1964, possa ser compreendida como um marco do Método Erasmo Pilotto, este foi desenvolvido ao longo da trajetória do professor, especialmente após os anos 1940 e sua atuação na Escola de Professores de Curitiba e no Instituto Pestalozzi, onde, a partir do referencial da Escola Nova, elaborou e testou sua proposta. Vale destacar que o método não era exatamente um manual de regras, já que “[...] a escola preconizada pelo autor é, antes de tudo, um estado de espírito”, logo, “qualquer indicação prática só adquire validade se animada pela intuição desse espírito” (Brito, 1989, p. 125).

²⁰⁷ Mais do que pressupor uma aplicação direta desse método, Hellê Vellozo Fernandes foi formada pelo próprio professor Erasmo Pilotto para ela mesma atuar como “criadores de ciência pedagógica” (Pilotto, 1973, p.43). Assim, o método figurou nesta tese como um horizonte pedagógico a partir do qual a coordenadora possivelmente se pautou na mediação do trabalho docente nas “escolinhas do mato”.

²⁰⁸ Segundo Hellê Vellozo Fernandes, “na hora do guaraná, ficaram olhando para os copos cheios, sem os tocar. Não sabiam o que era aquilo...” (Hél, 1968b, p. 2, segundo caderno).

Dada a parca estrutura econômica dos residentes dos acampamentos, a Klabin oferecia avental branco – uniforme utilizado à época por todas as crianças do curso primário. Livros, cadernos, lápis e canetas também eram doados. Para além do investimento da empresa no pagamento das professoras e fornecimento da estrutura escolar (sala, carteiras, quadro negro e giz), as “escolinhas do mato” contaram com longos anos de trabalho voluntário de Hellê Vellozo Fernandes em sua coordenação. Segundo ela relatou, em 1962, foi desligada pelo novo Diretor Florestal, porque foram encerradas as atividades escolares de maneira gratuita. Pouco tempo depois, o Estado assumiu tais escolas. Em suas palavras, “[...] a Klabin passou para o governo as escolas do mato, trouxe professoras para lecionar, e a última notícia que eu tive é que havia 8 escolas do mato, mas também havia menos acampamentos, já estava a coisa mais organizada” (HVF – Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993, p. 54)²⁰⁹.

Embora Hellê Vellozo Fernandes tenha afirmado que o programa adotado nas “escolinhas do mato” foi organizado “por nós”, em referência a Erasmo Pilotto (HVF – Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993), não foram localizados registros sistemáticos desse plano pedagógico, nem materiais didáticos ou orientações formais que permitissem analisá-lo diretamente. Assim, a compreensão das práticas pedagógicas desenvolvidas foi realizada por aproximação: as formulações teóricas e metodológicas do educador e o Anteprojeto da Lei Orgânica da Educação, elaborado em sua gestão na Secretaria de Educação e Cultura, foram adotados como referências. Ainda que tal documento não tenha sido convertido em legislação, seu uso como fonte se justifica por seu caráter programático e por constituir um indício das ideias pedagógicas que orientavam o debate educacional paranaense naquele período, servindo de contraponto às ações concretas empreendidas nas escolas dos acampamentos da Klabin.

O primeiro ponto a ser problematizado em relação à atuação de Hellê Vellozo Fernandes como coordenadora das “escolinhas do mato” diz respeito às funções atribuídas às/os diretores escolares. O Anteprojeto, em seu artigo 54º, afirmava que os ocupantes dessa posição, “[...] visando ser o órgão vivo da unidade do espírito educador do estabelecimento” (Paraná, 1949, p. 28), tinham uma grande missão:

I) conhecer os seus mestres e conquistar seu espírito para poder, com confiança, incitá-los e corrigi-los; II) ser para eles o orientador, de quem esperem o apoio e proteção nas circunstâncias difíceis da missão educativa; III) intervir nos conflitos ocasionais entre o mestre e os pais dos alunos, para fazer triunfar sobre pontos de vista inferiores, o ponto de vista da escola, que o mestre deve defender com imparcialidade; IV) moderar o ardor punitivo ou o ardor doutrinário dos mestres que se excedam nesse sentido, perdendo o contato espiritual com os alunos; V) remover as dissídias latentes

²⁰⁹ Nessa época, Hellê Vellozo Fernandes também deixou o trabalho na Assistência Social. O Departamento Feminino foi extinto e passou a funcionar em Monte Alegre a Associação de Proteção à Maternidade e Infância, que era estadual (HVF – Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993).

ou patentes entre os mestres; VI) reunir o corpo docente para que coordene o trabalho das diferentes classes e discuta a fundo as matérias mais delicadas da escola; VII) visitar as classes, não para uma inspeção extrema sobre o aspecto regulamentar da execução dos programas, entendidos como quantidade, mas para bem conhecer a alma de seus mestres, e não perder nunca de vista os escolares; VIII) fazer com que a escola apareça perante o público como um todo completo e orgânico, para que se converta, diante da consciência de todos, em exemplo de governo escolar esclarecido; IX) solicitar das autoridades, com a força da unanimidade do professorado e da reputação da escola, os meios adequados para o cumprimento da função educativa; X) interpretar a legislação escolar e os programas, para que a escola faça verificar seu espírito e sua letra, chamando os mestres a colaborar nessa obra, já em reuniões celebradas para este fim, já na conversação quotidiana (Paraná, 1949, p. 29).

O modelo preconizado expressava a direção escolar como instância de autocontrole e moderação (sobre as/os professoras/es, os impulsos e os conflitos²¹⁰). Dentro das atribuições esperadas da gestão escolar, Hellê Vellozo Fernandes – dada a dispersão das escolas sob sua coordenação – realizou parcialmente o acompanhamento das docentes e a visitação das classes, procurando mediar conflitos e atenuar principalmente os excessos punitivos. Quanto à tarefa de intervir em conflitos com os pais e de fazer “triunfar o ponto de vista da escola” sobre os demais, ela correspondia às expectativas do Anteprojeto: fazia parte de sua missão como docente promover o desenvolvimento de disposições civilizadas nas/os alunas/os e seu entorno. No diálogo com autoridades, visando qualificar o ensino, sua capacidade de reivindicação local era limitada pela posição subordinada à Klabin, tornando impossível cumprir integralmente o que o documento preconizava. O que Hellê Vellozo Fernandes melhor conseguiu colocar em prática foi a interpretação e adaptação da legislação e programas segundo “seu espírito e sua letra”. Assim, diante das condições materiais, institucionais e humanas das “escolinhas do mato”, ela reinterpretou várias das funções previstas, atuando não como diretora administrativa no sentido estrito, mas sobretudo como uma intelectual mediadora.

No Anteprojeto constava também que um dos objetivos da educação paranaense seria a promoção do “[...] desenvolvimento cultural do Estado, com a preocupação, sobretudo, de penetrar na massa da população, para elevá-la espiritualmente, com base no princípio de que só a liberdade pode ser ambiente propício à cultura” (Paraná, 1949, p. 3). Nesse intuito, as escolas primárias deveriam ser organizadas:

[...] com o objetivo específico de dar a seus alunos um mínimo comum de formação geral que promova o seu desenvolvimento normal, dando-lhes o domínio das técnicas fundamentais da leitura, da escrita e do cálculo, hábitos e atitudes úteis à vida comum, e uma informação e um sentido de curiosidade e observação disciplinados, que lhes permitam situar-se corretamente no espaço e no tempo (Paraná, 1949, p. 8).

²¹⁰ Destaca-se que um dos principais elementos do processo civilizador é a capacidade de controlar impulsos violentos. O indivíduo “civilizado” é aquele que consegue reprimir impulsos momentâneos visando ganhos futuros (Elias, 1993, 2012).

Tendo tal objetivo em vista, a escolarização ofertada deveria ser adequada às características da escola e dos escolares²¹¹ e incluiria disciplinas como Técnicas de expressão (linguagem e leitura, desenho, trabalhos manuais, canto e teatro), Iniciação Matemática, Geografia e História do Brasil, Educação Física e Conhecimentos Gerais “[...] aplicados à vida social, à educação para saúde e ao trabalho”, além de “[...] elementos gerais de ciências físicas e naturais destinadas a enriquecer o patrimônio de experiências do aluno, e capazes de alicerçar a aquisição posterior de conhecimentos científicos e, mesmo, permitir, em tempo próprio, a formação de uma conveniente concepção de mundo” (Paraná, 1949, p. 33). Seguindo tais orientações, nas zonas rurais, a duração dos períodos letivos e de férias deveriam ser fixadas segundo as conveniências regionais.

Havendo essas adaptações, e sendo o ensino primário obrigatório, ficaram previstas multas de Cr\$ 200,00 a Cr\$2.000,00 para os pais que não realizassem matrícula e prezassem pela frequência das crianças sob sua guarda (Paraná, 1949, p. 63). Isso porque, segundo o Anteprojeto, nenhum menor de sete a 11 anos poderia ser “[...] utilizado regularmente em outra atividade de qualquer índole, dentro do horário fixado para o funcionamento da classe pública ou particular que tenha sido escolhida para a educação do mesmo, ou que tenha sido estabelecida pela pessoa incumbida dessa função docente” (Paraná, 1949, p. 64) – o que, segundo as crônicas de Hellê Vellozo Fernandes, era amplamente praticado no contexto dos acampamentos da Klabin.

A determinação de multas decorreu do fato de que, entre as principais inquietações das/os intelectuais atuantes na educação em meados do século XX, estavam as altas taxas de evasão escolar e repetência, especialmente na primeira série. Segundo Brito (1989, p. 98)²¹², a preocupação com a alfabetização ia além do aspecto individual, de desenvolvimento pessoal; incluía questões de “[...] caráter social, como força de trabalho (capital humano) que interessa à sociedade como profissional”. À época, entendia-se que o progresso científico e tecnológico do país não poderia ser plenamente aproveitado tendo grande parte de sua população analfabeta. Nesse contexto, a educação oferecia “[...] esperanças e possibilidades novas aos povos mais pobres. Se lhes derem o tipo de educação conveniente, uma sociedade em vias de

²¹¹ O texto do Anteprojeto colocava em evidência o posicionamento de seu autor – já que, de acordo com Erasmo Pilotto (2004), realidades diferentes demandavam arranjos pedagógicos próprios. Nessa perspectiva, o artigo 64º previa que as escolas primárias deveriam dar a todas as crianças uma formação geral comum, mas para isso deveria ser considerada “[...] a diferença de ponto de partida dos alunos segundo o nível de vida local, [...] projetando nos meios mais atrasados, uma ação mais viva e permanente em um campo mais amplo, com o objetivo da melhoria do ambiente” (Paraná, 1949, p. 31).

²¹² Optou-se pelo referencial de Brito (1989) por se tratar de um estudo que sistematizou de forma detalhada o Método Erasmo Pilotto, articulando seus fundamentos teóricos às orientações práticas de alfabetização, incluindo a descrição das fichas pedagógicas.

desenvolvimento poderá atingir a expansão, a harmonia e o entendimento entre os povos” (Brito, 1989, p. 98-99). Sua oferta, não só em Monte Alegre, mas em todo o Brasil, era desigual, sendo de qualidade inferior a escolarização destinada às filhas e filhos de trabalhadores, sobretudo os dos meios rurais.

Como as professoras das “escolinhas do mato” eram leigas, Hellê Vellozo Fernandes precisou de uma solução metodológica capaz de superar o problema da repetência e da evasão já na primeira série. Valendo-se, possivelmente, do Método Erasmo Pilotto, ela adotou um referencial adequado às características da educação promovida nos acampamentos, uma vez que este modelo de ensino visava:

dotar os professores de um instrumento metodológico para o ensino inicial da leitura e escrita; estabelecer técnicas simples para a aprendizagem, que possam ser assimiladas em massa; estabelecer um plano de treinamento minucioso, de repetições eficazes, para levar as professoras rurais a dominar aquelas técnicas [...] para a realização do referido plano (Pilotto, 1960 *apud* Brito, 1989, p. 104-105).

Como o excerto permite observar, o Método Erasmo Pilotto buscava simplificar ao máximo os programas para as escolas primárias, definindo objetivos que as professoras pudessem alcançar a partir de uma metodologia que tivessem condições concretas de desenvolver. Ao estabelecer um sistema passo a passo para que as professoras fossem capazes de dominar aquilo que deveriam desenvolver em classe, criava também “[...] um sistema de controle de trabalho de tais professores, de eficiência certa e de aplicações simples” (Pilotto, 1966 *apud* Brito, 1989, p. 118). Sua prática, no entanto, não prescindia de “[...] treinamentos sistemáticos, tornando-os [docentes], em curto prazo, capacitados a utilizar um método de alfabetização mais seguro, a fim de garantir a eficácia do ensino inicial da leitura e da escrita” (Brito, 1989, p. 108). No contexto das “escolinhas do mato”, as professoras do Grupo Escolar de Lagoa eram as responsáveis pelo treinamento das docentes leigas, em cursos de férias, sendo Hellê Vellozo Fernandes a coordenadora geral (O Tibagi, 1969). Em tais cursos, aprendiam exatamente o que teriam que replicar. Ainda assim, no decorrer do ano, Hellê precisava realizar diversas correções:

[...] por exemplo, eu ia numa escola, eu visitava, digamos, 10 escolas de cada vez, a professora estava dando aula de História, eu parava, tomava a palavra e continuava a aula dela, eu era professora formada, já disse para você. Às vezes ela estava dando aula de Português, e neste continuar eu corrigia o que ela estava dando (HVF – Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993, p. 57).

Nas palavras da coordenadora “esse era o método” que praticou nas “escolinhas do mato”, sob orientação de Erasmo Pilotto. Mesmo com as limitações evidenciadas no excerto,

quando Hellê Vellozo Fernandes tomava a palavra da professora regente para corrigi-la ou dar aula em seu lugar, sua mediação pedagógica possuía efeitos para além do ensino imediato dos conteúdos. Nessas intervenções, ela mediava saberes formais e a realidade social local, o que servia também como uma espécie de educação não formal das docentes a partir de seu exemplo. Nesse processo, a alfabetização recebeu destaque prioritário no programa, cuja avaliação era também realizada, de maneira voluntária, pelas professoras do Grupo Escolar de Lagoa. Segundo o relato da coordenadora, “[...] quando chegava a época de prova, então ia uma caminhonete, e elas davam as questões, estavam a par de todo método que nós usávamos, e ajudavam a assistir as provas, para ensinar a professora dar prova. E foi assim que funcionou” (HVF – Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993, p. 52). Esse processo avaliativo era acompanhado de perto por Hellê, que ia “[...] ver como vai a turma em exame com as professoras desconhecidas do Grupo Escolar. Vai bem, trabalhando dentro dum silêncio impressionante” (Hél, 1965h, p. 3, segundo caderno).

O Método Erasmo Piloto era sistematizado em 19 fichas, que indicavam passos a serem seguidos, com orientações para professoras e estudantes. Por meio de seu estudo, as docentes deveriam desenvolver alguns princípios, como “[...] o respeito ao aluno, ensino passo a passo e acabadamente, recapitulação a cada passo dado” (Brito, 1989, p. 135), além de habilidades como o desenvolvimento de aulas por meio de perguntas – primeiro coletivas e depois individuais, intercaladas com palavras de reforço positivo. Tais fichas contemplavam, entre outros aspectos: a apresentação gradual das vogais, sua identificação em nomes próprios e posterior introdução de palavras e decomposição silábica, além de exercícios fônicos, atividades de cópia. Essa sistematização demonstra que a alfabetização ali proposta enfatizava um ensino fonético-silábico – o que justificaria seu emprego nas “escolinhas do mato”, já que as crianças que ali estudavam tinham quase nenhum acesso à cultura letrada fora do espaço da sala de aula.

A disposição sequencial das fichas – que partia de orientações mais simples e iam se complexificando – permite compreender que se tratava de uma pedagogia de alfabetização orientada pela progressividade e pelo controle minucioso do processo de aprendizagem, visando a previsibilidade dos resultados²¹³. Nesse contexto, a aprendizagem da leitura e da escrita aparecia indissociável da incorporação de disposições como atenção, paciência,

²¹³ O método também desempenhava papel central na organização e no controle do trabalho docente – facilitando o trabalho de Hellê Vellozo Fernandes na coordenação das “escolinhas do mato”. Essas fichas serviam como um guia para a padronização do ensino, oferecendo às professoras leigas orientações do que ensinar, como ensinar e quando avançar no conteúdo. Essa racionalização reduzia a margem de improvisação e autonomia pedagógica, ao mesmo tempo em que garantia certa homogeneidade nos procedimentos adotados nas diferentes escolas.

contenção de impulsos e interiorização das normas. Por essa razão, as repetições e recapitulações podem ser compreendidas a partir da noção nomeada por Elias (1993) como compulsões desarmadas – pressões continuamente exercidas sobre os indivíduos, ausentes de violência física, que produzem mudanças em seu *habitus* no sentido de uma apresentação comportamental cada vez mais diferenciada, uniforme e estável, na direção dos padrões de comportamento considerados adequados à ordem social urbana que se pretendia reproduzir. Entretanto, a implementação do Método encontrou limites concretos quando confrontada com as condições materiais, sociais e culturais dos acampamentos.

Um dos principais desafios de Hellê Vellozo Fernandes na coordenação das “escolinhas do mato” foi o enfrentamento à evasão. Ainda que o sarampo e a varicela, por vezes, tenham esvaziado os bancos escolares, a principal “epidemia” dos acampamentos era o trabalho infantil. O cenário de pobreza nos acampamentos da Klabin tornava “normal” que crianças trabalhassem para auxiliar no sustento das famílias – mesmo havendo a proibição do trabalho infantil desde a Constituição de 1934. Sobre este problema que precisou mediar, a postura de Hellê sobre a pauta foi mudando ao longo dos anos, conforme conhecia de perto a vida de privação dos acampamentos e as relações de poder em Monte Alegre. Na crônica *A velha luta* detalhou esse processo:

Na escolinha do mato há vários lugares vazios. [...]

- O que aconteceu?

A professora explicou:

- Os maiores é que estão faltando. Foram para o eucaliptá.

Ah, o “eucaliptá”!

Devemos fazer carranca.

Como poderemos garantir a alfabetização, se durante três meses os alunos desaparecem dos bancos escolares?

Ah, o “eucaliptá”, onde os braços infantis servem para lenhar os troncos menores ou carregar de aças as carroças...

Se fôssemos novatos no ofício que temos, iríamos em busca dos pais. Ou antes das mães, pois os homens, a estas horas, estão na derrubada. E diríamos:

- Vocês não sabem que seus filhos devem aprender a ler e escrever? Quem não lê e não escreve é analfabeto. Não pode ter emprego bom, ganhar mais, comprar mais comida. É preciso que deixem as crianças irem aprender na escola. Não pediram tanto uma escola? Agora a têm, à sua disposição. Com vantagens que não encontrarão fora de Pinheiral...

E fariamos aquela pergunta inevitável:

- Por que não mandam seus filhos para escola?

Nenhuma das mães responderia nada. Como se não nos entendesse...

Algumas, no dia seguinte, tirariam os filhos do serviço no “eucaliptá” e levaria-nos de volta à escola.

Estariamos longe. Não veríamos as panelas vazias sobre o fogão; nem o caldo ralo de feijão, nem os grãos de milho sapecado, nem o pirão de mandioca constituindo a única refeição. Ali, muitas vezes, esquece-se o gosto do pão. Carne é coisa de que não se tem notícia, a não ser em caso de doença, quando se mata uma galinha (Hél, 1965e, p. 3, segundo caderno).

Essa crônica expõe o choque entre o ideal pedagógico incorporado por Hellê Vellozo Fernandes em sua trajetória e a realidade material de privação dos acampamentos. A fome era o principal motivo da evasão escolar e o trabalho infantil nos pinhais representava a oportunidade de melhorar, minimamente, as condições de vida. No excerto, destaca-se a expressão “ah, o eucaliptá” – que não se referia apenas a um espaço físico de trabalho, mas à estrutura econômica local, responsável por tensionar permanentemente o projeto das “escolinhas do mato”²¹⁴. A repetição dessa expressão era indicativa de que Hellê reconhecia que esse obstáculo estrutural extrapolava a esfera pedagógica de suas ações. Possivelmente por essa razão, demonstrou ter mudado de postura em relação ao imperativo da escolarização das crianças²¹⁵. Quando ela era “novata”, tendia a impor suas concepções pedagógicas. Mais tarde, passou por um processo de reajuste da *illusio* que sustentava suas práticas. Se inicialmente a adesão a uma missão docente fazia com que ela concebesse a escolarização como prioridade absoluta da infância, as condições concretas dos acampamentos da Klabin impuseram limites a essa crença. A urgência econômica e as necessidades imediatas das famílias passaram a ser levadas em conta na mediação pedagógica realizada por Hellê Vellozo Fernandes.

Na crônica em análise, ela também expressou ter enfrentado dificuldades de comunicação com os familiares das/os estudantes das “escolinhas do mato”. Quando ainda questionava as mães sobre a ausência das crianças na escola porque trabalhando no pinhal, as mães nada respondiam. Dadas as relações de poder local, como coordenadora das escolas mantidas pela Klabin, nos acampamentos Hellê Vellozo Fernandes era percebida como uma representante da própria Klabin. Logo, o que as mães poderiam dizer? Seu silêncio decorria assimetrias de poder naquele espaço social²¹⁶. Possivelmente, a ausência de respostas não era

²¹⁴ Conforme nota de Hellê Vellozo Fernandes anexa à crônica, “eucaliptá” era uma “[...] corruptela de eucaliptal, usada comumente por toda a gente dos acampamentos de Pinheiral” (Hél, 1965e, p. 3, segundo caderno).

²¹⁵ Entende-se que tais mudanças não ocorreram de maneira linear ou absoluta. As tomadas de posição e ações de Hellê Vellozo Fernandes, registradas nas crônicas *Nos campos e nos pinhais*, foram ocorrendo a partir das relações de poder e condições materiais próprias daquele espaço social em relação às suas disposições.

²¹⁶ A interlocução entre Hellê Vellozo Fernandes, representante do poder da Klabin nos acampamentos, e os familiares das/dos estudantes partia, conforme apontou Bourdieu em seus estudos, de “[...] classificações práticas como esquemas incorporados que funcionam no nível pré-consciente e permitem aos agentes atuarem no dia a dia” (Hamdan, 2021, p. 156). Do lado das famílias, como as crônicas permitem compreender, as reclamações sobre a atuação de Hellê Vellozo Fernandes nunca foram explícitas – possivelmente por compreenderem que naquela relação de poder faziam parte do polo desprovido do mesmo. Do lado da coordenadora, as disposições incorporadas e adquiridas em sua formação familiar, escolar e em suas redes de sociabilidade intelectual, a faziam observar os “caboclos” a partir de uma suposição superior, legitimada por uma série de representações preconceituosas sobre a origem e *habitus* dos residentes das vilas rurais de Monte Alegre. Exemplo dessa pré-(in)disposição foi registrado na crônica *Aspectos de Pinheiral*: “nunca sabemos como seremos recebidos. Paradoxal, nossa gente do mato, a par dum orgulho altivo, que se ofende com nonadas, é duma humildade constrangedora, que se desfaz em agradecimento. Adora ser presenteada. E mente, mente quase sempre” (Hél, 1965g, p. 3, segundo caderno). Por essa razão, segundo Hellê Vellozo Fernandes, na mediação exercida em seu trabalho como coordenadora escolar, ela precisou aprender a lidar com os “caboclos”, que, na sua opinião, sempre que possível procuravam tirar alguma vantagem. Em *A luta sem fim*, Hellê Vellozo Fernandes comentou sobre um

ignorância; era a impossibilidade de dizer com todas as palavras aquilo que a jovem Hellê só aprendeu mais tarde: as crianças saíram da escola para trabalhar para os empreiteiros da Klabin, a mesma empresa que lhes queriam alfabetizados. Com o tempo ela entendeu que a realidade dos espaços rurais de Monte Alegre escapava aos imperativos do discurso pedagógico oficial, uma vez que o intento de “civilizar” os “caboclos” por meio da escola era atravessado pelas panelas e barrigas vazias.

Ao escrever sobre as contradições entre o ideal pedagógico e o possível no meio dos pinhais, Hellê Vellozo Fernandes evidenciou que o problema da evasão não era, em sua concepção, somente moral (por preguiça) ou familiar (por ignorância); tratava-se de uma questão estrutural, onde a escolarização concorria diretamente com a sobrevivência. No entanto, para manter sua posição em Monte Alegre – à serviço, ainda que voluntário, para a Klabin, empresa que, ao mesmo tempo que financiava a escola, gerava a demanda de trabalho que esvaziava as salas – não confrontou diretamente as condições de exploração nas quais viviam os lenhadores e plantadoras/es de pinheiro e suas famílias, e que impediam a frequência escolar. Suas críticas foram organizadas em outras direções, principalmente às pretensões universalizantes da Escola Nova, demonstrando que no contexto das “escolinhas do mato”, alfabetizar não era apenas um problema pedagógico, mas uma questão profundamente social:

Não adiantaria enfrentar, com nossas palavras de sincero entusiasmo, a impassibilidade daqueles rostos esqueléticos, daquelas caras de fome. Para elas, as crianças que saíram da escola para o “eucaliptá” representam mais alguns cruzeiros de comida.

Temos o direito de privá-los disso, em prol da alfabetização de seus filhos? (Hél, 1965e, p. 3, segundo caderno).

Esse posicionamento possivelmente decorreu da constatação que o dinheiro das crianças que trabalhavam era para os pais saldarem dívidas nas vendas que pertenciam aos próprios empreiteiros responsáveis pela exploração dos pinhais. Se os débitos começavam a se acumular, o crédito era suspenso – o que era especialmente comum nos períodos de chuva, quando não se podia trabalhar no corte da madeira. Segundo Hellê Vellozo Fernandes, “isso, naqueles matos, significava apenas fome” (Hél, 1965e, p. 3, segundo caderno). Por isso, não raro, famílias inteiras desapareciam da noite para o dia, fugindo das dívidas e buscando um local onde pudessem fiar, o que também contribuía para a evasão escolar. Sobre essa prática, Hellê Vellozo Fernandes escreveu:

[...] a professora da escolinha do mato quem nos dá explicações:

episódio que “[...] enquanto distribuíamos uns [feltros], roubavam-nos outros no jipe” (Hél, 1964a, p. 3, segundo caderno).

- Essa gente estava devendo no armazém do empreiteiro. O pai esteve doente, a mãe teve uma criança... Não havia jeito de pagarem a conta! E eram uns dez por todos... Hoje não amanheceu ninguém. Devem ter saído quando ainda era escuro. Levaram até os aventais das crianças, que a Escola emprestou... Prosseguimos em nossa tarefa, adiante. Não são raras essas fugas. Amanhã, encontraremos a família noutro acampamento, presa a outra conta de armazém, que às vezes não é saldada pela exploração do empreiteiro; às vezes devido à malandragem ou à preguiça do plantador (Hél, 1965d, p. 3, segundo caderno).

O excerto da crônica *Encontros* permite observar ambiguidades nas tomadas de posição de Hellê Vellozo Fernandes. Ao narrar a fuga das famílias endividadas, presas ao sistema de crédito mantidos nos armazéns dos empreiteiros, ela novamente abordou a precariedade estrutural da vida nos acampamentos, onde a evasão escolar tinha relação direta com condições objetivas de existência²¹⁷. No entanto, ao afirmar que a dívida “às vezes não é saldada [...] devido à malandragem ou à preguiça do plantador”, ela retomou categorias morais de interpretação, que tensionavam a leitura estrutural da pobreza apresentada em outras passagens de suas crônicas, especialmente em *A velha luta*. Ainda que reconhecesse a exploração econômica e a fome como elementos centrais da realidade nos acampamentos, ela oscilava entre uma explicação social e uma interpretação que individualizava a responsabilidade para os trabalhadores, mobilizando noções historicamente associadas à herança cultural dos “caboclos” malandros e preguiçosos – de *habitus* semelhantes aos de *Jeca Tatu*, de Monteiro Lobato. Mesmo diante da constatação da fome e da exploração nos acampamentos, certas categorias explicativas acerca dos “caboclos” dos pinhais continuaram a operar, limitando o alcance de sua crítica. Além disso, a atribuição parcial da responsabilidade aos próprios trabalhadores funcionava como um deslocamento simbólico que atenuava a centralidade da empresa e do sistema de empreitada na produção da miséria local.

Distantes da sede da fábrica de papel, as vilas rurais desenvolviam relações de poder próprias que, por vezes, interferiram na frequência escolar e exigiram mediação de Hellê Vellozo Fernandes. Em uma das crônicas *Nos campos e nos pinhais*, ela escreveu sobre uma visita à escola do Capão do Graxaim, onde encontrou apenas seis estudantes e a professora “atemorizada” porque a mulher do empreiteiro havia levado as crianças dali. Na interpretação da coordenadora, uma decisão dessas não era “coisa que se despreze”, afinal, “ela quem manda. As outras lhe prestam vassalagem, que vai do bom dia amistoso à ajuda nos serviços domésticos caseiros, aos presentinhos, às contínuas adulações” (Hél, 1968a, p. 2, segundo caderno). De acordo com Hellê, nesse tipo de solicitude havia muito interesse pela venda no armazém do

²¹⁷ Na crônica *Observações*, Hellê Vellozo Fernandes afirmou conhecer “[...] um caso (exemplo de muitos outros) em que o trabalho das crianças era pago com gêneros alimentícios do armazém do empreiteiro que, naturalmente, era sempre o credor” (Hél, 1966c, p. 2, segundo caderno).

acampamento à vale descontável no pagamento. Para quem vivia longe da cidade, a boa convivência com o empreiteiro e sua mulher era fundamental. Nesse contexto, a “primeira-dama” daquele acampamento foi representada da seguinte maneira:

Ela, em geral, domina as outras pela sua cultura, quer dizer, usa sapato, anda de vestido limpo e cabelo penteado; tem mobília de sala, com mesa e cadeiras, enquanto os outros, quando muito arranjam caixões e bancos; tem cama de estrado e até colchão de molas; é dona das cabras, das vacas e, algumas vezes, de cavalos e cabras... Sabe dos remédios para todas as doenças e é a primeira a quem se pede socorro em caso de doença ou acidente. Sucessora pobre da sinhá-dona de fazenda. Gosta de mostrar interesse pela escola, embora seja analfabeta. É de espantar, pois a atitude da dona do Capão do Graxaim (Hél, 1968a, p. 2, segundo caderno).

Embora sem escolarização, a mulher do empreiteiro detinha um capital simbólico específico. Como a pessoa mais “rica” no local, sua distinção material e comportamental lhe conferia autoridade em relação aos demais. Sua descrição como “sucessora pobre da sinhá-dona de fazenda” evidencia que Hellê Vellozo Fernandes era crítica àquele sistema de exploração, especialmente porque, distantes do Estado e dos representantes da Klabin, os acampamentos desenvolviam relações de poder próprias que confrontavam o projeto de civilização via escola. Foi nesse contexto de hierarquias locais e tensões entre a autoridade escolar e os poderes informais locais que ocorreu o episódio memorado na crônica, exigindo a intervenção da coordenadora das “escolinhas do mato”.

A mulher do empreiteiro, tomando conhecimento de que Hellê Vellozo Fernandes já sabia de seu desentendimento com a professora e a consequente proibição de frequência das crianças do Capão do Graxaim à escola, mandou chamá-la. De acordo com a crônica,

Manda-nos um recado para irmos falar com ela em sua casa, onde nos recebe agressivamente, escudada num filho crescido, que mandou chamar na derrubada. Com ar decidido enumera os defeitos da professora, sua desafeta e que “podemos perguntar a qualquer um”. Como não há “qualquer um” para endossá-los, pedimos paz e colaboração, pois somos responsáveis pelo funcionamento das escolas de mato. Protesta veementemente, quando sugerimos que não proíba os alunos de irem às aulas. - Credo, dona! Disseram que eu fiz isso? Que mentira... Logo eu... que acho que todo mundo precisa de escola... Começa a chorar. Ameaça um ataque de histeria, tão sentida está. Promete inteira solidariedade e despedimo-nos certos de que nos ajudará. Quando nos vê pelas costas, brande no ar o punho fechado: - Sua dona de uma figa... Pois eu hei de tirar os seis [estudantes] que estão lá dentro... e acabar com professora, escola e tudo. Sorri-nos, quando acenamos-lhe do jipe, em despedida. E, mal prosseguimos, reitera os insultos e ameaças (Hél, 1968a, p. 2, segundo caderno).

O trecho citado evidencia o confronto entre duas formas de autoridade: as relações de poder desenvolvidas localmente e o poder da representante da Klabin. Ao desentender-se com a professora e decretar a retirada das crianças da escola, a mulher do empreiteiro afirmava sua

posição dominante no acampamento, demonstrando que a autoridade pedagógica exercida por Hellê Vellozo Fernandes pouco valia na ausência desta. No entanto, não podia confrontar diretamente a representante da *Companhia* – afinal, ainda que em melhor posição em relação às demais mulheres de acampamento, seu marido era apenas um empreiteiro entre tantos. Por essa razão, performou submissão em frente à coordenadora, expressando posteriormente sua verdadeira opinião para demonstrar, ainda que “pelas costas”, quem mandava no Capão do Graxaim.

Como é possível observar, no exercício de suas atividades junto às “escolinhas do mato”, Hellê Vellozo Fernandes procurava dialogar com os resistentes sobre a importância do processo de escolarização. Ao mesmo tempo, na descrição deste e de outros episódios, se representou como quem não abria espaço para discussões, bate-bocas e intrigas. Como porta-voz da Klabin nos acampamentos, não precisava de justificativas para agir como agia. Sua palavra, autorizada pela posição ocupada, valia por si mesma. Possivelmente por essa razão, uma das características de suas crônicas *Nos campos e nos pinhais* foi o uso da primeira pessoa do plural, rememorando ações realizadas em nome de um “nós” institucional. Desse lugar, Hellê se representou como quem buscava negociar e apaziguar os ânimos, visando a continuidade das atividades escolares.

Tanto no Capão do Graxaim quanto em outras vilas rurais de Monte Alegre, Hellê Vellozo Fernandes precisou realizar um trabalho de convencimento constante junto aos familiares para que enviassem suas filhas e filhos à escola. Mediante tais pressões externas, com o tempo, os próprios pais passaram a solicitar mais vagas (Hél, 1965e, p. 3, segundo caderno). Assim, surgia um novo desafio: fazer com que as crianças gostassem de frequentar a “escolinha do mato” – idealmente, tendo incorporado a *illusio* acerca da educação como oportunidade única de mudança de vida. No entanto, havia alunas/os resistentes, que demandavam mediação da coordenadora escolar, como o exemplo a seguir demonstra:

Um berreiro tremendo interrompe a aula.

Um plantador reforçado aparece à porta da sala, agarrando um garotinho, que esperneia e dá murros, tentando livrar-se dos braços que o subjugam²¹⁸.

- Que é isso?

- Ele não quer vir à escola.

- Não bata. Solte-o, por favor!

O plantador, pasmado, deixa o menino escapulir, ainda a berrar. E encara-nos:

- A sra. não falou que era pra ele ir pra aula? Quero que meu filho aprenda, nem que seja à pancada. E a sra. está aqui pra ensinar, não é?

²¹⁸ Este comportamento diz respeito ao que Bourdieu chamou de histerese, ou seja, quando há um descompasso entre disposições incorporadas em contextos anteriores e as novas condições objetivas nas quais os agentes passam a atuar.

- Ele voltará... Não será preciso bater... Virá receber o leite que o S.M. [serviço médico] mandou; virá ganhar o avental, os lápis, o livro bonito que o Departamento Florestal fornece. E virá porque descobrirá que é bom ser aluninho de uma de nossas escolas do mato...

O homem desconfiado, fita-nos sem fê. Respeitoso, não diz o que pensa. Sai abanando a cabeça. E desabafa entre amigos:

- Isso lá é professora? Devia é meter a vara... e tunda na piaçada! (Hél, 1965f, p. 3, segundo caderno).

Nessa crônica, Hellê Vellozo Fernandes demonstrou as dissonâncias entre o *habitus* “caboclo” e o processo civilizador em curso. Sendo a frequência escolar obrigatória, em alguma reunião com a coordenação, aquele pai foi convencido pela representante da Klabin de que seu filho deveria ir à escola. Com o tempo, e a internalização dessa normativa, ele fez o que entendeu como necessário para garantir a presença da criança na “escolinha do mato” – ainda que precisasse recorrer à violência. No entanto, tal atitude era reprovável segundo o modelo de educação defendido por Hellê Vellozo Fernandes, pautado na adesão simbólica à escola. Nesse conflito, mais uma vez, sua posição na hierarquia local facilitou o trabalho. Dada a dependência econômica do pai, seu silêncio diante de uma discordância com a coordenadora decorria da impossibilidade de expressar frontalmente o que pensava. Por essa razão, indiretamente²¹⁹, fez saber que, em sua opinião, ela não era competente em sua profissão por não usar da força para manter as crianças na escola. Nessa disputa entre família e autoridade pedagógica, dadas as assimetrias de poder, a racionalidade que se impôs foi aquela postulada por Hellê: as crianças não sofreriam mais castigos físicos como coerção à frequência escolar, pelo menos na presença da coordenadora. No entanto, no hiato entre suas visitas, até mesmo as docentes recorriam à violência no cotidiano escolar, como foi o caso da professora Josete:

- Mas hoje, ao menos, a sra. tem ideia do que dirá? [pergunta o chofer]

- Bem, ideia sempre temos e, para falar a verdade, vou passar um sermão em Josete. [...] O acampamento de sua escolinha fica no coração de um pinhal nativo, semidevastado.

Saltamos do jipe e vamos andando por entre troncos carbonizados, restos de madeiras, varas perigosas de taquara lascada, que sobraram da queima.

Josete não está na sala de aula. Há de ter ido até o rio.

E algo sucede de novo: as mães, que habitualmente se limitavam a olhar-nos de longe, da porta de seus ranchos, vêm ao nosso encontro.

Josete, surgida não sei de onde, corre para chegar junto com elas, até nós.

De longe já escutamos as ameaças, o bate-boca.

- Vou contar que deu com o livro na cabeça do meu filho. Vai ver que ele ficou de juízo mole!

- Dei mesmo! Ele me disse que a senhora me chamou de vagabunda...

- Chamei mesmo! Um dia... é cidade; outro dia é lavagem de roupa... Sobra pouco tempo para a escola. Por que quis ser professora? Agora, aguente!

- Professora eu sou. Caixa de pancada de mãe malcriada é que não! Onde se viu entrar gritando na minha sala?

²¹⁹ Segundo Hellê Vellozo Fernandes, “mesmo entre mulheres, quando somos estranhos, é do uso dos caboclos nunca responderem diretamente” (Hél, 1967d, p. 2, segundo caderno).

- Gritando estava a sra.! E a dona bem disse para não gritar...

Agora sim, estamos no meio da discussão, por causa daquele discurso de inauguração, em que dissemos uma porção de coisas bonitas, desafiando as qualidades pressupostas de Josete. Ah, esta Josete!

Mas aonde vamos encontrar outra criatura com 4º ano primário, no meio do pinhal mais distante de Vila Bonita?

Professorinha normalista é que não virá morar em rancho sem pintura, aqui neste matão. E nem contratada, nem extranumerária, nem tarefeira...

Escola de mato é para moças como Josete, que parece uma gata irritada, mas no fim do ano dá com os alunos alfabetizados. [...]

A Josete, que tem os olhos verdes raiados de amarelo, volta-se para nós:

- Olhe, dona, para esse pessoal é melhor parar de dar coisa. Ganham escola, livros, cadernos, agasalhos, cobertores, leite e até professoras dessa bendita Companhia. E acha que adianta? Ficam pensando que são os tais. Vêm gritar com a gente, por causa de uma livradinha na cabeça de um malcriado! Desde que ganharam os aventais, sabe o que disseram? “Você tem de lavar o avental de meu filho, toda semana. Para isso é professora”. Está direito?

[...] Quando conseguimos calma e a boa camaradagem parece retornar, Josete não sabe que se livrou de uma reprimenda... (Hél, 1965c, p. 3, segundo caderno).

A maneira como Hellê Vellozo Fernandes descreveu a paisagem da “escolinha do mato” em questão, apresentando o ambiente como hostil, e até mesmo perigoso, pode ser entendida como uma metáfora ao abandono geográfico e social dos acampamentos, bem como o caráter improvisado de tais instituições. A referência ao fato de que nenhuma professora formada aceitaria o posto era um indicativo que o local não tinha atrativos, como uma estrutura minimamente adequada para o trabalho docente. Por essa razão, a despeito do trabalho de Hellê, as interpretações da Escola Nova, especialmente em relação ao ensino ausente de castigos físicos, tardariam a ser implementadas nos pinhais. Longe dos olhos da coordenadora, mesmo a professora leiga mais instruída da região apresentou comportamento violento ao saber que havia sido insultada por uma mãe de aluno, que ainda lhe exigia que lavasse os aventais da turma.

Na crônica, a professora Josete foi representada como falha e humana, contrária à representação idealizada das professoras rurais como “santas” (Pilotto, 1973). No entanto, certamente suas ausências injustificadas durante o período das aulas, e mesmo a agressão por ela cometida ainda seriam objeto da mediação pedagógica de Hellê Vellozo Fernandes, já que ela estava “[...] precisando ouvir, em voz doce, que agora vai ensinar aquelas crianças [...] que não pode andar descabelada, nem soltar a classe ao léu, quando tem que lavar roupa no rio. Ela precisa entender o que é compromisso, horário, deveres de uma professora do mato” (Hél, 1965c, p. 3, segundo caderno). No entanto, diante daquele conflito com as mães, sobre os limites do papel da própria escola, a coordenadora tomou partido da docente – fazendo inclusive a *mea culpa* por tê-la elogiado em demasia na reunião de início do ano letivo (quando buscava

convencer os pais sobre a matrícula escolar). Ainda assim, Josete, era um “mal necessário”²²⁰. Sem ela, não haveria alfabetização naquele pinhal “semidevastado”.

Na ocasião narrada na crônica *Certa parte do programa*, Hellê Vellozo Fernandes não conseguiu colocar em prática o programado e não pôde “passar o sermão em Josete”. Os imperativos da relação conflituosa entre o *habitus* da população dos acampamentos e as expectativas em relação à escola exigiram da coordenadora a mediação de novo conflito: a obrigatoriedade do uso de aventais *versus* a responsabilidade de sua limpeza. Nesse contexto, com a professora inicialmente ausente e depois em discussão com as mães, possivelmente não houve aula – o que indica que questões próprias do funcionamento dos acampamentos podem ter atrasado a alfabetização das crianças nas “escolinhas do mato”.

As sanções de Hellê Vellozo Fernandes sobre comportamentos violentos também se dirigiam às/aos estudantes, o que permite compreender que o desenvolvimento de disposições consideradas socialmente adequadas via “escolinhas do mato” perpassava a regulação das emoções – aspecto central dos processos de civilização (Elias, 1993) –, que a coordenadora associava implicitamente ao avanço da população local. Sobre o rompante violento de um aluno, escreveu:

Encontramos Neida, lá no Capão do Graxaim, muito calma, embora ainda com ar preocupado:

- O que houve?

- A sra. não viu o Zito por aí?

- Que Zito?

- Aquele meu aluno grandão. Estava ainda há pouquinho passando aqui debaixo da janela, com a faca desembainhada. Quis se exibir para as meninas e disse nomes feios. Repreendi-o. Ficou furioso. A sra. precisava ver ele, mais alto do que eu, dizendo que ia me matar. Mandeí-o embora. Foi e voltou com a faca. Diz que está me esperando, aí fora...

Outra que não Neida estaria com medo.

- Ele não fez nada – garante-nos.

Contudo, só nos sentimos mais tranquilos quando a mãe do Zito, uma cabocla esperta, vem procurar-nos para dizer, com humildade calculada, que ele sumiu para a roça.

Na visita seguinte, dias depois, encontramos tudo em paz no Capão do Graxaim.

- E o Zito?

- Depois que passou a raiva, ele ficou bonzinho. Ouviu a mãe e veio me contar, sem jeito, que se sente grande demais entre os outros alunos. Estou dando aulas à noite...

– conta-nos Neida, toda orgulhosa.

Ela é apenas a mulher de um plantador de pinhão. Tem curso primário. Foi escolhida como professora, porque sabe ler e escrever. Na cidade, teria sido uma normalista

²²⁰ Ainda que ocupassem papel central, as professoras “do mato” eram retratadas nas crônicas de Hellê Vellozo Fernandes de maneira ambivalente: entre o preconceito e o reconhecimento. A coordenadora percebia limitações nas docentes leigas – não apenas técnicas, mas também associadas ao seu *habitus*, portanto, à sua origem e cultura. Ao mesmo tempo, valorizava o trabalho anônimo dessas mulheres, que, ainda que “imperfeito”, aparecia como indispensável naquele contexto. Ela não idealizava as “escolinhas do mato” nem suas professoras, mas as defendia em suas possibilidades, destacando o esforço cotidiano das docentes e a necessidade de adaptação do currículo escolar às condições e demandas específicas do meio.

brilhante. Tem o dom de transmitir o conhecimento e um grande amor pelas crianças... que faz milagres (Hél, 1967c, p. 2, segundo caderno).

A ameaça explícita com faca, a tentativa de exibição viril diante das meninas e a reação desafiadora à autoridade da professora reforçaram a representação sobre os acampamentos como espaço de atraso moral e social. Em tal contexto, conforme Hellê Vellozo Fernandes escreveu, apenas a ação da escola poderia auxiliar, sobretudo na contenção dos impulsos e no desenvolvimento do autocontrole. Por essa razão, a resolução do conflito não ocorreu pela punição direta, mas pela combinação entre afeto, escuta e rearranjos pedagógicos (como foi o caso das aulas noturnas). A solução encontrada pela professora Neida dialogava diretamente com a concepção de Hellê sobre o trabalho nas escolinhas do mato: a educação, quando adaptada às necessidades locais, poderia operar transformações profundas nos sujeitos, transformando seus *habitus* “caboclos” em “civilizados”.

Especificamente sobre esta professora do Capão do Graxaim, Hellê Vellozo Fernandes explicitou sua admiração: mesmo sem formação, ela conseguiu fazer no meio do pinhal o que normalistas formadas jamais seriam capazes²²¹. No entanto, esse reconhecimento não rompia com hierarquias simbólicas: a professora leiga era elogiada a despeito de sua condição social (mulher de plantador de pinhão, com formação primária apenas), e seu sucesso era percebido como uma exceção surpreendente. Para além disso, a simpatia de Hellê Vellozo Fernandes por Neida era possivelmente decorrente da partilha da *illusio* que as fazia dispor do tempo pessoal para, voluntariamente, lutar contra o analfabetismo. Mesmo que com ações distintas, derivadas de seus *habitus* e posição no espaço social de Monte Alegre, elas se demonstravam comprometidas com a educação, acreditando que esta poderia efetivamente promover mudanças significativas na vida de suas/seus alunas/os – operando um verdadeiro “milagre”²²². Não fosse a disposição da professora Neida em ministrar aulas noturnas, certamente Zito teria abandonado a “escolinha do mato”.

Conforme exposto, diversas razões contribuíam para que o tempo de permanência das/os estudantes nas escolas das vilas rurais de Monte Alegre fosse reduzido²²³. Tão logo

²²¹ Possivelmente após ter participado de uma solenidade de formatura, Hellê Vellozo Fernandes escreveu: “Fim de ano, com festa de colação e tanta professorinha nova, esperando o canudo do diploma, lembra-nos as escolas do mato, onde ela jamais lecionará. Aquela humilde escolinha, quase sempre esquecida, longe em excesso para ser atendida pelo desvelo dos idealistas da cidade...” (Hél, 1967c, p. 2, segundo caderno).

²²² Como Hellê Vellozo Fernandes explicitou na crônica em análise, a eficácia do trabalho de Neida não decorria de um diploma, mas de um “dom”, uma crença quase religiosa, no poder do amor e do conhecimento (Hél, 1967c, p. 2, segundo caderno).

²²³ Em uma de suas crônicas, Hellê Vellozo Fernandes escreveu sobre meninos que cabulavam aulas para tomar banho de rio (Hél, 1972, p. 5, segundo caderno).

aprendiam o bê-á-bá²²⁴, muitas crianças, principalmente os meninos, deixavam de frequentar a escola para trabalhar. Sobre essa questão, Hellê Vellozo Fernandes escreveu:

Quando há escola por perto, os pais fazem questão que o menino de 7 ou 8 anos a frequente. Mal aprende a soletrar e colocar em garranchos algumas palavras, para a família está encerrada a missão da escola. Dizem, com orgulho:

- Ele já aprendeu tudo.

E esse tudo vai até o segundo ano primário, quando muito. Aí, o garoto está na idade de trabalhar. E é notável como decide o que vai fazer!

Como nosso povo é indolente por índole e ignorância, um garoto escolhe logo um barzinho para atender, ou vende sorvetes ou dá recados, na cidadinha.

Mais crescido e mais esperto, entra para oficinas mecânicas, como aprendiz.

Ou, se a família ainda conserva certo trato social, serve em casas de família, donde passa a contínuo de hotéis ou de escritórios.

Depois, para o roceiro letrado, com seus dois anos de curso primário, há dois caminhos cobiçados: o primeiro é ser motorista, sonho do garoto, que vê no chofer do grande caminhão o seu herói maior. Ou ser operário, porque é o protegido do Sindicato, da lei trabalhista, dos Institutos, não interessando muito o serviço que vai fazer.

(Hél, 1966c, p. 2, segundo caderno).

Como a crônica *Observações* demonstra, ainda que reconhecesse a privação econômica experienciada nas vilas rurais de Monte Alegre, as disposições e redes intelectuais de Hellê Vellozo Fernandes a levavam a interpretar o abandono escolar como consequência da “índole” e “ignorância” da população dos acampamentos, reforçando estigmas sociais historicamente associados aos “caboclos” da região. A interrupção precoce dos estudos inviabilizava um trabalho completo de alfabetização, e sobretudo de “civilização”, desses estudantes, conforme almejado no projeto das “escolinhas do mato”. Naquele contexto, mesmo com baixa escolarização, Hellê identificava alguma possibilidade de mobilidade ocupacional, evidenciando que a passagem por essas escolas, ainda que improvisadas, abria possibilidades para que qualquer “roceiro letrado” pudesse ter uma vida melhor do que a de seus pais²²⁵.

De maneira análoga, as meninas também tinham um curto ciclo de escolarização. Inclusive, eram minoria entre as crianças matriculadas (na imagem 8, a seguir, constam apenas 5 ou 6 alunas²²⁶). Segundo as crônicas de Hellê Vellozo Fernandes permitiram inferir, esse

²²⁴ Segundo Hellê Vellozo Fernandes, o pai de Tervino reclamou que o menino nunca aprendia a ler e não conseguia entender o porquê, já que ele colocava “[...] esse menino na escola 4 ou 5 vezes por ano. Cada vez que termina o trabalho do pinhão, ele volta para a aula – e não tem jeito! Guri cabeça dura mesmo...” (Hél, 1967e, p. 2, segundo caderno).

²²⁵ Mesmo para aqueles que seguiram trabalhando nos pinhais, Hellê Vellozo Fernandes indicou ter havido alguma melhora nas condições de vida – ainda que mínima: “ora, quem diria que esses rapagões de vinte anos são aqueles meninos desleixados que, há oito ou dez anos atrás, encontramos nas escolinhas do mato! Agora, vemo-los de quando em quando, o trabalho rude das derrubadas ou das capinas, quando não nas fileiras de plantadores de pinheiros. Não raro, cumprimentam-nos do bando de um trator ou da cabine de um caminhão carregado de lascas. O seu meio sorriso disfarça, como timidez, muita vivacidade e muita malícia. Moram pelos acampamentos e têm pequenas casas sarrafadas, com assoalho, bem melhores que os ranchos em que foram criados (Hél, 1964b, p. 3, segundo caderno).

²²⁶ Essa diferenciação entre meninas e meninos em relação à frequência escolar dialoga com as análises de Bourdieu e Passeron (2018, p. 22), que entendiam que “[...] a restrição das escolhas [em relação aos estudos

fenômeno era frequente nas vilas rurais de Monte Alegre. Além das obrigações com o trabalho doméstico e o cuidado dos irmãos mais novos, que impediam sua matrícula ou às levava à evasão escolar, havia o problema do casamento infantil: “[...] as meninas são levadas a casar (ou arranjar-se) o quanto antes, de modo que na verdade os casamentos com doze a treze anos são muito mais comuns do que se supõe” (Hél, 1966c, p. 2, segundo caderno). Outras ainda deixavam os acampamentos e se mudavam para a cidade para trabalhar como empregada nas casas da elite montealegrense.

Apesar da saída precoce das crianças da escola para o trabalho, essa não era interpretada por Hellê Vellozo Fernandes como fracasso. Para ela, mesmo diante das limitações culturais e econômicas dos acampamentos, a educação permanecia como uma ferramenta potencial de transformação social em longo prazo. Apesar dos desafios na coordenação (envolvendo pais, docentes e estudantes), ela defendia o trabalho realizado:

A escolinha é pobre no meio do mato. A professora deixa muito a desejar, mas está alfabetizando os caboclos. Tomara que não apareça por lá uma pedagoga teórica e não derrube por terra todo o esforço feito para que as crianças do mato venham para a escola... Só na escola, mesmo pobrezinha, podemos combater a miséria, a sujeira, a ignorância. Faz-se pouco? Pois é mais do que nada. Muito mais do que conseguem as bem-intencionadas protelações do ensino perfeito... jamais realizado (Hél, 1965g, p. 3, segundo caderno).

Ao tratar dos *Aspectos de Pinheiral*, Hellê Vellozo Fernandes demonstrou que o ponto central da mediação pedagógica por ela realizada nas “escolinhas do mato” foi a defesa do “fazer o possível” em detrimento de um “ideal inalcançável”. Ainda que a estrutura das “escolinhas do mato” fosse precária, elas cumpriam uma função social imediata. Nesse contexto, a coordenadora entendia que seu funcionamento deveria ocorrer em constante negociação com o meio, já que o sucesso escolar – para além dos índices quantitativos de alfabetização – era medido pela manutenção das/os estudantes na escola, apesar da fome e do “eucaliptíá”. Hellê reconhecia que a escolarização ofertada pela Klabin nas vilas rurais de Monte Alegre não apresentava os requisitos ideais preconizados na legislação ou por Erasmo Pilotto para o ensino primário, mas a defendia como uma oportunidade ímpar para a criança do interior, parcamente atendida pelas políticas educacionais estatais de meados do século XX.

Na crônica em análise, é possível observar o caráter prático que passou a orientar a mediação pedagógica de Hellê Vellozo Fernandes. Diferentemente do entusiasmo daquela jovem recém-formada, que se mudou para Monte Alegre em 1945 e percebia a alfabetização

profissionais, principalmente] impõem-se mais às classes baixas que às classes privilegiadas e mais às estudantes que os estudantes, a desvantagem sendo ainda mais acentuada para as moças de origem mais baixa”.

como tábula de salvação individual – e mesmo nacional –, em seus escritos da década de 1960 é perceptível a aceitação dos limites concretos da ação pedagógica no interior. Justamente pela compreensão das especificidades do contexto dos acampamentos da Klabin, posicionava-se de maneira crítica às abordagens pedagógicas “bem-intencionadas”, mas que nunca saíam do papel e, quando saíam, eram materializadas de forma descolada das condições reais de existência daquela população. Diante desse reposicionamento, entende-se que Hellê, do decorrer de seu trabalho como coordenadora escolar, não renunciou “aquele ideal”, mas ajustou suas crenças e expectativas ao possível, mediando os debates em circulação em relação ao contexto social e cultural das vilas rurais de Monte Alegre.

Mesmo consciente das falhas estruturais das “escolinhas do mato”, Hellê Vellozo Fernandes destacou a centralidade da instituição escolar como instrumento de combate à miséria e à ignorância. Tal tomada de posição permite inferir que ela seguia acreditando no ideário civilizatório que atribuía à escola a função de transformar sujeitos e seus modos de vida, especialmente nos meios rurais, cujo *habitus* era percebido, a partir de referenciais urbanos e letrados, como obstáculo ao desenvolvimento nacional. Somente a escola poderia combater a “sujeira” na qual as crianças do interior viviam. Assim, a escolarização era concebida como uma via legítima de intervenção social sobre as disposições dos “caboclos” do interior, ainda que seus efeitos fossem reconhecidamente parciais dadas as particularidades das escolas nos acampamentos. No contexto de Monte Alegre, tais instituições eram percebidas como um espaço privilegiado de ação sobre os sujeitos pobres, enquanto a estrutura de exploração que as atravessava seguia em grande medida sem ser objeto de questionamento explícito.

O trabalho de Hellê Vellozo Fernandes na coordenação das “escolinhas do mato” perpassou também o plano cultural, incidindo sobre os corpos, comportamentos e disposições corporais das/os estudantes. Por essa razão, uma característica de sua mediação foi o destaque dado para o higienismo atrelado à alfabetização – uma vez que eram entendidos como elementos civilizadores interdependentes. Ainda que, em certa medida, o debate educacional paranaense preconizasse elementos de educação eugênica (Paraná, 1949, p. 52), como a educação física e a puericultura, não existem publicações que mencionem tais práticas nas escolas das vilas rurais de Monte Alegre²²⁷. No entanto, foram inúmeras as crônicas que expressaram a importância por ela conferida à higiene das crianças – cuja atuação nesse sentido extrapolou o espaço escolar, já que também visitava suas famílias em nome da assistência social ou do Lions Clube, cobrando a limpeza dos ranchos e das pessoas.

²²⁷ Em todos os escritos de Hellê Vellozo Fernandes sobre as “escolinhas do mato”, há uma única menção a brincadeiras de roda (Hél, 1968b, p. 2, segundo caderno).

Ao escrever sobre suas atividades na coordenação escolar, representações sobre a suposta indolência da população residente no interior do país foram reforçadas. Para além certas práticas dos “caboclos”, como os “[...] fétidos cigarrinhos de palha” (Hél, 1964a, p. 3, segundo caderno) e o trago de cachaça que os tornava belicosos²²⁸ –, a (falta de) higiene corporal da população dos acampamentos foi frequentemente alvo das críticas de Hellê Vellozo Fernandes. Diante da ausência de capitais culturais, e mesmo econômicos, que estimulassem hábitos higiênicos entre a população das vilas rurais de Monte Alegre, a coordenadora geral das “escolinhas do mato” determinou que a primeira aula deveria ser sobre banho (Hél, 1966a). Além disso, em sua interpretação,

Uma escola de mato tem de ensinar um pouco de tudo: ler, escrever, contar, tomar banho (ou pelo menos lavar as mãos e o rosto mais os pés, antes de dormir), cortar o cabelo, acabar com os piolhos, tomar água fervida, costurar a roupa, não dar trigo diluído com água para os bebês, tirar bichos-de-pé do vão dos dedos e berne do couro cabeludo, limpar feridas... e o mais que for preciso, para tornar aquela criança suja e malcheirosa em criatura decente.

Cada acampamento de lenhadores, que habitualmente visitamos, tem seus casos, suas características. [...]

Assim, as escolinhas no meio do pinhal, paredes caiadas de verde e branco, folhagem em latas, ao longo das paredes ou em vasos de xaxim, velhas carteiras, com três em cada banco, brasileiros de pé no chão aprendendo o ABC. As professoras não têm diploma, são tão pobres quanto eles, muitas vezes bisonhas, quase sempre dedicadas, de quando em quando inaproveitáveis (Hél, 1967c, p. 2, segundo caderno).

Como a crônica demonstra, eram inúmeras as tarefas atribuídas às “escolinhas do mato”, indicando que, para Hellê Vellozo Fernandes, a educação ali oferecida extrapolava o ensino formal. Ler, escrever e contar apareciam lado a lado com práticas higienistas envolvendo o asseio corporal, cuidados médicos elementares, orientações alimentares e até intervenções diretas sobre o corpo das/os estudantes. A escola por ela coordenada era representada como um lugar de desenvolvimento de novas disposições, responsável por suprir aquilo que o ambiente familiar não oferecia às crianças. Descritas por Hellê Vellozo Fernandes como sujas e malcheirosas, a passagem pela escola era entendida como condição fundamental para que ela se tornasse uma “criatura decente” – argumento que legitimava a própria intervenção sobre os corpos e *habitus* daqueles pequenos “caboclos”.

²²⁸ Na crônica *Joaquim*, Hellê Vellozo Fernandes escreveu sobre sua admiração ao constatar que armazém do acampamento de Vila Bonita tinha mais da metade de suas prateleiras apenas com bebidas. Segundo o dono da venda, “esse pessoal do mato, que compra aqui, muitas vezes não leva um quilo de feijão para cada, mas a garrafa de cachaça vai sem falta... [...] Ai de mim se não fosse a caninha... Morreria de fome” (Hél, 1967b, p. 2, segundo caderno). Sobre os efeitos do álcool nos acampamentos, na crônica *Antes da aula*, Hellê Vellozo Fernandes narrou a explicação dada pela professora Neida: “desde que o sol sai, esses homens passam o dia de machado em punho, com as costas escorrendo de suor, sem parar. Isso esquenta o sangue deles e gente de sangue quente fica irritado por nada. Qualquer coisa, puxam o facão e abrem logo a cabeça do outro, como fizeram com meu marido, que se salvou por milagre” (Hél, 1972, p. 5, segundo caderno).

A esse respeito, é importante destacar que a relação entre saúde e educação foi presente no decorrer da primeira metade do século XX – a exemplo da existência de um Ministério unificado na Era Vargas. Assim, diversas/os intelectuais, sobretudo do campo médico, estiveram “[...] vinculados a um todo homogêneo, de missões de progresso, de projetos de nação possíveis, envoltos pelo saber científico, bebedores de determinadas teorias científicas” (Pietta, 2016, p. 7). Por essa razão, a aproximação de Hellê Vellozo Fernandes com o higienismo pode ser também dimensionada a partir de sua relação com Paulo Rios Fernandes. Como “mulher de médico”, acredita-se que ela adquiriu na convivência com o esposo certas disposições acerca da temática – isso porque, durante a formação na Universidade Federal do Paraná, seu marido teve aulas com professoras/es pertencentes a “segunda geração de eugenistas” da intelectualidade médica paranaense (Pietta, 2016, p. 7)²²⁹.

No contexto de Monte Alegre, possivelmente pelos saberes que incorporou durante a faculdade de medicina, Paulo Rios Fernandes dedicou-se à realização de inúmeras pingectomias em mulheres residentes nos acampamentos. Sobre as intervenções médicas realizadas, ele relatou que, com a fundação da Assistência Social Florestal,

[...] nós pudemos dar um atendimento muito bom ao pessoal²³⁰, e acho que nós melhoramos, nós conseguimos inverter durante algum tempo a curva de nascimentos. Porque quando eu internava uma pessoa naquele tempo, o quê que eu fazia? Se a pessoa tivesse um número grande de filhos, eu sempre dizia para a pessoa o seguinte: - “Você não pode ser uma fábrica de fazer filhos. Você quer deixar de ter? Nós podíamos fazer a sua laqueadura, ou a sua pingectomia”.

Então quando a gente via lá: tantos filhos, dizia assim: 8 filhos vivos, 8 filhos mortos. A gente imediatamente propunha que houvesse a laqueadura. Eu não gostava de laqueadura, eu fazia pingectomia mesmo, quando era para tirar a trompa, eu tirava a trompa mesmo. E naturalmente a igreja era contra, os padres eram contra, aquela coisa toda, quer dizer, a época, nós recebíamos lá [em Monte Alegre] muitas vezes a Escola Superior de Guerra [...] e o Exército sempre não foi assim muito partidário de se fazer um controle assim de natalidade, ou não se diz controle de natalidade, é uma assistência à natalidade. Então eu sempre tinha que apresentar o relatório, e no relatório sempre eu apresentava que fazia essa prática, que seria até uma prática quase ilegal da medicina, não é, fazer o controle da natalidade naquela época. Mas a pobreza, a miséria que a gente via era tanta, aquelas mortes daquelas crianças, uma depois da outra, morrendo porque a mãe não podia cuidar, ou não sabia cuidar, eu acho que nós auxiliamos muito com esse controle de natalidade que nós fizemos durante anos. Eu tenho impressão que eu talvez tivesse feito aí umas 5 mil cirurgias de...²³¹

[...] o Exército não falava nada, eu acho que eles nem acreditavam: “Esse cara é um

²²⁹ Embora alguns docentes da faculdade de medicina tenham aderido “[...] a modalidades eugenistas mais ligadas às práticas higienistas” (Pietta, 2016, p. 8), outros se aproximaram da puericultura para evitar o nascimento de bebês com deficiência ou doentes, visando o melhoramento racial.

²³⁰ De acordo com Teixeira (2013, p. 53), os acampamentos eram visitados pela ORMASA periodicamente, observando a higiene das casas. Além disso, o serviço de enfermagem e assistência social “[...] ainda verificava se havia pessoas doentes, fazia curativos, cortava cabelos, tirava bichos-de-pé, e se fosse preciso, os ensinava trabalhos manuais como bordar, costurar e cozinhar, fazer hora e aí por diante” (Coraiola, 2003, p. 167).

²³¹ Paulo Rios Fernandes não era o único médico de Monte Alegre, o que permite inferir que o controle de natalidade nos acampamentos pode ter sido ainda maior, considerando as possíveis intervenções cirúrgicas realizadas por outros doutores locais.

louco que está aí, está mentindo”. Eu acho que eles nem acreditavam que eu fizesse isso. Mas o que acontecia é que a gente não tinha... Eu sentia um estímulo de alguém que trabalhava lá dentro, que era da companhia, que era um dos Diretores da companhia, ele estimulava, ele chegava lá e perguntava:

- “Como é, quantos fizeram hoje?” [...]

Quem estimulava eu não vou dizer. Mas eu recebia até estímulo, porque era uma barbaridade mesmo uma pessoa ter tantos filhos (PRF – Centro de Documentação e Memória Klabin, 1993, p. 36-37).

O relato de Paulo Rios Fernandes permite inferir que ele não compreendia tais esterilizações como violência, mas como uma ação sanitária e socialmente útil. A despeito desta positividade, foi praticante da eugenia negativa, caracterizada por objetivar “[...] evitar a propagação de indivíduos considerados degenerados através de um controle mais rígido sobre os casamentos e a reprodução [...]. Defendia-se também [...] a esterilização de doentes mentais e outros degenerados” (Holowate, 2016, p. 42). Tais disposições profissionais, descritas pelo próprio como “quase ilegais na medicina”, encontraram em Monte Alegre condições objetivas favoráveis àquela prática: pobreza extrema, mortalidade infantil, ausência de políticas estatais e a centralidade da Klabin na organização da vida social. Nesse espaço social específico, as práticas médicas que poderiam ser questionadas em outros contextos foram toleradas e até mesmo incentivadas pelo poder local²³². Esse processo, no entanto, não parece ter sido orientado por uma lógica racial estrita, como nas tradições mais radicais da eugenia europeia, baseada em fenótipos e cor de pele (Schwarcz, 1993).

Como mencionado, no contexto paranaense, a eugenia assumiu frequentemente contornos culturais e morais, voltando-se menos à raça e mais à correção de modos de vida considerados atrasados, incivilizados ou incompatíveis com o projeto de modernização em curso (Vieira, 2024). No caso da população dos acampamentos – formada por “louros e morenos. Brancos de olhos azuis tão sujos quanto o pretinho de carapinha arrepiada. Mais índios que mulatos, os que não têm caracteres europeus” (Hél, 1965f, p. 3, segundo caderno) –, eram todos eles “caboclos”, objetos de intervenção médica e pedagógica. Assim, enquanto seu marido atuava no chamado “controle de natalidade”, Hellê Vellozo Fernandes atuava em outra

²³² Na entrevista de Paulo Rios Fernandes, concedida ao Centro de Documentação e Memória Klabin (1993), ficou evidente uma assimetria de poder médico-paciente. As mulheres dos acampamentos apareceram como sujeitos destituídos de autonomia, percebidas como incapazes de gerir sua própria fecundidade e responsabilizadas pela miséria em que viviam. A metáfora da mulher como “fábrica de fazer filhos” era tradução de sua leitura moralizante da pobreza, onde o excesso de filhas/os e a ignorância da mãe seriam as causas centrais da precariedade. Assim, a intervenção cirúrgica – sobretudo a pingectomia, realizada de modo definitivo – aparecia como solução técnica aceitável para o controle das altas taxas de natalidade entre a população dos acampamentos. Essa interpretação descola a causa da pobreza do plano estrutural para o plano biológico e comportamental. Sem questionar os baixos salários, o sistema de endividamento nos armazéns dos empreiteiros ou a exploração do trabalho infantil, suas práticas articularam-se à lógica higienista-eugenista: corrigir os corpos para ajustar a população às exigências da ordem social. Tal interpretação não era exclusiva de Paulo Rios Fernandes, uma vez que seu relato deixou explícito o endosso da diretoria da Klabin no controle da natalidade nos acampamentos.

frente do mesmo processo civilizador: sua alfabetização e higienização por meio das “escolinhas do mato”.

A imagem 8 permite observar a heterogeneidade fenotípica das crianças residentes nos acampamentos da Fazenda Monte Alegre: havia estudantes com tons de pele mais claros e mais escuros, diferentes texturas de cabelo (lisos, ondulados, crespos) e traços faciais variados – expressão dos processos colonizatórios locais, que estimularam a miscigenação entre indígenas, brancos e negros. Apesar da diversidade racial, era principalmente a condição social e cultural que unificava o grupo: as/os estudantes eram percebidos como pobres descendentes de “caboclos”, que viviam embrenhados nos pinhais há séculos (Hél, 1965b, p. 3). Nesse sentido, independentemente da origem racial, foram todos objetos do processo civilizador operado via escola.

IMAGEM 8 – Alunas/os e professora de alguma das primeiras escolas rurais de Monte Alegre (195?)



Fonte: Coraiola (2003).

A imagem dessa “escolinha do mato” demonstra uma construção simples, em madeira e sem elementos ornamentais. O interior escuro da classe evidencia que esta não tinha as condições arquitetônicas adequadas para o ensino preconizado nos debates da Escola Nova. O fato de a fotografia ser posada na escadaria da classe sugere que a instituição não possuía um pátio estruturado, e as crianças possivelmente brincavam expostas ao sol e eram privadas de

recreação em dias de chuva. Mesmo se tratando de uma ocasião “especial”, as crianças vestiam roupas gastas por baixo dos aventais, possivelmente oriundas de doações institucionais, como as promovidas pelo Departamento Feminino de Assistência Social de Monte Alegre. No registro, apenas a professora sorri – sendo as expressões sérias das crianças possivelmente decorrentes do estranhamento do ato de serem fotografadas ou mesmo sinal de autocontenção entendida como necessária àquela formalidade institucional. A posição da docente no centro da imagem era simbólica: ainda que não formada, no meio do pinhal, na ausência de Hellê Vellozo Fernandes, ela era a autoridade pedagógica legítima, investida de uma missão (e, no final do dia, era ela mesma a principal agente do processo civilizador empreendido por meio das “escolinhas do mato”).

Na fotografia, as crianças aparecem, em sua maioria, vestidas com os aventais brancos e limpos. Diferentemente do registrado na imagem 8, as crônicas *Nos campos e nos pinhais* reiteradamente abordaram a falta de higiene como uma marca da origem cultural e social das/os estudantes das vilas rurais de Monte Alegre:

Criança suja, esta!
 Tem sulcos negros entre os vãos dos dedos; as unhas roídas; o rosto lambuzado de terra; os braços e as pernas encardidos...
 Por baixo da roupa imunda, seu corpinho, rescende mal.
 Numa escolinha de mato a primeira lição é sobre o banho.
 A professora, porém, com um gesto discreto nos chama à parte:
 – Eles sujam os cadernos só de pôr a mão em cima... Eu já falei e não adiantou. Os pais ficam danados com a gente. Um deles veio aqui e me disse: “A sra. trate de ensinar meu filho a ler e escrever. Isso de limpeza é luxo... [...]”
 E vimos aqui falar em banho... (Apenas em banho, que essa coisa de banheiro, chuveiro ou algo parecido não tem significação no meio do mato).
 – Quando carregarem água para casa, cada um traz a última latada para si.
 Pega um trapo limpo, molha n’água e esfrega em todo o corpo, até sair esse cheirinho de bode.
 As crianças acham graça e sorriem, encabuladas.
 Banho, para elas, é lavar os pés à noite e, pela manhã, empapar os cabelos em água e penteá-los até aparecerem riscas do pente contra o couro cabeludo.
 Em casa, seus pais revidam nossas lições.
 – Ah, saia para lá com essa bobajada! Que negócio besta é esse de se lavar todo o dia? Depois, “ela” não se importa se todo o mundo fica resfriado... Inda mais agora, com a geada que vem por aí...
 (Hél, 1966a, p. 2, segundo caderno).

Como é possível observar, Hellê Vellozo Fernandes, ao tratar do corpo “sujo” das/os estudantes estabelecia uma crítica de caráter moral, e não material, sobre as crianças e suas famílias. Quando o tema era falta de higiene, ela não problematizava a ausência de água encanada ou as condições objetivas de vida dos acampamentos, entendendo-a como um déficit cultural dos “caboclos” – daí que o projeto de escolarização da população dos pinhais envolveu o desenvolvimento de novas disposições, buscando suplantar *habitus* considerados

incompatíveis com desenvolvimento de Monte Alegre. Esse processo de mediação cultural, no entanto, não ocorreu sem resistências. Como o excerto evidenciou, havia um choque entre as expectativas da escola (estudante “civilizado”) e o que a família esperava (filhas/os alfabetizados). Quando os pais afirmaram que “limpeza é luxo”, expressavam uma visão pragmática da educação: escola era para aprender ler e escrever, e a vida doméstica não deveria ser ditada pela professora ou por “ela”, a coordenadora. Enquanto as “escolinhas do mato” buscavam intervir sobre os corpos das/dos alunas/os como parte de um processo mais amplo de transformação de um *habitus* considerado inadequado, as famílias reagiam afirmando uma racionalidade própria, fundamentada em razões práticas.

Entende-se, dessa maneira, que o principal limite do projeto das “escolinhas do mato” estava no fato de que a escolarização pretendida por Hellê Vellozo Fernandes – que aliava alfabetização e práticas higienistas na educação das crianças das vilas rurais de Monte Alegre – se chocava constantemente com as condições estruturais locais: pobreza extrema, trabalho infantil no “eucaliptá”, a instabilidade das famílias endividadas, as hierarquias próprias dos acampamentos e a própria dependência econômica em relação à Klabin, que tanto exigia frequência escolar quanto produzia condições que, por vezes, tornavam a escolarização impraticável. A evasão recorrente, a precariedade da infraestrutura, a falta de professoras formadas e a necessidade constante de mediação com poderes informais limitaram o alcance civilizatório da escola nos pinhais, que se realizava mais como um “fazer o possível” do que o cumprimento de leis ou aplicação literal das ideias pedagógicas aprendidas com Erasmo Pilotto.

A análise das crônicas permitiu compreender que Hellê Vellozo Fernandes realizou um importante trabalho de mediação no contexto das “escolinhas do mato”. Suas memórias do período como coordenadora da frente “rural” (industrial-florestal) do projeto educacional de Monte Alegre foram posteriormente convertidas em notoriedade quando publicou a série *Nos campos e nos pinhais* no jornal *Diário do Paraná*, espaço que funcionou como instância de legitimação de sua atuação no interior, como coordenadora, e na capital, como cronista. Conforme a representação que construiu em seus textos sobre seu papel como mediadora, ela não foi apenas executora de diretrizes empresariais ou estatais; sua posição foi a de “tradutora”, responsável por adaptar a legislação e ideias pedagógicas que circulavam no campo intelectual de seu tempo às condições concretas de vida nos acampamentos e aos interesses da Klabin. Esse processo de mediação intelectual, longe de ser neutro, implicou escolhas realizadas a partir de seu *habitus* em situação – que geraram tensões e resistências, por ela interpretadas principalmente como falhas morais dos próprios “caboclos”, que, por isso mesmo, precisavam ser “civilizados”. Nesse sentido, por mais sincero que tenha sido seu idealismo (Hél, 1970), as

crônicas sobre suas práticas à frente da coordenação das “escolinhas do mato” demonstraram que ela tendeu à naturalização das desigualdades estruturais inerentes aos acampamentos da Klabin, deslocando para o plano moral e cultural aquilo que era produzido por relações de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A trajetória intelectual de Hellê Vellozo Fernandes, com destaque para seu papel como coordenadora das “escolinhas do mato” da Fazenda Monte Alegre, entre 1945 e 1964, constituiu o objeto central desta tese. Ao apropriar-se dos debates sobre educação rural em circulação no período e adaptá-los ao contexto industrial de base florestal, desenvolveu uma proposta educacional singular, cuja ênfase esteve na alfabetização articulada ao higienismo como elementos indissociáveis da “civilização” dos “caboclos” residentes nas vilas rurais. Diante da inexistência de um modelo prévio que pudesse ser diretamente transposto ao contexto dos pinhais, as ações de Hellê na coordenação extrapolaram questões administrativas e envolveram processos de mediação entre prescrições legais, ideias pedagógicas, condições materiais dos acampamentos da Klabin e relações de poder locais. Tal compreensão foi possível mediante a interpretação dos aspectos familiares e escolares que contribuíram para a formação do *habitus* de Hellê Vellozo Fernandes, das posições por ela ocupadas na capital e no interior e das especificidades de sua mediação (pedagógica e cultural) nas “escolinhas do mato”.

Ao mudar-se de Curitiba para Monte Alegre, Hellê Vellozo Fernandes trouxe consigo disposições que orientaram sua agência na coordenação das escolas das vilas rurais locais. Oriunda de um ambiente familiar, escolar e institucional que atribuía valor à cultura letrada e acreditava na intervenção social como responsabilidade das elites, suas ações não foram improvisadas ou excepcionais, mas derivadas desse conjunto de experiências anteriores, que estruturaram previamente o horizonte de práticas por ela reconhecidas como legítimas. No novo contexto, tais disposições foram atualizadas diante das demandas locais, ajustando-se à realidade material e simbólica da região. No espaço social de Monte Alegre, organizado em torno da produção de papel, elementos do *habitus* da família Vellozo relativos ao protagonismo feminino – ainda que circunscrito a áreas socialmente autorizadas e sem questionar frontalmente os padrões e relações de poder estabelecidos – encontraram condições objetivas para se desenvolver, contribuindo para que ela atuasse como redatora social de *O Tibagi*, benemerente e coordenadora escolar, entre outras atividades. Seu protagonismo naquela localidade era explicado, em parte, pelo próprio contexto industrial, que favoreceu a ampliação dos espaços de possibilidades das mulheres nas vilas urbanas e rurais locais, dado o intenso envolvimento dos homens no trabalho prestado à Klabin.

A atuação voluntária de Hellê Vellozo Fernandes em escolas situadas em regiões inóspitas, no meio da mata, esteve também relacionada aos esquemas de percepção e apreciação incorporados durante sua passagem pela Escola de Professores de Curitiba, marcada pelas

ideias pedagógicas da Escola Nova e pela crença na função social redentora da educação. Ainda em formação como ser humano, ao mesmo tempo em que se formava como docente, Hellê Vellozo Fernandes adquiriu disposições que estruturaram tanto suas práticas profissionais quanto um modo específico de interpretar e classificar o meio rural e sua população como objetos de intervenção pedagógica e cultural. A proximidade com o professor Erasmo Pilotto e a incorporação de seus ensinamentos reforçaram nela a compreensão da escola como instrumento de elevação moral e intelectual da população do interior do Paraná, atribuindo ao magistério uma dimensão de missão social e civilizatória. Em Monte Alegre, essa matriz de percepção traduziu-se na criação de “escolinhas do mato” que articularam alfabetização e práticas de caráter higienista visando transformar o *habitus* das crianças por meio do desenvolvimento de disposições consideradas adequadas a um ideal de vida “civilizada”. O projeto educacional local, do qual Hellê coordenou a frente rural, operava a reprodução social pela oferta de escolarização diferenciada entre espaços urbanos e rurais – produzindo integração cultural via escola, mas mantendo as distâncias sociais que estruturavam as hierarquias locais, na medida em que buscava incorporar essas populações à ordem produtiva sem alterar, no entanto, as desigualdades que a sustentavam.

A crença no papel atribuído às professoras estimulou o trabalho de Hellê Vellozo Fernandes por 12 anos na coordenação das escolas das vilas rurais de Monte Alegre, onde poucas docentes se dispunham a trabalhar. Mais do que uma escolha individual, tal engajamento no interior foi expressão das disposições internalizadas diante de um contexto em que havia poucas atividades para jovens mulheres criadas na capital. Assim, sua “luta sem fim” contra o analfabetismo e o que definia como um “atraso” cultural da população dos acampamentos da Klabin foi, portanto, desdobramento da *illusio* incorporada em família e reforçada em sua trajetória escolar e redes de sociabilidade intelectual, que serviu como um princípio de percepção que a fazia compreender como necessária e legítima suas intervenções no contexto dos pinhais. Ao assumir tal tarefa como uma missão, a despeito das resistências dos “caboclos”, ela se constituiu como intelectual mediadora no contexto das “escolinhas do mato”.

No registro posterior de suas memórias sobre esse processo, Hellê Vellozo Fernandes construiu e colocou em circulação, via *Diário do Paraná*, representações sobre si e a população dos acampamentos de Monte Alegre, convertendo essa experiência adquirida no interior em capital simbólico em Curitiba. Entre paranistas e folcloristas, ela foi reconhecida pelo caráter regionalista de seus escritos (em livros e jornais). A conquista dessa posição de notabilidade no campo intelectual curitibano contou com estratégias de legitimação, em que “madrinhas” e “padrinhos” validaram sua inserção, produção e reconhecimento simbólico naquele

microcosmo social. Sabendo mobilizar endossos masculinos (inclusive o de seu marido), utilizou de suas redes de sociabilidade como recurso para expandir suas margens de protagonismo público e, diante de restrições, criou, em parceria com outras intelectuais, espaços institucionais próprios, convertendo limitações estruturais em oportunidades estratégicas de ação. A relação de apoio mútuo entre ela, Leonor Castellano, Pompília Lopes dos Santos e outras foi fundamental para o reconhecimento público (ainda que em níveis distintos) das mulheres da capital paranaense de meados do século XX. Ao colocar a produção de escritoras/es paranaenses em circulação por meio de *O Tibagi*, ao defender Helena Kolody diante de críticas que considerou infundadas e ao atuar na fundação da Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil, Hellê Vellozo Fernandes foi agente ativa na ampliação de oportunidades para as mulheres de seu tempo.

Nesse sentido, argumenta-se que o protagonismo de Hellê Vellozo Fernandes esteve relacionado aos capitais herdados e adquiridos em família, na escola e em suas redes de sociabilidade, bem como às posições que ocupou no campo intelectual curitibano e em Monte Alegre. O pertencimento a uma família de intelectuais, a formação em escolas de referência no Paraná e a participação em centros culturais e de letras facilitaram seu ingresso precoce na vida pública. No entanto, foi sua capacidade de transformar as experiências no contato com os “caboclos” de *Pinheiral* em prestígio literário que a posicionou entre os notáveis da capital paranaense. No interior, agia em nome de um “nós” institucional, posto que sua atuação no jornal *O Tibagi*, nas atividades de benemerência e, principalmente, nas “escolinhas do mato”, a tornou uma representante do poder da Klabin. Em Curitiba, seus escritos a esse respeito encontraram um público letrado disposto a consumir representações sobre a população dos pinhais, o que tornou suas memórias sobre o tempo na coordenação das “escolinhas do mato” elemento de diferenciação e reconhecimento. A partir de tais posições – conquistadas no trânsito entre a capital e Monte Alegre e na conversão de capitais adquiridos em um espaço como vantagem simbólica em outro –, Hellê preferiu tensionar limites socialmente impostos, sem necessariamente rompê-los, e criar respostas próprias diante de restrições e adversidades, como a Associação de Escritoras e Jornalistas Brasileiras e desenvolvimento de um modelo de escolarização ajustado à realidade material de *Pinheiral*.

Como coordenadora das “escolinhas do mato”, Hellê Vellozo Fernandes mediu a legislação, o ideário escolanovista, as condições precárias dos acampamentos e os interesses da Klabin, concebendo tais instituições como espaços privilegiados para a aquisição de novas disposições, redentoras de “quatrocentos anos de abandono” (Hél, 1966a, p. 2). Ela acreditava que, de geração em geração, a escola transformaria o *habitus* das/os estudantes das vilas rurais

de Monte Alegre. Nesse processo e em seu registro, representou a si mesma como quem precisou revisitar “aquele ideal”. A realidade concreta da vida nos acampamentos tensionava diretamente a *illusio* incorporada que orientava sua atuação no interior. O contato diário com a fome, o trabalho infantil e a exploração nos pinhais exigiram ajustes em suas crenças naquele “jogo”. Reconhecendo que o labor das crianças era vital para a renda das famílias locais, tornou-se mais tolerante na exigência das mães e pais quanto ao cumprimento da frequência escolar de suas/seus filhas/os.

Em suas ações nos acampamentos, nas escolas e também nas atividades como benemerente, Hellê Vellozo Fernandes realizou um processo de mediação entre o *habitus* urbano-letrado e o *habitus* “caboclo”, sendo o primeiro hierarquizado como o referente adequado. Principalmente em sua atuação como coordenadora escolar, ela traduziu os comportamentos socialmente esperados para o contexto industrial-florestal das vilas rurais de Monte Alegre (como a substituição do banho de chuveiro pela higiene com pano umedecido, na ausência de água encanada). Atuou, portanto, como uma agente de pressão externa, buscando corrigir modos de vida que considerava “atrasados” – ainda que de maneira adaptada, dentro das possibilidades materiais das/os alunas/os e suas famílias. Quando houve algum tipo de resistência – mais comum em relação às imposições normativas de caráter higiênico do que em relação a questões pedagógicas – estas foram interpretadas sob um viés moral, percebidas por Hellê como ignorância ou má vontade, e não como resultado de razões práticas decorrentes do contexto de miséria experienciado nos acampamentos da Klabin.

Esse posicionamento, alinhado a valores conservadores de seu tempo, que imputavam ao indivíduo a responsabilidade por sua permanência na pobreza, foi também condicionado pela proximidade de Hellê Vellozo Fernandes com o poder local. Como membro da fração dominada da classe dominante, ela não estava livre de pressões econômicas – até mesmo porque, em última instância, sua permanência em Monte Alegre era condicionada ao vínculo de seu marido ao serviço médico prestado à Klabin. Ainda que inserida em um contexto de autonomia relativa, e à semelhança de outras interpretações acerca da população rural do Paraná e do Brasil, ela questionou o Estado por seu abandono desde os tempos coloniais. No entanto, havia um projeto em curso, do qual Monte Alegre era considerada iniciativa exemplar, símbolo das políticas de incentivo do Estado – notadamente o varguista (Marcovitch, 2005). Logo, tanto sua mediação quanto suas publicações a respeito deveriam favorecer o processo civilizador em curso nos “sertões do Tibagi” desde os anos 1930, e assim fizeram.

No contato com as/os estudantes e suas famílias, Hellê Vellozo Fernandes agiu a partir das crenças que alimentava, mas também em nome do poder local, que a autorizava e, em certo

sentido, orientava sua atuação nas “escolinhas do mato”. Em um Brasil em que as/os intelectuais buscavam explicar as razões daquilo que entendiam como precariedade cultural das populações rurais, a Klabin contou por mais de uma década com seu trabalho na coordenação escolar como parte da solução dessa problemática na região, mediante a criação e manutenção de instituições de ensino particulares. Nesse contexto, os conflitos resultantes das coerções exercidas nesse processo civilizador empreendido via escola foram resolvidos por Hellê sem que precisasse justificar excessivamente suas decisões, afinal, ela era reconhecida como autoridade simbólica no meio dos pinhais. Diante de boicotes e ameaças veladas, evitou o confronto direto com a população das vilas rurais de Monte Alegre, optando pela negociação e pelo consenso – uma vez que não tinha como garantir o cumprimento de suas ordens quando estivesse distante²³³. Assim, o principal mecanismo de adesão simbólica mobilizado foi a representação das “escolinhas do mato”, bem como as doações a elas associadas, como uma benesse da Klabin (e não como um direito social) capaz de proporcionar melhores condições de vida às crianças dos acampamentos.

Na prática, a pedagogia da contingência que orientou a escolarização ofertada nos acampamentos que não possibilitava real ascensão social às/aos filhas/os dos lenhadores e plantadoras/es de pinheiro, apenas formação pedagógica e cultural mínima. No entanto, ainda que o modelo escolar por ela desenvolvido não tenha problematizado frontalmente as desigualdades estruturais locais, segundo as definições de Duarte (2023), não é possível afirmar que Hellê Vellozo Fernandes tenha sido uma intelectual conservadora no sentido lato do termo. Suas disposições incorporadas e adquiridas, bem como o posicionamento entre os notáveis do campo intelectual curitibano e como representante da Klabin no interior, contribuiu para que sua atuação e escrita adquirissem contornos ambivalentes: embora tenha apresentado críticas em relação às precárias condições de vida nos acampamentos e funcionamento das instituições escolares nestas localidades, tornando-se um dos poucos registros sobre a vida no interior da Fazenda Monte Alegre, tendeu a moralizar a pobreza dos “caboclos”, interpretando-os como responsáveis por sua própria condição de exploração. Ou, ainda que tenha questionado os métodos das feministas, também lutou, à sua maneira, pela expansão do espaço de possíveis das mulheres, contribuindo para sua maior inserção entre a intelectualidade curitibana, brasileira e mesmo no cenário internacional. Dessa forma, mais do que enquadrá-la em uma categoria fixa, a análise de sua trajetória permitiu conceber Hellê como uma intelectual cujo

²³³ Na visão de Hellê Vellozo Fernandes, era necessário que as pessoas internalizassem a importância da educação, dos comportamentos e da higiene, e não apenas os seguissem por coerção externa — princípio fundamental dos processos civilizadores.

protagonismo se deu na intersecção entre *habitus*, projetos institucionais, disputas de campo, crenças educacionais e margens relativas de autonomia. Assim, não coube julgar se suas ações foram “boas” ou “ruins”, mas compreender como e por que atuou desta ou daquela maneira.

Dito isto, argumenta-se que o trabalho voluntário de Hellê Vellozo Fernandes nas escolas das vilas rurais de Monte Alegre foi realizado a partir da *illusio* incorporada, que a levava a se perceber como uma professora e coordenadora escolar ativa na transformação cultural da sociedade. Tendo incorporado tal missão, como intelectual mediadora, ela traduziu referenciais educacionais em circulação, adaptando-os às especificidades do contexto industrial-florestal local. Assim foram criadas as “escolinhas do mato”, inspiradas nas abordagens teóricas e metodológicas de Erasmo Pilotto sobre educação rural, mas organizadas segundo uma pedagogia da contingência, visando “civilizar” o *habitus* “caboclo” e manter a ordem social vigente por meio da oferta de uma escolarização diferenciada em relação às Escolas Isoladas e Grupos Escolares urbanos. Na coordenação das “escolinhas do mato”, caracterizadas pela alfabetização articulada a práticas higienistas, Hellê desenvolveu mediações pedagógicas e culturais na persecução desses intentos. Nesse processo, e posteriormente ao publicar suas memórias no *Diário do Paraná*, foi se inventando como intelectual – tornando-se referência em seu tempo e agora na história da educação em Monte Alegre e do campo intelectual curitibano.

O estudo da trajetória de Hellê Vellozo Fernandes permite considerações para além dos achados empíricos em relação à sua vida, atuação e registro, alcançando questões teóricas, metodológicas e historiográficas. Um ponto central da pesquisa realizada foi a (re)afirmação de que as ações de intelectuais mulheres são historicamente relevantes, analiticamente produtivas e capazes de evidenciar questões sociais mais amplas de seus contextos. Produzir pesquisas que rompam com o silêncio historiográfico a esse respeito é fundamental na luta contra a invisibilização das intelectuais na História em geral e na História da Educação em particular. Esse processo, no entanto, não prescinde de ampliação de escopo temporal e temático, exigindo atenção à diversidade de origens e frentes de atuação das intelectuais, bem como às diferentes formas de politização que adotaram. Para ampliar o estudo dessas mulheres na Educação, faz-se necessário compreender não apenas a trajetória daquelas que produziram bens simbólicos, mas também a das que atuaram como intelectuais mediadoras. Os processos de mediação por elas realizados em espaços como escolas e atividades de assistência social, por exemplo, constituíram formas legítimas de produção de sentidos e circulação de ideias, especialmente em períodos históricos nos quais suas possibilidades eram mais limitadas. Nesse percurso analítico, mais do que classificá-las como “feministas” ou “conservadoras”, interessa compreender suas

razões práticas, ou seja, as lógicas de ação resultantes da articulação entre disposições herdadas e adquiridas, posições no espaço social e no campo intelectual e as condições históricas em que atuaram.

Entre diversas opções teórico-metodológicas possíveis, as adotadas nesta tese demonstram-se como um percurso viável para o estudo das intelectuais na História da Educação. O uso dos conceitos de *habitus*, capitais, campo e *illusio*, desenvolvidos por Pierre Bourdieu, aliados às discussões sobre intelectuais mediadoras, permitem compreender como história pessoal em contexto configura uma trajetória intelectual. Para tanto, a análise das origens sociais e culturais (*habitus*), da posição no campo intelectual (disposições adquiridas) e da interpretação da produção intelectual se mostra um caminho viável para o desenvolvimento de novas pesquisas. Diante da escassez habitual de registros sobre a história das mulheres, o cruzamento cuidadoso de fontes torna-se fundamental para ampliar o conhecimento sobre sua história. O trabalho com essa documentação requer que as/os pesquisadoras/es adotem uma postura sensível capaz de superar as marcas androcêntricas de registro e analisar criticamente a agência das mulheres de forma contextualizada.

Nesse sentido, esta tese demonstrou que a análise dos elementos pré-textuais de obras literárias permite compreender tanto as redes de sociabilidade quanto o posicionamento das/os autoras/es no interior do campo intelectual. Essas informações podem ser complexificadas se interpretadas a partir do modelo de Sapiro (2024), que diferenciou as/os escritoras/es franceses segundo o volume de notoriedade e o tipo de reconhecimento que possuíam, captando “[...] um estado de relações de poder de acordo com a distribuição desigual do capital específico no campo” (Sapiro, 2024, p. 85). Aquelas/es que ocupam posições dominantes são as/os com “[...] maior tendência de [...] adotar um discurso acadêmico eufemizado e despolitizado – na forma – segundo as regras de conveniência do debate intelectual” (Sapiro, 2024, p. 89); já as/os com menor notoriedade acabam se expressando de maneiras mais visíveis ou contestatórias. Usando esse referencial, a identificação do posicionamento de uma intelectual permite compreender, em contexto, suas estratégias, formas de politização e modalidades de engajamento, oferecendo um quadro analítico que pode ser replicado em estudos sobre outras intelectuais e campos culturais.

Ao iniciar esta pesquisa, jamais seria possível imaginar que o estudo de uma mulher de elite, de posicionamentos ambíguos em relação ao conservadorismo, revelaria uma outra faceta da história dos “sertões do Tibagi” ainda pouco conhecida. Se até o momento as pesquisas acadêmicas sobre Monte Alegre e Telêmaco Borba estiveram, majoritariamente, atreladas aos contextos urbanos, a análise da trajetória de Hellê Vellozo Fernandes e seu papel na

coordenação das “escolinhas do mato” demonstrou o outro lado do “mito Klabin”. Há agora uma tese comprovando que a vida nos acampamentos da Fazenda Monte Alegre foi marcada pela fome, trabalho infantil e exploração dos empreiteiros, muito distante da representação exemplar criada a partir de suas vilas urbanas, complexificando aquela narrativa de pioneirismo e glória urbano-industrial que envolve ainda hoje o imaginário telemacoborbense para incluir na história pessoas como os avós da autora desta tese, que com seu suor e trabalho ajudaram a construir o que Monte Alegre (e posteriormente Telêmaco Borba) se tornou.

REFERÊNCIAS

- ACADEMIA DE LETRAS DO PARANÁ. **Acadêmicos**. [20--]. Disponível em: <https://academiaparanaensedeletras.com.br/academicos/>. Acesso em: 19 jan. 2026.
- ACADEMIA FEMININA DE LETRAS DO PARANÁ. **Linha do Tempo Cadeira nº 12**. [20--]. Disponível em: <https://www.academiafemininadeletraspr.com.br/post/linha-do-tempo-cadeira-n-12>. Acesso em: 12 jun. 2025.
- ACADEMIA FEMININA DE LETRAS DO PARANÁ. **Nossa história**. [20--]. Disponível em: <https://www.academiafemininadeletraspr.com.br/>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS. **Currículo de Hellê Vellozo Fernandes**. [19--].
- AGUIAR, A. *Illusio In*: CATANI, A. M. et al. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 231-232.
- AKSENEN, E. Z.; MIGUEL, M. E. B. A educação rural à luz da legislação brasileira: 1927 a 1971. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 15, n. 46, p. 703-722, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/1939/1840>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- ANDRADE, I. Y. R. *Habitus* e processos sociais: revisitando as teorias de Pierre Bourdieu e Norbert Elias. **Revista Abordagens**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 96-110, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rappgs/article/view/43177/28056>. Acesso em: 28 fev. 2026.
- ARAÚJO, K. V. de; ORLANDO, E. A. Helena Kolody: uma trajetória intelectual que se constrói pelos caminhos da poesia e da docência. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, v. 41, p. 434-454, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/1131/981>. Acesso em: 20 ago. 2025.
- ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Atas de Exames do Ginásio Paranaense Seção Feminina**. 1937-1948.
- ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livro registro de termo de exames de Prova Oral na Escola Normal**. 1914.
- ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Relatório especial com levantamento da ficha de classificação do Ginásio Paranaense, da Sessão Feminina**. 1943.
- ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS E ESCRITORAS DO BRASIL (AJEB). **Ajebianas no Paraná e do Brasil**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1980.
- ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS E ESCRITORAS DO BRASIL (AJEB). **O livro da Ajebiana**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1979.

ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS E ESCRITORAS DO BRASIL (Facebook). [Imagens de Hellê Vellozo Fernandes]. [19--]. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=1066193890426070&set=pcb.1066193960426063>. Acesso em: 12 jan. 2026.

ÁVILA, V. P. da S. **História do ensino primário rural em São Paulo e Santa Catarina (1921-1952):** uma abordagem comparada. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/9acc7162-c091-4f04-8133-c706a0065b8d/content>. Acesso em: 22 mai. 2025.

BEGA, M. T. S. **Letras e política no Paraná:** simbolistas e anticlericais na República Velha. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

BEM, A. A política educacional dirigida à educação rural no Brasil: estudo de caso na Mesorregião Oeste do Paraná. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v.5, n. 10, p. 54-75, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/270/161>. Acesso em 28 fev. 2026.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ. **Exposição homenageia os 100 anos do Templo das Musas.** 2018. Disponível em: <https://www.bpp.pr.gov.br/Noticia/Exposicao-homenageia-os-100-anos-do-Templo-das-Musas>. Acesso em: 4 set. 2025.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ. **Pasta com recortes sobre Ione Grein Vellozo.** [19-a].

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ. **Pasta com recortes sobre Radhail Vellozo.** [19--b].

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ. **Pasta com recortes sobre Hellê Vellozo Fernandes.** [19--c].

BLEY, W. Ilha do Mel, Ontem e Sempre (orelha do livro). In: FERNANDES, Hellê Vellozo. **Ilha do Mel, Ontem e Sempre.** Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1985.

BODSTEIN, A. O. Reminiscências. In: BRUZAMOLIN, B. et al. **A Fazenda Monte Alegre conta seu canto.** São Paulo: Click Editora, 1998. p. 71-72.

BONAZZI, T. Conservadorismo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. p. 242-246. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/17973/material/Norbert-o-Bobbio-Dicionario-de-Politica.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2026.

BORGES, D. Bibliografia paranaense. Camafeus. **O Dia**, Curitiba, 16 dez. 1945.

BORGES, D. Livros novos – Voltando a terra. **O Dia**, Curitiba, domingo, 29 dez. 1946.

BORNATTO, S. de P. Contra a mediocridade – a página Letras & Artes do Diário do Paraná (1959-1961). In: VIEIRA, C. E.; BONTEMPI JUNIOR, B.; OSINSKI, D. R. B. (Orgs.). **História Intelectual e Educação: imprensa e esfera pública**. Jundiaí: Paco, 2019. p. 333-352.

BORSARI NETTO, F. Prefácio. In: SABÓIA, A. da C.; FERNANDES, H. V. **Antologia Didática de Escritores Paranaenses**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1976.

BOURDIEU, P. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BOURDIEU, P. **Campo de poder, campo intelectual**. Buenos Aires: Editorial Montessor, 2002. Disponível em: <https://redmovimientos.mx/wp-content/uploads/2016/10/Bourdieu-P.-2002.-Campo-de-poder-campo-intelectual.-Itinerario-de-un-concepto.-Editorial-Montessor.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2024.

BOURDIEU, P. Esboço de uma teoria da prática. In: ORTIZ, R. **A sociologia de Pierre Bourdieu**. São Paulo: Olho d'água, 2003. p. 39-72.

BOURDIEU, P. **Esboço para uma auto-análise**. Edições 70: Lisboa, 2004.

BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M. M.; AMADO, J. (Orgs.). **Usos & abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006a. p. 183-192.

BOURDIEU, P. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. Porto Alegre: Zouk, 2006b.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. Por Alegre: Zouk, 2011a.

BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 2011b.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, P. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2013.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2015a.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2015b.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018.

BOURDIEU, P. **Sociologia geral 1**. Petrópolis: Vozes, 2020.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2023.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 01 mar. 2026.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 01 mar. 2026.

BRASIL. [Constituição (1946)] **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 05 mai. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Primário**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962. **Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada**. Brasília: Presidência da República, 1962. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14121.htm. Acesso em: 19 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963. **Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural**. Brasília: Presidência da República, 1963. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14214.htm. Acesso em: 01 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 01 mar. 2026.

BRITO, M. T. P. Método Erasmo Pilotto. **Educar**, Curitiba, v. 8, n. 1/2, p. 97-155, jan./dez. 1989. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/36168/22319>. Acesso em: 01 mar. 2026.

BUENO, A. P.; CORDEIRO, A. B. A. A laicidade no pensamento de três mulheres do início do século XX: miradas feministas sobre o tema na América Latina. **Revista Inter-Ação**, Goiânia, v. 44, n. 2, p. 372-389, mai./ago. 2019. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/56927/44481>. Acesso em: 01 mar. 2026.

BUENO, A. P.; MELLO, G. D. de. Permanências e rupturas nas trajetórias de duas intelectuais em suas práticas culturais de mediação no Paraná (1850-1920). **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 26, e117075, p. 1-31, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/4xtZxHN9qnCyVMZF7WhSHRh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 mar. 2026.

BUENO, W. de L. Centro Paranaense Feminino de Cultura: do acervo documental emergem as vozes de mulheres. In: RAUEN, M. G.; FEY, A. S. **Mulheres nas Artes, Letras, Ciências e em Cotidianos no Paraná**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024. p. 130-162. Disponível em: https://www.pimentacultural.com/wp-content/uploads/2024/08/eBook_mulheres-artes.pdf. Acesso em: 01 mar. 2026.

CAMPOS, N. Pierre Bourdieu e a questão dos intelectuais. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 17, e20234, p. 1-18, 2022. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/20234/209209216591>. Acesso em: 20 ago. 2025.

CAMPOS, N.; SOUZA, E. F. de. Ministro de la Educación Flávio Suplicy de Lacerda: combate contra comunistas y estudiantes (Brasil). **Revista Fermentario**, Montevideu, v. 12, n. 2, p. 108-125, 2018. Disponível em: <https://ojs.fhce.edu.uy/index.php/fermen/article/view/941/1105>. Acesso em: 19 jan. 2026.

CARNEIRO, C. F. G.; JORGE, M. A. P. O processo educacional em Telêmaco Borba: meio século de história e memória. 1946-2000. **HISTEDBR**, Coleção “Navegando pela História da Educação Brasileira”, 2006. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos/o-processo-educacional-em-telemaco-borba-meio-seculo-de-historia-e-memoria-1946>. Acesso em: 19 jan. 2026.

CARVALHO, D. R. **Telêmaco Borba o município: história política da capital do papel e da madeira**. Curitiba, 2006.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. O longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARVALHO, L. D. de; CORRÊA, I. N. da C. Eugenia e educação no Brasil do século XX: entrevista com Jerry Dávila. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.23, supl., p.227-233, dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/mV7dDNjqYqppGFMj3wXRy5j/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2026.

CATANI, D. B. et al. História, memória e autobiografia da Pesquisa Educacional e na formação. In: CATANI, D. B. et al. (Org.). **Docência, memória e gênero: estudos sobre formação**. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 13-48.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA KLABIN. **Entrevista com Hellê Vellozo Fernandes e Paulo Rios Fernandes**. Curitiba: CDMK, 1993.

CHALOPA, R. F. de S. A efêmera trajetória das escolas normais no Brasil (1930-1970). **Educar em Revista**, Curitiba, v. 38, e84533, p. 1-23, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/4fTRXs39nytW6yYktHhTFPs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 mar. 2026.

CLIO II. A missão feminina. **Revista Myrto e Acacia**, ano 5, n. 17. Instituto Neo-Pitagórico: Curitiba, 1920. p. 24-26. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/721107/per721107_1920_00004.pdf. Acesso em: 24 ago. 2024.

CONY, C. H.; LAMARÃO, S. **Wolff Klabin: trajetória de um pioneiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

CORAIOLA, A. M. S. **Capital do Papel**. A história do município de Telêmaco Borba. Curitiba: A. M. S. Coraiola, 2003.

CORREIA, T. de B; Núcleo Fabril X Cidade Livre: os projetos urbanos da Klabin do Paraná. In: V SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO, 5, 1998, Campinas.

Anais [...]. Campinas: PUC-Campinas, 1998. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/1nz34tEEKBaWvhtQ3GV-pJAIRTYevw10Y>. Acesso em: 20 ago. 2025.

COUTO, R. C. **A saga da família Klabin-Lafer**. Rio de Janeiro: Chermont Editora, 2017.

CUNHA, A. C. da. **O Homem de Papel**: análise histórica do trabalhador das Indústrias Klabin do Paraná de Celulose S/A 1942-1980. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1982. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/24603/D%20-%20CUNHA%2c%20ANACILIA%20CARNEIRO%20DA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 mar. 2026.

DAL-BÓ, R. M. de A. AJEB – Associação de Jornalistas e Escritoras do Brasil: um lugar na história e na memória da escrita feminina. **Cronos**, Natal, v. 23, n. 1, jan./jun., p. 60-73, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/34436/17661>. Acesso em: 01 mar. 2026.

DÁVILA, J. **Diploma de brancura**. Política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

DIÁRIO DA TARDE. **Lançado livro na Reitoria**. Curitiba, 03 dez. 1966a.

DIÁRIO DA TARDE. **Lançado ontem “Pioneiros do Iguatemi”**. Curitiba, 03 dez. 1966b.

DIÁRIO DO PARANÁ. **A outra razão**. Curitiba, 29 jun. 1967a.

DIÁRIO DO PARANÁ. **Hél mostra hoje na Reitora sua “A Outra Razão”**. Curitiba, 30 jun. 1967b.

DIÁRIO DO PARANÁ. **Escritoras criam a sua Associação**. Curitiba, 20 jun. 1970a.

DIÁRIO DO PARANÁ. **Paranismo**. Hél lança seu 7º livro, que enfoca coisas do Paraná. Curitiba, 07 nov. 1970b.

DIÁRIO DO PARANÁ. **Hellê destaca a Reunião Interamericana em Lima**. Curitiba, 11 out. 1970c.

DIÁRIO DO PARANÁ. **UCF: Audiência com o presidente**. Curitiba, 16 nov. 1975.

DIÁRIO DO PARANÁ. **Elas falam sobre sua condição**. Curitiba, 08 mar. 1978.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. **Higienização**. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/higienizacao/>. Acesso em: 3 fev. 2026.

DUARTE, J. da S. O que é conservadorismo? Do conceito à mensuração. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 17, n.1, p. 110-138, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/download/128319/88528/567377>. Acesso em: 11 jan. 2026.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: formação do Estado e civilização. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

FALCÃO, Rubens. O que representa o ensino primário supletivo. **O Tibagi**, Monte Alegre, 21 fev. 1957.

FAMILYSEARCH. **Escolástica de Moraes**. Disponível em: <https://ancestors.familysearch.org/pt/L5KX-FHT/escolastica-de-moraes-1875-1961>. Acesso em: 12 jun. 2025.

FARIA, T. B. **Paraná, território de “vocação agrícola”?! Interiorização do Curso Normal Regional (1946-1968)**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

FERNANDES, H. V. **Monte Alegre, Cidade-Papel**. São Paulo: Símbolo S.A. Indústrias Gráficas, 1974.

FERNANDES, H. V. Preâmbulo. In: ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS E ESCRITORAS DO BRASIL (AJEB). **Ajebianas no Paraná e do Brasil**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1980. p. 3-4.

FERNANDES, H. V. **Ilha do Mel, Ontem e Sempre**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1985.

FERNANDES, P. G. V. Paulo Geraldo Vellozo Fernandes sobre sua mãe. In: BORGES, I. **AJEB**: 50 anos de história. Porto Alegre: Alternativa, 2020. p. 17-18.

FERREIRA, A. G.; VECHIA, A. A formação de professores no Paraná para qualificar o ensino da escola primária na primeira metade do século XX. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 24, n.54, p. 225-252, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/23384/15286>. Acesso em 20 ago. 2025.

FERREIRA, E. D. Incompreensão. **Diário da Tarde**, Curitiba, 14 jul. 1952.

FIALHO, L. M. F.; SÁ, É. C. V. Educadora Henriqueta Galeno: trajetória de uma literata feminista (1887-1964). **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v.22, n. 55, p. 169-188, mai./ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/bPnFQv4dJg9PFCyrD3yh9rB/?lang=pt>. Acesso em: 01 mar. 2026.

FOGO DE CONSELHO. **Revista Escoteira**. Curitiba, Ano 1, nº1, 1991. Disponível em: <https://www.lisbrasil.com/arquivos/Revista/FogoConselho/01.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2026.

FONTES, L. C. dos S. **Helena Kolody, carbono & diamante**. Florianópolis, 2012. Tese (Doutorado em Literatura) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/99268/304949.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 mar. 2026.

FRANCIOSI, E. A. Sociedade. **Diário do Paraná**, Curitiba, 07 abr. 1967.

GALENO, H. **O livro da ajebiana**. Fortaleza: Editora de Henriqueta Galeno, 1979.

GALVÍNCIO, A. S.; COSTA, J. C. de C. Formação educacional e redes de sociabilidade intelectual de Eudésia Vieira na Paraíba (século XX). **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 20, n. 67, p. 1-27, out./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/27432/24585>. Acesso em: 01 mar. 2026.

GALVÍNCIO, A. S.; ESPINDOLA, M. L.; COSTA, J. C. de C. A universidade popular na Parahyba do Norte: reflexões sobre o direito das mulheres. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 43-69, jan./mar. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8651670/17912>. Acesso em: 01 mar. 2026.

GAZETA DO POVO. A fera da escrita. Curitiba, 23 dez. 1999. *In*: BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ. **Pasta com recortes sobre Hellê Vellozo Fernandes**. [19--c].

GAZETA DO POVO. Hellê Vellozo assumirá a Academia de Letras amanhã. Curitiba, 7 abr. 1997. *In*: BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ. **Pasta com recortes sobre Hellê Vellozo Fernandes**. [19--c].

GAZETA DO POVO. **Falecimentos**. Hellê Vellozo Fernandes. Curitiba, 02 dez. 2008. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/falecimentos/falecimentos-bb1ow5td0fdbdyypid9dj8lq/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

GAZETA DO POVO. **Lista de falecimentos**. Paulo Geraldo Vellozo Fernandes. Curitiba, 18 set. 2023. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/falecimentos/falecimentos-curitiba-18-9-2023/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

GERMINIANI, C. de L. B. Discurso de posse na cadeira nº 37 da Academia Paranaense de Letras. **Revista da Academia Paranaense de Letras**, Curitiba, n. 60, p. 29-34, 2011. Disponível em: https://www.academiaparanaensedeletras.com.br/wp-content/uploads/INTERNET_2011_revista_academia.pdf. Acesso em: 05 nov. 2024.

GOELLNER, S. “As mulheres fortes são aquelas que fazem uma raça forte”: esporte, eugenia e nacionalismo no Brasil no início do século XX. **Recorde**: Revista de História do Esporte, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 1-28, jun. 2008. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/790/731>. Acesso em: 03 mai. 2023.

GOMES, A. de C. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. *In*: GOMES, A. de C. **Escrita de si, escrita da História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 7-24.

GOMES, A. M. de C.; HANSEN, O. S. Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. *In*: GOMES, A. M. de C.; HANSEN, O. S. **Intelectuais mediadores**: práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. p. 7-40.

GOMES, R. R. Há um só ou muito nomes nas nossas letras? **Diário do Paraná**, Curitiba, 22 set. 1970.

GONÇALVES JUNIOR, E. B. A educação pelo livro: uma análise do compêndio de pedagogia de Dario Vellozo (1907). **Outros tempos**. São Luís, v. 7, n. 10, p. 180-200, dez. 2010. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/download/105/81/352. Acesso em: 25 out. 2024.

GONÇALVES JUNIOR, E. B. A espada pela pena: o discurso anticlerical de Dario Vellozo (1980-1905). **Intellèctus**, Rio de Janeiro, v. XVI, n. 1, p. 131-151, 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/9145281.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2026.

GONÇALVES JUNIOR, E. B.; RODRIGUES, V. E. R. A Historia Magistra Vitae no Brasil no século XIX: Dario Vellozo e os ensinamentos de história. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 24, e.95350, p. 1-27, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/bRCZtH4QGQNbSSN5ny6mQWJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 jan. 2026.

GUEBERT, C. A. “Pensar pela pena que desliza, falar pela boca que se fecha”: Emília Dantas Ribas como a primeira romancista dos Campos Gerais (Paraná, 1949). **Revista Espacialidades**, Natal, v. 13, n. 1, p. 37-63, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/17594/12679>. Acesso em: 20 ago. 2025.

GUEBERT, C. A. **Sob o retrato de Euclides da Cunha**: uma história dos euclidianos e do seu “Brasil interior”. Curitiba: Editora UFPR, 2023.

GUIMARÃES, M. I. Mulher presente. **Diário do Paraná**, Curitiba, 22 abr. 1973.

HABNER, J. E. Honra e distinção das famílias. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, M. J. (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 43-64.

HAMDAN, T. D. O que significa classificar? A relação entre o cientista social e seu objeto na sociologia de Pierre Bourdieu. **Revista Ensaios**, Niterói, v. 19, p. 154-160, jul./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensaios/article/view/49525/32502>. Acesso em: 01 mar. 2026.

MORO, V. L.; MORAES E SILVA, M. A inserção da cultura física na Escola Normal do Paraná: da Gymnastica aos primeiros jogos e esportes (1917-1930). **InterMeio**, Campo Grande, v. 28, n. 56, p. 61-84, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/intm/article/view/17680/12526>. Acesso em: 20 ago. 2025.

HÉL. **Camafeus**. Curitiba: Gráfica Mundial, 1945.

HÉL. Um dia de Ano. **O Tibagi**, Monte Alegre, 11 jan. 1949.

HÉL. Comentário literário. Crônicas. **O Tibagi**, 14 jun. 1950.

HÉL. A história que a vida conta. **O Tibagi**, Monte Alegre, 16 mai. 1951a.

- HÉL. Livros para crianças. **O Tibagi**, Monte Alegre, 26 set. 1951b.
- HÉL. Jeca Tatu e Mané Chique-Chique. **O Tibagi**, Monte Alegre, 31 out. 1951c.
- HÉL. Comentário da Semana. Romance Histórico. **O Tibagi**, Monte Alegre, 14 nov. 1951d.
- HÉL. **Incompreensão**. Curitiba: Artes Gráficas da Escola Técnica de Curitiba, 1952a.
- HÉL. Comentário da semana. Preto interpretação de poesia. **O Tibagi**, Monte Alegre, 10 jan. 1952b.
- HÉL. Comentário da Semana. Crianças em aula. **O Tibagi**, Monte Alegre, 12 ago. 1952c.
- HÉL. Comentário da Semana. O Dia do Professor. **O Tibagi**, Monte Alegre, 22 out. 1952d.
- HÉL. Comentário da Semana. Os dez maiores. **O Tibagi**, Monte Alegre, 23 nov. 1952e.
- HÉL. Boite encantada. **O Tibagi**, Monte Alegre, 29 abr. 1953a.
- HÉL. Aniversário do Harmonia Clube. **O Tibagi**, Monte Alegre, 13 mai. 1953b.
- HÉL. Comentário da Semana. Aluno e professor. **O Tibagi**, Monte Alegre, 10 jun. 1953c.
- HÉL. Comentário da Semana. A crise do ensino primário. **O Tibagi**, Monte Alegre, 15 out. 1953d.
- HÉL. A meus pais. **O Tibagi**, Monte Alegre, 30 dez. 1954a.
- HÉL. O Chefe da Nação. **O Tibagi**, Monte Alegre, 02 set. 1954b.
- HÉL. Comentário da Semana. Escolas cheias. **O Tibagi**, Monte Alegre, 8 abr. 1954c.
- HÉL. Clube dos Leões. **O Tibagi**, Monte Alegre, 16 set. 1954d.
- HÉL. Desfile escolar. **O Tibagi**, Monte Alegre, 08 set. 1955.
- HÉL. Aquele ideal. **O Tibagi**, Monte Alegre, 18 dez. 1956.
- HÉL. Conversa em torno da mesa. **O Tibagi**, Monte Alegre, 17 jan. 1957a.
- HÉL. Natal lá de casa. **O Tibagi**, Monte Alegre, 05 dez. 1957b.
- HÉL. Pelos acampamentos. **O Tibagi**, Monte Alegre, 05 set. 1957c.
- HÉL. São Pedro em família. **O Tibagi**, Monte Alegre, 03 jul. 1958a.
- HÉL. **Os Vergueiros**. Curitiba: Artes Gráficas da Escola Técnica de Curitiba, 1958b.
- HÉL. Apresentação. **O Tibagi**, Monte Alegre, 30 nov. 1958c.

- HÉL. Harmonia Clube – Retrospecto. **O Tibagi**, Monte Alegre, 14 mai. 1959.
- HÉL. Comentário da semana. O vestido... ou a crônica. **O Tibagi**, Monte Alegre, 29 set. 1960.
- HÉL. Remember. **O Tibagi**, Monte Alegre, 05 jan. 1961.
- HÉL. Nos campos e nos Pinhais. Escolinhas do mato. **O Tibagi**, Monte Alegre, 14 jun. 1962.
- HÉL. No meio do pinheiral. **Diário do Paraná**, Curitiba, 14 dez. 1963.
- HÉL. A luta sem fim. **Diário do Paraná**, Curitiba, 08 jan. 1964a.
- HÉL. Um pouco de Pinheiral. **Diário do Paraná**, Curitiba, 26 set 1964b.
- HÉL. O informante. **Diário do Paraná**, Curitiba, 16 out. 1964c.
- HÉL. Capítulos do Ano-Bom. **O Tibagi**, Monte Alegre, 05 jan. 1965a.
- HÉL. Nossa terra, nossa gente. **Diário do Paraná**, Curitiba, 03 jun. 1965b.
- HÉL. Certa parte do programa. **Diário do Paraná**, Curitiba, 24 abr. 1965c.
- HÉL. Encontros. **Diário do Paraná**, Curitiba, 2 fev. 1965d.
- HÉL. A velha luta. **Diário do Paraná**, Curitiba, 30 jan. 1965e.
- HÉL. Nas escolinhas. **Diário do Paraná**, Curitiba, 5 jun. 1965f.
- HÉL. Aspectos de Pinheiral. **Diário do Paraná**, Curitiba, 2 jun. 1965g.
- HÉL. Chuva de verão. **Diário do Paraná**, Curitiba, 5 mar. 1965h.
- HÉL. A dura missão. **Diário do Paraná**, Curitiba, 01 jun. 1966a.
- HÉL. **Pioneiros do Iguatemi**. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 1966b.
- HÉL. Observações. **Diário do Paraná**, 5 mar. 1966c.
- HÉL. **A outra razão**. Curitiba: O Formigueiro, 1967a.
- HÉL. Joaquim. **Diário do Paraná**, Curitiba, 15 mar. 1967b.
- HÉL. Escolas de Mato. **Diário do Paraná**, Curitiba, 20 set. 1967c.
- HÉL. Nos campos e nos pinhais. **Diário do Paraná**, Curitiba, 16 jul. 1967d.
- HÉL. Alunos. **Diário do Paraná**, Curitiba, 17 nov. 1967e.
- HÉL. Nos campos e nos pinhais. **Diário do Paraná**, Curitiba, 3 mar. 1968a.

HÉL. Nos campos e nos pinhais. **Diário do Paraná**, Curitiba, 29 fev. 1968b.

HÉL. Nos campos e nos pinhais. **Diário do Paraná**, Curitiba, 7 mar. 1968c.

HÉL. Cidade-Papel – 35 anos. **Diário do Paraná**, Curitiba, 26 out. 1969.

HÉL. **Nos campos e nos pinhais**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1970.

HÉL. Antes da aula. **Diário do Paraná**, Curitiba, 28 mai. 1972.

HILSDORF, M. L. S. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo: Cengage Learning, 2017.

HISTÓRIA E MEMÓRIA (blog). **Dario Vellozo e seu Templo das Musas** (fotografias). Disponível em: 2014/12/dario-vellozo-e-seu-templo-das-musas.html. Acesso em: 17 jan. 2026.

HOLOWATE, I. Eugenia negativa em Ponta Grossa? Uma análise das representações sobre a eugenia no discurso de José Martins Pinto. **Epígrafe**. São Paulo, v. 3, n. 3, p. 36-56, 2016. Disponível em: <https://revistas.usp.br/epigrafe/article/view/111836/118454>. Acesso em: 01 mar. 2026.

HVF – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA KLABIN. **Entrevista com Hellê Vellozo Fernandes e Paulo Rios Fernandes**. Curitiba: CDMK, 1993.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Fecundidade no Brasil (1940 a 2010)**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/professores/educa-atividades/17658-fecundidade-no-brasil-1940-a-2010.html>. Acesso em: 05 mai. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/mapa_do_a_nalfabetismo_do_brasil.pdf. Acesso em: 11 dez. 2025.

IVASHITA, S. B.; SCHELBAUER, A. R. Boletim da Secretaria de Educação e Cultura do Paraná (1951-1953): representações sobre a Escola Rural. **Revista HISTEDBR On-line**. Campinas, v. 17, n. 2, p. 559-577, abr./jun. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8650410/16932>. Acesso em: 20 ago. 2025.

JOÃO DE CURITIBA. A mais jovem romancista paranaense – Hél. **O Dia**, Curitiba, 08 abr. 1951.

KAMITA, R. C. Escolástica de Moraes Veloso. In: MUZART, Z. L. (Org.) **Escritoras brasileiras do século XIX: antologia**. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDISC, 2004. p. 638-648.

KARVAT, E. C.; GUEBERT, C. A. Intelectuais, ideias e instituição em cenário periférico: o Centro Cultural Euclides da Cunha, Ponta Grossa, 1948-1985 (notas de pesquisa). In: XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, 2013. **Anais [...]**. Natal: ANPUH, 2013. Disponível em:

http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364661327_ARQUIVO_ANPUH2013Eri vanKarvat.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

KOLODY, H. Escreveu Helena Kolody à autora (orelha do livro). In: **Monte Alegre, Cidade-Papel**. São Paulo: Símbolo S.A. Indústrias Gráficas, 1974.

LAHIRE, B. Campo. In: CATANI, A. M. et al. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 64-66.

LAROCCA, L. M.; MARQUES, V. R. B. Higienizar, cuidar e civilizar: o discurso médico para a escola paranaense. **Revista Interface**, Botucatu, v. 14, n. 34, 753-766, 2010a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/icse/a/VmMC6jZvfGRLtbvfNhPfpdg/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2024.

LAROCCA, L. M.; MARQUES, V. R. B. Higiene e infância no Paraná: a missão de formar hábitos saudáveis (1931-1949). **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 309-316, abr./jun. 2010b. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/5MwjQJVMh6Bbd8tNdwVYgJC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2024.

LEBARON, F. Elites. In: CATANI, A. M. et al. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 231-232.

LEANDRO, J.; COSTA, A.; PINHEIRO, F.; WILTEMBURG, G.; BARSZCZ, M. V.; PUPO, M. Entre o surto e a epidemia: a meningite meningocócica em Guaraniaçu nas páginas do *Diário do Paraná*, 1973. **Temporalidades**, Belo Horizonte, v. 12, n. 2, p. 86-107, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/23966/19963>. Acesso em: 27 dez. 2024.

LIMA, N. T.; HOCHMAN, G. Condenado pela raça, absolvido pela medicina: o Brasil descoberto pelo movimento sanitarista da primeira república. In: MAIO, M. C.; SANTOS, R. V. (Orgs.). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCB, 1996. p. 23-40.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, M. del; BASSANEZI, C. (Orgs.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2022. p. 443-481.

LIONS INTERNACIONAL. **História do leonismo**. [20--]. Disponível em: <https://www.lionslc11.org.br/insthistoria.php>. Acesso em: 11 jul. 2025.

MARANHÃO, J. Notas sobre Educação. **O Tibagi**, Monte Alegre, 27 ago. 1952a.

MARANHÃO, J. Educação – Obra de Conjunto. **O Tibagi**, Monte Alegre, 08 out. 1952b.

MARCOLLA, E. Primórdios de Monte Alegre. In: BRUZAMOLIN, B. et al. **A Fazenda Monte Alegre conta seu canto**. São Paulo: Click Editora, 1998. p. 102-103.

MARCOVITCH, J. **Pioneiros e Empreendedores: A Saga do Desenvolvimento no Brasil**, v. 2. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

MARGALHO, M. G. **Klabin**: os empresários, a empresa e as estratégias de construção da hegemonia (1930-1951). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2008_MARGALHO_Mauricio_Goncalves-S.pdf. Acesso em: 01 mar. 2026.

MARGALHO, M. G. Indústrias Klabin do Paraná de Celulose: a sociogênese do projeto político-empresarial (1930-1940). **História e Perspectivas**, Uberlândia v.48, p. 99-126, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/historiaperspectivas/article/view/23319/12837>. Acesso em: 20 ago. 2025.

MARQUES, V. R. B.; FARIAS, F. C. de S. A. “Façamos dessa gente um elemento seguro do nosso progresso material e moral”: a inspeção médico-escolar no Paraná dos anos 1920. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, p. 287-302, abr. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/3X5gyqtV3jVqtsRVFFYwHC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 31 jan. 2025.

MARTINS, A. P. V. Itinerários do associativismo feminino no Brasil: uma história de silêncio. **Delaware Review of Latin American Studies**, Newark, v. 17, n. 2, p. 1-13, nov. 2016. Disponível em: <https://udspace.udel.edu/server/api/core/bitstreams/5b0dd03c-377e-4a06-bba6-e6323c6dfb34/content>. Acesso em: 20 ago. 2025.

MARTINS, A. P. V. **Faces femininas do conservadorismo**: filantropas e feministas brasileiras no começo do século XX. Teresina: Cancioneiro, 2023.

MEIRELES, E. Apresentação. In: SABÓIA, A. da C.; FERNANDES, H. V. **Antologia Didática de Escritores Paranaenses** (Cursos ginásial, colegial e normal) – I Tomo. Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda., 1970. p. 3.

MELLO, M. B. de A. A defesa do ensino agrônômico por Dario Vellozo na revista *A Escola*. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 50, e263779, p. 1-15, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/59Xqj9XkPKbqpdrrqJmhDzqF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 01 mar. 2026.

MERCER, E. A.; MERCER, L. L. **História de Tibagi**. Prefeitura Municipal de Tibagi, 1934.

MIGUEL, M. E. B.; VIEIRA, A. M. D. P. A Escola Nova no Paraná: avanços e contradições. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 5, n. 14, p. 1-8, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/7355/7175>. Acesso em: 20 ago. 2025.

MILLARCH, A. O livro de Hél. **Estado do Paraná**, Curitiba, 21 fev. 1974.

MORAES, E. O. “Um ensaio de ficção científica”: história do presente no suplemento Anexo, o jornal Diário do Paraná. **Antíteses**. Londrina, v. 10, n. 19, p. 285-310, jan./jun. 2017. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/27885/21294>. Acesso em: 03 nov. 2024.

MOREIRA, M. F. A metrópole Monte Alegre. In: BRUZAMOLIN, B. et al. **A Fazenda Monte Alegre conta seu canto**. São Paulo: Click Editora, 1998. p. 34-35.

MOVIMENTO BANDEIRANTE BRASIL. **A história do Movimento Bandeirante**. [20--]. Disponível em: <https://www.bandeirantes.org.br/hist%C3%B3ria>. Acesso em: 12 jul. 2025.

MURICY, A. **Panorama do conto paranaense**. Curitiba: Fundação Cultural, 1979.

NAWROSKI, A. O amor à terra e a função social da educação rural no Brasil (1910-1964). **Revista del CESLA**, Varsóvia, n. 23, p. 333-351, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/2433/243360564015/243360564015.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2025.

NERY, A. C. B.; STANISLAVSKI, C. de F. A civilização no meio rural: o livro de leitura como instrumento modernizados. **Revista História da Educação**. Porto Alegre, v. 15, n. 35, p. 100-126, set./dez. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/asphe/article/view/22182/12898>. Acesso em: 01 mar. 2026.

NERY, L. Harmonia. **O Tibagi**, Monte Alegre, 23 nov. 1948.

NOGUEIRA, M. A. Arbitrário cultural. In: CATANI, A. M. et al. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 36-38.

NUNES, M. de S.; RIBEIRO, R. R. Primeira onda: feminismo e a participação de mulheres na imprensa curitibana. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 84, e20250403, p. 1-21, 2025. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/91951/87264>. Acesso em: 20 ago. 2025.

O DIA. **Convite aos acadêmicos**. Curitiba, 07 abr. 1927.

O DIA. **Centro Gymnasial Paranaense**. Curitiba, 06 mai. 1930a.

O DIA. **Decretos do General Interventor Federal no Paraná**. Curitiba, 10 dez. 1930b.

O DIA. **Actos governamentaes**. Curitiba, 20 jun. 1936

O DIA. **Centro do Professorado Paranaense**. Curitiba, 19 set. 1937.

O DIA. **Homenagem aos professores do pré-médico**. Curitiba, 22 nov. 1939.

O DIA. **Agrônomos de 1943**. Curitiba, 18 nov. 1943.

O DIA. **O presidente seguirá hoje para o Território do Iguaçu**. Visita ao Parque Industrial de Monte Alegre. Curitiba, 27 jan. 1944.

O DIA. **Professores designados para reger turmas suplementares no Instituto de Educação**. Curitiba, 26 mai. 1946.

O DIA. **A Arca de Deolinda**. Curitiba, 15 fev. 1949.

O DIA. **Jantar de confraternização.** Curitiba, 10 jun. 1954.

O DIA. **40º aniversário da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná.** Curitiba, 03 abr. 1958.

O ESTADO DO PARANÁ. **Palácio da Presidência.** Curitiba, 20 out. 1925.

O TIBAGI. **Colabora o leitor.** Monte Alegre, 05 abr. 1949a.

O TIBAGI. **O primeiro aniversário de “O Tibagi”.** Monte Alegre, 23 nov. 1949b.

O TIBAGI. **Notas Literárias. Concurso de livros.** Monte Alegre, 27 dez. 1949c.

O TIBAGI. **Um ano vencido.** Monte Alegre, 23 nov. 1949d.

O TIBAGI. **Convite às senhoras de Monte Alegre.** Monte Alegre, 28 jun. 1949e.

O TIBAGI. **Um clube juvenil em Monte Alegre seria o complemento da caridosa iniciativa das senhoras da sociedade local.** Monte Alegre, 28 jun. 1949f.

O TIBAGI. **Cursos de alfabetização para o Paraná.** Monte Alegre, 14 jun. 1949g.

O TIBAGI. **Amparo ao professorado paranaense.** Monte Alegre, 23 nov. 1949h.

O TIBAGI. **Campanha de ensino.** Monte Alegre, 21 jun. 1949i.

O TIBAGI. **[Sem título].** Monte Alegre, 2 ago. 1949j.

O TIBAGI. **Complete sua personalidade.** Monte Alegre, 10 jan. 1950a.

O TIBAGI. **Pelo Paraná – o desenvolvimento do ensino.** Monte Alegre, 21 mar. 1950b.

O TIBAGI. **A base da prosperidade de um país.** Monte Alegre, 27 set. 1950c.

O TIBAGI. **Escola Normal de Tibagi.** Monte Alegre, 21 mar. 1950d.

O TIBAGI. **O Dia do Professor.** Monte Alegre, 18 out. 1950e.

O TIBAGI. **O veredito pouco aceito: a superioridade das mulheres.** Monte Alegre, 08 fev. 1951a.

O TIBAGI. **São nosso agentes-correspondentes.** Monte Alegre, 23 nov. 1951b.

O TIBAGI. **Campanha para a educação de adultos.** Monte Alegre, 19 set. 1951c.

O TIBAGI. **O TIBAGI percorre o BRASIL.** Monte Alegre, 23 nov. 1952.

O TIBAGI. **A educação técnica.** Monte Alegre, 15 abr. 1953a.

O TIBAGI. **Centro de Professores Erasmo Pilotto.** Monte Alegre, 23 nov. 1953b.

- O TIBAGI. **Noite Veneziana no Harmonia**. Monte Alegre, 21 jan. 1954a.
- O TIBAGI. **23 de novembro de 1948 – 23 de novembro de 1954**. Monte Alegre, 23 nov. 1954b.
- O TIBAGI. **Lions Clube de Monte Alegre**. Monte Alegre, 23 nov. 1954c.
- O TIBAGI. **Educação – problema da mulher**. Monte Alegre, 10 mar. 1955.
- O TIBAGI. **Harmonia Clube**. Monte Alegre, 23 nov. 1956a.
- O TIBAGI. **Crônica de Norá**. Monte Alegre, 01 mar. 1956b.
- O TIBAGI. **Harmonia Clube**. Monte Alegre, 12 jul. 1956c.
- O TIBAGI. **Bandeirantismo**. Monte Alegre, 10 abr. 1958.
- O TIBAGI. **1948-1959**. Monte Alegre, 23 nov. 1959.
- O TIBAGI. **Convite e programa para as festas de encerramento do ano letivo de 1961 das Escolas Florestais**. Monte Alegre, 7 dez. 1961.
- O TIBAGI. **Noticiário Escolar**. Monte Alegre, 15 dez. 1962.
- OLIVEIRA, C. M. M. de. Duas palavras. In: SABÓIA, A. da C.; FERNANDES, H. V. **Antologia Didática de Escritores Paranaenses**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1976.
- OLIVEIRA, L. L. de; MARTINIAK, V. L. A escritora Anita Philipovsky: contribuições da literatura para a educação feminina nos Campos Gerais, PR. **Quaestio**, Sorocaba, v. 21, n. 3, p. 883-899, set./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/3370/3505>. Acesso em: 01 mar. 2026.
- OLIVEIRA, V. J. de; CASTANHA, A. P. O ensino primário na Era Vargas: da necessidade à realidade. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v. 23, n. 40, p. 1-20, jul. 2023. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/download/30776/21022/>. Acesso em: 26 out. 2024.
- ORLANDO, E. de A. "A Bandeira e a Cruz": caminhos da trajetória intelectual da educadora Maria Junqueira Schmidt. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 65, p. 103-118, jul./set. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/cm9zgNgcsznvrPf7vDT7Gcf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 mar. 2026.
- ORLANDO, E. de. *Semper Parata*: catolicismo e bandeirantismo no Brasil. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 19, n. 63, p. 1501-1517, out./dez. 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/25700/23905>. Acesso em: 02 fev. 2026.

ORLANDO, E. de A. Mulheres Intelectuais: onde elas estão em nossa História? *In*: ORLANDO, E. de A.; MESQUIDA, P. (Orgs.). **Intelectuais e Educação**: contribuições teóricas à História da Educação. Porto Alegre: Editora Fi, 2021. p. 43-60.

PARANÁ. Decreto nº 6597, de 15 de março de 1938. **Regulamento das Escolas de Professores do Estado do Paraná** Curitiba: Secretaria do Interior e Justiça, 1938. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/acervos/parana-decreto-ndeg-6597-1938>. Acesso em 12 jun. 2025.

PARANÁ. **Anteprojeto da Lei Orgânica da Educação**. Curitiba: Secretaria de Educação e Cultura, 1949.

PASSOS, J. **O Brasil em movimento**. São Paulo: Saraiva, 2013.

PEDRO, M. J. Mulheres do sul. *In*: PRIORE, M. del; BASSANEZI, C. (Orgs.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2022. p. 278-321.

PEROSA, G. Educação diferenciada e trajetórias profissionais femininas. **Tempo social**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 51-68, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/stpWShs4MT9HXd5Pwhvrhvk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2025.

PESAVENTO, S. J. Crônica: a leitura sensível do tempo. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 7, p. 29-37, 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6184/3677>. Acesso em: 01 mar. 2026.

PESAVENTO, S. J. Crônica: Fronteiras da narrativa histórica. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 8, n. 10, p. 61-80, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/HistRev/article/download/15955/10010/>. Acesso em: 01 mar. 2026.

PIETTA, G. A ciência eugênica paranaense na década de 1940: biodeterminismo e inflexões. *In*: XV SEMINÁRIO NACIONAL DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA, 15, 2016, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: SBHC, 2016.

PILLA, M. A.; RODRIGUES, I. P. O movimento estudantil universitário em Curitiba: representações do jornal Diário do Paraná (1968). **Revista Americana de História Social**, Medellín, n. 24, p. 108-131, 2024. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9687394>. Acesso em: 03 nov. 2024.

PILOTTO, E. **Autobiografia**. Curitiba: Editora da UFPR, 2004.

PILOTTO, Erasmo. Mestres para a zona rural. **O Tibagi**, Monte Alegre, 26 jan. 1961a.

PILOTTO, Erasmo. Mestres para a zona rural I. **O Tibagi**, Monte Alegre, 09 fev. 1961b.

PILOTTO, Erasmo. Mestres para a zona rural II. **O Tibagi**, Monte Alegre, 02 fev. 1961c.

PILOTTO, E. **Que se exalte em cada Mestre um sonho!** Curitiba: Imprimax, 1973.

PILOTTO, V. [Sem título] (orelha do livro). In: HÉL. **Pioneiros do Iguatemi**. Universidade Federal do Paraná, 1966.

PILOTTO, V. Hél e “Monte Alegre, Cidade-Papel”. **Diário do Paraná**, Curitiba, 19 fev. 1974.

PILOTTO, V. Exórdio bem justo. In: SABÓIA, A. da C.; FERNANDES, H. V. **Antologia Didática de Escritores Paranaenses**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1976. pp. 5-6.

PINSKY, C. B. A era dos modelos rígidos. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, M. J. (Orgs.). **Nova História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2018. p. 469-512.

PINTO, G. C. M. P. Sobre fontes e arquivos: o repertório para investigar Júlia Lopes de Almeida. **Revista Caminhos da Educação**. Teresina, v.4, n. 1, p. 1-11, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/cedsd/article/view/2646/2481>. Acesso em: 01 mar. 2026.

PIQUET, R. **Cidade-empresa. Presença na paisagem urbana brasileira**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

PRADO, A. E. F. G.; HAI, A. A. A educação pré-escolar e a produção acadêmica: (re)construindo trajetórias de suas intelectuais (1970-1998). **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 22, e198, p. 2-28, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbhe/a/ncm6XxNwzWfKhCPBMnqptMk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 mar. 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Templo das Musas** (totem). [20--].

PRF – CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA KLABIN. **Entrevista com Hellê Vellozo Fernandes e Paulo Rios Fernandes**. Curitiba: CDMK, 1993.

PYKOSZ, L. C.; OLIVEIRA, M. A. T. de. A higiene como tempo e lugar da educação do corpo: preceitos higiênicos no currículo dos grupos escolares do estado do Paraná. **Currículo sem Fronteiras**, [s. l.], v. 9, n. 1, 135-158, jan./jul. 2009. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol9iss1articles/7-pykosz-oliveira.pdf>. Acesso em: 31 jan. 2024.

REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ. **O Instituto Neo-Pitagórico**, [s. l.], n. 123, jan./set., 1997. Disponível em: <https://revistatcepr.azurewebsites.net/wp-content/uploads/2019/12/Revista-do-Tribunal-de-Contas-do-Paran%C3%A1-n.-123-de-Julho-Setembro-de-1997.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2026.

ROCHA, C. de O. **Quadro provincianos**: a obra de Rodrigo Júnior. Tese (Doutorado em Letras – Estudos Literários) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/64792/R%20-%20T%20-%20CLAUDECIR%20DE%20OLIVEIRA%20ROCHA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01. Mar. 2026.

ROCHA, S. A educação como projeto de melhoramento racial: uma análise do art. 138 da constituição de 1934. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 12, n. 1, p. 61-73, jan./abr. 2018. Disponível em:

<https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/2116/668>. Acesso em: 20 ago. 2025.

RODERJAN, R. V. **A formação de comunidades campeiras nos planaltos paranaenses e sua expansão para o sul: séculos XVI a XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/112222/79349.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 mar. 2026.

RODERJAN, R. V. **Comissão paranaense de folclore, 50 anos (1948-1998)**. Curitiba: Graf. Comunicare, 1998.

RUCKSTADTER, F. M. M.; MELLO, M. B. de A. Dario Vellozo, escola moderna e o regulamento do ensino de 1909: notas dos embates e debates sobre a instrução pública no Paraná. **Revista Atos de Pesquisa em Educação**. Blumenau, v. 17, e9495, p. 1-19, 2022. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/download/9495/5746/39395>. Acesso em: 17 out. 2024.

SABÓIA, A. da C.; FERNANDES, H. V. **Antologia Didática de Escritores Paranaenses**. Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda., 1970.

SABÓIA, A. da C.; FERNANDES, H. V. **Antologia Didática de Escritores Paranaenses**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1976.

SABÓIA, A. da C.; KOLODY, H. [Sem título] (orelha do livro). In: FERNANDES, H. V. **Nos campos e nos pinhais**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1970.

SALLUM JR, B.; BERTONCELO, E. R. Classe social. In: CATANI, A. M. et al. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017. p. 118-122.

SANTI, D. N.; SCHELBAUER, A. R.; CASTANHA, A. P. O sistema de inspeção do ensino na primeira metade do século XX no Paraná. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 38, e35918, p. 1-24, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/MKMGsxNdx8N4dDGmPPR3Hsm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SANTI, D.; CASTANHA, A. P. Ser professor de Escolas Rurais no Paraná/BR entre 1915 e 1946. **Revista Brasileira de Educação do Campo**. Tocantinópolis, v. 8, e14314, p. 1-26, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/14314/21053>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SAPIRO, G. Bens simbólicos (economia dos). In: CATANI, A. M. et al. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 55-58.

SAPIRO, G. **Os escritores e a política na França: do Caso Dreyfus à guerra da Argélia**. Ponta Grossa: UEPG, 2024.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas**. Campinas: Autores Associados, 2019.

SCHAFFRATH, M. dos A. S.; MIGUEL, M. E. B. Educação paranaense no processo de formação de professores no Brasil republicano: a contribuição do compêndio de pedagogia de Dario Vellozo. **Acta Scientiarum Education**, Maringá, v. 34, n. 2, p. 261-268, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/actaeduc/v34n02/v34n02a12.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2026.

SCHELBAUER, A. R. Da roça para a escola: institucionalização e expansão das escolas primárias rurais no Paraná (1930-1960). **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 71-91, mai./ago. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/zxsqplwdJz6XxGvvWGpbxqz/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 mar. 2026.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, H. B. (Org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 49-82.

SEIDL, E. Estratégia/estratégias de dominação. In: CATANI, A. M. et al. (Orgs.). **Vocabulário Bourdieu**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017. p. 189-191.

SEIXAS, L. S. “**O feminismo no bom sentido**”: o Centro Paranaense de Cultura e o lugar das mulheres no mundo público (Curitiba, 1933-1958). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/26072/dissertacao%20-%20versao%20final%20completa3.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 mar. 2026.

SETTON, M. da G. J. Apresentação. In: BOURDIEU, P. **A produção da crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. Porto Alegre: Zouk 2006. p. 9-16.

SIKORA, D.; HIDALGO, A; M; HEROLD JUNIOR, C. A Educação Rural no Paraná: uma análise a partir de Guarapuava (1930-1960). **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 4, p. 1127-1148, out./dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/Tqh7CHcJYCgm8JhBftFJXgr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 mar. 2026.

SILVA, E. N da. Escola Mista na República: um lugar na sombra da história educacional. **Revista Brasileira de História de Educação**, Campinas, v. 17, n. 1, p. 266-288, jan./mar. 2017. Disponível em: https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40714/pdf_177. Acesso em: 20 ago. 2025.

SILVA, G. A. da; MOREIRA, J. dos S. P. A escrita de si de sujeitos femininos e sua diferença cultural. **Pontos de Interrogação**, Alagoinhas, v. 6, n. 1, jan./jun., p. 11-28, 2016. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/pontosdeint/article/download/3223/2092/8424>. Acesso em: 01 mar. 2026.

SILVA, M. Uma cruzada para Médicos e Professores. **O Tibagi**, Monte Alegre, 22 jul. 1954.

SIRINELLI, J. F. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003. p. 231-270.

SKRUSINSKI, J. G. G.; ORLANDO, E. de A. Margarite Vérine-Lebrun, Maria Junqueira Schmidt e o projeto de educação familiar entre circulação entre França-Brasil. **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 29, n.60, p. 63-82, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/13445/8824>.

Acesso em: 01 mar. 2026.

SOUSA, R. C. Associativismo feminino e participação política: um estudo sobre as bases sociais de apoio à ditadura militar em Curitiba (1964-1985). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 65, p. 389-412, set./dez. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/hNqV6fhndVVRXLB5pgP9PMD/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SOUZA, G. dos S. de. Pela escola rural e para além da escola rural: instituições escolares rurais paranaenses. **ACTIO: Docência em Ciências**, Curitiba, v. 8, n. 2, p. 1-18, mai./ago. 2023. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/16287/9721>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SOUZA, G. dos S. de; ANDRADE, M. M. O sermão, o hino e a ordem do dia: memórias de uma escola isolada rural. **Brazilian Eletronic Journal of Mathematics**, Ituiutaba, v. 1, n. 1, p. 88-104, 2020. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/BEJOM/article/download/50125/27843/216870>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SOUZA, V. S. de. A eugenia brasileira e suas conexões internacionais: uma análise a partir das controvérsias entre Renato Kehl e Edgard Roquette-Pinto, 1920-1930. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, v. 23, supl., p. 93-110, dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/QdB4RrFgDkSTr8kzn5R59Tj/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2025.

TABORDA, V. J. Hél, a autora (orelha do livro). In: HÉL. **A outra razão**. Curitiba: O Formigueiro, 1967.

TACLA, P. Por instigação dos professores Porthos e Dario Vellozo foram suspensos, por 60 dias, dois alunos do Gymnásio Paranaense? **O Dia**. Curitiba, 17 set. 1930.

TANNO, J. L. Clubes recreativos em cidades das regiões sudeste e sul: identidade, sociabilidade e lazer (1889-1945). **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 328-347, jun. 2011. Disponível em: <http://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/article/view/223/223>. Acesso em: 05 mai. 2023.

TECPAR – Instituto de Tecnologia do Paraná. **Informações**. Disponível em: <http://everest5.tecpar.br/iconografico/acervo.php?registro=138>. Acesso em: 08 out. 2024.

TEIXEIRA, J. de Oliveira. **A proposta metodológica da fotografia como disparadora do gatilho da memória**: aplicação à história de Telêmaco Borba – PR (1950-1969). Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2013. Disponível em: <https://repositorio.uel.br/srv-c0003-s01/api/core/bitstreams/984b6d76-a2d4-48ca-b3e0-ced7e1e5021d/content>. Acesso em: 01 mar. 2026.

TEIXEIRA, J. de O. Cultura, identidade e memória: considerações teóricas sobre a cultura popular de Telêmaco Borba – PR. In: XXVIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Campo Grande: ANPUH, 2015. p. 1-17. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945022_ee39062ce9ad3c73de882435d99a130a.pdf. Acesso em: 20 ago. 2025.

TEMPSKI, E. Prefácio. In: FERNANDES, Hellê Vellozo. **Ilha do Mel, Ontem e Sempre**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1985.

TOMÉ, D. C.; CAMPOS, N. Mariana Coelho: o uso do prefácio como estratégia de legitimação de sua trajetória. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 27, e121633, p. 1-32, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/heduc/a/69fWgz8BZwzWS6dnzJvx9sG/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2025.

TRINDADE, E. M. de C.; ANDREAZZA, M. L. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

VALLE, I. R. Por que ler *Os herdeiros* meio século depois? In: BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **Os herdeiros**: os estudantes e a cultura. Florianópolis: Editora da UFSC, 2018. p. 9-12.

VELLOZO, P. **Volviendo a terra**. Curitiba: Gráfica Mundial, 1946.

VIEIRA, A. F. B. **Entrevista concedida por Seu J**. 24 jan. 2014.

VIEIRA, A. F. B. **Análise do discurso fundador de Telêmaco Borba no jornal O Tibagi (1948-1964)**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/221/1/ANA%20FLAVIA%20BRAUN%20VIEIRA.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2026.

VIEIRA, A. F. B. **Para além do papel**: o jornal *O Tibagi* e a construção do discurso fundador de Telêmaco Borba – PR. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2019. Disponível em: <https://www.textoecontextoeditora.com.br/assets/uploads/arquivo/b4ae3-e-book-para-alem-do-papel.pdf>.

VIEIRA, A. F. B. **Jornalismo e a duração dos processos civilizadores**: análise da adequação comportamental e da formação de uma segunda natureza em Monte Alegre – PR (1942-1964). Tese (Doutorado em Ciências Sociais Aplicadas) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2020. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/3174/1/Ana%20Flavia%20Braun%20Vieira.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2026.

VIEIRA, A. F. B. Higienismo, educação e processos civilizadores no Paraná: análise do estado da arte. **Caderno Pedagógico**, Curitiba, v. 21, n. 9, p. 1-26, 2024. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/7623/4637>. Acesso em: 01 mar. 2026.

VIEIRA, A. F. B.; SKALINSKI JUNIOR, O. Tendência e lacunas de pesquisa sobre história/trajetória intelectual de mulheres na área de Educação. In: I SIMPÓSIO DO PPGE-

UEPG, 1, 2024, Ponta Grossa. **Anais [...]**. Ponta Grossa: PPGE-UEPG, 2024. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/383787278_Tendencias_e_lacunas_de_pesquisa_sobre_historiatrajectoria_intelectual_de_mulheres_na_area_de_Educacao. Acesso em: 10 jan. 2026.

VIEIRA, A. F. B., SKALINSKI JUNIOR, O. Artefatos midiáticos e pedagogias culturais: uma discussão sobre os arbitrários culturais do jornal O Tibagi (1948-1954). **Acta Scientiarum. Education**, Maringá, v. 47, e73948, p. 1-15, 2025. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/ActaSciEduc/article/view/73948/751375161158>. Acesso em: 01 mar. 2026.

VIEIRA, A. F. B.; BURIOLI, S. Mulheres no cenário educacional paranaense: sujeitos de fazeres e não de saberes. **Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 20, e11932, p. 1-21, 2025. Disponível em: <https://ojsrevista.furb.br/ojs/index.php/atosdepesquisa/article/view/11932> Acesso em: 10 jan. 2026.

VIEIRA, A. F. B.; GUEBERT, C. A. A história *Nos campos e nos pinhais* segundo Hellê Vellozo Fernandes (1964-1973). In: BENATTE, A. P.; WEBER, M. J. B. de A. (Orgs.). **O local e o regional. Estudos de História e Historiografia Paranaense**. Ponta Grossa: Editora Lambrequim, no prelo.

VIEIRA, C. E. O Movimento pela Escola Nova no Paraná: trajetória e ideias educativas de Erasmo Pilotto. **Educar**, Curitiba, n. 18, p. 53-73, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/YssdcHwj8rRMMnLzzrcxbpt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 17 out. 2024.

VIEIRA, C. E. Erasmo Pilotto: identidade, engajamento político e crenças dos intelectuais vinculados ao campo educacional no Brasil. In: LEITE, J. L.; ALVES, C. **Intelectuais e história da educação no Brasil: poder, cultura e políticas**. Vitória: EDUFES, 2011. p. 25-54.

VIEIRA, C. E. Imprensa, educação e esfera pública: um estudo a partir dos jornais paranaenses entre o final do século XIX e primeiro qualquer do século XX. In: VIEIRA, C. E.; BONTEMPI JUNIOR, B.; OSINSKI, D. R. B. (Orgs.). **História Intelectual e Educação: imprensa e esfera pública**. Jundiaí: Paco, 2019. p. 47-68.

WASSERMAN, C. História intelectual: origem e abordagens. **Tempos históricos**, Marechal Cândido Rondon, v. 19, p. 63-79, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/12762/8823>. Acesso em: 20 ago. 2025.

WIKIPEDIA. Ficheiro: Instituto Neo-Pitagórico – Templo das Musas [imagem]. Disponível em: https://pt.m.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Instituto_Neo_Pitag%C3%B3rico_-_Templo_das_Musas.jpg. Acesso em: 12 jun. 2025.

WILLER, M. R. **Harmonia**: uma utopia urbana para o trabalho. 1997. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/27148/D%20-%20WILLER%2c%20MARCELO.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 mar. 2026.

ZACHARIAS, M. R. **Espaços e processos educativos no Ginásio Paranaense**: os ambientes especializados e seus artefatos (1904-1949). Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/xmlui/bitstream/handle/1884/31217/R%20-%20D%20-%20MARIANA%20ROCHA%20ZACHARIAS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 mar. 2026.

ZAPPERT, K. História de Monte Alegre. **O Tibagi**, Monte Alegre, 23 dez. 1957.

ZAPPERT, K. História de Monte Alegre. **O Tibagi**, Monte Alegre, 30 nov. 1958.

ZOMER, L. **História de uma “boa feminista”**: trajetória intelectual de Leonor Castellano em Curitiba, 1924-1967. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/95618/298652.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 mar. 2026.

APÊNDICE A – MEMORIAL

Eu me chamo Ana Flávia Braun Vieira. Eu nasci e fui criada em Telêmaco Borba – PR. Sou neta de Izaltino Vieira e Diva Rodrigues de Sá Vieira e Augusto Braun e Érika Babi Braun. De um lado, remanescentes da colonização portuguesa; do outro, descendentes de imigrantes alemães. Essas famílias se encontraram em Monte Alegre, ambas atraídas pela promessa de vida melhor, que efetivamente encontraram ao deixar o trabalho no campo e mudarem para a cidade para trabalhar na fábrica de papel, por volta de 1950. Eles, assim como muitas outras famílias, fizeram parte do processo de civilização dos chamados “sertões do Tibagi”. No entanto, a história oficial tendeu a minimizar a importância de ações comuns ao construir uma narrativa de glória e progresso para a localidade, compatível com os intentos estatais e empresariais envolvidos naquele projeto. Apenas recentemente a história de pessoas como meus avós, que com seu trabalho ajudaram a construir o que Monte Alegre (e posteriormente Telêmaco Borba - PR) se tornou, vem sendo contada – processo do qual eu mesma faço parte.

Por ser filha da classe trabalhadora, aos 14 anos decidi fazer magistério, no Colégio Estadual Wolff Klabin – hoje entendo, por razões práticas. Ainda em formação como ser humano, ao mesmo tempo em que me formava como docente, entendi que minha missão era transformar o mundo em um lugar melhor a partir do conhecimento. Minha crença nesse propósito só aumentou quando “descobri” o que pouca gente até então sabia: a história de Telêmaco Borba não era só a Klabin (associação corrente entre a população pelo fato de as principais instituições locais levarem nomes ligados à família/empresa – a exemplo da escola onde estudei).

Lembro-me como se fosse hoje: no estágio obrigatório, eu iria ministrar aulas de História para a 2ª série (hoje 3º ano) do Ensino Fundamental e o tema designado pela professora regente da turma foi “História de Telêmaco Borba”. Ao consultar o currículo para preparar as aulas, constava apenas “hino, brasão e bandeira”. Essa visão oficial da história produziu um estranhamento, que observado em retrospectiva pode ser compreendido como um primeiro conflito entre minhas disposições em formação e a forma institucionalizada de apresentação da história local. Decidi, então, estudar a história da origem de Telêmaco Borba por conta própria.

Foi nessa ocasião que li, pela primeira vez, por volta dos 17 anos de idade, *Monte Alegre, Cidade-Papel*, de Hellê Vellozo Fernandes. Ainda que mais tarde eu mesma tenha problematizado em trabalhos acadêmicos a construção da narrativa do livro, naquele momento,

foi uma leitura muito importante para a minha trajetória. Com ele aprendi que os “sertões do Tibagi” tinham uma história muito anterior à chegada da fábrica de papel, com sua chaminé imponente, na região. Nossas terras eram habitadas há muito tempo por indígenas. Ali também viveram jesuítas, bandeirantes, tropeiros, africanos e afrodescendentes, sesmeiros/fazendeiros, exploradores de diamantes, entre outros. Essa descoberta reforçou em mim a percepção de que Telêmaco Borba não poderia ser compreendida apenas como a “cidade da Klabin”.

Para além da aula ministrada, eu entendia que essa “novidade” deveria ser compartilhada com o maior número possível de telemacoborbenses. Foi assim que desenvolvi 2 edições de um fanzine que nomeei *Buzina!*, para divulgar um conhecimento que eu percebia como ausente de nossos referenciais²³⁴. Talvez na época eu apenas sentia o que mais tarde, cursando licenciatura em História na Universidade Estadual de Ponta Grossa (2009-2012), eu pude conceitualmente compreender: meu incômodo era de caráter identitário. Eu não me conformava com aquele “esquecimento” e, ao mesmo tempo, com uma espécie de idolatria da população àquela “mãe” que supostamente era a Klabin²³⁵. O que a jovem Ana ambicionava fazer era desnaturalizar essa relação de dependência – uma tarefa de gerações, para a qual iniciei minhas contribuições no trabalho de conclusão de curso em História. Essa experiência na graduação foi fundamental para mediar inquietações identitárias por meio de rigor teórico e metodológico.

Em minhas pesquisas sobre Telêmaco Borba, o principal desafio sempre foi a ausência de referenciais. Para além da publicação de Hellê Vellozo Fernandes (à época eu só conhecia o livro supracitado), era escassa a produção acadêmica sobre a história local. A alternativa por mim encontrada – situada na interseção entre interesse pessoal e disponibilidade de fontes – foi a realização de estudos me valendo das publicações de *O Tibagi*. Orientada pelo professor Antonio Paulo Benatte, estudei o discurso oficial local a partir de crônicas sobre a *História de Monte Alegre*, escritas por Karl Zappert (um dos “chefões” da fábrica) e publicadas no jornal.

Após essa primeira aproximação, aprofundi os estudos sobre a história de Telêmaco Borba no mestrado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013-2015). Com base na análise das edições comemorativas de *O Tibagi*, entre os anos de 1948 e 1964, investiguei o discurso fundador local. Sob orientação do professor Miguel Archanjo de Freitas Junior, a dissertação inicialmente apresentou o discurso oficial de Telêmaco Borba a partir das 3 principais bibliografias acerca da cidade – estando o livro *Monte Alegre, Cidade-Papel* incluso entre estas –, para então contrastar com o discurso do jornal. Entre os

²³⁴ Cada edição contou com a impressão de 100 exemplares.

²³⁵ Hoje entendo isso um pouco melhor. Em comparação à vida que nossos antepassados levavam – a exemplo do vô Izaltino que lavrava a terra alheia –, o que a empresa os proporcionou era percebido como digno de gratidão.

principais achados dessa pesquisa destaca-se: *O Tibagi* atuou como principal agente na construção de uma versão oficial da história de Telêmaco Borba, posto que selecionava o que deveria ser lembrado e o que deveria ser esquecido, criando uma narrativa que servia aos interesses empresariais; e o discurso do jornal reforçava a ideia de que o progresso da cidade era indissociável da empresa, tratando a história de Telêmaco Borba quase como uma extensão da história da própria fábrica de papel²³⁶.

Na realização da dissertação, no contato direto com o “jornal da empresa”, tornou-se perceptível sua conotação pedagógica. Eram diversas as publicações com orientações ou sanções explícitas que incidiam diretamente sobre o comportamento dos leitores, notadamente os operários residentes em Harmonia – onde minha mãe e meus tios nasceram e passaram a infância²³⁷. Assim, no doutorado em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa (2016-2020), seguindo sob orientação do professor Miguel Archanjo de Freitas Junior, estudei como o jornal *O Tibagi* atuou como agente acelerador do processo de civilização em Monte Alegre. Dada a heterogeneidade populacional (mesmo nas áreas urbanas) e os conflitos dela decorrentes, que atrapalhavam a produção fabril e o ordenamento social, o jornal valeu-se de sua posição como enunciador da realidade local para dirimir tais tensões, buscando transformar o *habitus* do público leitor segundo os padrões apresentados como socialmente aceitável em suas publicações.

Nesta tese, primeira *multipaper* do PPGCSA-UEPG, desenvolvi elaborações teóricas a partir da análise de um caso empírico. Assim, partindo da constatação que pesquisadores brasileiros vêm adotando recortes inferiores aos originalmente propostos pela teoria dos processos civilizadores de Norbert Elias (aproximadamente 700 anos), eu testei o uso da teoria em escalas temporais de média e curta duração, demonstrando que é viável aplicar o modelo a períodos menores dos que os originalmente estudados pelo autor, desde que perspectivados em longa duração. O estudo do caso de Monte Alegre demonstrou que os processos de adequação comportamental (curta duração) e de formação de uma segunda natureza (média duração) são produtos e produtores de um *habitus* (longa duração) e, portanto, podem ser estudados a partir das ferramentas intelectuais desenvolvidas por Norbert Elias. Além disso, a análise do jornal *O Tibagi* demonstrou que este atuou como um elemento acelerador do processo civilizador local da seguinte maneira: a publicação frequente de narrativas de caráter pedagógico direcionava os

²³⁶ Em 2019, a dissertação foi publicada como livro, intitulado *Para além do papel: o jornal O Tibagi e a construção do discurso fundador de Telêmaco Borba*.

²³⁷ A família do meu pai, mais empobrecida, morava do outro lado do rio Tibagi em relação à fábrica de papel, em Cidade Nova.

processos de aprendizagem, que em vez de se desenvolverem de acordo com as demandas das redes de interdependência, eram pressionados por tais publicações a se desenvolverem mais rapidamente – sob pena de exposição pública no jornal.

A realização dessa pesquisa, sobretudo a partir da imersão no universo teórico de Norbert Elias, me abriu muitas portas – com destaque para contato direto com a Norbert Elias Foundation, que me permitiu intermediar a tradução e realizar a revisão técnica de um livro inédito do autor, publicado pela Editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa²³⁸. Ademais, a participação nos Simpósios Internacionais Processos Civilizadores dos anos de 2018, 2020 e 2022 ampliaram meus conhecimentos e, sobretudo, meu capital social. Isso me possibilitou a organização de uma coletânea, em colaboração com Miguel Archanjo de Freitas Junior, que reuniu capítulos de pesquisadores eliasianos de todo o país. Assim, em 2020 foi lançado o e-book de acesso aberto *Norbert Elias em debate: usos e possibilidades de pesquisa no Brasil*. Em 2022, fui ainda responsável pela organização do dossiê *Jovens pesquisadores em Norbert Elias*, na revista *Stricto Sensu*, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Nesse meio tempo, eu trabalhei na UEPG desde o segundo semestre da graduação. Fui secretária da pós-graduação em História, Arte e Cultura à distância, fui secretária do Colegiado de História, fui bolsista do Programa de Educação Tutorial e depois também no mestrado e primeiro doutorado. Cursei outras duas graduações: licenciatura em Pedagogia e Sociologia. Trabalhei da Educação Básica pública e particular, fiz voluntariado em cursinho pré-vestibular universitário e tive canal de divulgação científica no YouTube – parte disso alimentada pela vontade de crescer academicamente/profissionalmente, por necessidade econômica e pelo desejo de deixar uma marca, ainda que pequena, no mundo. Esse percurso interdisciplinar, embora me faça interpretar os problemas de pesquisa de maneira singular, se mostrou ambivalente diante das exigências dos concursos para o magistério superior, que privilegiam trajetórias lineares. Nesse contexto, cursar um segundo doutorado apresentou-se como uma estratégia necessária.

Ao analisar os testes seletivos para professoras/es temporários que ainda aceitavam currículos em “áreas afins”, decidi prestar para a vaga de Fundamentos da Educação, no Departamento de Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, para o qual fui aprovada e convocada. Esse novo espaço de atuação, reconfigurou aquela velha *illusio*: minha missão no mundo seria sua transformação em um lugar melhor a partir do conhecimento, mas agora como professora de professoras/es. Foi por isso – e por razões práticas, já que na Educação existem

²³⁸ ELIAS, N. Processos de excitação: trabalhos não publicados de Norbert Elias sobre esporte, lazer, corpo, cultura. Ponta Grossa: Editora da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2022.

mais vagas de trabalho em comparação à História – que decidi cursar meu segundo doutorado em Educação na Universidade Estadual de Ponta Grossa (2023-2026). Aquilo que muitos chamaram de “loucura”, era, para mim, a busca por um reposicionamento no campo intelectual.

Entre a decisão de ingressar no novo doutorado, a elaboração do projeto e o processo seletivo, eu realizava estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sob a supervisão do professor Miguel Archanjo de Freitas Junior. Sensível aos meus anseios de pesquisa e pessoais, desenvolvemos um projeto onde eu pude atrelar nosso trabalho em curso à temática pretendida no novo doutorado – situada na intersecção entre História da Educação, História Intelectual e História das Mulheres. Nesse momento inicial de transição entre áreas de estudo, investiguei no pós-doutorado o lazer feminino de elite em Monte Alegre²³⁹. Durante esse processo, pude conhecer melhor a atuação e a produção de Hellê Vellozo Fernandes, o que despertou meu interesse em pesquisá-la. Ao ingressar no segundo doutorado, sob orientação do professor Oriomar Skalinski Junior, passei a estudar a trajetória desta intelectual e seu papel como coordenadora das “escolinhas do mato” espalhadas pela Fazenda Monte Alegre.

Uma das maiores oportunidades que essa transição me trouxe foi a incorporação do referencial teórico de Pierre Bourdieu às minhas pesquisas sobre uma intelectual na História da Educação – cujo trabalho prévio com Norbert Elias facilitou a compreensão. Isso porque ambos desenvolveram suas interpretações a partir do conceito de *habitus* – ainda que com abordagens distintas. Enquanto Elias priorizou a análise das transformações das sensibilidades e afetos no interior das figurações (processos de civilização), Bourdieu concentrou-se na reprodução das desigualdades e nas disputas de poder nos campos (processos de dominação). Diante do problema desta tese, a utilização de ambos os autores foi resultado do próprio desenrolar da pesquisa. Durante a análise da trajetória intelectual de Hellê Vellozo Fernandes a partir do referencial de Pierre Bourdieu tornou-se plausível afirmar que sua atuação como coordenadora nas “escolinhas do mato” de Monte Alegre e as mediações pedagógicas e culturais ali realizadas nesta posição eram integrantes de um processo civilizador mais amplo empreendido pelo Estado, por empresários e por intelectuais.

Ao concluir esta tese e olhar em retrospectiva para o caminho que me trouxe até aqui, entendo que pesquisar a trajetória intelectual de Hellê Vellozo Fernandes e sua atuação na

²³⁹ Pela influência do meu orientador/supervisor, educador físico com doutorado em História, realizei diversas pesquisas nas áreas da História e Sociologia do Esporte. Após o contato com Norbert Elias, essa tendência se fortaleceu, já que o autor desenvolveu uma teoria própria sobre os processos de excitação ligados aos processos de civilização – os quais também estudei empiricamente a partir do caso de Monte Alegre.

educação de Monte Alegre não foi uma ruptura com minhas pesquisas anteriores, mas um desdobramento coerente daquilo que venho fazendo há mais de 20 anos estudando a história de Telêmaco Borba: problematizar os processos de produção simbólica e civilizadores. Houve apenas um deslocamento do foco, passando da análise da agência do jornal *O Tibagi* para a trajetória de uma intelectual atuante na educação.

Paralelamente aos estudos relacionados à tese, meus atuais interesses de pesquisa residem no estudo da produção de um pensamento pedagógico por mulheres e nas redes de sociabilidade feminina no campo intelectual curitibano, formado por inúmeras professoras. Como esses são esforços de longo prazo e muitas colaborações, em 2026, em parceria com a professora Simone Burioli, organizei o livro *Protagonismo das mulheres no Paraná*, que reuniu pesquisas que dão visibilidade a trajetórias, lutas e contribuições de mulheres que nasceram ou viveram no estado e que trabalharam em diferentes frentes para alargar seus espaços de possíveis. Para esta obra, escrevi um artigo analisando como Hellê Vellozo Fernandes utilizou a literatura como estratégia de justiça simbólica em defesa do legado de seu avô. Em contextos em que as mulheres não podiam ou não queriam confrontar diretamente o poder, a escrita foi uma ferramenta de resistência para muitas de nós.

Ao estudar Hellê Vellozo Fernandes e outras que atuaram na educação, bem como na imprensa e na literatura, reconheço nelas trajetórias que, em diferentes escalas e contextos, dialogam com a minha própria. Foram mulheres que mediararam saberes, disputaram espaços e sentidos, produziram bens simbólicos e contribuíram para o desenvolvimento social. Tornar visíveis suas histórias é uma maneira de lhes prestar reconhecimento e, ao mesmo tempo, possibilitar a ampliação do espaço de possíveis para as mulheres do presente e futuro a partir de seus exemplos de protagonismo. Isso passou a integrar, de forma consciente, aquela missão que acolhi no início da minha formação docente e que hoje se expressa na articulação entre pesquisa, docência e compromisso ético com o conhecimento acerca das mulheres na História da Educação. É com essa *illusio* incorporada que sigo buscando contribuir para a transformação do mundo em um lugar socialmente mais justo para elas (nós) e outros sujeitos historicamente invisibilizados²⁴⁰.

²⁴⁰ Para currículo detalhado acessar: <http://lattes.cnpq.br/4186340073318174>

APÊNDICE B - FONTES

ACADEMIA DE LETRAS DO PARANÁ. **Acadêmicos**. [20--]. Disponível em: <https://academiaparanaensedeletras.com.br/academicos/>. Acesso em: 19 jan. 2026.

ACADEMIA FEMININA DE LETRAS DO PARANÁ. **Linha do Tempo Cadeira nº 12**. [20--]. Disponível em: <https://www.academiafemininadeletraspr.com.br/post/linha-do-tempo-cadeira-n-12>. Acesso em: 12 jun. 2025.

ACADEMIA FEMININA DE LETRAS DO PARANÁ. **Nossa história**. [20--]. Disponível em: <https://www.academiafemininadeletraspr.com.br/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS. **Currículo de Hellê Vellozo Fernandes**. [19--].

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Atas de Exames do Ginásio Paranaense Seção Feminina**. 1937-1948.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Livro registro de termo de exames de Prova Oral na Escola Normal**. 1914.

ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Relatório especial com levantamento da ficha de classificação do Ginásio Paranaense, da Sessão Feminina**. 1943.

ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS E ESCRITORAS DO BRASIL (AJEB). **Ajebianas no Paraná e do Brasil**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1980.

ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS E ESCRITORAS DO BRASIL (AJEB). **O livro da Ajebiana**. Fortaleza: Henriqueta Galeno, 1979.

ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS E ESCRITORAS DO BRASIL (Facebook). [Imagem de Hellê Vellozo Fernandes]. [19--]. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo?fbid=1066193890426070&set=pcb.1066193960426063>. Acesso em: 12 jan. 2026.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ. **Exposição homenageia os 100 anos do Templo das Musas**. 2018. Disponível em: <https://www.bpp.pr.gov.br/Noticia/Exposicao-homenageia-os-100-anos-do-Templo-das-Musas>. Acesso em: 4 set. 2025.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ. **Pasta com recortes sobre Ione Grein Vellozo**. [19--a].

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ. **Pasta com recortes sobre Radhail Vellozo**. [19--b].

BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ. **Pasta com recortes sobre Hellê Vellozo Fernandes**. [19--c].

BORGES, D. Bibliografia paranaense. Camafeus. **O Dia**, Curitiba, 16 dez. 1945.

BORGES, D. Livros novos – Voltando a terra. **O Dia**, Curitiba, domingo, 29 dez. 1946.

BORSARI NETTO, F. Prefácio. In: SABÓIA, A. da C.; FERNANDES, H. V. **Antologia Didática de Escritores Paranaenses**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1976.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1934. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 01 mar. 2026.

BRASIL. [Constituição (1937)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 01 mar. 2026.

BRASIL. [Constituição (1946)] **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 05 mai. 2024.

BRASIL. Decreto-Lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946. **Lei Orgânica do Ensino Primário**. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1946b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 4.121, de 27 de agosto de 1962. **Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada**. Brasília: Presidência da República, 1962. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14121.htm. Acesso em: 19 jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963. **Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural**. Brasília: Presidência da República, 1963. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14214.htm. Acesso em: 01 mar. 2026.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 01 mar. 2026.

BRITO, M. T. P. Método Erasmo Pilotto. **Educar**, Curitiba, v. 8, n. 1/2, p. 97-155, jan./dez. 1989. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/36168/22319>. Acesso em: 01 mar. 2026.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA KLABIN. **Entrevista com Hellê Vellozo Fernandes e Paulo Rios Fernandes**. Curitiba: CDMK, 1993.

CLIO II. A missão feminina. **Revista Myrto e Acacia**, ano 5, n. 17. Instituto Neo-Pitagórico: Curitiba, 1920. p. 24-26. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/721107/per721107_1920_00004.pdf. Acesso em: 24 ago. 2024.

DIÁRIO DA TARDE. **Lançado livro na Reitoria**. Curitiba, 03 dez. 1966a.

DIÁRIO DA TARDE. **Lançado ontem “Pioneiros do Iguatemi”**. Curitiba, 03 dez. 1966b.

DIÁRIO DO PARANÁ. **A outra razão**. Curitiba, 29 jun. 1967a.

DIÁRIO DO PARANÁ. **Hél mostra hoje na Reitora sua “A Outra Razão”**. Curitiba, 30 jun. 1967b.

DIÁRIO DO PARANÁ. **Escritoras criam a sua Associação**. Curitiba, 20 jun. 1970a.

DIÁRIO DO PARANÁ. **Paranismo**. Hél lança seu 7º livro, que enfoca coisas do Paraná. Curitiba, 07 nov. 1970b.

DIÁRIO DO PARANÁ. **Hellê destaca a Reunião Interamericana em Lima**. Curitiba, 11 out. 1970c.

DIÁRIO DO PARANÁ. UCF: Audiência com o presidente. Curitiba, 16 nov. 1975.

DIÁRIO DO PARANÁ. **Elas falam sobre sua condição**. Curitiba, 08 mar. 1978.

FALCÃO, Rubens. O que representa o ensino primário supletivo. **O Tibagi**, Monte Alegre, 21 fev. 1957.

FERNANDES, H. V. **Monte Alegre, Cidade-Papel**. São Paulo: Símbolo S.A. Indústrias Gráficas, 1974.

FERNANDES, H. V. Preâmbulo. In: ASSOCIAÇÃO DE JORNALISTAS E ESCRITORAS DO BRASIL (AJEB). **Ajebianas no Paraná e do Brasil**. Curitiba: Lítero-Técnica, 1980. p. 3-4.

FERNANDES, H. V. **Ilha do Mel, Ontem e Sempre**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1985.

FERNANDES, P. G. V. Paulo Geraldo Vellozo Fernandes sobre sua mãe. In: BORGES, I. **AJEB: 50 anos de história**. Porto Alegre: Alternativa, 2020. p. 17-18.

FERREIRA, E. D. Incompreensão. **Diário da Tarde**, Curitiba, 14 jul. 1952.

FOGO DE CONSELHO. **Revista Escoteira**. Curitiba, Ano 1, nº1, 1991. Disponível em: <https://www.lisbrasil.com/arquivos/Revista/FogoConselho/01.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2026.

FRANCIOSI, E. A. Sociedade. **Diário do Paraná**, Curitiba, 07 abr. 1967.

GALENO, H. **O livro da ajebiana**. Fortaleza: Editora de Henriqueta Galeno, 1979.

GAZETA DO POVO. A fera da escrita. Curitiba, 23 dez. 1999. In: BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ. **Pasta com recortes sobre Hellê Vellozo Fernandes**. [19--c].

GAZETA DO POVO. Hellê Vellozo assumirá a Academia de Letras amanhã. Curitiba, 7 abr. 1997. In: BIBLIOTECA PÚBLICA DO PARANÁ. **Pasta com recortes sobre Hellê Vellozo Fernandes**. [19--c].

GAZETA DO POVO. **Falecimentos**. Hellê Vellozo Fernandes. Curitiba, 02 dez. 2008. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/falecimentos/falecimentos-bb1ow5td0fdbdyypiyd9dj8lq/>. Acesso em: 8 jul. 2025.

GAZETA DO POVO. **Lista de falecimentos**. Paulo Geraldo Vellozo Fernandes. Curitiba, 18 set. 2023. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/falecimentos/falecimentos-curitiba-18-9-2023/>. Acesso em: 22 jan. 2026.

GOMES, R. R. Há um só ou muito nomes nas nossas letras? **Diário do Paraná**, Curitiba, 22 set. 1970.

GUIMARÃES, M. I. Mulher presente. **Diário do Paraná**, Curitiba, 22 abr. 1973.

HÉL. **Camafeus**. Curitiba: Gráfica Mundial, 1945.

HÉL. Um dia de Ano. **O Tibagi**, Monte Alegre, 11 jan. 1949.

HÉL. Comentário literário. Crônicas. **O Tibagi**, 14 jun. 1950.

HÉL. A história que a vida conta. **O Tibagi**, Monte Alegre, 16 mai. 1951a.

HÉL. Livros para crianças. **O Tibagi**, Monte Alegre, 26 set. 1951b.

HÉL. Jeca Tatu e Mané Chique-Chique. **O Tibagi**, Monte Alegre, 31 out. 1951c.

HÉL. Comentário da Semana. Romance Histórico. **O Tibagi**, Monte Alegre, 14 nov. 1951d.

HÉL. **Incompreensão**. Curitiba: Artes Gráficas da Escola Técnica de Curitiba, 1952a.

HÉL. Comentário da semana. Preto interpretação de poesia. **O Tibagi**, Monte Alegre, 10 jan. 1952b.

HÉL. Comentário da Semana. Crianças em aula. **O Tibagi**, Monte Alegre, 12 ago. 1952c.

HÉL. Comentário da Semana. O Dia do Professor. **O Tibagi**, Monte Alegre, 22 out. 1952d.

HÉL. Comentário da Semana. Os dez maiores. **O Tibagi**, Monte Alegre, 23 nov. 1952e.

HÉL. Boite encantada. **O Tibagi**, Monte Alegre, 29 abr. 1953a.

HÉL. Aniversário do Harmonia Clube. **O Tibagi**, Monte Alegre, 13 mai. 1953b.

HÉL. Comentário da Semana. Aluno e professor. **O Tibagi**, Monte Alegre, 10 jun. 1953c.

HÉL. Comentário da Semana. A crise do ensino primário. **O Tibagi**, Monte Alegre, 15 out. 1953d.

HÉL. A meus pais. **O Tibagi**, Monte Alegre, 30 dez. 1954a.

- HÉL. O Chefe da Nação. **O Tibagi**, Monte Alegre, 02 set. 1954b.
- HÉL. Comentário da Semana. Escolas cheias. **O Tibagi**, Monte Alegre, 8 abr. 1954c.
- HÉL. Clube dos Leões. **O Tibagi**, Monte Alegre, 16 set. 1954d.
- HÉL. Desfile escolar. **O Tibagi**, Monte Alegre, 08 set. 1955.
- HÉL. Aquele ideal. **O Tibagi**, Monte Alegre, 18 dez. 1956.
- HÉL. Conversa em torno da mesa. **O Tibagi**, Monte Alegre, 17 jan. 1957a.
- HÉL. Natal lá de casa. **O Tibagi**, Monte Alegre, 05 dez. 1957b.
- HÉL. Pelos acampamentos. **O Tibagi**, Monte Alegre, 05 set. 1957c.
- HÉL. São Pedro em família. **O Tibagi**, Monte Alegre, 03 jul. 1958a.
- HÉL. **Os Vergueiros**. Curitiba: Artes Gráficas da Escola Técnica de Curitiba, 1958b.
- HÉL. Apresentação. **O Tibagi**, Monte Alegre, 30 nov. 1958c.
- HÉL. Harmonia Clube – Retrospecto. **O Tibagi**, Monte Alegre, 14 mai. 1959.
- HÉL. Comentário da semana. O vestido... ou a crônica. **O Tibagi**, Monte Alegre, 29 set. 1960.
- HÉL. Remember. **O Tibagi**, Monte Alegre, 05 jan. 1961.
- HÉL. Nos campos e nos Pinhais. Escolinhas do mato. **O Tibagi**, Monte Alegre, 14 jun. 1962.
- HÉL. No meio do pinheiral. **Diário do Paraná**, Curitiba, 14 dez. 1963.
- HÉL. A luta sem fim. **Diário do Paraná**, Curitiba, 08 jan. 1964a.
- HÉL. Um pouco de Pinheiral. **Diário do Paraná**, Curitiba, 26 set 1964b.
- HÉL. O informante. **Diário do Paraná**, Curitiba, 16 out. 1964c.
- HÉL. Capítulos do Ano-Bom. **O Tibagi**, Monte Alegre, 05 jan. 1965a.
- HÉL. Nossa terra, nossa gente. **Diário do Paraná**, Curitiba, 03 jun. 1965b.
- HÉL. Certa parte do programa. **Diário do Paraná**, Curitiba, 24 abr. 1965c.
- HÉL. Encontros. **Diário do Paraná**, Curitiba, 2 fev. 1965d.
- HÉL. A velha luta. **Diário do Paraná**, Curitiba, 30 jan. 1965e.
- HÉL. Nas escolinhas. **Diário do Paraná**, Curitiba, 5 jun. 1965f.

HÉL. Aspectos de Pinheiral. **Diário do Paraná**, Curitiba, 2 jun. 1965g.

HÉL. Chuva de verão. **Diário do Paraná**, Curitiba, 5 mar. 1965h.

HÉL. A dura missão. **Diário do Paraná**, Curitiba, 01 jun. 1966a.

HÉL. **Pioneiros do Iguatemi**. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 1966b.

HÉL. Observações. **Diário do Paraná**, 5 mar. 1966c.

HÉL. **A outra razão**. Curitiba: O Formigueiro, 1967a.

HÉL. Joaquim. **Diário do Paraná**, Curitiba, 15 mar. 1967b.

HÉL. Escolas de Mato. **Diário do Paraná**, Curitiba, 20 set. 1967c.

HÉL. Nos campos e nos pinhais. **Diário do Paraná**, Curitiba, 16 jul. 1967d.

HÉL. Alunos. **Diário do Paraná**, Curitiba, 17 nov. 1967e.

HÉL. Nos campos e nos pinhais. **Diário do Paraná**, Curitiba, 3 mar. 1968a.

HÉL. Nos campos e nos pinhais. **Diário do Paraná**, Curitiba, 29 fev. 1968b.

HÉL. Nos campos e nos pinhais. **Diário do Paraná**, Curitiba, 7 mar. 1968c.

HÉL. Cidade-Papel – 35 anos. **Diário do Paraná**, Curitiba, 26 out. 1969.

HÉL. **Nos campos e nos pinhais**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1970.

HÉL. Antes da aula. **Diário do Paraná**, Curitiba, 28 mai. 1972.

HISTÓRIA E MEMÓRIA (blog). **Dario Vellozo e seu Templo das Musas** (fotografias). Disponível em: 2014/12/dario-vellozo-e-seu-templo-das-musas.html. Acesso em: 17 jan. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Fecundidade no Brasil (1940 a 2010)**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/professores/educa-atividades/17658-fecundidade-no-brasil-1940-a-2010.html>. Acesso em: 05 mai. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Mapa do Analfabetismo no Brasil**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/mapa_do_a_nalfabetismo_do_brasil.pdf. Acesso em: 11 dez. 2025.

JOÃO DE CURITIBA. A mais jovem romancista paranaense – Hél. **O Dia**, Curitiba, 08 abr. 1951.

KAMITA, R. C. Escolástica de Moraes Veloso. In: MUZART, Z. L. (Org.) **Escritoras brasileiras do século XIX**: antologia. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDISC, 2004. p. 638-648.

KOLOGY, H. Escreveu Helena Kolody à autora (orelha do livro). *In: Monte Alegre, Cidade-Papel*. São Paulo: Símbolo S.A. Indústrias Gráficas, 1974.

LIONS INTERNACIONAL. **História do leonismo**. [20--]. Disponível em: <https://www.lionslc11.org.br/insthistoria.php>. Acesso em: 11 jul. 2025.

MARANHÃO, J. Notas sobre Educação. **O Tibagi**, Monte Alegre, 27 ago. 1952a.

MARANHÃO, J. Educação – Obra de Conjunto. **O Tibagi**, Monte Alegre, 08 out. 1952b.

MARCOLLA, E. Primórdios de Monte Alegre. *In: BRUZAMOLIN, B. et al. A Fazenda Monte Alegre conta seu canto*. São Paulo: Click Editora, 1998. p. 102-103.

MEIRELES, E. Apresentação. *In: SABÓIA, A. da C.; FERNANDES, H. V. Antologia Didática de Escritores Paranaenses* (Cursos ginásial, colegial e normal) – I Tomo. Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda., 1970. p. 3.

MERCER, E. A.; MERCER, L. L. **História de Tibagi**. Prefeitura Municipal de Tibagi, 1934.

MILLARCH, A. O livro de Hél. **Estado do Paraná**, Curitiba, 21 fev. 1974.

MOREIRA, M. F. A metrópole Monte Alegre. *In: BRUZAMOLIN, B. et al. A Fazenda Monte Alegre conta seu canto*. São Paulo: Click Editora, 1998. p. 34-35.

MOVIMENTO BANDEIRANTE BRASIL. **A história do Movimento Bandeirante**. [20--]. Disponível em: <https://www.bandeirantes.org.br/hist%C3%B3ria>. Acesso em: 12 jul. 2025.

MURICY, A. **Panorama do conto paranaense**. Curitiba: Fundação Cultural, 1979.

NERY, L. Harmonia. **O Tibagi**, Monte Alegre, 23 nov. 1948.

O DIA. **Convite aos acadêmicos**. Curitiba, 07 abr. 1927.

O DIA. **Centro Gymnasial Paranaense**. Curitiba, 06 mai. 1930a.

O DIA. **Decretos do General Interventor Federal no Paraná**. Curitiba, 10 dez. 1930b.

O DIA. **Actos governamentais**. Curitiba, 20 jun. 1936

O DIA. **Centro do Professorado Paranaense**. Curitiba, 19 set. 1937.

O DIA. **Homenagem aos professores do pré-médico**. Curitiba, 22 nov. 1939.

O DIA. **Agrônomos de 1943**. Curitiba, 18 nov. 1943.

O DIA. **O presidente seguirá hoje para o Território do Iguaçu**. Visita ao Parque Industrial de Monte Alegre. Curitiba, 27 jan. 1944.

O DIA. **Professores designados para reger turmas suplementares no Instituto de Educação.** Curitiba, 26 mai. 1946.

O DIA. **A Arca de Deolinda.** Curitiba, 15 fev. 1949.

O DIA. **Jantar de confraternização.** Curitiba, 10 jun. 1954.

O DIA. **40º aniversário da Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná.** Curitiba, 03 abr. 1958.

O ESTADO DO PARANÁ. **Palácio da Presidência.** Curitiba, 20 out. 1925.

O TIBAGI. **Colabora o leitor.** Monte Alegre, 05 abr. 1949a.

O TIBAGI. **O primeiro aniversário de “O Tibagi”.** Monte Alegre, 23 nov. 1949b.

O TIBAGI. **Notas Literárias. Concurso de livros.** Monte Alegre, 27 dez. 1949c.

O TIBAGI. **Um ano vencido.** Monte Alegre, 23 nov. 1949d.

O TIBAGI. **Convite às senhoras de Monte Alegre.** Monte Alegre, 28 jun. 1949e.

O TIBAGI. **Um clube juvenil em Monte Alegre seria o complemento da caridosa iniciativa das senhoras da sociedade local.** Monte Alegre, 28 jun. 1949f.

O TIBAGI. **Cursos de alfabetização para o Paraná.** Monte Alegre, 14 jun. 1949g.

O TIBAGI. **Amparo ao professorado paranaense.** Monte Alegre, 23 nov. 1949h.

O TIBAGI. **Campanha de ensino.** Monte Alegre, 21 jun. 1949i.

O TIBAGI. **[Sem título].** Monte Alegre, 2 ago. 1949j.

O TIBAGI. **Complete sua personalidade.** Monte Alegre, 10 jan. 1950a.

O TIBAGI. **Pelo Paraná – o desenvolvimento do ensino.** Monte Alegre, 21 mar. 1950b.

O TIBAGI. **A base da prosperidade de um país.** Monte Alegre, 27 set. 1950c.

O TIBAGI. **Escola Normal de Tibagi.** Monte Alegre, 21 mar. 1950d.

O TIBAGI. **O Dia do Professor.** Monte Alegre, 18 out. 1950e.

O TIBAGI. **O veredito pouco aceito: a superioridade das mulheres.** Monte Alegre, 08 fev. 1951a.

O TIBAGI. **São nosso agentes-correspondentes.** Monte Alegre, 23 nov. 1951b.

O TIBAGI. **Campanha para a educação de adultos.** Monte Alegre, 19 set. 1951c.

- O TIBAGI. **O TIBAGI percorre o BRASIL**. Monte Alegre, 23 nov. 1952.
- O TIBAGI. **A educação técnica**. Monte Alegre, 15 abr. 1953a.
- O TIBAGI. **Centro de Professores Erasmo Pilotto**. Monte Alegre, 23 nov. 1953b.
- O TIBAGI. **Noite Veneziana no Harmonia**. Monte Alegre, 21 jan. 1954a.
- O TIBAGI. **23 de novembro de 1948 – 23 de novembro de 1954**. Monte Alegre, 23 nov. 1954b.
- O TIBAGI. **Lions Clube de Monte Alegre**. Monte Alegre, 23 nov. 1954c.
- O TIBAGI. **Educação – problema da mulher**. Monte Alegre, 10 mar. 1955.
- O TIBAGI. **Harmonia Clube**. Monte Alegre, 23 nov. 1956a.
- O TIBAGI. **Crônica de Norá**. Monte Alegre, 01 mar. 1956b.
- O TIBAGI. **Harmonia Clube**. Monte Alegre, 12 jul. 1956c.
- O TIBAGI. **Bandeirantismo**. Monte Alegre, 10 abr. 1958.
- O TIBAGI. **1948-1959**. Monte Alegre, 23 nov. 1959.
- O TIBAGI. **Convite e programa para as festas de encerramento do ano letivo de 1961 das Escolas Florestais**. Monte Alegre, 7 dez. 1961.
- O TIBAGI. **Noticiário Escolar**. Monte Alegre, 15 dez. 1962.
- OLIVEIRA, C. M. M. de. Duas palavras. In: SABÓIA, A. da C.; FERNANDES, H. V. **Antologia Didática de Escritores Paranaenses**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1976.
- PARANÁ. Decreto nº 6597, de 15 de março de 1938. **Regulamento das Escolas de Professores do Estado do Paraná**. Curitiba: Secretaria do Interior e Justiça, 1938. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/acervos/parana-decreto-ndeg-6597-1938>. Acesso em 12 jun. 2025.
- PARANÁ. **Anteprojeto da Lei Orgânica da Educação**. Curitiba: Secretaria de Educação e Cultura, 1949.
- PASSOS, J. **O Brasil em movimento**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- PILOTTO, E. **Autobiografia**. Curitiba: Editora da UFPR, 2004.
- PILOTTO, Erasmo. Mestres para a zona rural. **O Tibagi**, Monte Alegre, 26 jan. 1961a.
- PILOTTO, Erasmo. Mestres para a zona rural I. **O Tibagi**, Monte Alegre, 09 fev. 1961b.
- PILOTTO, Erasmo. Mestres para a zona rural II. **O Tibagi**, Monte Alegre, 02 fev. 1961c.

PILOTTO, E. **Que se exalte em cada Mestre um sonho!** Curitiba: Imprimax, 1973.

PILOTTO, V. [Sem título] (orelha do livro). In: HÉL. **Pioneiros do Iguatemi**. Universidade Federal do Paraná, 1966.

PILOTTO, V. HÉL e “Monte Alegre, Cidade-Papel”. **Diário do Paraná**, Curitiba, 19 fev. 1974.

PILOTTO, V. Exórdio bem justo. In: SABÓIA, A. da C.; FERNANDES, H. V. **Antologia Didática de Escritores Paranaenses**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1976. pp. 5-6.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. **Templo das Musas** (totem). [20--].

REVISTA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ. **O Instituto Neo-Pitagórico**, [s. l.], n. 123, jan./set., 1997. Disponível em: <https://revistatcepr.azurewebsites.net/wp-content/uploads/2019/12/Revista-do-Tribunal-de-Contas-do-Paran%C3%A1-n.-123-de-Julho-Setembro-de-1997.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2026.

RODERJAN, R. V. **A formação de comunidades campeiras nos planaltos paranaenses e sua expansão para o sul: séculos XVI a XIX**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1989. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/112222/79349.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 01 mar. 2026.

RODERJAN, R. V. **Comissão paranaense de folclore, 50 anos (1948-1998)**. Curitiba: Graf. Comunicare, 1998.

SABÓIA, A. da C.; FERNANDES, H. V. **Antologia Didática de Escritores Paranaenses**. Curitiba: Gráfica Vicentina Ltda., 1970.

SABÓIA, A. da C.; FERNANDES, H. V. **Antologia Didática de Escritores Paranaenses**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 1976.

SABÓIA, A. da C.; KOLODY, H. [Sem título] (orelha do livro). In: FERNANDES, H. V. **Nos campos e nos pinhais**. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1970.

SILVA, M. Uma cruzada para Médicos e Professores. **O Tibagi**, Monte Alegre, 22 jul. 1954.

TABORDA, V. J. HÉL, a autora (orelha do livro). In: HÉL. **A outra razão**. Curitiba: O Formigueiro, 1967.

TECPAR – Instituto de Tecnologia do Paraná. **Informações**. Disponível em: <http://everest5.tecpar.br/iconografico/acervo.php?registro=138>. Acesso em: 08 out. 2024.

TEMPSKI, E. Prefácio. In: FERNANDES, Hellê Vellozo. **Ilha do Mel, Ontem e Sempre**. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1985.

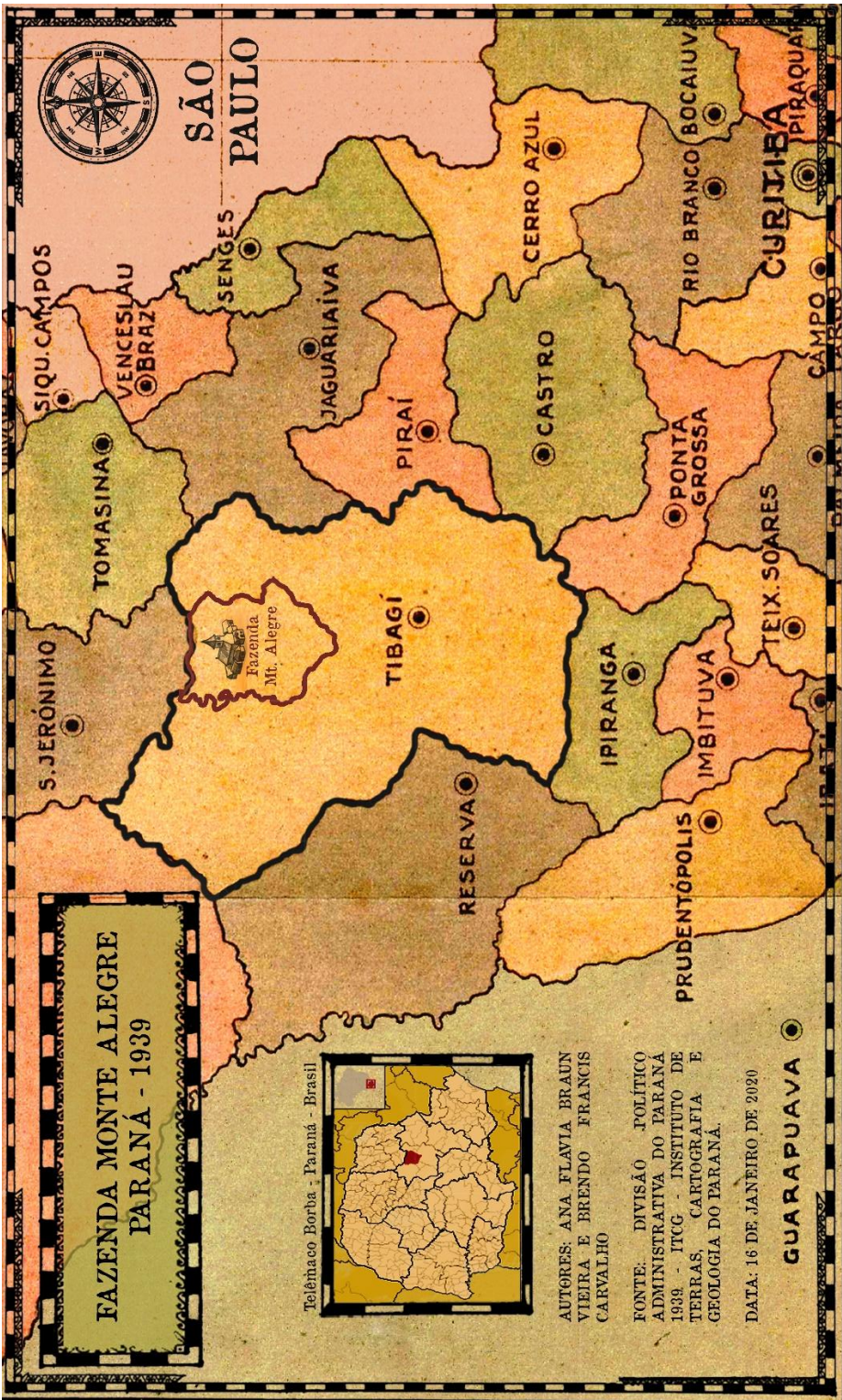
VELLOZO, P. **Volvendo a terra**. Curitiba: Gráfica Mundial, 1946.

VIEIRA, A. F. B. **Entrevista concedida por Seu J.** 24 jan. 2014.

ZAPPERT, K. História de Monte Alegre. **O Tibagi**, Monte Alegre, 23 dez. 1957.

ZAPPERT, K. História de Monte Alegre. **O Tibagi**, Monte Alegre, 30 nov. 1958.

ANEXO A – MONTE ALEGRE NO MAPA DO PARANÁ (1939)



Fonte: Vieira (2020).